



Cadernos

Ano VI, N. 6 – dez. 2013

de **Crítica Feminista**



Cadernos

Ano VII, N. 6 – dez. 2013

de **Crítica Feminista**



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

Coordenação Colegiada do SOS Corpo

Maria Betânia de Melo Ávila, Sílvia Maria Sampaio Camurça, Carmen Sílvia Maria da Silva

Comissão Editorial

Carmen Silva, Maria Betânia Ávila, Verônica Ferreira, Paula de Andrade

Produção Executiva

Paula de Andrade e Verônica Ferreira

Edição

Paula de Andrade

Capa e Projeto Gráfico

Carlos Pellegrino

Ilustração da Capa

Márcia Guimarães (detalhe de tela)

Revisão

Sidney Wanderley e Fabiano Gonçalves

Fotos

Imagem Latina/Jesus Carlos, Karol Kalef, Gaby Zaupa, Rogéria Peixinho/Acervo Articulação de Mulheres Brasileiras, Paula de Andrade/Acervo Articulação de Mulheres Brasileiras, Ghustavo Távora/Acervo SOS Corpo, Acervo CUT/DF, Acervo CUT, CMI, Rafael Werkema/Acervo Cfess, Acervo AMB, Ciranda.net, UNE, Marcha Mundial de Mulheres, Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, Blog Aborto em Debate, Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, blog beuavoiriana.tumblr.com [Annemiek Veldman, Jacques Pavlovsky, Bruno Barbey, Pasquale Fautrier, Pierre Séguin, Alain Dejean, Martine Franck, Gilles Peress].

Tiragem

1.000 exemplares

Impressão

Provisual

Esta edição contou com o apoio de

FLOW - Funding Leadership and Opportunities for Women / Development Cooperation
Ministry of Foreign Affairs

EED

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das idéias aqui expostas por todos os meios conhecidos ou desconhecidos. Para cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar as fontes.

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593, Madalena, Recife PE, CEP 50610-000

Tel.: +55 81 3087 2086 Fax: +55 81 3445 1905

E-mail: sos@soscorpo.org.br | www.soscorpo.org.br

@lutafeminista | www.facebook.com/lutafeminista

Sumário

- 05 **Apresentação** Memória e engajamento político
- 08 Aportes e incidência dos feminismos no debate sobre cidadania e democracia na América Latina
Magdalena Valdivieso
- 36 Feminismo e consciência militante feminista no Brasil
Mirla Cisne
- 60 Mulher, gênero, consumo
Laura Susana Duque-Arazola
- 70 O que pode o corpo? – um ensaio ao modo de fragmentos dispersos
Vânia Vicente
- 90 Saúde mental das mulheres
Maria José de Oliveira Araújo
- 108 Entre a sobrecarga e a “melhoria de vida”: o impacto do trabalho na saúde de camareiras de hotéis
Kaliani Rocha
- 130 Mulheres na cidade: diálogos possíveis para a construção da igualdade no mundo urbano
Mércia Alves
- Pontos de vista** Liberdade e diversidade sexual
- 150 Sexualidade e liberdade sexual no contexto brasileiro atual
Silvana Mara de Moraes dos Santos
- 160 Diversidade sexual: uma constelação de mundos
Maria Luiza Heilborn
- Memórias** Legalização do Aborto
- 172 Plataforma para autodeterminação reprodutiva das mulheres, maternidade livre e legalização do aborto
Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto
- 180 Marcha das Margaridas – 2011
Saúde e Direitos Reprodutivos - trechos do documento final
- 186 Por que defendemos a legalização do aborto
Carta aberta da Articulação de Mulheres Brasileiras

- 192 **Contra a criminalização das mulheres. Pela legalização do aborto**
 Rosane Silva
- 198 **Somos todas clandestinas e lutamos para não mais sermos**
 Maria Júlia Montero, Laryssa Sampaio e Thais Lapa
- 202 **O uso do misoprostol pelas mulheres**
 Maria José de Oliveira Araújo
- Entrevista** Simone Beauvoir
- 220 **O Segundo Sexo 25 anos depois**
 John Gerassi
- Mulheres Inesquecíveis** Regina Stella
- 246 **Regina Stella, presente!**
 Rachel Moreno
- Inspirações**
- 262 **A transformação do silêncio em linguagem e em ação**
 Audre Lorde
- Resenha**
- 268 **A mulher na sociedade de classes: um clássico do pensamento social brasileiro**
 Renata Gonçalves
- 274 **Sobre as autoras**
- 278 **Créditos das imagens**

Memória e engajamento político

Paula de Andrade

Quando começamos a organizar os sentidos dos *Cadernos de Crítica Feminista*, há sete anos, a intenção de contribuir para a memória viva de nosso movimento já estava lá, no início. Por ser um propósito de grande envergadura, a nos exigir esforços que não teríamos condições de empreender, partimos, desde o número zero, com a perspectiva de sempre realçar a importância da memória de nossas lutas, ainda que com singelas contribuições.

Do zero ao sexto número, verificamos - como um aprendizado permanente - que não se faz memória sem um esforço de articulação coletiva, e que a preservação da memória se realiza a partir de muitos aportes, nem sempre visibilizados. Grande parte da memória registrada é resultante da ação de sujeitos anônimos, às vezes não citados nos créditos de produções textuais

e audiovisuais ‘assinadas’ por um/a só. Neste mundo a girar, em meio à crescente valorização do individualismo e da mercantilização de todas as coisas, a construção do reconhecimento da autoria coletiva - e comum - segue nos desafiando na organização dos registros dispersos. Com isso não desconhecemos o empenho de sujeitos individuais na garimpagem de fotogramas e imagens antigas, ou de lembranças contidas nas mentes de militantes engajados nas lutas do presente e do passado. Como um coletivo político profissional que integra o movimento feminista brasileiro, nossa intenção é afirmar que todas nós somos convidadas, todas nós podemos contribuir – e sem nossa contribuição não é possível o resgate da memória de nossas lutas, incluindo iniciativas modestas, como as materializadas nos *Cadernos de Crítica Feminista*, a cada edição.

Neste número, contamos com indicações valiosas para nos mantermos neste objetivo, frente a dificuldades de diversas ordens. Por isso, fazemos aqui um agradecimento especial às companheiras do blog Mulheres Rebeldes, à Imagem Latina e, sobretudo, às militantes de organizações da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto. Esta é uma luta em curso, que exige um enorme trabalho de articulação política e diálogo com a sociedade brasileira, e também de resistência política, frente ao espectro de ações desencadeado por grupos e instituições que reforçam o conservadorismo e os fundamentalismos religiosos, ameaçando os direitos das mulheres.

Compreendemos o esforço para construção da memória coletiva das lutas de nosso movimento como parte do nosso objetivo de produção do conhecimento crítico – fundamental à sustentação de processos de

transformação social -, e que essa memória viva feminista vai se constituindo a partir deste sintonizar com o pensamento das mulheres sobre os seus problemas, outro objetivo destacado por nós para esse periódico.

Não podemos deixar de registrar que enquanto produzíamos esta edição nosso país vivia as manifestações de junho, a partir das mobilizações que focaram a tarifa do transporte coletivo, organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL). Outros protestos surgiram, desencadeando questionamentos à institucionalidade política, à cobertura da mídia corporativa, à crescente truculência e violência policial. Mobilizações iniciadas com centenas de pessoas, chegaram a bem mais de um milhão de pessoas, no conjunto das diversas cidades brasileiras, com uma onda de manifestações expandida a múltiplas pautas, destacando-se a forte indignação frente aos gastos com a Copa e às ações de remoção de comunidades inteiras pelas obras relacionadas.

Os protestos também visibilizaram o engajamento de diversxs lutadorxs em causas contra-hegemônicas, que questionam a concentração de poder nas mãos de poucas instituições e empresas. Como ficou registrado na nossa memória de lutas, não foi (e não é) apenas pela revogação do aumento da passagem do transporte público – o que acabou acontecendo em várias cidades. “Não é só por vinte centavos; é por direitos”. Com os conteúdos dessa edição, mais uma vez buscamos nos somar a todxs que seguem nas lutas contra-hegemônicas, como vimos nas manifestações de junho, que contestaram o modelo privatizante e capitalista de organização do transporte coletivo urbano.

Aportes e incidência dos feminismos no debate sobre cidadania e democracia na América Latina

Magdalena Valdivieso

Refletir sobre a incidência dos feminismos nos processos de ampliação da democracia e das mudanças na cidadania na América Latina (doravante denominada AL), implicaria percorrer a história da construção das nossas democracias e dos feminismos como movimentos políticos¹. Esse propósito ultrapassa sobremaneira os limites deste trabalho. Entretanto, parece significativo mostrar alguns dos aportes que a partir dos feminismos temos feito para o debate sobre a cidadania e a democracia na AL. Eles mostram como as mulheres têm pressionado as estruturas dominantes para atingir o reconhecimento da sua condição de sujeitas, e de que forma esse agir tem incidido em mudanças nas dinâmicas de poder, nas definições dos “assuntos públicos”, nas arquiteturas institucionais, nos conteúdos e significados da “democracia” e nos imaginários políticos na AL.

Nesta revisão revelarei algumas das questões teóricas e políticas que estiveram presentes neste processo dual de constituição dos feminismos e das democracias

no continente. Dual, uma vez que as práticas sociais e políticas feministas tiveram como objetivo a constituição das mulheres² como categoria social e a transformação das estruturas de poder, e para isso foi necessário articular a crítica à sua condição com as críticas às formas de opressão, subordinação e exclusão presentes nas sociedades patriarcais (Lamoreaux, 2010). Parece oportuno nestes tempos tão exigentes olhar o que acumulamos para reconhecer as conquistas e as dificuldades para os avanços, e revisar as experiências compartilhadas, de forma que possamos nos ocupar dos desafios propositivos que nos apresentam as complexidades “reveladas” do nosso continente, frente às quais os feminismos como alternativas ético-políticas têm muito para contribuir.

Não é demais repetir que entendemos a teoria feminista como o conjunto de ideias tecidas em torno à crítica dos valores e das dinâmicas patriarcais sobre as quais se estruturaram os Estados e as sociedades mundiais, ideias que têm suas origens no século XVIII, quando foram realizadas as primeiras análises políticas sobre a integração social da mulher, no contexto das revoluções que puseram fim à velha ordem. Reconhecemos, dessa forma, as origens do feminismo como construção teórica e política na matriz cognoscitiva euro/etnocêntrica. Entretanto, consideramos que o seu surgimento como questionamento e denúncia à ordem imposta pela modernidade permite afirmar que o feminismo não é um discurso inerentemente ocidental e eurocêntrico, mas uma postura política, filosófica, epistêmica profundamente crítica dos paradigmas e das práticas sociais e culturais do Ocidente, construídas a partir da subordinação, da marginalidade e em resistência.

Portanto, quando falamos de feminismo, estamos nos referindo a essa tradição política que tem três séculos de história, e na América Latina e Caribe uma genealogia própria³, que marcou o século XX com as suas conquistas, e que, aberto em variados afluentes, é parte no presente século do debate teórico-político que se desenvolve, instado e pressionado pela presença de uma crise civilizatória, que se manifesta com intensidade nos diferentes âmbitos da existência humana e que afeta de maneira específica às mulheres.

*O feminismo não é um discurso
inerentemente ocidental e eurocêntrico.*

Algumas precisões prévias

As protagonistas da história dos feminismos na América Latina são diversas. Houve mulheres organizadas que se reconheceram como feministas nas primeiras décadas do século passado⁴, outras em épocas mais recentes, que não quiseram ter nada a ver com essa definição. Além disso, encontramos formas muito diversas de compreender o feminismo, a partir das suas versões liberais, tributárias das tradições iluministas, que não questionam a estrutura do poder capitalista e buscam o seu “aperfeiçoamento”, até correntes contra-hegemônicas que realizam esforços para aliviar o peso da carga epistêmica eurocêntrica do projeto da modernidade, para contribuir com uma “epistemologia do Sul”, metáfora que nos é proposta por Boaventura de Sousa Santos (2009) para nos referirmos ao conjunto de saberes e práticas que foram subordinadas e invisibilizadas pelo padrão de saberes dominante.

As “feministas” não constituímos tampouco um grupo homogêneo, porque “as mulheres” enfrentamos formas de subordinação específicas determinadas pela dominação de classe, supremacia étnica, a superioridade geográfica do urbano, entre outras, que se entrecruzam nas formas de hierarquização social presentes na AL, com as desigualdades de gênero, e que marcam as nossas práticas políticas.

Apesar das diferenças entre as expressões do feminismo é possível encontrar elementos comuns básicos, que permitem olhar o feminismo como conjunto, já que todas as suas variáveis visaram alcançar a igualdade entre os sexos a partir do reconhecimento das situações de subordinação, discriminação, opressão e exploração do feminino, naturalizadas pelo padrão do poder dominante, convergindo todas na luta contra as diversas e interdependentes expressões sociais, políticas, científicas, econômicas, culturais e ideológicas do patriarcado. Além disso, as realidades latino-americanas são heterogêneas e variadas; a AL apresenta marcadas dife-

feminismo, (...) essa tradição política que tem três séculos de história, e na América Latina e Caribe uma genealogia própria.

renças regionais (a Andina, a do Cone Sul e a Centro-americana), e no interior delas. Neste trabalho, trato de combinar um olhar geral com algumas referências nacionais⁵.

Esse trabalho foi escrito com uma perspectiva feminista. Propõe-se refletir e compreender a participação das feministas, entre as quais me incluo, na construção social da realidade, política e social, a partir de um lugar limítrofe, determinado pela resistência frente à dominação patriarcal. Neste modo de analisar não aceitamos as normas estabelecidas pela dicotomia sujeito/objeto, não pretendo, então, “distanciar-me” para atingir uma falsa objetividade. Não poderia fazê-lo. Tenho sido parte de organizações de mulheres e vivido os diferentes momentos teóricos, políticos e práticos dos feminismos durante os últimos 40 anos. Refletir sobre as mudanças e as buscas do feminismo latino-americano é, também, revisar a minha experiência. “Nenhum trabalho teórico é alheio à experiência de quem o escreveu” (Alcoff, 1999, p. 125).

Um segundo assunto que desejo precisar é ao que me refiro quando falo das práticas feministas que incidiram nos debates sobre cidadania e democracia na AL. Enxergo três âmbitos nos quais as mesmas atuam: as ações da vida cotidiana, determinantes na constituição das identidades; a ação coletiva em grupos; e a produção da teoria (Mohanty, 2004). A partir desses três âmbitos, desvelamos e confrontamos formas de dominação e geramos situações que tiveram diferentes impactos nas sociedades, suas instituições e culturas.

O feminismo desde as suas origens colocou a necessidade de transformar as estruturas de dominação e a ordem patriarcal, e suas reflexões e propostas políticas estiveram comprometidas com a transformação das relações de poder que aquelas sustentam. É um pensamento e uma proposta política, construída sobre o questionamento do modo patriarcal de estruturar a existência humana, que se gerou a partir da resistência e em conflito com as relações de dominação impostas pelo modo do saber dominante, que constrói o feminino como diferença e o subordina nas hierarquias que estabelece, para ordenar as relações entre as pessoas em todas as áreas da existência humana. As demandas das mulheres em geral têm mantido as questões da cidadania, da política e da democracia, em permanente debate, pressionando pela inclusão no universo dos que têm sido considerados cidadãos, pela ampliação do alcance da cidadania com outros direitos e, mais recentemente, para confrontar as próprias concepções de cidadania e as

suas práticas⁶. O feminismo, ao longo das suas diferentes etapas, ocupou-se do conceito de cidadania dando a ele diferentes conteúdos. Mais do que uma definição fechada, construída a partir da crítica dos conceitos liberais excludentes, o feminismo tem se caracterizado por questionar e apresentar demandas significativas relativas aos sujeitos considerados cidadãos e aos conteúdos dos “direitos cidadãos” em cada momento histórico.

A questão principal que a teoria feminista contemporânea tem apontado é que o reconhecimento jurídico da igualdade para as mulheres se produziu a partir de um marco conceitual que deve ser revisado, porque impede, de fato, o exercício pleno da cidadania das mulheres. Em outras palavras, o feminismo evidenciou que a cidadania não é um termo neutro do ponto de vista de gênero. A cidadania moderna confere aos indivíduos um *status* formal, abstraindo qualquer particularidade ou diferença. Para a teoria política feminista, bem como para outras perspectivas críticas, essa abstração é fonte de desigualdades reais e diversas exclusões, que fazem da cidadania um privilégio, mais do que um direito. No caso latino-americano, o desenvolvimento histórico da cidadania, a partir do processo de colonização, cristalizou-se na dualidade inclusão/exclusão. Na maioria das legislações dos países da região, são incluídos amplos ordenamentos legais do direito da cidadania e, na prática, é produzida uma exclusão *de fato* de grandes grupos populacionais, que não podem acessar estes direitos (Johnson, 2009). Fala-se em cidadania de baixa intensidade, incompleta, negativa etc. (Pautassi, 2000). Muito além destas precisões conceituais para nomear o que não existe, sabemos que a maioria dos e das latino-americanas não temos os nossos direitos cidadãos garantidos, o que compromete seriamente o caráter democrático dessas sociedades.

Pode-se dizer também que o modelo de cidadania tem respondido sempre ao considerado “produtivo” que tem sido hipervalorizado em detrimento do “reprodutivo”. De modo que, tanto os direitos quanto as obrigações referidas no conceito de cidadania respondem à esfera pública na qual o homem é considerado o protagonista. Os direitos que têm sido reivindicados para uma cidadania plena por parte das mulheres foram, fundamentalmente, o emprego remunerado, a educação e o voto.

Mais recentemente, foi demandado o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos⁷. Não se lutou com igual força para que os homens tenham o direito e a obrigação de encarregar-se

das tarefas de reprodução, de modo que a lacuna cidadã entre homens e mulheres não foi reduzida significativamente, uma vez que a separação, a subordinação e a sustentação do espaço privado e do que ali acontece segue sendo majoritariamente responsabilidade das mulheres.

O feminismo evidenciou que a cidadania não é um termo neutro do ponto de vista de gênero

Para o feminismo, a cidadania plena é um processo em constante construção sociocultural, multidimensional, um princípio articulador flexível e contextualizado nas diferentes situações nas quais nos situamos, como sujeitas diversas nas relações de poder, que deve garantir-nos o reconhecimento pleno dos nossos direitos, a partir das nossas especificidades, heterogeneidades e diferenças. A cidadania das mulheres tem sido construída nas dinâmicas de resistência e conflito com a ordem patriarcal, por meio de práticas sociais que estiveram empenhadas na desconstrução das identidades patriarcais; tem sido, e é, um processo histórico dialético e heterogêneo (Sánchez Olvera, 2006).

Com relação ao debate sobre democracia na AL, como destaca Edgardo Lander (1997) o mesmo esteve fortemente determinado nas últimas décadas do século XX pelas experiências ditatoriais do sul do continente, que levaram a uma “justificada” revalorização da existência de um Estado de direito, o respeito às liberdades individuais e a democracia representativa. O movimento de mulheres em geral e as feministas fizeram aportes substanciais para a derrota das ditaduras e o retorno às democracias. Concluídos os processos de retomada democrática, e pela existência de novas realidades políticas em alguns dos países latino-americanos, o debate foi intensificado e tomados outros rumos que buscam “novos alicerces teóricos e políticos da ideia de democracia” (Lander, 1997, p. 4). É neste contexto que têm se evidenciado os *déficits*, as promessas não cumpridas, as limitações, as fraquezas e as exclusões que caracterizam os sistemas democráticos liberais. O feminismo identificado com o pensamento crítico tem sido parte das

vozes que questionaram as bases e as formas de funcionamento dos regimes democráticos na AL, mostrando que estamos longe de viver em sociedades democráticas. A principal contribuição do feminismo à teoria política crítica da democracia liberal tem sido a de explicar as exclusões de gênero pela demarcação liberal dos âmbitos de “o” público e “o” privado, constitutiva da ordem imposta pelo caráter patriarcal e excludente da sociedade liberal.

Com as suas ações políticas, as feministas têm desafiado esta separação, levando para o espaço público questões consideradas privadas, como são a violência de gênero, as relações de poder no interior das famílias, o exercício da sexualidade, os papéis de gênero; e introduzindo no espaço privado debates “próprios” do espaço público, como são o caráter sexista da educação formal, a corresponsabilidade social, o direito das mulheres cuidadoras à seguridade social etc. Mais recentemente, começamos a compreender e denunciar que a democracia real é sempre um projeto que parece não poder ser alcançado nos contextos liberais, sempre justificados pela insuficiente cultura democrática que nos “caracteriza”, sem que seja evidenciado que as amarras para atingi-lo estão, justamente, na ordem imposta pelo modelo neoliberal que a maioria dos Estados latino-americanos mantém, e que só pode existir e se desenvolver em condições de desigualdade.

Nas tensões anteriormente descritas, entre demandas feministas, democracia e cidadania, evidencia-se o processo de constituição dual dos feminismos e das democracias no continente, aos quais nos referíamos no início e que queremos mostrar neste trabalho. De fato, as pressões exercidas pelos movimentos de mulheres inspirados nas propostas feministas têm aumentado os direitos cidadãos, incorporaram outros direitos, mostraram a estreita relação entre direitos políticos e direitos econômicos, enfatizaram os direitos sociais e culturais, obrigaram os Estados a reconhecerem e subcreverem Convenções Internacionais etc. Nesses processos, os movimentos de mulheres se transformaram de grupos minoritários de sufragistas até chegar a ser um amplo e heterogêneo movimento social, cruzado por identidades diversas, a partir das quais tiveram que lidar com partidos políticos, organizações sindicais e de Direitos Humanos, tratando sempre de preservar a especificidade das suas reivindicações.

Em trabalhos anteriores tenho me referi, em geral, às críticas dos feminismos ao pensamento da modernidade; tenho ressaltado que a modernidade filosófica e política nega as mulheres e o feminino. “A modernidade desde a sua gênese tem afastado as mulheres baseando-se na sua condição sexual”, diz Diane Lamoreaux (2010, p. 44). Quando analiso a modernidade, eu o faço a partir das três categorias destacadas por Charles Taylor (1991), que são: o individualismo, a primazia da razão instrumental e o sentimento de alienação relativo ao que é público; às quais acrescento, para tornar compreensível como a modernidade tem “construído” as nossas sociedades, as exclusões que têm como base e a sua tendência para produzir permanentemente novas exclusões. Neste trabalho irei incluir só um resumo das questões às quais tenho me referido anteriormente para tê-las presentes, e irei desenvolver as contribuições dos feminismos para a reformulação da teoria política atual.

Críticas dos Feminismos ao Pensamento Político Liberal

- Grande parte da teorização feminista tem se dado em torno da dicotomia público/privado, isto é, da separação da vida social em espaços diferenciados com todas as conotações de valorações desiguais que isso implica, tanto para os sujeitos e sujeitas identificados com os mesmos, quanto para as funções que são cumpridas nesses espaços e as relações de poder que são estabelecidas.

As denúncias sobre a situação das mulheres “naturalmente” ligadas ao espaço privado permearam, historicamente, o pensamento político feminista sobre as estruturas e dinâmicas de poder. Dar visibilidade às “habitantes” do espaço privado, tirá-las do anonimato, “politizar” os assuntos considerados privados tem sido tarefas que o feminismo vem desenvolvendo, incidindo nos modos de conceber as relações de poder e os temas políticos e econômicos nas sociedades.

Com diferentes colocações, que vão desde “democracia no país e na casa”, sustentadas pelas feministas na luta contra as ditaduras que assolaram o sul do continente nos anos 1970, até as propostas de *corresponsabilidade* que as feministas socialistas na Venezuela impulsionam atualmente, as mulheres têm resistido e confrontando a

naturalização das relações de poder baseadas em hierarquias de gênero, que têm os espaços público e privado como seus cenários.

Associada à divisão sexual do trabalho, encontra-se a classificação das tarefas reprodutivas e de “cuidado”, que se desenvolvem majoritariamente no espaço privado como secundárias, e que são invisibilizadas e não valorizadas pelo Estado liberal e o liberalismo. A partir do feminismo latino-americano foi proposta uma “ética do cuidado” como um valor público para a construção da cidadania. O “cuidado” é proposto como responsabilidade social e não como uma situação individual (Alba Carosio, 2009).

- Críticas ao sujeito universal da modernidade. A ideia de “um sujeito” que representa aqueles que são considerados possuidores dos direitos cidadãos nas diferentes épocas foi fortemente denunciada pelo feminismo, por razões fundamentadas: a primeira delas é que no seu enunciado inicial tinham-se em mente os homens. Apesar de ser uma proclama “universal”, o “sujeito” concebido como portador de direitos, e parte do contrato social, tinha as condições e qualidades que só alguns homens podiam possuir. Além disso, “o mito da universalidade construído sobre o modelo de um homem branco, educado, de classe média, heterossexual, adulto e sem deficiência física, foi traduzido não somente na limitada participação dos grupos diferentes no âmbito do público, mas também na discriminação e no pressuposto da inferioridade, onde ser diferente à norma terminou por ser anormal” (Ochman, 2006, p. 65).

As razões dadas para que as mulheres não tenham acesso ao contrato social, fonte de todos os direitos na modernidade, foram debatidas e explicadas pelas feministas, evidenciando-se que as mulheres, nas palavras de Carole Pateman (1989), não podiam acessar o contrato social porque estavam atadas pelo contrato sexual. O exame que realiza essa pesquisadora, dos modelos contratualistas de Hobbes, Rousseau, Locke, permitem a ela visualizar como esses modelos, que atravessam as bases das sociedades democráticas contemporâneas,

foram fundados com base em contratos que excluíram historicamente as mulheres a partir da “crença” de que a mulher está naturalmente privada das capacidades do indivíduo; dessa forma, a diferença sexual foi cristalizada em diferença política. A análise de por que o olhar dos teóricos contratualistas se projeta a partir do direito patriarcal, e a certeza de que o Ocidente ignora metade da história sobre como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres se estabelece a partir do contrato, deram o apoio necessário para a sua teoria do Contrato Sexual (Agra Romero, 1995). Essa constatação não está ultrapassada, ainda hoje, no século XXI, mulheres de diferentes latitudes não são consideradas sujeitas de direitos, mas propriedade de homens aos quais estão atadas pelo contrato sexual. A proposta de Carole Pateman é um convite para uma nova interpretação dos modelos contratualistas: enquanto o Ocidente examina o contratualismo como a história da liberdade dos cidadãos, ela propõe estudá-lo como a história da submissão das mulheres, porque a história das liberdades públicas é a história da submissão doméstica. Essa é a perspectiva que tiveram os estudos feministas sobre a situação das mulheres no contrato social. As mulheres têm feito longas lutas pelos seus direitos civis, avançando na democratização das relações familiares; foi conquistada em quase toda a AL a eliminação da subordinação da mulher no casamento, a separação de bens, a guarda partilhada dos filhos e filhas, o reconhecimento dos direitos econômicos nas sociedades conjugais etc. Entretanto, em nenhum país foi conquistada equidade na distribuição das responsabilidades e tarefas entre os sexos. Com relação aos direitos políticos, as demandas das mulheres têm se dado pelo reconhecimento como sujeitas para ter acesso aos direitos cidadãos e para torná-los reais. Neste assunto muito tem se argumentado e demandado, a começar pela inclusão em condições de igualdade nesse espaço chamado cidadania que possibilita a existência política até, atualmente, o reconhecimento das legítimas diferenças e da igualdade de direitos, em uma espécie de cidadania amigável baseada em um universalismo diferenciado que “conjugue” o universal e o particular (Lister, 2002).

- Ao modo de compreender a “participação política”. Desde sempre os movimentos de mulheres têm mostrado que a participação política não pode se limitar aos espaços e modalidades que oferecem as margens liberais, que na sua versão “neo” entregaram boa parte dos “assuntos públicos” ao mercado. A democracia liberal tem enfatizado o ideal de cidadania nos traços próprios da liberdade: eleição e participação, baseados no princípio da autonomia. O feminismo tem mostrado que o liberalismo não fornece, nem pode fornecer, as condições para que a autonomia seja real e igualitária. Os estudos de gênero, de um lado, mostraram as lacunas na educação, na saúde, no emprego, que incidem nas possibilidades reais de se ter autonomia e capacidade de participar. De outro lado, mostraram que as concepções sobre a participação são limitadas, tendo sido reduzidas, em alguns casos, ao ato de votar. Não se deve minimizar o fato de que uma parte significativa das pessoas com direito a voto na AL não esteja cadastrada ou, caso esteja, não participe das eleições.⁸ Além disso, os critérios de representatividade são insuficientes, e de fato as mulheres têm lutado para ser parte desses espaços de decisões. As propostas de cotas e mais recentemente de paridade com *alternância*, bem como as inúmeras formas que foram pensadas para fazer com que as suas demandas cheguem aos poderes legislativos, evidenciaram a distância e as dificuldades de encontro aos eleitores, eleitoras e eleitos (majoritariamente), contribuindo com as suas experiências para gerar alertas e preocupações nas sociedades latino-americanas sobre estes “*déficits*” das democracias liberais.

Foi impulsionada também a *desmasculinização* da linguagem política, e a “representação real dos interesses específicos de gênero” - e não a sua suposta inclusão em universais (o que é muito comum), cujo vozerio está presente em “representantes”, masculinos ou femininos, com os quais não se identificam.

- A forma como foi pensada “a nação”. Os estudos das mulheres têm se ocupado de diversas situações referidas à “nação” devido a que “essas

comunidades imaginadas” (Anderson, 1991), a maior parte das vezes, excluíram-nas ou limitaram e utilizaram para a sua representação simbólica. Nós insistimos, em trabalhos anteriores, que as várias representações da “nação” como figuras femininas, além de ocultarem a ausência “real” das mulheres nos espaços políticos, reafirmam os papéis atribuídos às mulheres como reprodutoras dos grupos étnicos - que se pretendem representativos da nação, excluindo os grupos *subalternizados* -, e de cuidadoras da cultura dominante, conforme têm destacado Floya Anthías e Nira Yuval Davis (1989; 1997), entre outras autoras. As feministas chamaram a atenção para o fato de que a nação moderna está assentada sobre a base da exclusão das minorias e das mulheres, e que a tarefa em aberto da democracia é potencializar a liberdade e a diversidade dos seus cidadãos/ãs. De fato, o moderno Estado-nação constituiu-se como uma forma de organização muito diferente das formas “pré-modernas”, desconhecendo a importância das relações sociais que se desenvolviam sem a intervenção e o domínio do poder público, como eram as de parentesco e comunitárias, nas quais as mulheres tinham papéis relevantes.

- Com a história oficial sobre a cidadania. A historiografia a partir do feminismo mostrou o caráter antropocêntrico da história oficial sobre a cidadania, que compila os grandes marcos históricos da cidadania masculina: as revoluções que colocaram um ponto final ao antigo regime, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão etc. Tem sido trabalho de historiadoras feministas dar visibilidade às demandas e contribuições das mulheres para a construção da cidadania, bem como aos esquecimentos e manipulações da história oficial. A partir do feminismo foi proposta uma reflexão específica em torno da conceitualização e evolução histórica da cidadania, incorporando a história das mulheres na História, definida como “história política”. Este trabalho tem implicado numa reconceitualização dos fundamentos políticos da igualdade, cidadania, representação e democracia (Agudo, 2005).

(...) a tarefa em aberto da democracia é potencializar a liberdade e a diversidade dos seus cidadãos/ãs.

- Com o olhar binário e o império da razão que esquece que os e as cidadãs têm corpos sexuados que são determinados a partir do poder. Os feminismos restabeleceram o corpo como espaço de resistência e, também, de encontro com outros sujeitos que rejeitam o disciplinamento e a normalização patriarcal. A centralidade do corpo na ordem capitalista contemporânea, que faz dele e dos seus usos um dos principais espaços de contradição social, revelam a sua importância como campo teórico e político. Historicamente, o corpo das mulheres tem sido controlado por meio de leis e estruturas sociais e morais. O Estado, ao impor políticas reprodutivas; as Instituições religiosas que têm buscado reger a sexualidade; e o mercado que o transforma em objeto de troca, têm procurado expropriar o corpo das mulheres. A partir do feminismo tem se denunciado a mercantilização do corpo e tem se defendido o direito das mulheres, e das pessoas em geral, a decidir sobre os seus corpos.
- Disputas com os imaginários políticos dominantes. A incorporação das mulheres no espaço público desestabilizou e contribuiu com outros conteúdos para as significações sociais imaginárias da política. No processo de constituirmo-nos como sujeitas políticas (cidadãs), as mulheres confrontamos inúmeras dificuldades, dentre as quais se destaca, pela sua importância, esse conjunto de “crenças” fortemente enraizadas sobre a nossa relação com a política. Como ressalta Gabriel Cocinamo: “Se, a partir da história mais recente, a mulher tem começado a abrir *espaços de poder*, o velho lastro do sistema patriarcal não desapareceu, e sobrevive nas *pegadas* culturais impregnadas no imaginário social, nos meios e nas instituições latino-americanas” (2005, p. 1).
- O falocentrismo tem dominado a atividade política e alimentado os imaginários políticos desde o período fundacional das repúblicas, com avaliações positivas sobre o heroísmo e outras características consideradas masculinas. Foi por meio da presença nos espaços políticos e da prática que as mulheres introduziram outras qualidades, apesar dos processos de mimetismo do qual são vítimas, favorecendo mudanças

nas estruturas do pensamento que consideraram as mulheres inadequadas para o desempenho de funções públicas fora da área dos seus “dotes naturais” e, mais diretamente, em espaços de tomada de decisões. As mudanças produzidas pela presença de mulheres nas presidências e em outros poderes públicos em vários países na AL foram significativas. Além disso, não é de se ignorar que as meninas possam imaginar-se desempenhando esses cargos e não tenham perante si só o exemplo das figurações tradicionais que o padrão de poder dominante atribuiu às mulheres.

Como podemos observar, o feminismo tem contribuído historicamente com a mudança de valores, leis, costumes, práticas e hábitos assentados no poder patriarcal, isto é, tem pressionado, entrado em conflito, resistido e confrontado o padrão de poder dominante. Quase no final do século XX, conseguiu que fosse reconhecida a universalidade dos direitos das mulheres, fato histórico que redimiu simbolicamente a sua qualidade de sujeito coletivo e individual. Neste novo século, as feministas do Sul se reconhecem como parte dos movimentos sociais alternativos, e compartilham agendas que dão conta de boa parte das tensões civilizatórias.

Um Novo Momento para os Feminismos na Região

Atualmente, na AL são desenvolvidos diversos processos de redemocratização política, em países que apresentavam condições de desigualdades e exclusões estruturais. Esses processos são complexos, vulneráveis, contraditórios e dissimilares; mas sem dúvida representam e têm significado mudanças sociais e políticas, no sentido de maior equidade, inclusão e protagonismo dos setores sociais historicamente marginalizados. Os debates atuais sobre cidadania na AL, impulsionados e impostos por movimentos e manifestações sociais, põem em questão o conjunto de práticas políticas inscritas no ideário do Ocidente, que gestaram e moldaram as ideias dos grupos dominantes sobre democracia e cidadania. A cidadania já não é um terreno exclusivo do liberalismo, em qualquer uma das suas versões ou de seus pressupostos básicos, bem como as políticas de cidadania são um terreno em disputa. Os movimentos sociais do continente estão produzindo novas dinâmicas

e abrindo espaços de encontro, onde se manifestam a complexidade das diferenças e as necessidades de articulação. Nos dias de hoje, é colocada, para as feministas, a necessidade de novas estratégias, novos temas e, sobretudo, novas perspectivas de abordagem de velhos e novos problemas.

O feminismo na América Latina tem se tornado, como destaca Sonia Álvarez “[...] um amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico campo discursivo e de atuação/ação. Multiplicam-se os espaços onde as mulheres que se dizem feministas agem ou podem agir [...] envolvidas não somente em lutas classicamente políticas [...] mas simultaneamente envolvidas em disputas por sentidos, por significados, em lutas discursivas em batalhas essencialmente culturais” (1998, p. 10).

Com relação à “cidadania”, o feminismo na AL tem, particularmente nos Estados onde tem se dado início a processos contra-hegemônicos, o desafio de gerar uma teoria e prática que não seja somente não sexista, não racista, nem patriarcal, que não esteja enviesada pelos valores ocidentais que inferiorizam as nossas identidades; mas que, além disso, tenha a capacidade de contribuir para *des-organizar* o Estado tradicional e as suas instituições, e contribuir com novas institucionalidades. Avançar para sociedades mais democráticas resulta numa tarefa difícil, se considerarmos que a região tem se caracterizado desde sempre por relações desiguais e pela discriminação e a exclusão de grande parte da sua população.

Desejo destacar as oportunidades que as feministas tivemos, e temos, para contribuir nos processos de construção de novas realidades institucionais na AL, como tem ocorrido com as Assembleias Constituintes na Venezuela, Bolívia e Equador, nas quais as mulheres organizadas conseguiram incidir de maneira importante. Diferentemente do passado, onde os processos de construção institucional foram desenvolvidos sem dar atenção às diferenças e desigualdades de gênero, e as mulheres chegamos “tarde”, e com grandes dificuldades, a espaços e estruturas institucionais já consolidadas.

As feministas do Sul compartilham agendas que dão conta de boa parte das tensões civilizatórias.

Na Constituição da República Bolivariana da Venezuela, promulgada em 1999, puderam ser introduzidas demandas do

movimento amplo das mulheres, que participou ativamente na Assembleia Constituinte. Foi elaborada com linguagem não sexista, o que tem incidido de maneira significativa na linguagem utilizada na política. Incorpora-se a perspectiva de gênero nas políticas macroeconômicas, reconhece-se o valor econômico do trabalho doméstico e o direito das donas de casa à seguridade social; reafirma-se a igualdade entre os seres humanos. Foi dado o *status* constitucional e a prevalência da hierarquia aos tratados, pactos e convenções relativos aos Direitos Humanos, assinados e ratificados pela Venezuela, com isso a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (Cedaw) e a Convenção de Belém do Pará (Art. 23), principais instrumentos internacionais pró-igualdade, têm plena vigência. Com relação aos direitos sexuais e reprodutivos (Art. 76) foi expressamente estabelecido “o direito a decidir livre e responsabilmente o número de filhos e filhas que desejarem conceber e a dispor da informação e dos meios que lhes garantam o exercício deste direito”⁹.

No Equador, entre 2007 e 2008, uma Assembleia Constituinte formulou uma nova Constituição. O movimento das mulheres e o ex-Conselho Nacional das Mulheres (Conamu) elaboraram uma proposta de gênero chamada “Agenda das mulheres”, e realizaram atividades de *lobby*, assessoria e incidência. A nova Constituição estabeleceu o Equador como um “Estado social de direito” que garante os Direitos Humanos, e como dever do Estado “assegurar a vigência dos Direitos Humanos, as liberdades fundamentais de mulheres e homens e a seguridade social” (Art. 1; 2; 3). Com relação ao gênero, as normas constitucionais incluem o princípio da igualdade e da não discriminação, o reconhecimento da pluriculturalidade e da diversidade; a judicialidade dos atos de violência contra a mulher nas esferas pública e privada; o reconhecimento do trabalho reprodutivo e a sua relação com o trabalho produtivo como fonte do crescimento econômico do país; a defesa da paridade e igualdade das condições para ter acesso a cargos de nomeação, representação e tomada de decisões. Os direitos das mulheres indígenas são reconhecidos dentro dos direitos coletivos; e de todas as mulheres em relação com os recursos naturais, a biodiversidade, a soberania, a saúde, a educação, a erradicação da discriminação que afeta às mulheres, adolescentes e crianças, adultas, idosas, indígenas, afrodescendentes e

diversas sexualmente. Além disso, garante o seu acesso em igualdade de condições à propriedade e na tomada de decisões para a administração da sociedade conjugal. A Constituição garante o direito à vida (que inclui o direito a não morrer por causas evitáveis relacionadas com a gravidez, parto e puerpério); a decidir o número e intervalo de filhos; a receber proteção no trabalho durante a gravidez; à assistência sem custo durante a gravidez, o parto e o pós-parto, a gozar do progresso científico e a não ser objeto de experimentação na área de reprodução humana¹⁰.

Além disso, a nova Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia é o resultado de um longo processo de luta de diferentes movimentos sociais que estiveram representados na Assembleia Constituinte (2006-2007). Os povos indígenas e as mulheres, durante mais de quinze anos, atuaram de maneira organizada e permanente, tratando inicialmente de incluir seus direitos específicos nas reformas, e posteriormente na mudança total da Constituição. A nova Constituição consagra a independência entre o Estado e a Igreja. Este é um avanço significativo para que formalmente a hierarquia católica não interfira nas políticas públicas desenhadas para as mulheres. Estabelece, também, a igualdade e equidade de gênero. Os princípios, valores e fins do Estado incorporam este princípio, e é assegurado o acesso dos bolivianos e bolivianas à educação, à saúde e ao trabalho. No sistema de governo, o Estado adota a forma democrática participativa, representativa e comunitária, com equivalência de condições entre homens e mulheres. A Constituição contém normas referidas à prevenção e sanção da violência de gênero e geracional. Toda pessoa tem o direito à vida e à integridade física, psicológica, moral e sexual. Além disso, expressa que todas as pessoas, particularmente as mulheres, têm o direito a não sofrer violência física, sexual, psicológica, tanto na família quanto na sociedade. Também se proíbe a comercialização e o tráfico de pessoas.

Com relação aos direitos políticos, o texto estabelece que “todas as cidadãs e os cidadãos têm o direito de participar livremente na formação, exercício e controle do poder político, diretamente ou por meio dos seus representantes. A participação será equitativa e em igualdade de condições entre homens e mulheres”. Para a representação política fica estabelecido

que na eleição de autoridades será garantida a igualdade de participação entre homens e mulheres. Igualmente, se estabelece que deverá ser adotada uma linguagem não sexista em todos os cargos de representação, em igualdade de condições. Com relação aos direitos sociais, econômicos e culturais, as bolivianas e os bolivianos têm direito à seguridade social, sem caráter lucrativo nem mercantilista, que se rege pelos princípios de universalidade, integralidade, equidade, solidariedade, unidade de gestão, economia, oportunidade, interculturalidade e eficácia; têm cobertura para a maternidade e a paternidade, entre outros. As mulheres têm direito à maternidade segura, com uma visão intercultural, e gozarão de especial assistência e proteção do Estado durante a gravidez, o parto e o período pós-natal. O Estado plurinacional da Bolívia reconhece o valor econômico do trabalho do lar como fonte de riqueza.

Dessa forma, vemos antigas e novas reivindicações para a equidade, sustentadas pelos movimentos de mulheres, inseridas nos textos constitucionais; e não ignoramos que tornar realidade as disposições certamente será ainda mais difícil do que ter obtido a sua inclusão.

Desafios e Demandas Atuais

Uma primeira questão que me parece relevante para as feministas da América Latina é encarregar-se do lugar de enunciação e das vozes que recolhemos. O feminismo em Latinoamérica não tem se mantido livre do colonialismo que impregnou o nosso modo de conhecer. A “colonialidade”¹¹, compreendida essencialmente como a relação de hegemonia e de dominação cultural, mental, que está ligada, mas é distinta e mais profunda que a dominação política e econômica “colonial”, tem se expressado na eleição dos nossos objetos de estudo, nas protagonistas dos nossos escritos, nas histórias que nos interessaram e na forma como as abordamos, isto é, na matriz epistemológica que viemos construindo. Sem dúvida, os estudos feministas evoluíram desde os estudos da “mulher”, que como categoria tinha ressonâncias universalistas, à utilização da categoria “mulheres”, com a qual pretende-se dar conta da diversidade e da heterogeneidade do universo nomeado. Entretanto, a colonialidade do saber faz-se perfeitamente evidente na hora de rastrear o que estudamos as pesquisadoras dedicadas ao gênero

ou à história das mulheres: seguimos de alguma forma o molde europeu e a matriz histórica que deu origem na época moderna ao movimento feminista. Não recolhemos, portanto, nem temporal nem socialmente, todo o caminho da luta das mulheres latino-americanas pela sua emancipação. Não se trata de desconhecer as contribuições das experiências de luta e reflexão do feminismo europeu, nem de excluir “as de lá”; trata-se de não agir sob uma perspectiva colonial e de estabelecer relações não hierárquicas, também no âmbito do conhecimento, dos saberes, da memória, dentro da reflexão e prática das lutas pela emancipação das mulheres (Alvites S., 2010).

As feministas da AL comprometidas com os processos de retomada do continente, com toda a sua diversidade humana, como local de enunciação, temos colocado o desafio de contribuir com a descolonização para fazer do feminismo latino-americano uma referência útil e significativa para as mulheres das nações originárias, as afrodescendentes e as mestiças. Este trabalho foi iniciado com os estudos sobre as mulheres invisibilizadas pela história oficial e dá evidências dos importantes avanços no momento atual com os debates localizados na Bolívia, no Equador, na América Central, entre outros.

Uma segunda questão ou desafio tem a ver com a imperiosa necessidade de assumir que nossa (pessoal) perspectiva das relações de gênero não é “universal”. A diversidade e a pluralidade do ser mulher na AL nos obriga, por exemplo, a aceitar que a divisão binária homem/mulher, como opostos hierarquizados não é compreendida dessa forma por mulheres indígenas. Para estabelecer os diálogos e as alianças que solicitamos, e avançar nos processos de democratização das relações de poder, devemos reconhecer as experiências de vida e respeitar as cosmovisões diferentes. Contribuir a partir dos feminismos para a construção de alternativas de pensamento na Nossa América que considerem outras epistemologias, exige pensar desde a complexidade do local de enunciação, desde a fronteira e valorizando outras narrativas. Devemos saudar com entusiasmo que a diversidade tenha se apresentado e tenha sido reconhecida entre as feministas com os cruzamentos de identidades por etnia, identidade sexual, classe, local de moradia, idade etc. O Coro tem agora mais vozes que, além disso, conhecem outras letras e querem cantar novas canções.

*A colonialidade do saber faz-se
perfeitamente evidente na hora
de rastrear o que estudamos*

Um terceiro assunto, sobre o qual desejo tecer algumas considerações, é o que se refere à forma como, até o momento atual, as mulheres pudemos ter acesso à cidadania. Parece-me importante porque apesar de a modernidade ter se tornado mais inclusiva, pela pressão dos grupos antes excluídos, considero que as bases nas quais se sustentam as inclusões incidem fortemente nas definições de identidade dos e das *novos/as* sujeitos/as (Lamoreaux, 2010). No caso das mulheres, como destaca Carole Pateman (1989, p. 195), esta inclusão se fez por seu pertencimento específico de sexo e em nome da maternidade social. Esta situação determinou que a cidadania das mulheres seja particularista. No caso da América Latina, é evidente que os avanços que com maior facilidade conquistamos as mulheres foram sob a identidade de “mães” e não de mulheres. Isso dificulta muito mais atingir as condições a que temos direito como sujeitas, independentemente do papel reprodutivo e do eixo das famílias, como são os direitos sexuais e reprodutivos, as garantias trabalhistas etc. Não faço estes comentários como uma constatação do passado, mas pela necessidade que temos de superar esta “identidade” de mães com a qual fomos reconhecidas como cidadãs e *cuidadãs*, que tem nos pesado nos espaços de gestão aos que tivemos acesso, e as funções que nos foram atribuídas¹².

A justificativa de todos os avanços jurídicos e políticos obtidos se deu pela “contribuição à sociedade”, pelas responsabilidades sociais e familiares das mulheres, e não por que as mulheres, como indivíduos, em si mesmas, tenhamos direitos. Refiro-me ao que Marcela Lagarde entende como a mais radical criação feminista perante a histórica desapropriação patriarcal do *ser para si* nas mulheres. Marcela Lagarde (1986) batiza como *mismidad* o processo de transformação que supõe que as mulheres se encontrem a si próprias, que possam construir seus projetos de vida sem estar em função dos demais. Estes processos complexos *per se*, dificultam-se de maneira significativa quando o entorno social e cultural identifica as mulheres principalmente com a maternidade. Ocorre então que no espaço público a identidade social foi imposta acima da identidade individual. Iris Marion

Young sustentou que para os grupos sociais historicamente excluídos a identidade pessoal e a identidade social são dificilmente dissociáveis, já que são constantemente reduzidos (pelo poder) ao seu pertencimento a um grupo (1990, p. 43). Em tempos e projetos de inclusão importa que a forma como se faça favoreça a realização plena das mulheres e não reafirme as amarras aos seus papéis biológicos. Este anseio seria concretizado quando formos consideradas “cidadãs mulheres” e não “mulheres cidadãs”.

O quarto assunto refere-se ao problema do reconhecimento da diferença, que é um dos eixos temáticos principais abordados como contribuição para a reformulação da teoria política atual. A modernidade, tanto na sua expressão liberal quanto marxista, considerava a diferença “como um acidente, uma circunstância histórica que podia ser eliminada por meio da extensão dos direitos” (Ochman, 2006, p. 65). As realidades que vivemos no continente mostram que não é suficiente a extensão dos direitos, mesmo que esse processo não tenha sido atingido, nem que possa ser atingido; *existem qualidades específicas, identidades, situações e circunstâncias que requerem de uns direitos “outros”*. Esta foi uma das reivindicações do feminismo, o direito ao reconhecimento das diferenças, sem que as mesmas impliquem em desigualdades sociais, jurídicas, políticas e econômicas, isto é, conjugar liberdade e igualdade incluindo a diferença no conceito de cidadania.

Algumas das posturas feministas compreenderam que o reconhecimento e a plena vigência dos Direitos Humanos, considerados “universais” não implicam em homogeneizar a humanidade que é diversa. As coletividades e as pessoas devem ter direito e liberdade para escolher a sua própria forma de viver, como parte dos Direitos Humanos, isto é, que o reconhecimento pelo direito à diferença deve ser tão “universal” como os outros direitos, que por outras questões, não foram universalizados, devido a causas que as feministas ressaltaram reiteradamente: os direitos requerem “condições” materiais para se tornarem reais.

Não são poucas as questões que surgem com estas colocações que parecem contraditórias. Como pode a universalidade dos direitos coexistir com o pluralismo cultural, de gênero, de grupos, que expressam a sua diversidade? Como conciliar ou conviver com estas contradições e tensões

é um dos desafios que têm colocado os processos de criação de outros Estados e outras formas de associação humana, que questionam as concepções tradicionais sobre o “Estado-nação”. A “nação” como conceito, e em seu caráter de identidade histórico-cultural, foi redefinida e modificada nos últimos tempos pelas dinâmicas da globalização, e pelas propostas de compreendê-las como “construções sociais, marcadas pela ideologia” (Anderson, 1991; Wallerstein, 1991) que foram definidas também pela exclusão. Os Estados-nação na AL foram construídos com a imposição de identidades homogêneas (em um continente com identidades diversas) que viabilizaram o projeto moderno.

Frente às novas situações, as feministas colocam velhas questões que têm como pano de fundo as demandas de inclusão e reconhecimento das diversidades.

Um quinto e último ponto é o referente às tensões das feministas com os Estados na AL - que continuam tendo uma importante carga patriarcal assentada em seu caráter colonial -, e têm se expressado nas demandas por formas de gestão democráticas, associadas a relações menos verticais, centralistas e excludentes. Estas tensões são concretizadas no momento atual de maneira precisa nas iniciativas de “despatriarcalização” das sociedades, das relações de poder que as sustentam e da política como espaço onde se desenvolvem as dinâmicas de dominação, resistência, conflitos e negociações. Estes processos são possíveis em contextos onde se tem evidenciado os traços coloniais dos sistemas sociais e políticos, e questionados, ainda que de maneira incipiente, os traços patriarcais, já que as relações de gênero não foram assumidas como relações de poder e não foram problematizadas com a mesma intensidade¹³.

A descolonização e a despatriarcalização são pensadas de maneira separadas, e a sua vinculação recentemente começa a configurar-se. Um dos desafios que tem colocado o feminismo nestes contextos é como estender pontes entre os sentidos que se dão para a descolonização e a despatriarcalização a partir da diversidade de identidades e subjetividades das mulheres. Os processos de descolonização para as mulheres são, da mesma forma como foram os processos de despatriarcalização, de desconstrução das

A descolonização e a despatriarcalização são pensadas de maneira separadas, e a sua vinculação começa a configurar-se.

relações de poder nas quais participamos, que nos obrigam a perguntar pela nossa localização individual e social com relação às hierarquias coloniais. Neste processo entram em questão as subjetividades e as relações entre mulheres de diversas identidades étnicas, com toda a complexidade que estas situações apresentam. Reverter o modelo de dominação passa não só pelo acesso, com equidade e igualdade de gênero, aos direitos políticos e civis; mas pela real e efetiva concretização dos direitos sociais. Por esse motivo, são importantes as contribuições que a partir dos feminismos têm sido feitas para mudar os objetivos da atividade produtiva, que esteve regida “naturalmente” por concepções desenvolvimentistas, e introduzir outras noções como a de “bem viver”.

Para finalizar, parece oportuno lembrar que por trás da noção de cidadania, como ressalta Elizabeth Jelin (1997), existe um processo de negociação pelo qual “a cidadania faz referência a uma prática conflitiva vinculada ao poder, que reflete as lutas sobre quem poderá dizer o que no processo de definição sobre quais são os problemas sociais comuns e como serão abordados”. Sob esse ponto de vista, a construção do imaginário moderno do público e privado que vai caracterizar as construções sociais alternativas na América Latina e Caribe está em disputa. Mudar o antigo modo implica, necessariamente, modificar substancialmente a separação e hierarquização entre as atividades e relações que estabelecemos as pessoas, no âmbito público e privado. São nessas experiências (relações de poder) que são definidas as subjetividades e as relações materiais entre as pessoas. Esta não pode ser uma questão individual “conduzida” por “acordos privados”, com base na boa vontade e nas lentas mudanças nas masculinidades; tem a ver com o caráter das sociedades e requer ser atendida como um assunto político.

Por isso, atualmente, uma das prioridades para as feministas é pressionar e produzir mudanças nos modos de conceber, separar, organizar e valorizar os processos, ações e relações que sustentam a vida no espaço “privado”. Enquanto a diferenciação entre as esferas pública e privada

não perder a sua marca de gênero, não poderemos viver em sociedades mais democráticas.

Não é demais repetir que o modo de produção capitalista se sustenta pela reprodução não “valorizada” realizada no espaço privado, e que as propostas alternativas não podem reeditá-la com novas roupagens, assim como também é imprescindível resgatar e preservar as múltiplas formas de resistência à mercantilização da vida, que acontecem no âmbito privado e que constituem hoje um importante terreno de confronto com o modelo dominante nos países que seguem os ditames neoliberais.

As feministas vivenciamos situações muito diferentes na AL. Nos países onde persistem governos ligados aos ditames neoliberais e às tradições de centro-direita (Chile, México, El Salvador, Colômbia, Honduras) cabe a nós pressionar para aumentar os limites das democracias capitalistas, a defesa dos direitos, sempre em perigo entre retrocessos e avanços tímidos; e, além disso, exigir cidadanias mais inclusivas e democracias mais reais.

Nos países que estão realizando esforços para construir por vias alternativas diferentes ao capitalismo e ao liberalismo (República Bolivariana da Venezuela, Estado Plurinacional da Bolívia e Equador), às feministas comprometidas com esses processos tocou vivenciar diariamente as contradições, as deficiências, as tensões entre os interesses gerais dos processos de mudança e as reivindicações históricas do feminismo, e têm que fazê-lo em contextos nos quais tem se revelado com força a heterogeneidade e as diferenças existentes entre as mulheres.

Em ambas as realidades, determinadas pela existência de projetos políticos antagônicos, e nos quais são ensaiadas misturas, só é possível obter avanços com a existência de um movimento feminista que recupere a sua radicalidade, moderada tanto pela globalização da linguagem despolitizada e das agendas de gênero, quanto pelos desencontros entre feministas. Não se trata de sermos um movimento conduzido por um pensamento único; isso, além de ser impensável, contradiz o respeito à diversidade, que como princípio se inscreve nas tradições do feminismo. Trata-se, sim, de abrir e ocupar espaços para dialogar sobre as diferenças, sobre os desafios e as dificuldades que confrontamos nas diferentes realidades que

nosso continente apresenta, e de buscar parcerias com outros movimentos sociais que, da mesma forma que nós, estão comprometidos em abrir possibilidades de futuro.

Referências bibliográficas

- Agra Romero, María-Xosé 1995 (1989) “Introducción” em Pateman, Carole *El contrato sexual* (Barcelona: Anthropos).
- Aguado, Ana 2005 “Ciudadanía, mujeres y democracia” em *Revista Electrónica de Historia Constitucional* (Madri) N° 6. Em <hc.rediris.es/06/articulos/html/01.html> acessado em 15 de dezembro de 2011.
- Alcoff, Linda 1999 “Merleau-Ponty y la teoría feminista de la experiencia” em *Mora* (Buenos Aires: IIEGE-UBA) N° 5.
- Alvites S., Lucía Mariana 2010 “Todas somos Hijas de Mamahuaco. Despatriarcalizar y descolonizar el saber” em *PASOS* (Costa Rica: DEI) N° 148.
- Anderson, Benedict 1991 *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (Londres/Nova Iorque: Verso).
- Brown, Josefina 2008 *Libertad, cuerpo y derecho: notas desde una perspectiva feminista* (Buenos Aires: UBA/CONICET).
- Carosio, Alba 2009 “Feminismo Latinoamericano: imperativo ético para la emancipación” em Girón, Alicia (coord.) *Género y globalización* (Buenos Aires: CLACSO).
- Chávez, Patricia *et al.* 2011 “Despatriarcalizar para Descolonizar la Gestión Pública” (La Paz: Vice-presidência Estado Plurinacional) em <http://www.vicepresidencia.gob.bo/IMG/pdf/depatriarcalizacion_rev.pdf> acessado em 26 de julho de 2012.
- Cocimano; Gabriel 2005 “La mujer, una metáfora latinoamericana” em *Escáner cultural* (Santiago do Chile: Red de Artistas) Ano 7, N° 75.
- De Sousa Santos, Boaventura 2006 *Conocer desde el sur* (Lima: UNMSM).
- De Sousa Santos, Boaventura 2009 *Epistemología del sur* (México: Siglo XXI).
- Fraser, Nancy 1996 (1992) “Repensando la esfera pública: una contribución a la democracia actualmente existente” em *Ecuador debate* (Quito) N° 46. Primeira edição em inglês: Fraser, Nancy “Introduction: Habermas and the Public Sphere” em Calhoun, Craig (comp.) *Habermas and the Public Sphere* (Cambridge/Londres: MIT Press).

Gobierno de la República del Ecuador 2009 *Comisión de transición hacia el Consejo nacional de las mujeres y la igualdad de género* em <<http://www.eclac.cl/mujer/noticias/paginas/8/36338/Ecuador.pdf>> acessado em 15 de dezembro de 2011.

Guzmán, Virginia 1999 “Posibilidades y riesgos de la institucionalidad” em *FEMPRESS*.

Jelin, Elizabeth 1997 “Igualdad y diferencia: dilemas de la ciudadanía de las mujeres en América Latina” em *Ágora. Cuadernos de estudios políticos* (Buenos Aires: Grupo Universitario de Estudios Políticos) Año 3, N° 7.

Johnson, Doris 2009 “Género y ciudadanía: el derecho a tener derechos”. Trabalho apresentado no *Seminario Espacio Público y Ciudadanía*. ARCIS.

Lagarde, Marcela 1986 “Democracia Genérica” em *Género y Feminismo, Desarrollo Humano y Democracia* (Madri: Horas y Horas).

Lamoreaux, Diane 2010 “Feminismos singulares y feminismos plurales” em Bastida Rodríguez, Patricia y Rodríguez González, Carla (eds.) *Nación, Identidad y Género. Perspectivas críticas*. (Barcelona: Anthropos).

Lander, Edgardo 1997 “Democracia, participación y ciudadanía”. Palestra apresentada na XVIII Asamblea General de CLACSO *Balance de la producción de Ciencias Sociales en los ochenta y noventa*, Buenos Aires.

Miyares Alicia 2003 *Democracia feminista* (Madri: Cátedra/Instituto de la Mujer/Universidad Valencia).

Mohanty, Chandra 2004 *Feminism without Borders: Decolonizing theory, practicing solidarity* (Durham: Duke University Press).

Pateman, Carole 1989 *El contrato sexual* (Barcelona: Anthropos).

Pautassi, Laura 2000 “Igualdad de derechos y desigualdad de oportunidades: ciudadanía, derechos sociales y género en América Latina” em Herrera, Gioconda (coord.) *Las fisuras del patriarcado. Reflexiones sobre feminismo y derecho* (Quito: FLACSO). Em <www.flacso.org.ec/docs/safisuras.pdf> acessado em 26 de julho de 2012.

Quijano, Aníbal 2000 “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina” em Lander, Edgardo (ed.) *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y ciencias sociales-perspectivas latinoamericanas* (Buenos Aires: CLACSO).

Sánchez Olvera, Alma Rosa 2006 “El Feminismo en la construcción de la ciudadanía de las mujeres en México” em *Revista Itinerario de la Miradas* (Acatlán: FES) N° 63.

Taylor, Charles 1991 *El malestar de la modernidad. La ética de la autenticidad* (Barcelona: Paidós).

Vargas, Virginia 2002 *Los feminismos latinoamericanos en su tránsito al nuevo milenio*. (Una lectura político personal) em Mato, Daniel (comp.) *Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder* (Caracas: CLACSO). Em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cultura/vargas.doc>> acessado em 15 de dezembro de 2011.

Wallerstein, Immanuel e Balibar, Étienne 1991 *Raza, Nación y Clase. Identidades ambiguas* (Madrid: García Noblejas).

Yuval-Davis, Nira; Anthias, Floya e Crampling, Jo 1989 *Woman-Nation-State* (Londres: Macmillan).

Notas

¹ Segundo Virginia Vargas (2002), os feminismos na América Latina começam a se desenvolver a partir dos anos 1970, generalizando-se durante os anos 1980 a todos os países da região. Seu surgimento se deu paralelamente ao crescimento de um amplo e heterogêneo movimento popular de mulheres, que começaram a expressar o seu lugar subordinado nas sociedades.

² Com as especificidades e as heterogeneidades que a denominação engloba.

³ Na América Latina se reconhece como primeira onda do feminismo a fase de luta pelo direito ao voto e à educação. A segunda é identificada como um “renascer” do feminismo nos anos 1960 e 1970, no contexto das transformações contraculturais no Ocidente (Wallerstein, 2004, p. 345; Hobsbawm, 1996, p. 334), o impacto da Revolução Cubana, bem como processos intensos de “modernização e desenvolvimento”, na maioria dos países latino-americanos. Os anos 1980 foram marcados pela resistência às ditaduras e pelas propostas de democratização da vida. Nos anos 1990, pelas denúncias e mobilizações contra o modelo neoliberal.

⁴ No Chile foi fundado, em 1919, o Partido Cívico Feminino a partir da iniciativa de Esther La Rivera, Berta Recabarren, Graciela Mandujano e Graciela Lacoste. No Uruguai existiu o Conselho de Mulheres Feministas de Montevideú (1916-1919). Em 1920 foi fundado em Cuba o Clube Feminino para conquistar os direitos igualitários da mulher; em 1928 foi criada a União Trabalhista de Mulheres para resistir à ditadura de Machado e depois a Aliança Sufragista. No Equador uma das primeiras organizações de mulheres foi o grupo “Rosa Luxemburgo”, que participou ativamente na primeira greve geral de Guayaquil em 1922; em 1920, se organizaram a Frente Feminina Anticlerical e a Aliança Feminina. Na Venezuela as mulheres combateram a ditadura de Gómez, por meio da Agrupação Cultural Feminina, em 1934. Em Porto Rico foi fundada, na década de 1920, a Associação Feminista Popular. No Peru, María Jesús Alvarado criou, em 1915, o grupo “Evolução Feminina”; e na Bolívia foi fundada em 1927 a Federação Operária Feminina de La Paz.

⁵ Também o “nacional” é uma generalização que invisibiliza particularidades locais, étnicas, de gênero e de classe.

⁶ Atualmente, tem se dado um certo movimento de convergência entre todas as correntes feministas: liberal, marxista e socialista, e a radical; assumindo, umas e outras, perspectivas recíprocas.

⁷ Estou me referindo a ter a liberdade de decidir sobre a reprodução e a não reprodução.

⁸ As abstenções constituem um importante indicador da participação política, e podem ser consideradas como um indicador da “disfunção de um sistema democrático”.

⁹ Porém, não se avançou nada na legislação sobre o aborto.

¹⁰ Governo da República do Equador (2009), Comissão de transição para o Conselho nacional das mulheres e a igualdade de gênero.

¹¹ Cf: Quijano (2000) e De Sousa Santos (2006).

¹² Desde as tarefas “naturalmente” identificadas para as mulheres: professoras, enfermeiras, assistentes sociais, passando pelas conhecidas solicitações de ter a responsabilidade de tornar mais agradáveis os ambientes de trabalho, até os ministérios que geralmente nos são oferecidos para conduzir.

¹³ Desde sempre, as feministas mostraram o caráter patriarcal das sociedades da AL como uma das expressões do padrão de poder dominante; o que mudou é que atualmente diversos movimentos sociais têm convergido nas críticas à dominação capitalista que se entrecruza com a patriarcal.

Feminismo e consciência militante feminista no Brasil

Mirla Cisne

“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher; quando muitas entram, muda a política.” *Michelle Bachelet*

Este trabalho é parte dos resultados de nossa tese de doutoramento defendida em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob o título: Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil. Para a construção da tese, realizamos uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. As duas últimas tiveram como foco três movimentos feministas: a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Realizamos sete entrevistas com lideranças de cada um desses movimentos. Embora não sejam retratadas aqui diretamente, gostaríamos de enfatizar que grande parte das reflexões que serão apresentadas a seguir possui base nessas entrevistas. Por isso, aproveitamos para agradecer a todas as mulheres que gentilmente nos concederam as entrevistas, enriquecendo nossa pesquisa bibliográfica e documental.

O objetivo do presente artigo é tecer algumas reflexões sobre a formação da consciência militante feminista como uma referência indicadora da relação entre o feminismo e a luta de classes no Brasil. Antes, porém, de falarmos sobre a consciência militante feminista, cabe-nos esclarecer o que significa a consciência militante. Segundo Iasi (2002, p. 38-39), ela indica uma “consciência política” e denota:

[...] na acepção da palavra, uma consciência associada, coletiva, que se vê como sujeito coletivo de uma transformação necessária. Evidente que também é política a consciência dos sujeitos coletivos que querem manter a ordem, tema que não constitui o objeto deste estudo. Neste sentido a consciência de classe está inseparavelmente associada à ação de classe.

Percebemos, portanto, que a consciência militante está radicalmente articulada com o processo de formação de um sujeito coletivo. Cabe agora o entendimento do que seria, então, a consciência militante feminista. Essa traz consigo uma particularidade em torno do sujeito central que a constitui: as mulheres. Devemos, portanto, partir da análise da construção social desse sujeito individual e coletivamente. De início, perguntamos: como um indivíduo marcado por relações sociais de apropriação¹, dominação e exploração, associadas à ideologia da natureza², adquire uma consciência militante? Como falamos de apropriação, temos, necessariamente, de considerar a formação da consciência também em nível individual. Ou seja: como uma mulher consegue superar a ideologia dominante no tocante não apenas à alienação provocada pela divisão social do trabalho, mas, também, pela divisão sexual do trabalho, pela ideologia da natureza que aliena a mulher de si, no sentido de estar voltada apenas para satisfazer o outro?

Quando falamos, portanto, em consciência militante feminista, referimo-nos primeiramente à percepção da mulher como sujeito individual, o que exige a ruptura com as mais variadas formas de apropriação e alienações dela decorrente, especialmente a ruptura com a naturalização da subalternidade que lhe é socialmente atribuída. Apenas assim podemos

A consciência militante está radicalmente articulada com o processo de formação de um sujeito coletivo.

chegar à dimensão coletiva da consciência militante que, para nós, é expressa na formação de movimentos de mulheres.

Por sua vez, é importante deixarmos clara a nossa compreensão sobre o processo de formação de um movimento social, mais particularmente, sobre a formação de um movimento de mulheres. Utilizando as palavras de Souza-Lobo (2011, p. 178), cremos que:

[...] a formação do movimento não é o resultado de uma relação causal, miséria-demanda ou opressão-reivindicação, ou ainda inversamente: expansão de serviços públicos-necessidades; mas a formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passa pela construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento de uma coletividade. É desse processo que a análise da participação das mulheres nos movimentos pode ser reveladora.

Assim, o alcance dos movimentos de mulheres não se resume às suas reivindicações, tampouco aos seus resultados imediatos. Para compreender o alcance dos movimentos de mulheres é necessário buscar alcançar “outros níveis” de análise, sobre os quais nos esclarece Souza-Lobo (2011, p. 182):

Num primeiro nível ocorrem modificações na esfera das relações familiares e da vida cotidiana, o que certamente gera novos *habitus* na construção social do gênero. Em segundo lugar, de forma confusa e ambígua, mas relevante, se constitui uma imagem das mulheres como personagens nos espaços públicos.

Em outras palavras, o que Souza-Lobo ressalta é a capacidade de ocupação do espaço público-político que o Movimento possibilita às mulheres, além, é claro, das transformações que provoca na sua vida privada, até porque público e privado não são esferas dissociadas. Esse processo de quebra de fronteiras e conquista de espaços obviamente não ocorreu, nem ocorre sem resistências. Poderíamos citar inúmeros exemplos que revelam essas resistências; cremos, contudo, que lembrar a proibição das mulheres de frequentar a universidade já nos é suficiente para ilustrar a

pertinência da luta feminista em romper com resistências e conquistar espaços públicos.

Concordamos com Souza-Lobo (2011, p. 179) ao afirmar que “a dinâmica dos movimentos [de mulheres] não só rompe com as formas institucionais de reivindicação, mas rompe também com as formas internas de constituição dos grupos em ação na sociedade, estabelecendo novas relações entre indivíduos, grupos e sociedade”.

Destarte, Souza-Lobo (2011, p. 183) destaca duas ordens de conclusões sobre a particularidade dos movimentos de mulheres. A primeira é que “a participação das mulheres nos movimentos está fortemente assentada nas ideias de igualdade de direitos que atravessam a história social”. A segunda refere-se à:

[...] particularidade dos movimentos como momentos de estruturação de novas relações entre vida pública e vida privada, e de novas configurações das relações de gênero nas relações sociais e políticas. **Por suas conquistas, às vezes por sua simples presença, as mulheres nos movimentos subvertem a ordem dos gêneros vigente nos espaços da sociedade** (*Idem*, destaque nosso).

A construção do feminismo como sujeito político das mulheres passa pela transformação das reivindicações imediatas e isoladas em uma formulação coletiva da demanda, ou seja, “passa pela construção da noção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São essas várias faces inseparáveis que, juntas, fazem do movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político” (Souza-Lobo, 2011, p. 223).

Nessa perspectiva de compreensão do significado da formação de um movimento feminista, procuraremos explorar a importância do feminismo para a constituição das mulheres como sujeito político individual e coletivamente. Daí a consciência militante feminista ter sido escolhida como fio condutor da análise aqui proposta, pois ela nos oferece a possibilidade de perceber não apenas a organização política de um coletivo em torno de reivindicações comuns, mas também a singularidade de cada mulher que constitui esse coletivo. Assim, quando falamos em consciência militante

feminista, referimo-nos não apenas à formação de uma consciência associada em prol de uma transformação estrutural da sociedade, mas também a uma consciência associada **de mulheres** que adquiriram ciência da sua opressão e exploração. Assim, nesse movimento de formação da consciência militante feminista, as mulheres se percebem e se constituem como sujeito político em prol da transformação radical das relações sociais desiguais de sexo e “raça”, e pelo fim das relações de classe. Em outras palavras, com a formação da consciência militante feminista as mulheres percebem que a luta pela sua autonomia e liberdade individual demanda a luta contra uma estrutura de relações sociais de apropriação e exploração.

A formação da consciência militante feminista

“A consciência das mulheres oprimidas muda a definição em si da opressão.”
Delphy³

De uma maneira geral, conseguimos encontrar como elementos comuns destacados ou demonstrados pelos depoimentos das mulheres entrevistadas alguns pontos indispensáveis para a formação da consciência militante feminista. São eles: 1) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; 2) o sair de casa; 3) a identificação na outra da sua condição de mulher; 4) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; 5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento. Antes de mais nada, é preciso deixar claro que subdividimos esses pontos acima apenas por uma questão didática. De maneira alguma encontramos uma ordem hierárquica de importância entre eles. Ao contrário, cremos que todos se relacionam dialética e organicamente.

O primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem. Processo esse que estamos denominando de **apropriação de si**, no sentido de as mulheres se perceberem como sujeitos e passarem a lutar por sua autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas, a começar com o modelo hegemônico de família e a ideologia de naturalização dos sexos. As mulheres, ao adquirirem uma consciência feminista, passam a

perceber que existem de fato como pessoas, que possuem um corpo que lhes pertence, enfim, que possuem vontades e desejos próprios e que esses têm o direito de ser expressos e vivenciados fora e dentro de suas casas. Assim,

[...] quando os velhos modelos são postos de cabeça para baixo, quaisquer que sejam as razões que desencadearam as mudanças e apesar dos efeitos perversos que acompanham muitas “opções”, as mulheres já não são mais as mesmas. Se foram trabalhar por necessidade, se viraram chefes de família porque foram abandonadas, se são donas de casa porque não conseguem se profissionalizar, o importante é que muitas também se descobriram como pessoas, como sujeito de suas vidas e, por isso mesmo, estão dispostas a deixar o conforto ambíguo da esfera privada para enfrentar o mundo lá fora e para inventar novos sonhos (Souza-Lobo, 2011, p. 251).

A importância da apropriação de si está, portanto, na percepção da mulher como sujeito de sua própria vida, o que necessariamente se associa à superação da ideologia de naturalização do sexo. Afinal, como pensar em uma consciência coletiva voltada para a transformação social se individualmente uma mulher se encontra alienada de si, sem autonomia sobre sua vida e limitada a cuidar dos outros em detrimento de si? Esse processo do apropriar-se de si está radicalmente articulado com o descobrir-se feminista. Passemos a entender o que é ser feminista e o significado que isso alcança para as mulheres individualmente e para a consciência militante feminista.

Segundo Waters (1979, p. 52), feminista “[...] é qualquer mulher que reconhece que a mulher está oprimida como [sexo] e deseja levar a cabo uma luta intransigente para pôr fim a essa opressão” (tradução nossa). Vejamos, pois, primeiramente, o significado da importância individual do feminismo para as mulheres, a fim de percebermos sobre qual base essa luta contra a opressão é construída.

A importância do feminismo em nível individual para as mulheres toca em um elemento fundamental para a percepção da mulher como sujeito social: a confiança em si, que, por sua vez, está relacionada à autoestima.

Como pensar em uma consciência coletiva voltada para a transformação social se individualmente uma mulher se encontra alienada de si (...) e limitada a cuidar dos outros em detrimento de si?

Ou seja, vai desde a autovalorização do seu corpo de forma livre e autônoma do padrão de beleza socialmente imposto até a autoconfiança.

Outra conquista possibilitada pelo feminismo à mulher diz respeito à capacidade não apenas da autoconfiança, mas de se expressar, de se impor, de decidir e, inclusive, de dizer não, algo muito difícil para as mulheres, que historicamente são ensinadas a sempre dizer sim, ainda que em detrimento dos seus desejos, das suas vontades.

Outra dimensão importante em nível pessoal é o cuidado consigo mesma. A mulher que historicamente é educada para cuidar e sempre estar disposta a ajudar o outro, muitas vezes não consegue fazer esse mesmo movimento para si. O feminismo contribui, portanto, para que as mulheres olhem para si e se preocupem com o autocuidado.

Essa dimensão pessoal está diretamente vinculada à dimensão política e coletiva do feminismo. A militância no feminismo, ao desenvolver uma transformação pessoal, leva à luta por transformações estruturais, assim como essa luta por transformações estruturais leva as mulheres a buscarem transformações na sua vida pessoal.

O segundo eixo pode parecer simples ou mais fácil de ser alcançado pelas mulheres. Contudo, ele foi apontado como um indispensável passo para a percepção da mulher como sujeito de si e da sua vida, condição primária e ineliminável para pensarmos a construção da consciência militante.

A experiência de sair de casa geralmente encontra-se vinculada à vivência em um grupo de mulheres ou mesmo em um movimento social, para participar de formações políticas ou de ações de militância, como manifestações, marchas e ocupações. Nas primeiras vezes que as mulheres ousam sair de casa para uma dessas atividades, elas têm duas opções: deixar tudo pronto e ir com o consentimento do marido, ou ir com o conflito estabelecido. Inicia-se aí o significado da luta feminista: ousar conquistar espaços e direitos.

As mulheres utilizam, muitas vezes, essa estratégia inicial de deixar o trabalho doméstico já antecipadamente realizado para conseguirem ir às atividades do Movimento sem provocar tantos conflitos com o marido. Isso demonstra que, de fato, a reprodução social antroponômica⁴ é ainda uma responsabilização feminina. Contudo, aos poucos elas vão rompendo com essa responsabilização, à medida que vão estabelecendo questionamentos e percebendo novos horizontes.

Assim, o sair de casa envolve processos de ruptura com a alienação e o enfrentamento com instituições como a família e a Igreja, bem como com toda a construção ideológica de que a mulher deve estar necessariamente voltada para servir ao outro, ainda que passe por cima de si. Nas palavras de Beauvoir (1980, v. 1), trata-se de desconstruir a concepção da mulher como “O outro”, e o feminismo possibilita isso, à medida que as mulheres vão ganhando autonomia, o que é iniciado com a saída de casa.

O sair de casa associado à busca de autonomia é, pois, um passo para o estabelecimento de novas relações que possibilitam à mulher questionar, tanto ideológica como estruturalmente, o modelo de sociedade em que vivemos.

O terceiro eixo, o perceber-se na outra, ou seja, a identificação na outra da sua condição de mulher, possui uma função fundamental para a formação da consciência, pois contribui diretamente para a desnaturalização da opressão feminina, além de fortalecer as mulheres individual e coletivamente ao perceberem a possibilidade de transformar suas vidas.

Radicalmente articulado ao terceiro eixo, encontra-se o quarto: a importância do grupo e da militância política em um movimento social para a formação da consciência. A participação em um grupo organizado, no caso, de um movimento social de mulheres, possibilita o avanço da consciência de uma rebeldia ou indignação ainda desordenadas (no sentido de não ter uma direção política para o enfrentamento da condição que provoca tais sentimentos, uma vez que não se crê na perspectiva de transformar sua situação), para o processo de organização política coletiva, quando a perspectiva da possibilidade da transformação é estabelecida. Por meio

da organização política em um movimento social, há a possibilidade de se superar a “crise ideológica” da primeira forma de consciência e avançar para a segunda forma de consciência, denominada “consciência em si” ou “consciência da reivindicação”, ou até mesmo de se chegar à consciência revolucionária, também denominada de “consciência para si”, nos termos de Marx.

A ação do grupo “assume a forma, via de regra, de transgressão, de negação do que está estabelecido, de subversão” (Iasi, 2006, p. 521). A construção desse processo grupal, contudo, nunca elimina a dimensão individual do ser social, permeado por subordinações, crises e rupturas. Como explica Iasi (*Idem*):

[...] A *práxis* livre é sempre a negação de determinado campo prático inerte que formou aqueles que agora o negam. O movimento da consciência encontra suas mediações no corpo deste movimento, ora como indivíduos subordinados e moldados a uma determinada ordem, ora habita indivíduos em crise ou em movimento de fusão grupal; em outro momento encontra sua mediação em um ser social que foi além da cápsula individual, se converteu em classe. O ser humano é, sempre, um ser social, mas a forma particular e histórica do ser social sob o capital é de indivíduos.

É no processo de reconhecimento na(s) outra(s) que a experiência individual de cada mulher vai se politizando e ganhando força na dimensão pública que o movimento possibilita para o enfrentamento às opressões. O “viver em comum uma impossibilidade, uma injustiça, uma agressão, uma dor, pode produzir as condições de uma ação conjunta quando se torna impossível manter a impossibilidade, quando se torna impossível encontrar um ponto de acomodação” (Iasi, 2006, p. 367). Em outras palavras, há um processo de fortalecimento coletivo na medida em que as mulheres se percebem como tais, desnaturalizando as opressões e subordinações vividas, o que desloca, portanto, a acomodação para a ação coletiva, e a descrença de que é impossível mudar para a força de luta pela transformação do que incomoda.

É por isso que a metodologia do feminismo prima pela valorização da experiência individual e coletiva das mulheres. A experiência é entendida aqui como uma “resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados [interrelacionados] ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981, p. 15). É por meio do conhecimento, da socialização e da politização dessas experiências, individuais e coletivas, que o movimento vai ganhando forma e as mulheres vão se identificando como os seus sujeitos. Por isso,

Num grupo pequeno é importante que cada mulher disponha de ar e de espaço para que cresçam suas idéias e sentimentos. A ideia é que não há uma disciplina única que possa ser apreendida de cor e passada adiante injetando-a nas pessoas. Pelo contrário, sabemos que **ossos sentimentos e ideias movem-se e se transformam na relação com outras mulheres. Todas nós precisamos nos expressar e contribuir** (Rowbotham, 1981, p. 48).

À medida que as mulheres socializam suas experiências e as politizam, percebem que a sua experiência individual é, também, coletiva. Considerar, portanto, as experiências das mulheres na dinâmica histórica concreta é fundamental para a metodologia de um feminismo comprometido com a transformação da vida das mulheres. Por isso, como nos indica Telma Gurgel (2011, p. 42):

Reafirmamos a ideia do feminismo simultaneamente como uma escolha política e como uma proposta metodológica que se desafia, de modo permanente, a buscar os pontos de intersecção entre as clivagens da condição das mulheres, entre suas experiências vividas que se reproduzem e se retroalimentam das novas concretidades construídas na história social.

O salto para a consciência militante, ou seja, para a percepção da necessidade da ação política coletiva no enfrentamento das opressões e desigualdades, é possibilitado com o engajamento da mulher nos processos de formação e nas ações e tarefas do movimento, que vão imprimindo a perspectiva do tornar-se feminista.

Em outras palavras, o que outrora chamávamos de submissão torna-se, no mínimo, revolta, e poderá conduzir aos estágios mais avançados da consciência. Segundo Souza-Lobo (2011, p. 106):

a ação coletiva integra as humilhações e divisões privadas, um novo sentido é construído através da noção de **direitos**. O movimento que faz emergir a ação coletiva é tecido pelas demandas “defensivas” ligadas pelo fio condutor da dignidade. Através delas as trabalhadoras e trabalhadores afirmam (ou sonham) um outro mundo possível.

O quinto e último eixo diz respeito à formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento. Esse ponto diz respeito ao entendimento de que a consciência militante feminista não se processa apenas com formação política. Tampouco a formação dessa consciência pode se desenvolver apenas com ações políticas, o que levaria ao espontaneísmo. A consciência militante feminista, portanto, desenvolve-se na relação entre ambas, por meio da participação política diretamente realizada pelas mulheres. Nas palavras de Waters (1979, p. 158-159):

As massas não aprendem simplesmente mediante a exposição de ideias ou a ação exemplar de outros. Somente através de sua própria participação direta, se desenvolverá, crescerá e se transformará a consciência política das massas. Somente através de sua própria experiência, milhões de mulheres serão conquistadas como aliadas na luta revolucionária e entenderão a necessidade de safar-se de um sistema econômico baseado na exploração. (Tradução nossa)

Acreditamos que a formação da consciência é articulada por um tripé indissociável: formação-organização-lutas. Assim, com base na nossa pesquisa bibliográfica e de campo, concordamos com a conclusão de Delphy (2009, Tomo I, p. 269; tradução nossa): “A consciência da opressão não é nem anterior nem posterior à luta, ao agir; ela é simultânea, porque é o aspecto consciente da luta; em outros termos, existem dois aspectos do mesmo fenômeno, não dois fenômenos diferentes”.

A consciência militante feminista, portanto, não resulta apenas de uma simples reação às opressões, ainda que essa reação seja fundamental para a formação da consciência. Ela é um *continuum* que envolve um movimento dialético entre formação política, organização e lutas, que vão da dimensão individual, da ruptura com o “privado”, à dimensão coletiva, de organização em um movimento social, partido político ou outro tipo de sujeito coletivo.

Esse *continuum* nos convida a avaliar a atualidade e os desafios do feminismo na conjuntura brasileira.

Atualidade, conquistas e desafios históricos do feminismo no Brasil

Uma das mudanças estruturais que impactou o feminismo brasileiro a partir da primeira década dos anos 2000 foi a progressiva saída das agências de cooperação internacional do Brasil. Ainda que tenhamos de acompanhar mais os desdobramentos históricos desse processo, podemos arriscar algumas avaliações, mesmo que não conclusivas.

A perda do financiamento da Cooperação Internacional fez com que o feminismo tivesse de repensar sua dinâmica organizacional, uma vez que viveu fortemente um período de “onguização”. Todavia, esse contexto possibilitou, da parte de muitas militantes ou até mesmo de organizações, reflexões mais críticas e reveladoras do que significou a institucionalização do feminismo.

Avaliações como essa levaram à percepção da necessidade de superação de uma política institucional para uma intervenção política militante com autonomia, buscando a participação direta das mulheres, ou seja, com a percepção de que as ONGs não representavam o movimento feminista.

Percebemos, portanto, a necessidade da reconstrução do sujeito político do feminismo que as ONGs, no contexto neoliberal, hegemonicamente, fragmentaram e despolitizaram. Percebemos também a mudança na linguagem, que se desloca do nível da representação política, ou seja, de trabalhar *para* as mulheres, para trabalhar *com* as mulheres, ou melhor, sentir-se parte, perceber-se sujeito.

O salto para a consciência militante (...) é possibilitado com o engajamento da mulher nos processos de formação e nas ações e tarefas do movimento.

Outro avanço advindo do contexto de oxigenação do feminismo em relação à influência da ONU foi a possibilidade de atuação para além das chamadas políticas específicas, ou seja, de poder pensar e atuar em uma perspectiva de totalidade, em torno de um projeto societário.

O feminismo brasileiro vem avançando no sentido de imprimir o caráter classista nas lutas, o que leva à possibilidade de radicalização, que foi fragmentada devido à influência da ONU. Há uma guinada no campo do feminismo no sentido de imprimir um caráter popular às suas lutas, com a incorporação das mulheres trabalhadoras como sujeitos do Movimento.

Acreditamos que, de fato, têm havido algumas transformações estruturais em termos de redirecionamento político do feminismo. Por um lado, é incontestável o esforço dos movimentos que investigamos para superar o peso da influência que a ONU e a “onguização” exerceram no feminismo nos anos 1990, porém ainda se verificam reflexos de tal influência. Por outro lado, na correlação de forças brasileira, houve uma dificuldade de se estabelecer lutas de enfrentamento que perpassem alguma forma de oposição ao governo petista, não apenas pelo receio das direções dos movimentos, mas, sobretudo, pela grande adesão popular do Governo Lula. Então, por mais que algumas direções de Movimentos tenham críticas, suas bases, muitas vezes, não as encampam. Além disso, a dependência financeira com o governo foi intensificada após a grande redução do investimento da Cooperação Internacional no Brasil, o que também arrefece a capacidade de crítica e de enfrentamento por parte de muitos movimentos sociais, e não apenas os feministas.

Em que pese a importância da análise da dependência financeira e suas implicações, consideramos que os vínculos políticos partidários podem afetar ainda mais a relação de autonomia em face dos governos.

No tocante às conquistas do feminismo no Brasil, as mais ressaltadas pelas mulheres entrevistadas foram: a consciência feminista; a construção e atuação das mulheres como sujeitos políticos; o avanço em alguns marcos legais, com destaque para a Lei Maria da Penha; o aumento do salário mínimo.

Entre essas conquistas, chama-nos atenção o destaque dado ao processo de constituição da mulher como sujeito, ou seja, muitas respostas vieram

no sentido de perceber a importância da transformação das mulheres no processo de ruptura com a submissão. Essa conquista é a mais valorizada e gratificante para as militantes feministas, o que nos leva a avaliar que o feminismo não tem se limitado à pauta econômica, restrita às necessidades de sobrevivência, mas tem entendido que o despertar pela luta por liberdade é a maior conquista.

Como dificuldades para o feminismo, nossas entrevistadas destacaram: a divisão sexual do trabalho; a autossustentabilidade, tanto no que diz respeito à autonomia como em relação à luta de caráter nacional; a necessidade de organicidade associada à capacidade de ampliação das lutas nacionais; o crescimento do conservadorismo fundamentalista; a fragilidade no debate e na produção teórica feminista relacionada ao processo de mercantilização e descomprometimento social da Universidade; a necessidade de construção de mais unidades nas lutas entre os movimentos feministas, considerando a união campo-cidade; e a necessidade do fortalecimento da pauta feminista em torno do tripé sexo-“raça”-classe.

A divisão sexual do trabalho foi apontada como um desafio, pela dificuldade que impõe às mulheres para se organizarem e se mobilizarem.

A questão financeira e a necessidade da autossustentabilidade e autonomia foram destacadas em praticamente todas as entrevistas. Trata-se de um desafio que impacta diretamente na capacidade de construção de lutas nacionais neste país de dimensões continentais. Assim, associada à fragilidade financeira, há a dificuldade de manter a organicidade de forma contínua, ou seja, de dar desdobramentos às ações realizadas pelos movimentos de mulheres. Isso decorre tanto da dificuldade em definir prioridades, como de dar prosseguimento às mobilizações realizadas para o 8 de Março, por exemplo, que é o momento de maior visibilidade da luta feminista; entretanto, persiste a dificuldade de manter em foco essa luta no decorrer do ano.

A ausência da definição de um programa feminista impede a superação da fragmentação do feminismo, ou seja, da sua subdivisão em intervenções políticas temáticas, o que impacta diretamente na auto-organização das mulheres, por se tornar difusa e não possuir uma referência de totalidade.

Outro grande desafio apontado foi o crescimento do fundamentalismo religioso, que tem aumentado enormemente o conservadorismo na sociedade, com ameaças constantes aos direitos sexuais e reprodutivos já alcançados e maior dificuldade para a conquista de novos e necessários direitos, com destaque para a legalização do aborto. Importante ressaltar que esse fundamentalismo religioso fere a laicidade do Estado e o princípio da democracia e tem exigido um enorme esforço das militantes feministas para evitar recuos nos direitos já conquistados. Exemplo emblemático dessa ameaça de recuo de direitos é a proposta do Estatuto do Nascituro, que passa a criminalizar o aborto, até mesmo nos casos já legalizados no Brasil.

Em relação à fragilidade no debate e na produção teórica feminista relacionada ao processo de mercantilização e de descomprometimento social da Universidade, identificamos algumas determinações: 1) A influência do pós-modernismo; 2) Pouca formulação teórica feminista do Brasil; 3) Dificuldade da confrontação de ideias entre os movimentos feministas ou mesmo a ausência da crítica politizada e democrática; 4) Fragilidade de formação política; 5) A despolitização da Universidade (ou politização à direita) e sua *refuncionalização* no tempo presente, com a qual a mercantilização e o atendimento às demandas empresariais ocorrem em detrimento do seu compromisso social.

Em relação ao desafio de construção de unidade entre os movimentos feministas, a interferência partidária e/ou governamental tem dificultado a sua efetivação, especialmente quando se trata de lutas que possam ganhar alguma característica de oposição ou de confrontação ao governo. Esse tem sido um dilema político entre os movimentos sociais e sindicais no Brasil, não se restringindo ao campo feminista. Outra questão que dificulta a construção de unidade são as disputas e os sectarismos presentes em setores dos movimentos feministas. Tais sectarismos levam muitas militantes a reproduzirem estereótipos e julgamentos, muitas vezes infundados, sobre as demais militantes de outros movimentos que não o seu. Algumas se julgam “mais feministas”, “mais militantes”, enquanto avaliam que as outras são “institucionalizadas”. Esse tipo de avaliação distancia as ativistas, impedindo-as de se conhecerem melhor e somarem forças, ou

seja, de construir unidade diante de tantos desafios que devem nos unir, como o crescimento do fundamentalismo religioso.

Como desafios mais específicos, a AMB (2011) aponta: fortalecer a democracia participativa, institucionalizando o caráter deliberativo das Conferências, vinculando-as aos planos plurianuais, e tornando-as um espaço de prestação de contas do governo em relação às deliberações de conferências anteriores; sustentação do próprio movimento de mulheres e feminista, auto-organizado com autonomia; defender os direitos das mulheres à autodeterminação reprodutiva e desvendar a invisibilidade do trabalho feminino (em particular, das mulheres rurais); combater a discriminação salarial, o trabalho informal e a tradicional divisão sexual do trabalho; firmar o movimento de mulheres e feminista na esfera pública como força política; fortalecer a auto-organização de todas as mulheres, visibilizando a multiplicidade das mulheres brasileiras: negras, indígenas, lésbicas, trabalhadoras do campo e da cidade.

A esses desafios acrescentamos, entre outros encontrados na literatura feminista, um apontado por Telma Gurgel (2011, p. 37) ao feminismo como sujeito político coletivo: “como constituir esse sujeito síntese das singularidades das mulheres, sem perder de vista as trajetórias particulares que as mobilizam como força motriz interior?” (Gurgel, 2011, p. 37). Como resposta a esse desafio, a autora propõe o feminismo como um **coletivo total** (Gurgel, 2004 e 2011), que implica a constituição de dois processos: “o reconhecimento da diversidade e a construção de uma unidade programática que reflita a aceitação das experiências particulares dentro da identidade coletiva” (Gurgel, 2004, p. 43).

O fundamento da defesa do feminismo como um sujeito **coletivo total** está, portanto, no reconhecimento da sua heterogeneidade. Heterogeneidade essa que, segundo Gurgel (2011, p. 44), “decorre das diferentes experiências de opressão das mulheres, enquanto corpo individualizado e sujeito social. Assim, podemos afirmar que as estratégias organizadas pelo feminismo como sujeito coletivo sistematizam as

*O fundamento da defesa do feminismo como um sujeito **coletivo total** está no reconhecimento da sua heterogeneidade.*

formas de enfrentamento e de resistência das mulheres à sua condição de oprimidas e exploradas”. Por isso, complementa Telma Gurgel (2011, p. 44):

[...] na organização programática e operativa do movimento feminista, é fundamental que as diversas objetividades que movem a resistência das mulheres sejam reconhecidas e assumam a mesma visibilidade e potencial de articulação interna do feminismo como sujeito de emancipação [...]. Uma das mediações desse processo é a compreensão do feminismo como um sujeito político de ação, construído nas totalidades parciais da opressão das mulheres em vinculação com a totalidade social na qual sua atuação política autorreflexiva tem um sentido de *práxis*.

Além disso, a categoria de coletivo total evidencia, ainda segundo Gurgel (Idem), “o desafio de se superar os impasses originários da tensão entre os campos políticos no interior do feminismo ao possibilitar, em sua analítica, a interação entre as diferentes interpretações da realidade e entre as diversas maneiras de se construir a *práxis* de transformação do feminismo”. Para tanto, Gurgel (2011, p. 44-45) propõe:

[...] a criação de novos e o fortalecimento de antigos espaços de construção política coletiva, como os encontros e os fóruns de debates e de intervenção política coletiva, organizados a partir de uma metodologia que possibilite a expressão concreta de todas as demandas específicas que compõem o sujeito ‘mulheres’. O que pode possibilitar uma *práxis* de unidade na ação que, sem dúvida, fortalecerá o feminismo nos momentos de confrontos radicalizados com a ordem patriarcal capitalista contemporânea.

O feminismo se desafia, portanto, a empreender-se na construção de espaços amplos de articulação e lutas políticas que consigam mobilizar cada uma das mulheres mediante o reconhecimento de sua particularidade de ser e, ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento das múltiplas determinações que compõem suas experiências de mulher, perpassando, portanto,

as dimensões de classe, “raça”, geração, sexualidade, afetividade, entre outras questões.

A construção de um feminismo que incorpore as particularidades das mulheres, sem cair na fragmentação de suas “identidades”, mas articulando-as em torno de um projeto societário radicalmente emancipatório, segue sendo um grandioso desafio. Para superá-lo, é importante perceber que “a vitalidade dos movimentos é um fator crucial para os processos de transformação social” (AMB, 2011, p. 69), o que exige, por sua vez, a construção da autonomia ante os governos. Somente com autonomia os movimentos sociais, sindicais e os partidos políticos de esquerda podem cumprir o seu papel político com liberdade para resistir, reivindicar e protestar. Por isso, a conquista da autonomia é o maior desafio ao feminismo e aos movimentos sociais, em uma conjuntura atravessada por dificuldades financeiras para os movimentos e de envolvimento manipulatório por parte de um governo supostamente de esquerda.

Conclusões

Pensar a formação da consciência militante feminista exige, antes de tudo, compreender como as mulheres são socializadas e entender que a formação da consciência na mulher, além do enfrentamento das alienações comuns aos homens, também é marcada pela força da ideologia patriarcal e de uma suposta natureza feminina que a situa como inferior, subserviente e “apolítica”. Por isso, é fundamental a existência dos movimentos de mulheres, pois contribuem com a desnaturalização dessa ideologia e, por meio deles, a mulher passa a se perceber e se constituir como sujeito político.

Uma das conclusões que podemos apontar na importância dos movimentos de mulheres é a ruptura que eles provocam na fixação do modelo dicotômico entre público e privado, ou seja, as mulheres passam a articular a sua vida privada com a vida política e social. Tal processo inicia-se com a percepção da mulher como sujeito, o que denominamos de apropriação de si. Esse passo está associado à quebra do confinamento doméstico, quando as mulheres passam a ocupar espaços públicos e a se reconhecerem em

outras mulheres, nas opressões, explorações, apropriações, violências e lutas vivenciadas em comum.

Começa então a formação da consciência militante feminista, que se associa não apenas à formação de uma consciência individual, mas demanda uma consciência coletiva voltada para a superação das desigualdades, explorações e apropriações sofridas pelas mulheres. Para tanto, há a necessidade de se superar as estruturas e relações sociais de dominação, opressão, exploração e hierarquia. Em outras palavras, a consciência individual de uma mulher voltada para a sua liberdade associa-se necessariamente a uma consciência coletiva: a consciência militante feminista. Essa consciência entende que a liberdade de uma mulher exige a liberdade de todas, o que, por sua vez, requer a transformação do sistema patriarcal-racista-capitalista.

É com a descoberta de que as desigualdades e as violências sofridas pelas mulheres possuem determinações comuns, e que, portanto, a liberdade individual só se dará com a liberdade de todas, que as mulheres não apenas vão forjando a consciência feminista individual, mas, também, a consciência militante, ao se associarem e desenvolverem uma luta comum contra tais determinações, quais sejam: o patriarcado, o racismo, o sistema heterossexual e a divisão sexual do trabalho. Assim, **a consciência militante feminista forja-se na força coletiva de mulheres em movimento, inseridas em processos de formação política, organização e lutas protagonizadas pelos movimentos e organizações feministas.**

Todavia, é importante ressaltar que a consciência militante feminista, embora coletiva, seria impossibilitada sem a existência da consciência individual de cada uma das mulheres que compõe um movimento feminista. Nesse sentido, **há uma dimensão subjetiva e individual da formação da consciência militante, ainda que essas consciências não estejam dissociadas.** Muito pelo contrário, acreditamos que **a consciência individual feminista das mulheres é forjada e potencializada no compasso da consciência militante.** É no processo da auto-organização das mulheres que essas consciências são consubstanciadas, pois é onde a autoestima de cada uma das mulheres é fortalecida, ao passo que as mulheres desnaturalizam a ideologia de uma suposta natureza feminina apolítica e submissa.

Esse processo de auto-organização desconstrói o modelo patriarcal do ser mulher nesta sociedade. Um ser que, além de inserido em todas as relações de alienação e submetido a uma forte ideologia capitalista como qualquer outro, ainda é marcado pela sua condição de sexo, que, pela ideologia da natureza, passa a ser **O Outro** (Beauvoir, 1980, v. 1). Tal processo leva a mulher a ser apropriada pelo outro, ao qual deve subserviência, conduzindo-a à perda de autonomia sobre si, sobre seu corpo e sua vida. Assim, se a um trabalhador é difícil romper com a ideologia burguesa para a formação de uma consciência revolucionária, para uma mulher há ainda um passo anterior e, talvez, mais difícil: perceber-se como sujeito e reapropriar-se de si.

O feminismo, portanto, para contribuir com a formação de uma consciência militante, necessita primeiro possibilitar o encontro das mulheres consigo mesmas. Por isso, há a valorização do feminismo quanto à dimensão subjetiva, individual. Sem a valoração das experiências de cada uma das mulheres, o feminismo não consegue constituir-se como sujeito político, tampouco contribuir para a formação da consciência militante. Dessa forma, além da ruptura com a ideologia burguesa, a mulher necessita de uma ruptura radical com a ideologia de naturalização dos sexos e de toda a alienação a ela associada, a começar pela descoberta de si como sujeito, deixando de ser “o Outro”; de ser apropriada para se autogovernar, ou melhor, para apropriar-se de si mesma. Com isso, **a descoberta da força individual das mulheres torna-se, ao mesmo tempo, força política coletiva, já que essa apropriação de si mexe com estruturas sociais** como a família, as igrejas, as escolas, as instituições jurídicas etc. Há, portanto, o estabelecimento de conflitos e enfrentamentos à medida que a mulher sai da invisibilidade, entra na cena política e se constitui como sujeito histórico, ou simplesmente passa a existir politicamente, tendo voz em lugar de medo.

Gostaríamos, ainda, de destacar a importância das lutas concretas para a formação da consciência militante articulada ao processo de formação política. Cremos que a formação política e o processo organizativo e das lutas dos movimentos sociais não podem estar dissociados. Muitos dos depoimentos das nossas entrevistadas destacaram a importância das

O feminismo, para contribuir com a formação de uma consciência militante, necessita primeiro possibilitar o encontro das mulheres consigo mesmas.

lutas para a formação da consciência, uma vez que as mulheres passam a perceber diretamente a não neutralidade do Estado por meio da repressão que sofrem nos processos de reivindicação e manifestação dos movimentos sociais. Assim, de forma mais rápida do que em longos processos de formação, por intermédio da luta de classes, as mulheres vão identificando a que classe pertencem e quais as classes que as exploram e as reprimem. Esse processo deve ser acompanhado da formação política, pois é esta que afastará os riscos do espontaneísmo das lutas e poderá dar profundidade ao entendimento crítico da sociedade em que vivemos, numa perspectiva de totalidade, ou seja, para além do imediatismo e da dimensão econômico-corporativa a que, muitas vezes, as lutas dos movimentos sociais encontram-se limitadas. Em outras palavras, a formação política é indispensável para o salto da consciência em si à consciência para si, isto é, para a formação de uma consciência revolucionária. Por outro lado, a formação política dissociada das lutas pode levar ao teoricismo, quando não articulamos a teoria à realidade concreta. Daí nossa defesa na articulação entre formação e lutas, processo que deve ser mediado pela organicidade, ou seja, pelo envolvimento militante nos movimentos sociais ou em outros instrumentos políticos.

Como contribuições da consciência militante feminista e seu desdobramento em termos políticos para a construção de um projeto societário emancipatório, destacamos:

1. Desvelamento crítico das raízes da consubstancialidade das relações sociais de sexo, “raça” e classe, o que contribui para o entendimento da classe trabalhadora em sua totalidade, ou seja, **desomogeneiza a classe trabalhadora**, compreendendo que ela também possui sexo e “raça”. Essa percepção crítica, por sua vez, possibilita o desvelar das formas diferenciadas e intensificadas de apropriação e exploração sobre a classe trabalhadora, o que, por conseguinte, nos instrumentaliza à luta contra o capital e seus mecanismos de exploração e dominação.

2. A exigência de **um sujeito político revolucionário** que corresponda ao desafio da construção da emancipação humana na sua totalidade, ou seja, um sujeito político que desafie as relações de classe, “raça” e sexo hoje vigentes e se comprometa com a **emancipação humana**.

3. Radicalização da democracia e tensionamento das relações de hierarquia existentes na sociedade, incluindo tais relações no interior dos movimentos sociais, uma vez que esses não estão isentos da incorporação dos valores racistas, patriarcais e homofóbicos, o que tem desdobramentos políticos em práticas conservadoras. Nesse sentido, o feminismo contribui, ainda, com a **radicalização da liberdade** ao buscar a superação dos conservadorismos, dos preconceitos e de todas as formas de opressão, violência, apropriação e exploração.

Por fim, inspiradas pela convivência com a luta feminista, e de uma maneira geral, pelos resultados deste trabalho, podemos concluir que a luta das mulheres é um fato político concreto que não apenas acrescenta um elemento novo à política, mas perturba-o profundamente. E, por que não dizer, revoluciona-o?! Esperamos que os princípios de autonomia e liberdade, bem como a política de subversão e irreverência, que constituem o espírito e o sentido do feminismo desde a sua origem, possam ser revigorados e tenham força de influência e inspiração no movimento de esquerda como um todo, na luta pela emancipação humana.

Referências bibliográficas

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. *Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente*. Brasília: CFEMEA, 2011.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: Fatos e Mitos*. V. 1. 12ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *O segundo sexo: a experiência vivida*. V. 2. 10ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

DELPHY, Cristine. *L'ennemi principal. Économie Politique du Patriarcat*. V. 1. Paris: Éditions Syllepse, 2009.

FALQUET, Jules. *Les mouvements sociaux dans la modalisation néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes* (Amérique Latine – Caraïbes – France). Habilitation à diriger des recherches (mimeo). Paris: Université de Paris 8, 2012.

GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e ideia de Natureza. In: FALQUET, Jules e CURIEL, Ochy (orgs.). *El patriarcado al desnudo: tres feministas materialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu*. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005. [Publicado inicialmente em *Questions Féministes*, nº 2 e 3, fevereiro e maio de 1978].

_____. “Pratique du pouvoir et idée de nature” (p. 13-48). In GUILLAU- MIN, Colette. *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'idée de Nature*. Paris: Côté-femmes, 1992 [1978].

GURGEL, Telma. “O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade” In: *Cadernos de Crítica Feminista*. Ano V, n. 4 – dez. 2011.

IASI, Mauro. *O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002.

_____. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROWBOTHAM, Sheila. “O Movimento de Mulheres e a Organização para o Socialismo”. In: WAINWRIGHT, Hilary (et al.). *Além dos Fragmentos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Perseu Abramo. Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 2011.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WATERS, Mary Alice. *Marxismo y feminismo*. 2. ed. Barcelona, Fontamara, 1979.

Notas

¹ Sobre a categoria de apropriação na perspectiva dos estudos feministas, Falquet (2012, p. 168-169), com base no pensamento de Guillaumin, esclarece: “Guillaumin [...] explica muito claramente que as relações de classe social, organizadas em torno da exploração, se situam em um plano material diferente das relações de sexo e de “raça”, organizadas em torno da apropriação. A apropriação afeta a pessoa como um todo, corpo e “alma” sem medida, enquanto a exploração afeta somente a força de trabalho, mensurada por peça ou em horas. Guillaumin igualmente relatou que existiam dinâmicas históricas de

transformação da apropriação para a exploração. Em particular, segundo ela, a capacidade de recuperar uma parte de sua força de trabalho para vendê-la no mercado, graças ao enfraquecimento da apropriação individual (tanto nas relações de escravidão como de sexagem) permite escapar em parte da apropriação (sobretudo individual, ressalta-se mais uma vez). É igualmente o que analisaram Juteau e Laurin ao afirmarem que o assalariamento feminino foi organizado pela apropriação coletiva. Segundo elas, as transformações dos anos 1980 devem ser analisadas como transformações de reequilíbrio entre a apropriação individual e coletiva”. (Tradução nossa)

² A feminista francesa Colette Guillaumin (2005), em um importante artigo publicado originalmente na Revista *Questions féministes*, em 1978, intitulado *Pratique du pouvoir et idée de Nature* (“Prática de poder e a ideia de natureza” – tradução nossa), oferece uma preciosa análise sobre essa ideologia que naturaliza a subordinação das mulheres. Para ela, repousa sobre a ideia de uma “natureza” feminina a base ideológica dessa subordinação. Uma natureza que supostamente justifica o que seriam as mulheres. Para Guillaumin (2005), é por meio da ideologia naturalista que se legitima a apropriação das mulheres em um processo de coisificação e naturalização irracional do seu ser.

³ (2009, Tomo I, p. 269 – tradução nossa).

⁴ Para Falquet (2012, p. 131-132), o trabalho de reprodução social, no sentido antropônimo (*anthroponomique*), refere-se ao cuidado com a educação das crianças, cuidado com os idosos e com as pessoas doentes, manutenção material das residências, dos espaços de estudo, de trabalho e de vida social. (Tradução nossa)

Mulher, gênero, consumo

Laura Susana Duque-Arazola

O presente artigo tem como propósito trazer a reflexão para um espaço do pensamento crítico feminista sobre a questão do consumo moderno, enquanto fenômeno cultural das sociedades capitalistas contemporâneas. No entanto, apenas a partir dos anos de 1980 as Ciências Sociais e Humanas reconheceram o consumo como *objeto* da indagação e do fazer científico. Foi este um passo de grande relevância no contexto de crise estrutural global do capital em seu “*novo*” ciclo, desde 2008, no bojo de um processo em que as práticas de consumo têm modelado a emergência de novos estratos sociais médios da *base da pirâmide social* brasileira.

As questões aqui discutidas não são conclusivas, uma vez que meu envolvimento com os estudos do consumo é recente, na abordagem e no aprofundamento, desde uma perspectiva feminista de gênero e suas imbricações com as relações de classe e raça.

Nesse processo, embora comecem a surgir estudos do consumo que abordam as relações de gênero como um componente da dinâmica do consumo moderno, poucos são os que o analisam sob uma perspectiva feminista. Acredito que os estudos do consumo estão se tornando um desafio para o feminismo como pensamento crítico e como prática política.

As mulheres são consideradas as grandes consumidoras, devido à “natureza consumista” que lhes é atribuída, visão que está a se transformar em senso comum e já incorporada pelas próprias mulheres¹. A publicidade e a propaganda, enfim, o trabalho de *marketing*, são mecanismos estratégicos do mercado de consumo sustentados pelos padrões culturais patriarcais e pela ideologia de gênero: centrar o consumo na mulher, focar o corpo das mulheres como componente da compra-venda dos produtos². À medida que as mulheres se inseriram no mundo do trabalho com emprego formal, informal, terceirizado, ou como gestoras de seu próprio negócio, passaram a comprar não só para a família, como também a adquirir bens para uso pessoal (beleza, vestuário, academia, estética, estudos, capacitações, entre outros). Só para lembrar, entre as responsabilidades atribuídas às mulheres em função da divisão sexual do trabalho está o manejo do orçamento doméstico, bem como as compras da casa, do marido, dos filhos/as e de outros membros da família. Sua ida às compras, sua presença em supermercados, magazines, *shoppings*, envolve, pois, um consumo que não é apenas para ela, embora interpretado socialmente como tal.

Consumir é uma atividade que ocorre em toda sociedade. Em cada uma delas faz-se uso de todo seu universo material para reproduzir-se física e socialmente. Em todas as sociedades os seres humanos satisfazem suas necessidades básicas e/ou supérfluas, assim como manipulam artefatos da cultura material com fins simbólicos de diferenciação e atribuição de *status*. Os mesmos objetos, bens e serviços que satisfazem necessidades básicas, protegem e abrigam os seres humanos, são consumidos, no sentido de gastos, “esgotados” e utilizados, para mediar as relações sociais e conferir *status*, poder. Construir identidades e diferenciações entre grupos e pessoas, entre elas as que dizem respeito a homens e mulheres. Esses mesmos objetos, bens e serviços oferecem oportunidades de expressarmos desejos e “experimentarmos as suas mais diversas materialidades”, e nossas reações a eles permitem ampliar nosso autoconhecimento. Em toda sociedade histórica esse universo material permite constituir o mundo, os grupos sociais e as subjetividades. Entretanto, elas nem

Sua ida às compras (...) envolve um consumo que não é apenas para ela, embora interpretado socialmente como tal.

sempre foram classificadas ou interpretadas como consumo, como explica Livia Barbosa (2012).

Na sociedade capitalista de final do século XIX (e a nascente sociedade de consumo, nos países capitalistas mais industrializados da Europa e América do Norte); ao longo do século XX; e neste início do século XXI – envolvendo países de capitalismo avançado e em processo de desenvolvimento –, o significado de consumo estendeu-se a inúmeras esferas em que ele não aparecia como na sociedade contemporânea. Refiro-me a um conjunto de bens e serviços que não estão restritos a produtos diretamente comprados no mercado, caso do consumo doméstico no cotidiano, que é produto do trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres, sob a ordem patriarcal de gênero na sociedade burguesa. Outro exemplo é a provisão de serviços pelo Estado (consumo coletivo). Daí falar-se hoje “de acessos a produtos, a bens e serviços” mais do que de venda de produtos. Na sociedade capitalista contemporânea, também chamada de sociedade do consumo (Barbosa 2010; Baudrillard 2010), ou, concordando com Henri Lefebvre (1984, p. 79), *sociedade burocrática de consumo dirigido*, o consumo é compreendido como “um dos mais importantes mecanismos da reprodução social do mundo contemporâneo” (Barbosa, 2012, p. 24). Isso implica desafios teórico-conceituais e metodológicos em diversos campos das ciências sociais e humanas, bem como práticas políticas em face do poderoso mercado e da cultura do consumo contemporâneo, a exemplo do que começa a constituir-se em torno dos direitos e defesa dos/das consumidores/as e da politização do consumo ante as questões ambientais, por exemplo³.

Contudo, concordando com Livia Barbosa, a importância do consumo não deve perder de vista que cidadania, filiações religiosas, tradições, etc. continuam sendo importantes na “demarcação” de fronteiras entre grupos e na construção de identidades. Igualmente, a produção e o trabalho continuam sendo tão ou mais importantes que o consumo. O desafio é apre-

o fenômeno cultural do consumo materializa relações sociais outras que não apenas as relações econômicas (...).

ender e compreender cada vez mais a relação dialética da totalidade produção-distribuição-circulação-consumo⁴ na cultura material da sociedade moderna

e as dimensões culturais e simbólicas da cultura do consumo no mundo contemporâneo.

Sociedade de Consumo e Cultura do Consumo

A sociedade de consumo tem sido explicada de diferentes formas: como sociedade de consumo de massa, sociedade do espetáculo, caso de Guy Debord (1997); de consumo de *signos*, como Jean Baudrillard (2010); dando passo a críticas de caráter moralista sobre o consumo, dada a hegemonia do *bias produtivista* nas Ciências Sociais desde o século XIX até os anos de 1980, segundo a crítica de Daniel Miller (*apud* Barbosa e Campbell, 2012). Outras abordagens a têm conceituado como uma forma particular da sociedade moderna de mercado ou da sociedade capitalista contemporânea, em que o consumo da produção material de bens e serviços (*mundo dos bens*) constitui um fenômeno particular na sociedade contemporânea: o consumo como um fenômeno cultural central na sociedade contemporânea, que permite compreender o mundo contemporâneo. Para Don Slater (2002), Mary Douglas e Baron Isherwood (2009), entre outros/as, esse fenômeno cultural do consumo se traduz na chamada cultura do consumo. Slater (2002, p. 17) concebe a cultura do consumo como “(...) um acordo social onde a relação da cultura vivida e os recursos sociais entre modos de vida significativos e os recursos materiais e simbólicos dos quais dependem são mediados pelos mercados (...)”. Cultura essa “compreendida como algo a ser realizado por meio do exercício do livre-arbítrio pessoal na esfera privada da vida cotidiana”.

Nas sociedades contemporâneas, o fenômeno cultural do consumo materializa relações sociais outras que não apenas as relações econômicas que envolvem o processo de produção capitalista de mercadorias. Envolve também relações que no processo contraditório do desenvolvimento histórico do capital e suas forças produtivas, expressam, para a classe trabalhadora e suas camadas mais pobres, ganhos, conforto, melhoria das condições cotidianas de vida e de sua sociabilidade, corolário “da necessária função civilizadora, do capital”, como explica Karl Marx nos *Grundrisse* (2011). A multiplicidade e a variedade de produtos, de marcas, de funcionalidades diferenciadas, constantemente renovadas pelas novas tecnologias, e sua

Acesso a um certo grau de conforto (...), à praticidade das tecnologias repercute no trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres sem que signifique superação da divisão sexual do trabalho.

produção em alta escala, somando-se a isso a globalização dos mercados de consumo e financeiro (mundialização do capital), têm contribuído para uma produção e consumo de massa de custos relativamente menores; de maior acesso

para as diferentes classes sociais, sobretudo para a classe trabalhadora e as camadas sociais mais pobres, dadas as novas formas do capital financeiro e sua fidelização ao mercado, mediante os cartões de crédito e suas inúmeras parcelas de pagamento para um *mundo de bens* objetos do desejo de homens e de mulheres, segundo sua classe, raça, geração etc.

Nessa sociedade de consumo contemporânea, famílias das camadas sociais mais pobres da *base da pirâmide social* têm tido acesso a um certo grau de conforto, informação e entretenimento (TV, som, DVD, telefonia, tecnologia da comunicação), bem como à praticidade das tecnologias (acesso a produtos da linha branca, tecnologias domésticas, produtos alimentícios industrializados). Isso repercute nos tempos sociais sexuados do trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres (Duque-Arrazola, 2004, 2010a), sem que signifique uma transformação ou superação da divisão sexual do trabalho.

O fenômeno do consumo enquanto cultura de consumo é, também, um processo produtor e mediador de valorizações, significações e simbologias, que afirma identidades e distinções e orienta subjetivamente as relações e práticas de consumo. Este instigante processo torna-se um dos grandes desafios teóricos e práticos de estudos feministas sobre as relações e contradições do capitalismo-patriarcado no contexto da sociedade e da cultura do consumo.

Partimos da compreensão da sociedade de consumo como forma particular da sociedade capitalista contemporânea, por sua vez configurada pela ordem patriarcal de gênero na imbricação dialética das relações sociais de classe, de gênero e raça. Ou seja, uma sociedade em que o consumo preenche uma função acima e além daquela de satisfação de necessidades materiais e de reprodução social comum a todos os demais grupos sociais.

Na sociedade contemporânea o consumo adquiriu uma dimensão e um espaço que nos permite discutir através dele questões acerca da natureza da realidade. O que seria a natureza dessa realidade e sua essência é o que está no centro do debate dos/das autores/as sobre o que é a sociedade e/ou uma cultura de consumo e de consumidores e consumidoras.

Segundo dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE da Presidência da República, divulgados em 25 de setembro de 2012 no SAE Mídia⁵, “o Consumo da classe média deve chegar a 1 trilhão neste ano”: de 104 milhões de brasileiros/as, 53% vivem com rendimentos *per capita* entre R\$ 291,00 e R\$ 1.019,00. E apenas 6% da população brasileira subiram da classe média para a classe alta, no mesmo período. Em 2002 a classe média representava 38% da população. Estima-se que para 2022 represente 57% dessa classe. Pelo que informa a SAE esse crescimento e ascensão deve-se: à redução das desigualdades de renda com a distribuição desta, mediante os programas sociais de transferência de renda; à elevação do nível de escolarização, pois a maioria tem cursado os oito primeiros anos de estudo; além da inserção da força de trabalho no trabalho informal, terceirizado, incluindo a força de trabalho das mulheres.

Um pouco mais de R\$ 80,00 (oitenta reais) é a quantia com que 50 milhões de brasileiros/as (29% da população) sobrevivem mensalmente, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas – RJ. Porém, apesar de sua baixa renda, são auxiliados pelos cartões de crédito, com o pagamento parcelado em 12, 18, 24, 36 parcelas ou mais, aumentando o preço final do produto pelos juros a pagar. Isso acarreta inadimplência, perda de mercadorias, bem como reserva para o segundo plano o consumo de outras mercadorias necessárias à reprodução da vida dos membros da família ou do grupo doméstico familiar, a exemplo dos itens da alimentação, entre outros. Tudo isso tem levado os/as estudiosos/as do consumo a problematizar e pesquisar a cultura de consumo, ou, para outros/as, o consumismo.

Sérgio Nardi em seu livro *A nova era do consumo de baixa renda* (2009) mostra que esta parcela da população é tão

(...) o consumo adquiriu uma dimensão e um espaço que nos permite discutir através dele questões acerca da natureza da realidade.

significativa para o mercado que em 2006 movimentou R\$ 530 bilhões, e em 2007, R\$ 550 bilhões. Em 2012, conforme já salientado, segundo informações da SAE, a previsão era de 1 trilhão de reais. Outros dados por ele veiculados em 2006: dos 46 milhões de domicílios brasileiros, 83% pertenciam à base da pirâmide. No Nordeste, cerca de 10 milhões desses lares constituíam a base dessa pirâmide, a qual é composta por famílias de até três salários mínimos de renda.

Para esta população de homens e de mulheres de diferentes raças e gerações, o fato de não consumir, de situar-se fora do mercado consumidor, tem-na levado a se sentir vivendo uma condição de pobreza e “exclusão”; ainda assim, com os desejos e sonhos de consumo estimulados pela publicidade e pela propaganda. O paradoxal da situação é que muitas dessas famílias vivem em favelas bem próximas de grandes centros comerciais, como os *shoppings*, e/ou trabalham em *casas de família* cujo consumo é diferenciado do delas. Daí não serem raros estudos e ações de *marketing* para atingir este público de potenciais “cidadãos/cidadãs consumidores/as”. Cidadania esta que corresponde a uma das concepções da cultura do consumo e que passa a orientar o “exercício cidadão da compra”.

Estudo realizado por Prahalad e Hammomd em 2002 (*apud* Duque-Arrazola, 2010 b) aponta que apesar de 65% da população mundial receber U\$ 2.000 por ano, constituindo um total de 4 bilhões de pessoas, este é um mercado em potencial ainda não atendido pelas multinacionais, por considerarem tais pessoas desprovidas de recursos para consumir.

No caso do Brasil, pode observar-se ao longo da primeira década do século XXI que esse público, chamado de “nova classe média”, e outro, ainda com menores recursos monetários, passaram a ser alvo de ações e programas “cidadãos” e de “inclusão” social ao mercado. Estes, devido ao grande número de homens e mulheres que os constituem, pressionaram o comércio e mercados locais, chegando a inserir-se nos planos *fidelidade* para o uso do cartão de crédito. É o caso dos supermercados, lojas e magazines de nível nacional, muitas das quais sediadas nos *shoppings*. O outrora elitizado cartão de crédito tem sido aceito também como forma de pagamento nas feiras livres, mercearias e padarias. Um exemplo disso

é seu uso pelas/os beneficiadas/os dos programas de assistência social de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família – PBF e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Também isso pode ser constatado no comércio regional e local, urbano, rural e dos interiores, onde se ampliam os mercados, no processo de expansão e globalização da economia. A baixa relativa dos preços, as facilidades de pagamento e o preço *mais em conta* para os diferentes membros das famílias, que não raro consomem produtos pirateados e contrabandeados, condiciona o que Maria Eduarda Rocha (2002) conceitua como *consumo precário*.

Resta-nos, por ora, seguir correndo atrás das sacolas, para compreendermos nas/nos suas/seus portadoras/es o inesgotável processo da ida às compras.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Livia. *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BARBOSA, Livia e CAMPELL, Colin. *Cultura, Consumo e Identidade* (org.). 4. ed. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2012.
- BOUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- DUQUE-ARRAZOLA, Laura S. *O Lugar das Mulheres nas políticas de Assistência Social: um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco* (Tese de Doutorado), CCSA/Serviço Social/UFPE, Recife, 2004.
- O Sujeito Feminino nas Políticas de Assistência Social. MOTA, Ana E. (org.). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010a, p. 225- 255.
- *O Consumo nas Moradias Populares da Região Metropolitana de Recife* (Projeto de Pesquisa), DCD/NUPEM/UFRPE, Recife, maio de 2010 b.
- KERGOAT, Daniele. Dinâmica e Consustancialidade das Relações Sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 86, São Paulo, março de 2010. p. 92 a 103.
- LEFEBVRE, Henri. *La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- MARX, Karl. *Grundrisse*, São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

NARDI, Sergio. *A nova era do consumo de baixa renda: consumidor, mercado, tendência e crise*, Osasco – SP: Novo Século, 2009.

PAVESI, Patrícia P. e DEZAN, Gilmar. Identidade, Gênero e Consumo de Mobiliário Residencial na Grande Vitória/ES. In: *SINAIS – Revista Eletrônica. Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição n. 4, v. 1, dezembro de 2008. p. 95-117. Disponível em <http://www.indiciarismo.net/revista/CMS/index.php?download=04_08...pdf> Acesso em 2 fev. 2011.

ROCHA, Maria Eduarda. *Pobreza e Cultura de Consumo em São Miguel dos Milagres*. Maceió: EDUFAL, 2002. p. 15-189.

SAMARÃO, Lilianny. O Espetáculo da Publicidade: a representação do corpo feminino na mídia. *Contemporânea*, Nº 8, 2007.1, p. 45-57.

SAE – SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS da Presidência da República. *Nos últimos 10 anos, 35 milhões de pessoas entraram na classe média*, SAE Mídia, Brasília, 25 de setembro de 2012. Disponível em: www.sae.gov.br/site/?p=13361. Acesso em 5 de outubro de 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. *Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e violência masculina contra as mulheres*. Série Estudos e Ensaios/ Ciências Sociais/FLACSO – Brasil, junho de 2009.

SCOTT, Joan, Gênero, una categoria útil para el análisis histórico. In LAMAS, Marta (org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México. PUEG/ UNAM, 1997.

SLATER, Don. *Cultura do Consumo e Modernidade*, São Paulo: Nobel, 2002.

Notas

¹ Segundo Patricia Pavesi e Gilmar Dezan (2008, p. 99), a avaliação das práticas de consumo segundo o gênero - masculino, feminino, LGBT - é significativa em suas revelações com respeito à constituição de identidades e diferenças entre elas/eles, como mostra uma pesquisa quantitativa realizada pelo Programa de Administração de Varejo da USP. Segundo esta pesquisa, 55% das mulheres gostam de fazer compras e apenas 45% dos homens, também. As mulheres ficam nas lojas uma média de 59,78 min., enquanto os homens, 45,82min. Ao comprar, as mulheres se interessam mais por novidades do que os homens. São influenciadas/os pelo movimento das empresas, no momento de fazer a compra, 55,6% das mulheres e 42% dos homens. No tocante ao volume de compra das mulheres, este é maior do que o dos homens, até pelo tipo de móveis da ambientação da casa que elas compram.

² Lilianny Samarão (2007) analisa o quanto e como se dá o uso da imagem da mulher pela mídia e nas novelas como meio de promover a venda de produtos. Tais imagens fazem

parte da cultura da sociedade brasileira, sendo onipresentes e influentes na difusão de signos, símbolos que são usados como mediações da venda das mercadorias.

³ Para um aprofundamento a respeito dessa politização do consumo, ver os trabalhos de Fátima Portillo, entre outras/os.

⁴ Na concepção marxiana, a produção é um todo constituído pela *relação geral entre “produção, distribuição, troca e consumo”* (Marx, 2011, p. 44).

⁵ Para maior aprofundamento, ver <http://www.sae.gov.br/site/?cat=307>

O que pode o corpo?

– um ensaio ao modo de fragmentos dispersos

Vânia Vicente

...aquele que se servir do pensamento sem nenhuma mistura procurará encontrar a essência pura e verdadeira sem o auxílio dos olhos ou dos ouvidos e, por assim dizê-lo, completamente isolado do corpo, que apenas transtorna a alma e impede que encontre a verdade.

Platão – *Fédon*

...aos desprezadores do corpo: não devem, a meu ver, mudar o que aprenderam ou ensinaram, mas, apenas, dizer adeus ao seu corpo – e, destarte, emudecer.

Nietzsche – *Assim falou Zaratustra*

O corpo é nosso meio geral de ter um mundo [...] e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles.

Merleau-Ponty – *Fenomenologia da Percepção*

De início, ao ser convidada a escrever este texto, fiquei entusiasmada. O tema seria o da *corporeidade com foco nas mulheres*, a *filosofia* seria sua via de abordagem. Pensei em muitos fios que me poderiam ajudar a tecê-lo, que lhe seriam caminhos de abertura,

por assim dizer. Pensei na relação entre corpo e experiência, e disto como solo da linguagem e o que poderia decorrer daí em relação ao foco desejado; no corpo como núcleo para tematização do universal e do singular, da igualdade e da diferença; nas ambivalências conceituais da violência, as intersecções entre as chamadas violências material e simbólica. Na memória, no amor e no medo – por que não?

Ora, como a partir do convite para tematizar o corpo abriu-se tão vasto campo de abordagem? Simples: corpo é o que somos. E ser é vastidão. Com efeito, o corpo, literalmente, nos dá a pensar tudo, pois, como nos faz compreender o autor da terceira epígrafe acima, o meu corpo é o meu ponto de vista sobre o mundo e, como tal, termo originário de todo pensamento, toda palavra e toda ação. Mas sobre isso discutiremos um pouco mais à frente.

Fui, todavia, com o passar do tempo, solicitada a focar o pensamento – sim, o foco a que fui demandada quando da explicitação do convite – e me pus com isso em meio a muitas interpelações e preocupações. Duas delas me perseguiram com mais afinco: 1) que especificidades poderiam ser delineadas quando da tematização das questões acima em relação à mulher? E ainda, como o tema da corporeidade se vincula às suas lutas, seus movimentos? E 2) por fim –, e certamente estas são as questões que originam as primeiras – que fecundidade poderá ter a tematização de tal assunto? Isto é, o que nos dá a pensar? O que nos ajudará a colocar em causa, a pensar um pouco mais, sem a prerrogativa de colocar-se contra ou a favor disso ou daquilo; desencadear uma reflexão cujo principal objetivo é a atestação de uma certeza *a priori*; em suma: a vitória final em uma disputa? Se faço tais indagações é porque temo as elucubrações de um pensamento estéril e, bem sabemos, a escrita pode ser, neste sentido, tão tagarelamente eficaz quanto a palavra falada.

A este respeito, ocorreu-me agora uma passagem de Merleau-Ponty – a quem tomarei como companhia mais frequente no fiar das reflexões aqui postas – proferida no seio do seu *Convite à filosofia*, no ano de 1952:

Há razão para temer que também o nosso tempo rejeite o filósofo em si próprio [refere-se à recusa a Sócrates na Atenas de seu

tempo] e que, mais uma vez, a filosofia seja apenas *nuvens* [grifo do autor]. Pois filosofar é procurar, é afirmar que há algo a ver e a dizer. Ora, hoje, quase não se procura. ‘Regressa-se’, ‘defende-se’ uma ou outra tradição. **As nossas convicções fundam-se menos sobre valores ou verdades descobertas do que sobre os vícios e os erros das que detestamos** [grifo nosso].¹

E para completar, segue dizendo na mesma obra:

Se o filósofo [ainda se referindo a Sócrates] fosse um revoltado, chocá-los-ia menos. Porque, enfim, cada um de nós sabe que, exceção feita ao nosso caso, o mundo tal como está é inaceitável; gostamos que isto se escreva, para honra da humanidade, e para o podermos esquecer depois, quando regressarmos aos nossos afazeres. Por isso a revolta não nos desagrada.²

Ora, teríamos certamente, e com razão, sobre este último trecho muitas objeções a fazer, sobretudo se tomássemos como referência o campo das organizações – e suas (seus) ativistas – que se movimentam no sentido da defesa de direitos, da democracia e da justiça social. Numa palavra, no sentido da dignidade sem privilégios. No entanto, posto que aqui as páginas que nos restam solicitam outro foco de tematização – aquele da corporeidade –, tomaremos tais referências apenas como o “pano de fundo”. De uma maneira ou de outra, isso acompanhará a nossa reflexão e nos solicitará honestidade no desfiar do pensamento, dito de outro modo, como a atmosfera filosófica na qual se inscreve este texto: aquela cujo rigor perseguido é radicado na abertura que, como tal, dá-nos o sentido das intersecções e dos discernimentos.

Afinal, para lembrar Heidegger – o pensador controverso e do qual se lança mão para traçar vias bem distintas –: “Um diálogo sem fim não é falta. É sinal do ilimitado que resguarda, em si e para o pensamento, a possibilidade de uma transformação de destino (...). Quem, no entanto, só espera do pensar um asseguramento, e calcula o dia em que o pensamento possa ser preterido e deixado de lado, esse só é capaz de exigir do pensamento autoaniquilamento”³. E a questão que nos interpela sempre

é: como levar juntos pensamento e ação, suas urgências? Como equacionar tempos de compassos tão diferentes? E, se é possível fazer, a que isto nos desafia? Como, em nosso empenho na vida, e em meio às inquietações a que nos referimos aqui, não ficarmos mudos; ancorar-nos, quem sabe, no autoaniquilamento? Talvez, mas isso também não será tratado aqui; uma das possíveis respostas – que não dirime o problema, mas o desdobra em novas considerações, quem sabe mais serenas e, por assim dizer, exigentes – é que haja uma dimensão em que pensamento e ação são traços de um mesmo estofo.

Isto considerado, digo que não adentraremos precisamente nenhum dos temas que me ocorreram inicialmente com o fito de tematização da corporeidade – e explicitados no parágrafo que abre o texto em curso –, mas nos ocuparemos de uma abordagem que busca pensar o corpo na pergunta pelo acesso à verdade, procurando, isto sim, perscrutar os motivos e percursos – ainda que apressadamente – que desabilitaram o sensível, erigiram a fraqueza da carne – e aí inscreveram o lugar da mulher por excelência – e prescreveram a busca abnegada – e heroica – da sua superação, quando se trata de agir e pensar sob o bom crivo da razão.

Neste sentido, pode-se dizer, a nossa abordagem será de cunho ontológico, pois tomará o corpo em seu estatuto existencial constitutivo do ser no mundo, longe de ser um simples objeto epistemológico. Nesta perspectiva buscaremos os traços a partir dos quais poderíamos tecer considerações sobre a corporeidade com foco na mulher e perscrutarmos o que daí decorre em relação aos lugares que lhe foram atribuídos social e historicamente. E também os modos de relação aí sedimentados, seja na esfera pública ou privada, encontrando na diferença o motivo e a sustentação justificada de relações desiguais na fruição da vida, e, nestes termos, na desigualdade de direitos, de condições de poder – poder ser.

Com respeito à ontologia, aliás, sabemos que há no pensamento feminista um longo debate acerca do clássico problema

Pensar o corpo na pergunta pelo acesso à verdade, perscrutar os motivos e percursos que desabilitaram o sensível, erigiram a fraqueza da carne – e aí inscreveram o lugar da mulher por excelência (...).

(...) há no pensamento feminista um longo debate acerca do clássico problema da natureza humana, debruçado em suas vertentes da identidade e da diferença, do dado e do construído.

da natureza humana, debruçado em suas vertentes da identidade e da diferença, do dado e do construído. No empenho de tematização das questões aí circunscritas, enveredaram diferentes “escolas” que, em linhas gerais, Maria Luiza Ribeiro

Ferreira nos fará ver nas seguintes vias: aquela que reúne as partidárias da diferença, cujo relevo será dado à ideia de uma “essência” ou natureza feminina, conotada positivamente e pretendendo impor-se como modelo cultural benéfico; aquela das “defensoras da igualdade que sustentam a androginia, pretendendo homogeneizar mulheres e homens num modelo comum” – e aí entra também a vertente de orientação marxista, para a qual a preocupação preponderante é com a realização de uma condição humana na qual as diferenças sexuais não têm grande relevo –; e, por fim, aquela compreendida de orientações pós-modernas que “questionam a universalidade do sujeito humano (feminino ou masculino), acentuando as divergências, relevando a convivência de múltiplas orientações e dando voz às minorias sexuais”⁴.

Enfim, questões que, não sendo da sua natureza uma resolução final – pois que não se pode ao fim e ao cabo definir o que em certos meios se convencionou chamar *natureza* ou *essência humana*, dizer-lhe o que é, precisar-lhe os contornos e projetar-lhe um devir assertivo –, são válidas no que nos dão a pensar, estranhar e querer incidir... Por vezes, com a astúcia de duma vez por todas “dar as coordenadas” – e ninguém, mulher nenhuma, está a salvo disso –, se acomodam em nuances daquilo que se quer enfrentar: nas pretensões de absoluto que transforma um modo particular em modelagem universal e, deste modo, subjuga diferenças, modos de vida e, em sentido político, modos de ação.

Embora buscando ser persistente na via de abordagem enfim delineada, o texto – como talvez já se tenha percebido – poderá ser assistemático no que toca à recepção de questões que nele se entrecruzam – tais como política, liberdade, ação – e deveras ligeiro na abordagem de alguns pensamentos nele evocados. Em se tratando do ensaio de uma reflexão em

linhas curtas, percursos foram feitos que aqui não se mostrarão senão como pressupostos, dado o caráter do texto. Nisto corremos o risco de um pensamento apressado, ou com lacunas, seja em relação aos filósofos e filósofas aqui retomadas na perspectiva de circunscrição do tema em questão, seja em relação às nuances e ao engendramento da própria questão tematizada.

Tal feito poderá lhes parecer uma postura desatenta para com o trabalho filosófico. No entanto, um pouco inspirada na compreensão ontológica de que cada palavra dita se sustenta em muitas outras silenciadas, um pouco na compreensão de que o pensamento aqui explicitado circunscreve um campo de sentidos implícitos – que o acompanham silenciosamente como solo de compreensão –, o texto segue assim mesmo, como apontamentos que, quiçá, cumprirão o lugar de registro e partilha de uma pergunta, de uma procura e de alguns encontros.

Corpo, pensamento e verdade

Não podemos atingir a vida pelas categorias do pensamento, mas devemos jogar o pensamento nas categorias da vida. As categorias da vida são precisamente as atitudes do corpo, suas posturas.

Gilles Deleuze, *L'Image – Temps*

Em seu percurso, desde a Grécia antiga à modernidade, a interrogação filosófica pela verdade do ser se consumou na busca de uma explicação primeira para todas as coisas, ligando assim a razão a um fundacionismo metafísico, que irá metamorfosear-se numa ontologia e teoria do conhecimento com base na distinção radical entre sujeito e objeto; esta, sob os mais diversos disfarces, irá configurar a resposta que – no Ocidente – o homem dará a si e ao seu mundo ao longo da nossa história. O impulso do pensamento metafísico, podemos dizer, é a vontade de totalização da realidade pelo conceito – o *imperium* da *ratio*, ou o que, emprestando de Leibniz, a contemporaneidade denomina razão suficiente. Como toda totalização é contrária à diversidade e ao movimento, é preciso, pois, resolver o problema da diversidade e da mudança, e tal problema será resolvido ao modo da negação.

Para Parmênides, filósofo do período pré-socrático, tomado classicamente como pai da metafísica, o ser é eterno, perfeito, uno e imutável, não havendo, portanto, lugar para pluralidade e para mudança: não há diversidade de seres, o ser é o que é para sempre. Para Heráclito, que pertence ao mesmo período, no entanto, tudo flui, muda, o *logos* rege a chama permanente da mudança. É este o sentido no qual se insere sua conhecida injunção: “Para os que entram nos mesmos rios, correm outras e novas águas”. Para ele, “o movimento determina toda a harmonia do mundo”, e a razão comum será o critério da verdade: “conhecemos a verdade na medida da nossa lembrança na participação no cosmos, quando pensamos por nós mesmos incidimos em erro”.⁵

Aqui merece alguma consideração esse juízo sobre o pensar por nós mesmos, pois que, sabe-se, um dos marcos da libertação, ou dos discursos que se colocam no crivo da libertação para a liberdade, é a famosa distinção entre autonomia e heteronomia: o agir incondicionado: eu mesma determinando as normas do meu pensamento e da minha ação e, doutra parte, o meu universo normativo determinado exteriormente – Deus, o Estado, um outro que se queira absoluto. Posto isso, o dito acima poderia nos remeter a muitas considerações. No entanto, neste momento, chamemos a nossa atenção apenas para o seguinte: com efeito, tomados os termos com rigor, em última instância o que há é certa reversibilidade entre uma coisa e outra, e a distinção radical entre autonomia e heteronomia não é senão ilusória, pois, em todo caso, habitamos o mundo, somos já sempre com – com os outros, como se diz, e, decerto, o outro ultrapassa o humano. É assim, numa situação de fato, em relações de entrecruzamentos sem fim, que tecemos nossas compreensões, embalamos nossos pensamentos, forjamos e tomamos rumos e, quiçá, assumimos nossa própria liberdade.

Sobre isto, em relação à mulher, lembro-me de ter lido (ao modo de denúncia) em algum lugar que agora infelizmente me escapa, que ela “se constitui heteronomamente” e que “esta ideologia insiste em afirmar a mulher como um ser para os outros”. Ora, pensando bem, todo mundo se faz e se decide assim, na relação. Tocado, se não propriamente por um

outro, pelos outros, pelo mundo e por tudo que é próprio à existência aí. Uma decisão, por exemplo – isto a vida nos ensina –, não é *ex nihilo*, feita do nada, como que de um agora todo novo que coloca entre parênteses o tempo vivido e tudo que se enovela nele, mas abre o vivido em novos (e continuados) rumos, embaralha mais uma vez as *cumplicidades e desarranjos* de que somos feitas.

A questão que se coloca é como nos assumimos na nossa própria liberdade levando a vida em conjunto, isto é, sem o ímpeto – que sempre nos espreita – de alheamento do mundo, das relações de fato, das intersecções silenciosas entre tudo que há; e, neste sentido, da dimensão originariamente política das nossas existências, se tomamos esta última (a política) como dimensão da vida enraizada na necessidade de organizar o exercício de poder, dado o fato – inevitável – de termos de ser com os outros no mundo, como inscrição, pois, do social enquanto dimensão originária e inexorável da nossa existência.

Essas considerações acabaram por me lembrar Hannah Arendt, em *Homens em tempos sombrios*:

São cada vez mais os habitantes dos países do mundo ocidental, que desde o declínio do mundo antigo considerou a liberdade em relação à política como uma das suas liberdades fundamentais, a exercer esta liberdade, retirando-se do mundo e das suas obrigações para com ele. Este alheamento do mundo não prejudica necessariamente o indivíduo; até pode permitir-lhe cultivar grandes talentos, elevando-o ao grau de gênio, e por esse desvio o tornando uma vez mais útil ao mundo. Mas com cada um desses alheamentos verifica-se uma perda quase palpável para o mundo; o que se perde é o espaço-entre particular e geralmente insubstituível que deveria ter sido criado entre esse indivíduo e seus semelhantes.⁶

Decerto, para retomar o início desta conversa, o debate sobre autonomia e heteronomia tem sua validade nos termos daquilo que se quer denunciar – no fiar da nossa prosa, as bases e vias de dominação sobre as mulheres.

Chamam-nos, todavia, a atenção os riscos de análises e amarrações temáticas apressadas, ou não, que deságuam seja em leituras, de certo modo, fantasiosas e, neste sentido, forjadas no alheamento da própria realidade;⁷ seja em perspectivas que, ao fim e ao cabo, inscrevem-se em tentativas – “boas ou más” – de polarização de poder – sobre iguais ou diferentes! –, pois, como dissemos em algum lugar deste texto, os disfarces e subterfúgios do que se quer só – ou dando as rédeas – são muitos. Afinal, há dois modos clássicos de relação que estão sempre a nos espreitar e acompanham-nos vida afora: aquele da *substituição*, que tende à dominação, e aquele da *anteposição libertadora*, que libera o outro – que também somos nós – para o seu próprio *cuidado*, no sentido da diligência, da proteção daquilo que é digno de cuidado. Pois que, sabe-se, a vida, toda ela, é fragilidade; e, posto que nela nunca se é só, permeada pelo conflito.⁸ Tais modos nos acompanham (muitas vezes misturados) em dimensões várias, naquelas das microrrelações, no dia a dia das nossas labutas, e naquelas que se inscrevem em ações mais amplas, que costumamos chamar, em larga escala, de instituições ou movimentações políticas.

Nesse sentido, tendo em vista a imanência da fragilidade ao acontecimento humano e visto que tal acontecimento é, queiramos ou não, radicado no social, o *cuidado* – tradicionalmente atribuído a coisas menores, “sensíveis” e, por assim dizer, de cunho privado/doméstico, donde a delegação de tal tarefa às mulheres e, igualmente, sua refutação por parte delas –, em sentido ontológico/originário, teria na política um dos seus domínios, uma vez que esta seria tomada como expressão social derivativa do cuidado da vida (cuidar de ser) no espaço público. Neste sentido, poderíamos dizer, não é a mulher que deve ser desvinculada da atitude de cuidado por excelência, a fim de instituir a igualdade na esfera pública, mas é o cuidado, nos termos em que falamos acima, que deve se expandir, dando outros contornos à experiência política.

Mas, estávamos, no início deste tópico, voltando a nossa atenção ao pensamento com pretensões de totalização e o que daí decorre em relação ao corpo, isto é, ao lugar que a corporeidade irá ocupar na fruição de tal pensamento. Pois bem, voltemos a isto. Platão responderá ao conflito posto

por Parmênides e Heráclito de um modo particular. Para combater o problema do tempo e da multiplicidade – e, pois, da transitoriedade, da mudança, do inacabamento do pensamento –, ele, Platão, precisava dizer que o que *existe* – isto é, o que está aí no mundo – é falso. Com ele, a mudança será explicada pela dualidade: o sensível muda, o inteligível, não. É este o sentido no qual Nietzsche dizia ser a metafísica *a vingança do homem contra o tempo* e, como tal, vale dizer, contra o corpo, pois que este é, em último caso, a textura daquele.

Com Platão é dado um lugar à diversidade e à mudança, afirmando-se metafisicamente a vigência do inteligível e do sensível, bem como a diferença entre eles. Porém, a este inteligível, constituído pelas ideias, absolutas, imutáveis e perfeitas, temos acesso limitado, na medida em que estamos encarnados(as). Assim, seremos felizes e virtuosos quanto mais nos desatemos do mundo da vida, purificando a alma das misturas corpóreas e ligando nossos desejos às ideias eternas e verdadeiramente reais.

Neste impulso intelectual, Platão radica uma filosofia dualista: mundo sensível e mundo inteligível, singular e universal, consciência e mundo, corpo e espírito, interior e exterior – e, mais tarde, sujeito e objeto –, instituindo uma cisão que perdurará no Ocidente por séculos e séculos e que até hoje, direta ou indiretamente, forma a teia de nossas relações. Para ele, retomando a epígrafe com que abrimos o texto,

aquele que se servir do pensamento sem nenhuma mistura procurará encontrar a essência pura e verdadeira sem o auxílio dos olhos ou dos ouvidos e, por assim dizê-lo, completamente isolado do corpo, que apenas transtorna a alma e impede que encontre a verdade (...). Há algum sentido corporal por meio do qual chegaste a apreciar as coisas de que te falo, como a nobreza, a sanidade, a força, em resumo, a essência de todas as coisas, isto é, aquilo que são nelas mesmas? Conhece-se, tendo o corpo como mediador, o que nelas existe de mais verdadeiro? Ou se

(...) não é a mulher que deve ser desvinculada da atitude de cuidado por excelência, a fim de instituir a igualdade na esfera pública, mas é o cuidado que deve se expandir, dando outros contornos à experiência política.

aproximará mais do fim desejado aquele entre nós que se encontre em maior grau e mais preparado para pensar por si mesmo a coisa que observa e toma por objeto?⁹

A dualidade e sua conseqüente dicotomia assumem conotações valorativas, como vimos acima: a força, a virtude – numa palavra, a verdade – estará naquele que exerce o curioso feito de “isolamento” do corpo, do seu chamariz ao efêmero, às paixões, às coisas inseguras e múltiplas – porque não se deixam segurar, pulsam, e quando pulsam acendem-nos uma clareira que nos faz ver e ver-nos imersas(os) num entrelace sem fim, do qual não temos posse total e pelo qual se tem de responder o tempo todo, não nos deixa descansar: há sempre algo a fazer, a querer viver, a morrer, a nos fazer decair, nos desestabilizar. Estará naquele, pois, que se desocupa das coisas miúdas, díspares e dissonantes que o corpo insiste em nos lembrar. Donde os binômios desigualmente valorizados como universal/singular, ativo/passivo, razão/paixão, ideal/sensível... masculino e feminino.

Segue-se que da ontologia dualista se atribuirá à mulher uma relação essencial – identitária – com o sensível, com aquilo que tudo sente e, sentindo, de tudo (e de todos) se ocupa, com uma tendência para a confusão, pouca disposição para a nobreza do discernimento, para as ideias eternas e, neste sentido, incapazes para a atitude de controle – do corpo, da natureza, do... –. Tendência para o baixo, pois. Ademais, sendo homem e mulher igualmente corpo, aquele da mulher é mais fraco e imperfeito (Aristóteles, *Geração dos animais*). Frágil, por assim dizer. Donde o entendimento de que a mulher seria naturalmente inferior e feita para obedecer ao homem (Aristóteles, *Política*), este, o lado superior do binômio, sendo por excelência vinculado à razão. Será na esteira de tal compreensão que Aristóteles – expoente da oposição valorativa desigual na divisão sexual – dirá ser a mulher um homem incompleto, donde o sentido de complementaridade. Nesta perspectiva, teríamos nos textos clássicos – da Antiguidade (Platão, Aristóteles...) ao que daí se segue – muitos fragmentos a se fazer referência. Mas não só. Trata-se de questões controversas, já que junto a tais referências encontraremos num ou noutro pensador elaborações dissonantes e, como tal, merecedoras de maior apreciação.

Mas aqui o que nos interessa não é tanto a vinculação da mulher ao sensível em oposição ao homem como destinado à racionalidade, senão o motivo pelo qual – na ontologia dualista clássica – é atribuído ao sensível – o corpo – um caráter enganoso, e ao que ele está vinculado, um valor inferior; o afincamento na persecução da razão que daí decorre e os traços que lhe concernem. A retomada crítica das perspectivas do pensamento clássico em relação ao corpo (cárcere, instrumento, objeto) não pretende afirmar que a tradição tenha negado a corporeidade por uma “decisão”, uma “estratégia”. Mas busca compreendê-las como desdobramento do acontecer do próprio Ocidente com bases na metafísica clássica de que falamos acima.

De fato, para o pensamento clássico o corpo não é desprovido de qualquer possibilidade de sentido, não é radicalmente negado; o que se coloca em marcha é a sua destituição como o lugar originário de sentido e acesso à verdade que se poderia tomar como fonte e norte dos nossos pensamentos, interpelações e ações. Ou seja, o pensamento clássico reconhece o sensível, a contingência e a mutabilidade para corrigi-los. Portanto, apreende-os negativamente com a esperança de ultrapassá-los – a esperança aqui pode ser tomada como desejo, porque enveredada racionalmente, e, em última instância, como um delírio (ou fantasia), porquanto desejo de ultrapassamento do inexorável. Esta maneira de pensar vai conformar, de diferentes modos, mas sob a mesma égide, um longo percurso na tentativa de, em face de novas interrogações, dar resposta a questões basilares que nos transpassam vida afora: a contingência e a permanência; o amor, o poder, a necessidade, o *milagre* da coexistência e a morte.

Desta concepção resulta uma compreensão de homem e de mulher como seres dualisticamente partidos e em permanente contradição consigo mesmos. Esse tipo de contradição aparece claramente na famosa divisão kantiana do homem como constituído por um conjunto de tendências para a racionalidade (sua destinação ou seu *télos*) e outro para a animalidade (sua

O que nos interessa não é tanto a vinculação da mulher ao sensível em oposição ao homem como destinado à racionalidade, senão o motivo pelo qual – na ontologia dualista clássica – é atribuído ao sensível – o corpo – um caráter enganoso (...).

perdição). Com respeito à contradição a que nos referimos, não se trata, todavia, de negá-la como dimensão constitutiva do ser – nossos movimentos no mundo da vida –, e sim de estabelecer a sua origem na dualidade de princípios ontológicos antagônicos constitutivos de uma essência humana. O paradigma da transcendentalidade – sempre enraizado na perspectiva de explicação total e, nestes termos, de resolução final – não se restringe, como é sabido, ao uso teórico da razão, mas sim determina igualmente a elaboração de uma filosofia moral e de uma filosofia política.

Decorrem deste vício operativo da reflexão – aquele da *razão solipsista* que “transforma a abertura do mundo em consentimento de si a si, a instituição do mundo em idealidade do mundo”¹⁰ – disposições, muitas vezes “bem-intencionadas”, que acabam por colocar uma “ideia inexistente” e insistir nela contra uma “sociedade real”, isto é, submeter o existente a fim de poder sustentar uma ideia que possa totalizá-lo numa explicação ou num *projeto*, o que se dá seja no crivo do mero exercício especulativo de um(a) intelectual, seja numa filosofia engajada. Tais disposições – sejam elas conformadas num indivíduo, sejam num grupo ou numa organização –, sempre entusiasmadas demais em afirmar a absoluta verdade e eficácia daquilo que propõem, na maioria das vezes preferem chamar de fracas – ou não maduras, por não ter feito ainda a “devida” reflexão – aquelas disposições dissonantes que, assentadas na complexidade de que é feita a vida, não se alinham a certas vias (únicas) de prescrição – do sentido, do pensamento, da ação. Ah! De costume, aquelas também clamam submissão – de um sentido a outro, de um pensamento a outro, de uma ação a outra, de uma organização a outra. É que existe uma ordem hierárquica em suas formulações.

Para fecharmos esta pequena tentativa de retomada da tradição, e nela o escopo do corpo, lembramos Merleau-Ponty ao dizer que

Temos razões para perguntar a nós mesmos se a imagem que muitas vezes o mundo clássico nos passa é algo mais do que uma lenda, se ele também não conheceu a incompletude e a ambiguidade em que vivemos, se não se contentou com o recusar-lhes a existência oficial e se, conseqüentemente, longe de ser um caso

de decadência, a incerteza de nossa cultura não é, antes, a consciência mais aguda e mais franca do que sempre foi verdade, portanto, é aquisição e não declínio.¹¹

No fiar da tradição a que fazemos referência, não foram poucos os filósofos que percorreram caminhos dissonantes, isto é, que buscaram reabilitar o corpo na pergunta pela verdade, ainda que por esquemas e buscas diferentes. Havia, entretanto, entre muitos, pelo menos uma atmosfera filosófica comum, qual seja: aquela que coloca em questão o estatuto da verdade prescrita pelas filosofias dualistas e busca circunscrevê-la na experiência, cujo testemunho desabilita o pensamento em sua pretensão de totalização da verdade pela via da representação¹². Tal perspectiva finca-se numa outra forma de pensar, “um pensamento sensível – ‘em carne e osso’ –, em devir, suscitando a despetrificação do mundo abstrato ou mental, a recusa da diluição da nossa singularidade – o corpo – numa universalidade – ideia – meramente formal.”¹³ Esta, a universalidade, será pensada em outro crivo: se há uma universalidade, esta é existencial, *experiência sensível*, verdade mais que provada pelas operações da reflexão que, ao fim e ao cabo, se vê e se compreende no mundo a cada tentativa de cisão, irrefutável pela própria experiência: “Ora, essa certeza injustificável de um mundo sensível comum a todos nós é, em nós, o ponto de apoio da verdade (...). Nossa segurança de estar na verdade e estar no mundo é uma só”¹⁴.

Corpo, pensamento e fragilidade

O que pode o corpo, pois? Com sua fragilidade, sua queda para tudo sentir e, com isso, sua disposição para o transtorno, para o prazer que dispersa, para as dores que aniquilam; com o seu peso, sua tendência para baixo, sua lembrança, sempre renovada, de um certo fim? Se tomarmos como referência o que dizíamos de início (“Corpo é o que somos. E ser é vastidão”), ele é a condição sem a qual não seríamos – é como corpo que *podemos*. Neste sentido, a corporeidade não é um acidente proveniente de fora em direção a um espírito absoluto – ou puro sujeito de conhecimento –, ora como empecilho, ora como instrumento; não é um conteúdo da experiência entre muitos outros; mas a “nossa inserção primeira no mundo e no verdadeiro”¹⁵ e, como tal, fonte silenciosa do que podemos pensar ou

(...) o corpo nos dá, ao contrário do que professa a tradição, a via para a não alienação do pensamento.

dizer. É, certamente, a este saber instituído desde o corpo que, por exemplo, Descartes deve as suas reflexões elaboradas sobre o *cogito* como fundamento último do sujeito e sobre o dualismo

corpo/alma. Com isto dir-se-ia que “o aparecer sensível não é mais uma negação do ser, mas sua condição como ser: é a forma universal do ‘há’.”¹⁶

Assim, num primeiro esforço de conclusão de resposta à pergunta acima, dizemos que o corpo nos dá, ao contrário do que professa a tradição, a via para a não alienação do pensamento. A experiência corporal não nos deixa alienar o mundo, a realidade – múltipla, complexa e simultânea – em que consiste; dá-nos, com rigor, um pensamento mais aderente ao fenômeno da existência. Levada a sério tal experiência, perceber-se-á que nenhum pensamento, nenhuma via de esperança, nenhuma ação terá em si o invólucro da suficiência – o poder de resolução total –, pois que não se tem posse total do mundo – nem de si mesmo –; ele não é resultado de uma consciência universal constituinte, não espera de nós o assentimento para existir¹⁷. “Toda ação e todo conhecimento”, porém, “que não passam por essa elaboração, e pretendem estabelecer valores que não tenham tomado corpo em nossa história individual ou coletiva, ou então, o que vem a dar no mesmo, escolham os meios por um cálculo e por um procedimento inteiramente técnico, redundam num resultado aquém dos problemas que queriam resolver”¹⁸.

Como fonte, o corpo nos estende a uma multiplicidade impassível de redução. Mostra-nos, porque é dela testemunho, na radicalidade da *coexistência* – e é este o seu outro legado: sensível que é, mostra-se a si mesmo sempre no crivo da existência de outros, pois que ao tocar é tocado, ao ver é visto, seu estatuto é a relação – com as coisas, com os outros, com o mundo. O corpo nos dá um mundo – nos dá ao mundo –; ele nunca é só e, neste movimento, voltar-se para si é também sair de si, voltar-se para o mundo. Nesta perspectiva, a citação abaixo nos parece elucidativa:

Não se pode perguntar por um “portador” do relacionamento, o relacionamento porta-se a si só. Nisto está justamente

seu aspecto maravilhoso. O “quem” eu sou agora só pode ser dito por esta estada e, na estada, está ao mesmo tempo sempre também aquilo com o que eu estou e com quem e como eu me relaciono com isto.¹⁹

Ser sempre já em companhia de – de uma parede que nos cerca, de um chão que nos assenta, de um mar que avistamos ao longe, de um outro com quem falamos ou de um bichano que afagamos – não quer dizer, de modo romântico, estar sempre em boas condições – a parede cai, o chão se abre, o mar afoga, os gatos também arranham e nossos parceiros por vezes matam. É assim a vida, milhares de anos atestam-no, e não doutro modo. É aí que se inscrevem as lutas.

Por fim, dizemos que com a tomada do corpo nos termos em que o explicitamos aqui, o que se dá não é a instituição de um novo polo – o corpo em detrimento da razão, por exemplo –, pois que assim nos manteríamos no crivo da dualidade, das dicotomias e da sobreposição. O que tal perspectiva nos dá é a experiência de uma razão alargada que, contrapondo-se às perspectivas antropológicas metafísicas, contrapõe-se também às dicotomias por elas sustentadas, fincando-se no fenômeno radicalmente inquebrantável da existência, no qual ninguém tem o privilégio de “certas faculdades”. E, neste sentido, o deslocamento do sensível dos lugares em que tradicionalmente foi colocado desloca igualmente os lugares das mulheres. Mas não as coloca em melhor lugar em relação aos homens, antes coloca homem e mulher igualmente no campo da mesma *fragilidade* – desfaz ilusões, desloca (e ameniza) poderes e aí instaura a vida e sua infinda luta.

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Lisboa: Relógio d'água, 1991.

BARBARAS, R. *La Perception – essai sur le sensible*. Paris: Vrin, 2009.

BORNHEIM, Gerd A. (org.). *Os Filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 2007.

CENAP – Centro Nordestino de Animação Popular. *Compreendendo a vida como cuidado*. Recife: Via Design, 2007.

- FERREIRA, Maria Luiza Ribeiro. *As mulheres na Filosofia*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- HEIDEGGER, Martin. Moira (Parmênides, fragmento VIII, 34-41). In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- _____. *Seminários de Zollikon*. São Paulo: EDUC; Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MATOS DIAS, Isabel. *Uma ontologia do sensível*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1999.
- _____. *Elogio do Sensível – corpo e reflexão em Merleau-Ponty*. Lisboa: Litoral Edições, 1989.
- _____. Perder e reencontrar o corpo. In: *Communio*, Revista Internacional Católica, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2001.
- _____. Telas e Teias. Vieira tecedeira e a poesia de Sophia. In: *As Teias que as mulheres tecem*. Maria Luísa Ribeiro Ferreira (Org.). Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- MERLEAU-PONTY, M. *Elogio da filosofia*. Lisboa: Guimarães Editores, 1998.
- _____. *Le visible et l'invisible*, Paris: Gallimard, 2009.
- _____. *Conversas – 1948*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.
- _____. La langage indirect et les voix du silence. In: *Signes*. Paris: Gallimard, 2008.
- _____. *Humanismo e Terror*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- OLIVEIRA, Luciano. *O Enigma da democracia – o pensamento de Claude Lefort*. Piracicaba, SP: Jacintha Editores, 2010.
- Platão. Fédon. In: *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. *Colóquio Nacional Legalização do Aborto e Cidadania: ideias para fortalecer direitos*. Silvia Dantas (Org.). Recife: SOS Corpo, 2011.

Notas

¹ Merleau-Ponty, Elogio da filosofia, Lisboa, Guimarães Editores, 1998, p. 55.

² Mesma obra, p. 46.

³ Martin Heidegger, Moira (Parmênides, fragmento VIII, 34-41). In: *Ensaio e conferências*, Petrópolis, RJ, Vozes, 2002, p. 226.

⁴ Cf. Maria Luiza Ribeiro Ferreira, *As mulheres na Filosofia*, Lisboa, Edições Colibri, 2009. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.15.

⁵ Gerd A. Bornheim (org.). *Os Filósofos pré-socráticos*, São Paulo, Cultrix, 2007, p. 36.

⁶ Hannah Arendt, *Homens em tempos sombrios*, Lisboa, Relógio d'água, 1991, p.13.

⁷ A este respeito, Merleau-Ponty se refere à figura do Kosmotheoros, “capaz de construir ou de reconstruir o mundo existente graças a uma série indefinida de operações suas” (*Le visible et l'invisible*, Paris, Gallimard, 2009, p. 31). Neste sentido, a filosofia é tomada como pensamento de sobrevoos, capaz de pôr e dispor o real por uma operação racional fundada na distinção radical entre sujeito-objeto, dualidade radicada na tradição, para não dizer num estigma – como nos faz ver Isabel Matos Dias em algum dos seus escritos – que cinde o sensível e o inteligível, o corpo e a alma, e se prolonga na dicotomia sensibilidade-razão, irracional-razão, de cujo princípio se erige, grosseiramente falando, o sentido – e a fruição – do conhecimento como dominação, de cuja raiz rebenta a ciência moderna em suas características fundantes: conhecer para prever, prever para prover, prover para poder; e o que daí decorre – para o bem e para o mal (naturalmente indissociáveis), como se diz comumente. Na modernidade, reeditando o dualismo clássico, mas agora sob a forma da cisão entre sujeito e objeto, consciência e mundo, teoria e prática, Descartes, Kant e Hegel levam o primado da razão às últimas consequências. Os primeiros, propondo o cogito como essência do sujeito na modernidade e, portanto, como estrutura fundamental do que ele pode fazer e querer; Hegel, com a figura do espírito absoluto que, mesmo criticando a substancialidade do cogito cartesiano e a abstração do eu transcendental kantiana, permanece no pensamento do sobrevoos. De Matos Dias pode-se conferir *Uma ontologia do sensível*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 1999.

⁸ Nesta perspectiva, como outrora nos referimos em outra publicação do SOS Corpo no crivo da discussão sobre corpo e ética, o conflito é dimensão constitutiva da existência radicada na situação como traço inexorável do ser e está, pois, no cerne da coexistência. Significa, portanto, que o conflito nasce da condição humana de estar sempre em situação com os outros diante de ‘possibilidades’ abertas que requerem decisão. Portanto, seu escopo não é o de negação do outro, mas, ao contrário, assunção do ser com os outros (no mundo que nos comuna) como condição inultrapassável da existência. Desta compreensão decorre que o estado de ausência de conflito não será, necessariamente, estado de “boa convivência”, de respeito ou de “paz”, senão que, por muitas vezes, de indiferença ou modo velado de dominação. Do conflito também se pode apreender um escopo de oposição ao relativismo – tantas vezes temido quando se tematiza uma ética aquém da prescrição ?, pois, em última instância, o relativismo, assumido como modo de existência, dispensa o conflito – o debate – que, como dissemos, está no cerne da coexistência – esta, irrelativa. Esta é uma questão que merece maior aprofundamento, coisa que não o faremos aqui. Em todo caso, existe um outro que não concebo, mas do qual sou testemunha; existe um mundo no qual eu e outrem somos situados, um mundo para aquém de todo pensamento objetivo. E estes são dois termos que, de um só golpe,

radicam a alteridade originária e a comum pertença e indicam a destituição do sujeito autocentrado, sustentado sob a égide da razão suficiente. A publicação a que me refiro, intitulada Colóquio Nacional Legalização do Aborto e Cidadania: ideias para fortalecer direitos, foi organizada por Sílvia Dantas e publicada em 2011.

⁹ Platão, Fédon, In *Os pensadores*, São Paulo, Nova Cultural, 1999, p. 127.

¹⁰ Merleau-Ponty, *Le visible et L'invisible*, Paris, Gallimard, 2009, p. 75.

¹¹ Merleau-Ponty, *Conversas – 1948*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 74-75.

¹² A este respeito, lembremos, por exemplo, as filosofias de Espinosa (1632-1677), L. Feuerbach (1804-1872), de F. Nietzsche (1844-1900), Freud (1856-1939) e, na vertente fenomenológica dos nossos dias, Husserl (1859-1938), M. Heidegger (1889-1976), J-P. Sartre (1905-1980), E. Levinas (1906- 1995), J. Patocka (1907-1977), M. Merleau-Ponty (1908-1961), P. Ricoeur (1913-2005) e Michel Henry (1922-2002).

¹³ Isabel Matos Dias, *Perder e reencontrar o corpo*, In: *Communio*, Revista Internacional Católica, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2001, p. 215.

¹⁴ *Le Visible et l'invisible*, p. 23

¹⁵ Merleau-Ponty, *A prosa do mundo*, São Paulo, Cosac & Naify, 2002, p. 173.

¹⁶ R. Barbaras, *La Perception – essai sur le sensible*, Paris, Vrin, 2009, p.104. A este título, por exemplo, o direito ao próprio corpo entoado nas vozes das mulheres, ao modo de reivindicação, não o cria, mas se enraíza no respeito que lhe é devido: o que se reivindica ao clamar pelo direito ao corpo é, com efeito, o direito à vida e, com o traço próprio que sublinham, a multiplicidade em que ela consiste.

¹⁷ É a este título que se tem a democracia como uma instituição da política cujo cerne – a sua vigência e o seu escopo – é o diálogo, a afirmação da diferença na lida da vida, esta comum, e com isso sua inscrição vital no inacabamento – e no conflito. Neste crivo, a democracia não é um fim, mas consiste numa tarefa aberta, nenhuma instituição formal garante sua vigência. Sobre isto ver: Luciano Oliveira, *O Enigma da democracia*, Piracicaba, Jacintho Editores, 2010.

¹⁸ Merleau-Ponty, *La langage indirect et les voix du silence*, In: *Signes*, Paris, Gallimard, 2008, p. 118.

¹⁹ M. Heidegger, *Seminários de Zollikon*. São Paulo, EDUC, Petrópolis, Vozes, 2001, p. 183.

Saúde mental das mulheres

Maria José de Oliveira Araújo

Uma sopa de letrinhas até a longa, estranha e incompreensível palavra no meio da página... Palavras vagamente familiares, mas estranhamente alteradas, como rostos diante de um espelho mágico, passavam rapidamente, não deixando nenhuma impressão na superfície de vidro de meu cérebro. As letras formaram pontas de espinhos. Vi-as separarem-se umas das outras e saltarem de maneira absurda. Depois elas se juntaram em formas fantásticas e intraduzíveis. (Sylvia Plath apud Garcia, 1995)

Este artigo tem como tema central a depressão entre as mulheres e sua relação com as desigualdades de gênero. A depressão está incluída nos transtornos de humor e afetivos¹, que figuram como a segunda causa de internação por problemas psiquiátricos na população feminina no Brasil, em seguida aos transtornos esquizofrênicos e esquizotípicos. A depressão, mesmo que não conduza à hospitalização, é um dado frequente da vida das mulheres de todas as idades, sendo essa a razão de este artigo tratar prioritariamente desse tema. A depressão pós-parto, pela sua alta prevalência entre as mulheres no período puerperal, será objeto de outro artigo.

A conscientização de que os transtornos mentais representam um sério problema de saúde pública é relativamente recente, ocorrendo a partir de publicação realizada pela Organização Mundial da Saúde – OMS e por pesquisadores da Escola de Saúde Pública da

Universidade de Harvard, em 1994. Considerando como medida uma combinação do número de anos vividos com incapacidade e sua consequente deterioração da qualidade de vida, e o número de anos perdidos por morte prematura causada pela doença (medidos pela unidade *Disability Adjusted Life Years* – DALYs), verificou-se que doenças como transtornos depressivos e problemas cardiovasculares vêm rapidamente substituindo a desnutrição, as complicações perinatais e as doenças infectocontagiosas em países subdesenvolvidos, onde vive a grande maioria da população mundial (OMS, 2010).

Segundo a OMS, as desordens mentais e neurológicas são responsáveis por 11% da carga mundial de saúde. Sua estimativa para o ano 2020 é que essa percentagem chegará a 15% e serão necessárias mudanças nos modelos de atenção à saúde para que as pessoas com transtornos mentais possam receber a atenção de saúde necessária (OMS, 2010).

Constata-se que nos países da Ásia e da América Latina, essa transição epidemiológica vem ocorrendo sem uma adequada adaptação do planejamento dos serviços e da assistência à saúde pública. Embora os transtornos mentais causem pouco mais de 2% da mortalidade em homens e mulheres, são responsáveis por mais de 12% das incapacidades decorrentes dos agravos à saúde. Esse percentual aumenta para 23% em países desenvolvidos (RSMLAC, 2001).

Um em cada quatro indivíduos de ambos os sexos será afetado por transtorno mental ou neurológico em algum momento de sua vida, porém nem sempre receberá o diagnóstico e o tratamento adequados (RSMLAC, 2001). A esta situação se somam questões como o estigma, a discriminação e a exclusão social implícitas neste tipo de enfermidade, que agregam mais sofrimento àquele já vivido pela própria doença.

Das dez principais causas de incapacidade na população em geral, cinco delas estão relacionadas aos transtornos psiquiátricos, sendo a depressão responsável por 13% destas incapacidades, o alcoolismo por 7,1%, a esquizofrenia por 4%, o transtorno bipolar por 3,3% e o transtorno obsessivo-compulsivo por 2,8% (OMS, 2010).

Na população feminina, no Brasil, os dados do Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde – SHI/SUS (Brasil *apud* Araújo e Simonetti, 2010) revelam que as principais causas de internação por transtornos mentais estão relacionadas, por ordem de importância, aos seguintes problemas: esquizofrenia e transtornos esquizotípicos e delirantes (51,86%), transtornos do humor/afetivos (20%), transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de substâncias psicoativas (4,8%) e transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool (3,6%).

Estudo de Araújo & Simonetti (2010), sobre os gastos com as principais internações de mulheres no SUS, revela que na rubrica “Transtornos mentais e comportamentais” os gastos percentuais com as internações por “Esquizofrenia e transtornos esquizotípicos e delirantes” respondem por mais da metade dos gastos, ainda que estejam em declínio. Destaca-se o fato de que o gasto com as internações devidas aos “Transtornos de humor [afetivos]”, inclusive a depressão, aumentaram percentualmente e o mesmo padrão é observado em relação aos “Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool” e “Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de outras substâncias psicoativas”, sendo este último conjunto de causas o que apresenta um aumento mais expressivo.

Esses dados sobre o aumento do uso de substâncias psicoativas entre as mulheres são compatíveis com os dados do Ministério da Justiça (Brasil, 2008), que referem um forte crescimento da população carcerária de mulheres devido ao envolvimento com o tráfico de drogas.

É importante frisar que o Brasil implantou nos anos 1990 uma nova política para a saúde mental, a Reforma Psiquiátrica, que tem como principal estratégia a luta antimanicomial, medida que visa reduzir as hospitalizações por causas psiquiátricas.

A Reforma Psiquiátrica Brasileira é considerada um dos modelos mais avançados de política para a área na América Latina, sendo exemplo de política de saúde mental para diversos países fora do continente (Lancetti, 2009). Essa reforma prioriza como política de Estado os programas de apoio psicossocial, que inclui uma rede composta por centros de atenção psicossocial (Caps) e residências terapêuticas. Por esta razão, desde o início

dos anos 1990, sobretudo nos anos de 2008 e 2009, houve uma redução na rubrica internação para os problemas de saúde mental, coerente com o processo de desospitalização; ao mesmo tempo, verificou-se um aumento dos dispêndios com o auxílio para reabilitação psicossocial, sobretudo o Programa “De Volta Pra Casa”, destinado às pessoas com histórico de longas internações psiquiátricas (dois ou mais anos).

A Reforma Psiquiátrica Brasileira pode ser considerada como uma das políticas mais importantes que a Reforma do Sistema de Saúde assimilou na sua criação, no final dos anos 1980². Naquele momento, o debate sobre as desigualdades de gênero nas formas de adoecimento e morte entre homens e mulheres ainda era incipiente e essa ausência era sentida na formulação das diversas políticas elaboradas pelas instâncias responsáveis pelas políticas públicas.

Na década de 1980, os estudos de gênero, iniciados por núcleos de universidades e pelo movimento feminista, desenvolveram uma perspectiva teórico-metodológica e uma concepção política das relações sociais e de poder para analisar o conjunto de atributos e expectativas que a sociedade, em cada momento histórico, destina a homens e mulheres. A partir desses estudos, houve um importante avanço conceitual no campo da saúde sobre a necessidade de introduzir, na formulação das políticas e na análise dos dados epidemiológicos, mecanismos que revelem as diferenças sociais que incidem na e determinam a saúde das mulheres e dos homens (Matamala, 2005).

Esses estudos concluem que os problemas de saúde afetam a homens e mulheres como seres sociais, porém possuem efeito maior ou diferente nestas últimas, o que obriga os serviços a darem respostas adaptadas especificamente às suas necessidades e demandas, muitas delas ainda invisíveis para os profissionais de saúde, como é o caso, por exemplo, dos transtornos ligados à drogadição, incluindo o uso abusivo dos medicamentos psiquiátricos e do álcool, e os problemas resultantes da violência doméstica e sexual (Araújo, 2010).

Apesar desses avanços, o que se observa, no entanto, é que na Política Nacional de Saúde Mental, elaborada e dirigida pelo nível central do SUS, essa lacuna continua a existir e as ações são dirigidas indiscriminadamente para

homens e mulheres. Essa Política não considera as desigualdades de gênero numa sociedade patriarcal, como pobreza, discriminação, sobrecarga de trabalho e violência doméstica, que coloca as mulheres em situação de maior vulnerabilidade, inclusive para os transtornos psiquiátricos. Por outro lado, ainda é incipiente o diálogo entre a Política de Saúde Mental e as políticas públicas dirigidas às mulheres. Essa lacuna dificulta o fortalecimento do princípio da integralidade, que deve permear todas as formas de cuidado.

Essa constatação não pretende diminuir a importância e os avanços que a Reforma Psiquiátrica Brasileira trouxe para o cenário das políticas públicas e para o SUS. É sabida a forte resistência e as críticas ardilosas que esta proposta enfrentou dos setores conservadores que não consideram os direitos humanos das pessoas com diagnóstico psiquiátrico. Até o momento da criação da Reforma Psiquiátrica, a lei – de 1934 – que vigorava no Brasil tornava incapazes, do ponto de vista dos direitos, pessoas com esse tipo de diagnóstico. Por essa razão, era possível internar uma pessoa por interesse financeiro ou moral, como acontecia com as mulheres na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII, onde o confinamento estava, na maioria dos casos, particularmente sujeito ao abuso do poder de maridos e pais (Garcia, 1995).

Ainda nos defrontamos, no campo da saúde mental, com a hegemonia das práticas e do discurso centrados nas questões biomédicas e sem considerar as diferenças de gênero. Essa realidade impõe a necessidade de uma revisão desses paradigmas e a construção de novos enfoques que permitam uma compreensão e formas de intervenção adequadas às necessidades de saúde da população feminina (Gómez & Grela, 2001). É necessário repensar o campo da saúde mental das mulheres incorporando o nexo existente entre esta e a sua produção histórica enquanto sujeitos sociais.

Nesse sentido, Burín (1990) introduz no debate o conceito de *mal-estar*³ para definir uma nova categoria que objetiva desarticular o dualismo saúde-doença. Este novo conceito se refere aos sofrimentos psíquicos e emocionais das mulheres como reveladores de sua condição de gênero. Significa abordar a saúde mental no marco teórico que enfatiza o lugar historicamente construído para as mulheres, assim como os modelos de atenção associados a ele, como fatores de risco para os agravos à saúde.

Inclui outras dimensões além daquelas tradicionalmente utilizadas para analisar a saúde mental, colocando as dimensões sociocultural e histórica como determinantes na produção da subjetividade feminina e masculina.

...repensar o campo da saúde mental das mulheres incorporando o nexo existente entre esta e a sua produção histórica enquanto sujeitos sociais.

O conceito de “mal-estar psicológico feminino”, segundo a autora, tem como referência “um estado de bem-estar, felicidade e desenvolvimento pessoal ideal ou normativo positivo”. Portanto, é um conceito mais amplo que o de doença mental, que só considera como problema de saúde um conjunto de sintomas ou o que se chama síndrome. Nesse conceito, a saúde mental não é somente o lado negativo das doenças psiquiátricas, mas, sim,

(o) resultado das contradições e tensões entre a experiência vital e as expectativas de gênero e está constituído por um conjunto de elementos específicos na vida das mulheres (Burín, 1990).

Segundo a OMS (2010), as desigualdades sociais entre os homens e as mulheres são determinantes dos problemas de saúde mental da população feminina, já que aumentam a exposição aos riscos e a vulnerabilidade ante estes, limitando o acesso aos serviços e à informação em saúde.

As enfermidades mentais em geral, e a depressão em particular, apresentam na sua prevalência uma das diferenças de gênero mais marcantes na área da saúde (OPS, 2000). Ainda de acordo com a OPS (Idem), na fase adulta emergem grandes diferenças entre os homens e as mulheres em relação aos transtornos mentais.

Analisando os dados referentes à demanda da população feminina por serviços de saúde públicos e privados no Brasil, Villela (1992) observa uma grande frequência de queixas psicológicas como causa de procura dos serviços, revelando uma maior prevalência de distúrbios psiquiátricos em mulheres.

Diversas investigações demonstram a estreita relação de transtornos mentais com situações de vida que são próprias da população feminina. Essas diferenças nos dados sobre transtornos mentais entre homens e

mulheres podem ser justificadas por diversas razões, inclusive por problemas biológicos, mas grande número de estudos sobre o tema aponta que a socialização de gênero e as relações de dominação e submissão são fatores importantes na gênese dessa diferença, gerando consequências negativas para a saúde mental das mulheres (Burín, 1990; AMS, 2008).

A baixa condição socioeconômica de grande parcela das mulheres, a discriminação social, o abuso emocional, a tripla jornada levando a uma sobrecarga de trabalho e a violência doméstica e sexual contribuem para esta situação. No entanto, muitas mulheres não associam tais situações com a origem da depressão, de suas dores cotidianas, de sua tristeza, dificultando a saída do círculo vicioso da má qualidade de vida.

Os dados da OMS (2010) revelam que existem 400 milhões de pessoas que sofrem algum tipo de depressão no mundo. Em torno de 20% são consideradas depressões endógenas ou biológicas, que afetam igualmente homens e mulheres; o restante, 80%, são as chamadas depressões exógenas ou situacionais, que afetam desigualmente os dois sexos: 30% são depressões diagnosticadas nos homens e 70% nas mulheres. Ainda segundo a OMS (idem), as mulheres apresentam uma maior vulnerabilidade a sintomas ansiosos e depressivos, especialmente associados ao período reprodutivo.

Uma das consequências dessa situação é o uso abusivo dos medicamentos considerados de uso psiquiátrico. As mulheres estão entre os maiores consumidores desse tipo de medicamento no mundo, em torno de 75%, dada a sua situação de maior vulnerabilidade social. As mulheres das classes menos favorecidas, incluindo as mulheres negras, aquelas em situação de privação de liberdade, as adolescentes sem apoio social e as mulheres na terceira idade estão mais suscetíveis de passar por transtornos mentais graves causados pela superposição de vulnerabilidades, potencializando os agravos à saúde.

A depressão nas mulheres pode ser desencadeada por fatores que ultrapassam a história de violência de gênero que elas vivem ao longo de suas vidas. Nesse sentido, além da violência doméstica ou sexual praticada pelo companheiro, pelos filhos e filhas ou por estranho, outros eventos traumáticos de gênero podem resultar em “mal-estar psicológico feminino”,

tais como: gravidez indesejada e abortos realizados em condições físicas e emocionais inseguras; abuso sexual ou incesto na infância; menopausa e depressão pós-parto (AMS, 2008).

Ainda segundo a AMS (2008), a depressão de gênero não seria uma enfermidade mental, nem biológica, senão um conjunto de sofrimentos e mal-estares físicos e psíquicos que as mulheres experimentariam ao padecerem o que a autora denomina de “crise de identidade de gênero”. Um exemplo seria o que Bonino (1998) chama de microviolência, isto é, os pequenos e imperceptíveis controles e abusos de poder, quase normalizados, que acontecem nas relações afetivas entre homens e mulheres. Outros exemplos seriam as contradições que as mulheres enfrentam ao terem de responder ao conjunto de requisitos socialmente exigidos, ou mesmo durante a vivência de crises importantes, tais como separações, depressão pós-parto e outras.

Para Carla Garcia, os problemas de saúde mental das mulheres revelados na pesquisa realizada em diversos manicômios da cidade de São Paulo traduzem “um mundo contraditório e fechado aos sentimentos e aos afetos, que sempre constituiu a realidade feminina” (Garcia, 1995, p. 129). De acordo com a autora, diversas situações que fazem parte do cotidiano das mulheres contribuem para o que denomina “loucura feminina”, dentre elas,

(...) o filho querido e perdido, o filho não querido e abandonado, os abortos escondidos, o amor traído, a culpa por amar, engravidar e não ter marido, por querer viver sozinha, não casar ou não se submeter à autoridade dos seus maridos e pais, geralmente tomando atitudes ‘masculinas’ como tentativas de atos agressivos, beber, não querer ver ninguém, ao mesmo tempo exibir comportamentos ditos ‘femininos’, tais como fadiga, insônia, catatonia e as tentativas de suicídio (Garcia, 1995, p. 128).

Garcia assevera, igualmente, ser possível afirmar, no âmbito da saúde mental, a hipótese de que existem também diferenças para o critério diagnóstico sobre doenças mentais entre homens e mulheres, pois a ética da saúde mental na nossa sociedade é ainda masculina e abarca o ser humano

em geral, e não as especificidades das mulheres. Esta afirmação, segundo a autora, tem como fundamento a base cultural em que se assentam os diagnósticos, centrados nos estereótipos de gênero, que distanciam e diferenciam a esfera de ação entre homens e mulheres, reforçando as atribuições dos papéis sexuais determinados ao sexo masculino e feminino.

Nessa mesma direção, Villela (1992) aponta para a necessidade de se considerar, quando o tema é mulher e saúde mental, as dificuldades encontradas entre os profissionais de saúde que tendem a estabelecer definições diferentes de saúde mental, quando se trata de homens ou de mulheres, e da influência dos preconceitos e estereótipos relativos às relações de gênero que permeiam essas práticas.

É grande a proporção de mulheres que iniciam um tratamento ou são internadas a partir de diagnósticos vagos ou indefinidos, o que nos leva a supor que as mulheres e os homens são tratados diferentemente. Arilha e Bezerra (1986), em estudo realizado na Coordenadoria de Saúde Mental do Estado de São Paulo, encontraram que cerca de 46% das mulheres atendidas nos ambulatórios tinham como diagnóstico “problema emocional” e “outros”. Esses dados se repetem para os casos de internação, ainda que em menor número.

As mulheres em geral são tratadas nos serviços de saúde como poliqueixosas, e suas queixas são medicalizadas sem um correto diagnóstico. Os casos de violência sexual e doméstica que chegam aos serviços são exemplos vivos dessa situação, pela impossibilidade de as mulheres relatarem seus “mal-estares”, já que não existe abertura para tal nas consultas.

A cultura médica da “instabilidade do sistema nervoso feminino” contribuiu para transformar a mulher num ser mais vulnerável aos transtornos mentais do que os homens, com sérias consequências para as suas vidas. Esta era uma das grandes razões para retirar as mulheres do trabalho, negar-lhes direitos políticos e mantê-las sob o controle masculino da família e do Estado (Garcia, 1995).

Basaglia (1983) refere que o fato de uma mulher recusar o comportamento considerado “natural” para o seu sexo e, em função disso, ser

considerada anormal ou diferente, gera um forte sentimento de culpa, por terem as mulheres internalizado o padrão “ideal” de saúde mental estabelecido para a mulher pela cultura machista. A sociedade reforça cotidianamente dentro das próprias mulheres este padrão de saúde mental, e elas passam a se sentir deprimidas, suicidas, culpadas e inativas, sem esperanças de mudança. Para a autora, a forma que frequentemente as mulheres encontram para reagir à sua situação de opressão é mergulhar numa severa depressão. A depressão e a autodestruição são, na opinião da autora, as expressões mais comuns quando não há possibilidades de superação de crises que se incorporaram durante toda uma vida.

Corroborando os achados de Basaglia (1983), os dados da OMS (2010) revelam que os transtornos mentais, em particular a depressão, são uma causa importante de deficiência nas mulheres de todas as idades. Revelam também que, em nível mundial, o suicídio é uma das principais causas de morte nas mulheres entre 20 e 59 anos e que o comportamento suicida é um grave problema de saúde pública nas meninas e mulheres. As taxas de suicídio são mais altas nas mulheres e adolescentes com quadros de depressão, algumas vezes relacionados com a violência de gênero. Em alguns países, alguns homicídios e suicídios estão relacionados com a violência exercida pelos companheiros e maridos (OMS, 2010).

A violência sexual e sua grave consequência, a gravidez indesejada, continuam sendo um problema para centenas de jovens em todo o mundo. No Brasil, dados empíricos revelam que nas adolescentes é comum que a gravidez indesejada seja uma das causas de tentativas de suicídio e de suicídios, que nem sempre são reconhecidas como tal, pela ausência de serviços de verificação de óbito em muitas capitais brasileiras. Os dados do Sistema de Informação de Mortalidade – SIM, do Ministério da Saúde (2012), revelam que no estado do Amapá a taxa de suicídio das adolescentes é sete vezes maior do que a dos adolescentes. Também nos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, a taxa de suicídio entre jovens do sexo feminino é superior àquela do sexo masculino.

(...) um forte sentimento de culpa, por terem as mulheres internalizado o padrão “ideal” de saúde mental estabelecido para a mulher pela cultura machista.

(...) nas adolescentes é comum que a gravidez indesejada seja uma das causas de tentativas de suicídio e de suicídios, que nem sempre são reconhecidas como tal (...).

Algumas hipóteses podem ser levantadas para tentar explicar esses dados, mas certamente as situações de violência sexual contra as adolescentes cometidas por familiares e pessoas próximas da família contribuem para o aumento da

vulnerabilidade e para soluções consideradas limites, como é o suicídio. A gravidez indesejada resultante da violência sexual deve ser um fator importante para o aumento dos casos de suicídio, apesar da invisibilidade dos dados, por falta de estudos qualificados que analisem os casos que são publicados cotidianamente nos meios de comunicação.

Por se tratar de problema com impacto devastador na saúde mental e física das mulheres e adolescentes, a violência de gênero não pode ser tomada apenas como um diagnóstico, mas sim como um sinalizador de uma situação aguda de um contexto familiar violento, que indica uma situação de vulnerabilidade física, psíquica e social. As graves consequências para a saúde e para a vida dessa população ressaltam a importância de intervenções que possam ajudar a reverter esse quadro. A atenção qualificada em saúde mental é uma das estratégias que podem contribuir para a mudança deste cenário, no contexto de um trabalho integrado e de equipes multidisciplinares capacitadas para tal tipo de atenção.

A tentativa de suicídio é considerada um sintoma de transtorno psíquico característico das mulheres. O estudo de Garcia (1995) revela que a maior parte das mulheres entrevistadas já havia, pelo menos uma vez, tentado o suicídio. Chesler (1980) demonstra que, nos Estados Unidos, 69% das tentativas de suicídio são cometidas por mulheres, embora 70% dos casos que terminam em morte sejam de homens. Para o autor, a explicação está na socialização das mulheres, já que “culturalmente os homens praticam as ações, e as mulheres os gestos”. As mulheres tentam o suicídio muito mais do que os homens, mas falham na maior parte dos casos.

No Brasil, os dados sobre suicídio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) fornecem uma estimativa de 4,5 mortes por 100 mil habitantes, mas escondem variações importantes entre homens e

mulheres. Confirmando os estudos sobre o tema, a taxa para os primeiros é de 7,1, e para as mulheres, de 1,9. Para ambas as populações, os principais fatores de risco são a depressão e outros transtornos mentais. Essas diferenças entre as taxas de suicídio dos homens e das mulheres podem também ser explicadas, entre outros fatores, pelo fato de as mulheres possuírem redes sociais de proteção e se engajarem mais do que eles em atividades comunitárias de diversas ordens, levando-as a ter um maior sentimento de pertencimento e participação.

As tentativas de suicídio revelam um estado de desespero diante da vida e se constituem em um ato final de impotência e resignação de situações crônicas e de difícil resolução, e não uma tentativa de chamar a atenção da família ou de autossacrifício.

Mesmo considerando a entrada das mulheres no mercado de trabalho como um dos importantes avanços das últimas décadas, simbolicamente cabe à mulher a esfera da família, na qual a única possibilidade de existência que encontra é o viver para os outros. Qualquer desobediência a esta regra não é somente considerada uma violação social, senão vista como uma desnaturalização (Garcia, 1995). Dessa forma, os comportamentos considerados “anômalos” são julgados com muito mais rigor, e a sanção e a condenação são muito mais profundas para as mulheres do que para os homens: “Não o anti-social [antissocial], mas o antinatural; nesse contexto, a loucura aparece como uma vingança da natureza à violação de suas leis” (Maria Clementina Cunha *apud* Garcia, 1995).

A contradição vivida pelas mulheres de todas as classes sociais entre os papéis da esfera privada e aqueles considerados da esfera pública é motivo de sofrimento psíquico para muitas mulheres. A tripla jornada de trabalho e a sobrecarga dela advinda contribuem para este sofrimento. Entre as mulheres das classes médias e altas, essa contradição parece surgir com menos intensidade, já que possuem mecanismos de superação dessa situação que nem sempre estão disponíveis para as mulheres das classes populares, tais como o acesso a tratamentos de saúde mental, creches para as crianças e a outras mulheres que realizam os trabalhos domésticos, reduzindo assim a sua sobrecarga.

Fazendo uma relação entre a maior frequência de queixas psicológicas na população feminina, o alto consumo de medicamentos psiquiátricos e uma menor frequência de internações psiquiátricas, pode-se levantar a hipótese de que talvez estes medicamentos, mesmo usados indiscriminadamente, poderiam estar contribuindo para “aliviar” o sofrimento mental das mulheres. Outras hipóteses também podem ser levantadas, como a possibilidade de as mulheres conviverem mais domesticamente com a “loucura” por consciência do papel fundamental que possuem não só no cuidado das crianças, como na manutenção do equilíbrio e sustento da casa.

O estudo de Garcia (1995) revela que no universo pesquisado, os dados relativos ao trabalho desempenhado pelas mulheres internadas nos manicômios são os seguintes: donas de casa (33,82%), vindo em seguida as categorias doméstica (20,59%) e prostituta (14,71%). Ou seja, 54,5% das mulheres realizavam trabalho no espaço doméstico. Apesar de a pesquisa ter sido realizada em 1995, isto é, quase duas décadas atrás, revela que o espaço socialmente reservado à mulher continuava sendo o espaço da casa, realizando serviços remunerados ou não.

Para Basaglia (1983), tanto as mulheres que trabalham em casa quanto as que prestam serviços em outras casas, assim como aquelas que trabalham na rua como prostitutas, encontram-se isoladas umas das outras e fechadas no casulo familiar. Isso facilmente traduz em culpa pessoal aquilo que é um produto social: “Nos manicômios estão internados os pobres e as mulheres pobres, e pelos preconceitos e medos que incorporam é difícil que alcancem a consciência de que aquilo que são é o resultado daquilo que lhes fizeram ser” (Basaglia, 1983).

Além da depressão que afeta mais as mulheres do que os homens, elas estão sujeitas a outros tipos de transtornos mentais relacionados às seguintes situações: assédio moral e sexual no trabalho; problemas

“...pelos preconceitos e medos que incorporam é difícil que alcancem a consciência de que aquilo que são é o resultado daquilo que lhes fizeram ser”

de imagem corporal, levando a um sem-número de cirurgias plásticas desnecessárias, e transtornos de alimentação que afetam, sobretudo, as mulheres adolescentes e jovens, como

a anorexia e a bulimia; a adição a substâncias psicoativas e drogas ilícitas; e as situações de violência sexual e doméstica que afetam as mulheres de todas as idades.

Algumas dessas situações são de difícil reconhecimento como problemas de saúde mental que afetam também as mulheres, tal como o uso de álcool e outras drogas, mas se tornam a cada dia mais frequentes na população feminina. Apesar do aumento das taxas nos últimos anos, essa é ainda uma condição dita “masculina”, sendo uma das razões da dificuldade de se obter dados confiáveis sobre alcoolismo em mulheres. Os dados em geral não correspondem à realidade, já que elas exercem essa prática em seus domicílios, no espaço privado, e os homens, nos bares e em outros locais públicos.

Os dados do DATASUS (Brasil, 2012) sobre as internações psiquiátricas de mulheres dão conta de que aumentaram as taxas dos transtornos mentais e comportamentais por uso de álcool, passando de 3,48% em 2007 para 4,8% em 2009. Houve também um aumento das taxas de internação por transtornos mentais devido ao uso de outras substâncias psicoativas, que passaram de 3,08% em 2007 para 4,8% em 2009. Esses são os casos que chegam aos hospitais e aparecem nas estatísticas, mas que não revelam, no entanto, a prática domiciliar do uso dessas substâncias entre a população feminina.

As mulheres privadas de liberdade são um segmento da população com graves problemas de saúde mental, não somente pela situação de encarceramento, mas pela sua exclusão social. Elas são, em sua grande maioria, pertencentes às camadas mais pobres da população: são negras, desempregadas, chefes de família com vários filhos, moradoras das periferias das grandes cidades e também do meio rural.

Apesar de o número de homens privados de liberdade ser muito maior do que o de mulheres – 94% e 6%, respectivamente –, o número de mulheres encarceradas cresceu três vezes mais nos últimos quatro anos (Brasil, 2008). Esse crescimento deve-se à sua participação no tráfico de drogas, no qual constituem o que popularmente é chamado de *avião* ou *mulas*, pessoas que transportam as drogas para outros.

Nas missões que a Relatoria do Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva da Plataforma de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma Dhesca, realizou em alguns presídios femininos no país, a maior causa de privação de liberdade das mulheres foi o envolvimento com drogas, na maioria dos casos, ligada ao desemprego e às relações afetivas. Os relatos dão conta de que uma forte motivação para a entrada no tráfico de drogas tem relação com a participação dos companheiros, maridos, namorados e filhos. Também é comum o encarceramento por furtos, muitas vezes de pequenos objetos, relatados como “solução” para as carências do cotidiano (Dhesca, 2010).

As péssimas condições dos presídios, tanto de infraestrutura como do cumprimento das normativas legais em todas as áreas – saúde, educação, trabalho e jurídica – resultam em graves violações dos direitos humanos das mulheres, repercutindo negativamente na saúde mental e física.

As mulheres privadas de liberdade são grandes usuárias de medicamentos psiquiátricos, usados para depressão, ansiedade, para “acalmar e não dar trabalho”, como referem os agentes carcerários entrevistados durante a visita da Plataforma Dhesca a presídios femininos (Dhesca, 2010). Os dados da Dhesca dão conta de que em cada dez mulheres presas, seis fazem uso de medicamentos psiquiátricos. Em seus depoimentos, as mulheres afirmam tomar medicação controlada porque “surtam”, mas muitas delas denunciaram a falta dos medicamentos por períodos prolongados.

A direção dos presídios reconhece que a ausência de psiquiatra é um grave problema, porque as mulheres com algum tipo de problema de saúde mental deveriam ser encaminhadas para o Instituto Psiquiátrico Forense, mas isso não acontece devido à falta de escolta e de transporte. Na maioria dos presídios visitados, também não existem outros profissionais de saúde mental, como psicólogos.

Autoras como Garcia (1995) trabalham com o impacto do que denominam “confinamento” na vida das mulheres internadas em manicômios e revelam seu lado sombrio e perverso. Fazendo um paralelo com a situação das mulheres encarceradas por delitos e sua situação de confinamento, a missão da Plataforma Dhesca (2010) detectou nos relatos destas mulheres fortes

sinais de sofrimento psíquico, nem sempre reconhecidos pelas direções dos presídios. Suas atitudes são frequentemente consideradas como rebeldia, indisciplina, agressividade, comportamentos considerados masculinos, e quase sempre motivo de punições severas.

Os relatos da maioria das mulheres entrevistadas mencionam a aplicação de medidas disciplinares rigorosas e desumanas, que se caracterizam pela falta do contraditório e da ampla defesa, havendo arbitrariedade na aplicação destas. Por exemplo, um dos castigos para aquelas que estão nas celas chamadas de “seguro” é a suspensão dos medicamentos utilizados, sejam antidepressivos ou mesmo os antirretrovirais, medicamentos para as mulheres que vivem com HIV e Aids e que, segundo o Ministério da Saúde, não podem em nenhuma hipótese ser suspensos sem indicação médica, violando a sua integridade física, psicológica e moral.

A realidade das mulheres encarceradas ainda é invisível para os formuladores e gestores das políticas públicas e para os serviços de saúde. Esta situação se reflete na sua saúde mental e o Estado é o responsável por propiciar serviços em todos os âmbitos que deem conta das necessidades e direitos das mulheres privadas de liberdade.

Comentários finais

A atenção em saúde mental deve ser considerada como um eixo transversal e estruturante da atenção à saúde e deve perpassar todas as formas de cuidado, sejam elas ambulatoriais ou hospitalares.

Pelas razões debatidas neste artigo, os formuladores das políticas públicas de saúde mental não podem tratar igualmente homens e mulheres. É importante considerar as suas especificidades e elaborar políticas que deem conta das diferenças de gênero nas formas de adoecimento e morte das mulheres.

A atenção em saúde mental deve inserir nos seus princípios o paradigma de fortalecimento da autoestima das mulheres e de sua autonomia enquanto sujeitos sociais, contribuindo para a eliminação das formas de discriminação racial e de gênero. Para isso, recomenda-se a adoção da perspectiva da interseccionalidade, ou seja, considerar no atendimento que as mulheres sofrem não apenas as iniquidades de raça e de gênero, como

também as iniquidades decorrentes da norma heterossexual, da pobreza, da baixa escolaridade, das condições precárias de saúde, de trabalho, de moradia, bem como as decorrentes das diferenças culturais.

Este modelo de atenção à saúde mental no qual as mulheres são consideradas sujeitos das políticas e das ações com poder de decisão e participação nas questões relativas à sua saúde poderá contribuir para garantir políticas públicas com objetivos de equidade, para a redução da subordinação das mulheres e para o avanço dos seus direitos.

Referências bibliográficas

- AMS – Asociación de Mujeres para la Salud. Espacio de Salud Entre Nosotras. “La Salud Mental de las Mujeres”. Año 2008. Nº XXVII y XXVIII. Madri, Espanha.
- ARAÚJO, M. J. O., SIMONETTI, C. Fluxo de Recursos Financeiros em População e Desenvolvimento – Ano de Referência 2009. País – Brasil. Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 2010.
- ARAÚJO, M. J. O. “Análise da Situação de Saúde na Região e o Direito à Saúde Integral e à Saúde Sexual e Reprodutiva”. In: Revista Mujer y Salud. Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe. Año 16, Nº 3/2010.
- ARILHA, M. & BEZERRA, B. C. A Saúde Mental da Mulher como Possibilidade de Criação. Conferência Nacional Saúde e Direitos da Mulher, Brasília, DF: CNDM, 1986. (Mimeo)
- BASAGLIA, F. *Mulher e Loucura*. II Encontro Latino-Americano e VI Encontro Internacional da Rede de Alternativas à Psiquiatria. 23/10 a 2/11/83. Belo Horizonte, mimeo. p. 13.
- BERQUÓ, E., ARAÚJO, M. J. O., SORRENTINO, S. R. “Fecundidade, Saúde Reprodutiva e Pobreza na América Latina: O Caso Brasileiro”. CEBRAP, 1994.
- Bonino, L. *Micromachismos*. CESCO. Madrid, 1998.
- BRASIL. Ministério da Saúde, DATASUS/SIH/SUS. Acessado em 15/11/2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde, Sistema de Informação de Mortalidade/SIM/SUS/MS. Acessado em 30/11/2012.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <http://estatisticas.ibge.gov.br/Default.aspx> Acessado em 30/12/2012.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Relatório Mulheres Encarceradas – Diagnóstico Nacional. Brasília. Ministério da Justiça, 2008.

BURÍN, M. y cols. *El Malestar de las Mujeres. La tranquilidad recetada*. Buenos Aires, Editora Paidós, 1990.

CHESLER, P. *Women and Madness*, p. 45, Harvest Book Publishers. Califórnia, 1989.

DHESCA – Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Relatório das Missões Realizadas pela Relatoria do Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva. 2010. Mimeo.

GARCIA, C. C. *Ovelhas na Névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura*. Editora Rosa dos Tempos. RJ, 1995.

GÓMEZ, A. L., GRELA, C. *Mujeres, Salud Mental y Género*. Mujeres y Salud Mental: los espejos de la desigualdad. Cuadernos Mujer Salud/6. Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe. Santiago do Chile, 2001.

LANCETTI, A. Saúde Mental e Direitos Humanos. In: Revista Direitos Humanos Nº 4. Secretaria de Direitos Humanos, 2009.

MATAMALA, M. I. *A Agenda da Saúde das Mulheres e os Processos de Descentralização*. In: Seminário Internacional Políticas Públicas para as Mulheres na Área da Saúde. Organizado pela Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde. Brasília, 2005.

OMS – Organização Mundial da Saúde. Resumen Analítico: Las Mujeres y la Salud – los datos de hoy, la agenda de mañana. Ginebra, 2010.

OPS – Organización Panamericana de la Salud. Programa Mujer, Salud y Desarrollo. Hoja Informativa Nº 21. Junio de 2000.

RSMLAC – Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe. *Mujeres y Salud Mental: espejos de la desigualdad*. Cuadernos Mujer y Salud/6. Santiago do Chile, 2001.

VILLELA, W. *Mulher e Saúde Mental: da importância do conceito de gênero na abordagem da loucura feminina*. Tese de Doutorado. FMUSP. São Paulo, 1992.

Notas

¹ A Classificação Internacional de Doenças (CID 10) inclui a depressão no capítulo dos transtornos de humor/afetivos.

² A Reforma Psiquiátrica Brasileira começou a ser implantada em Santos (São Paulo) no final dos anos 1980, quando o SUS estava em construção e ainda não existia a Lei nº 10.216/2001, que assegura direitos e proteção às pessoas acometidas de transtornos mentais.

³ O termo *malestar* é usado pela autora em castelhano, traduzido para o português como mal-estar.

Entre a sobrecarga e a “melhoria de vida”: o impacto do trabalho na saúde de camareiras de hotéis¹

Kaliani Rocha

A trajetória das mulheres nas atividades de trabalho, ao longo da história, tem sido marcada pelo silêncio e pela invisibilidade. Na vida pública ou na vida doméstica, tendemos a participar com o trabalho nem sempre valorado socialmente, o que nos impele a lugares desprivilegiados enquanto sujeito social. Historicamente, as relações sociais nos mostram as formas de legitimação do sujeito do trabalho a partir da figura do *homem (masculino)*, num sentido “monossexual” e universalizado.

O reconhecimento tradicional em nossa cultura do espaço privado como o universo “natural” das mulheres, e do âmbito público como o lugar autêntico dos homens, transversaliza não apenas a vida cotidiana, mas a organização do trabalho como um todo. A separação entre público e privado, “trabalho produtivo” e “trabalho doméstico”, gera uma apartação que se transpõe às questões de qualificação, de escolaridade

e de competência técnica, e alcança o sentido da divisão e conseguinte desigualdade por sexo, no mundo do trabalho.

Vale mencionar a importância, na década de 1970, dos estudos que incluíram algumas noções primordiais para a amplitude da compreensão do trabalho: trabalho doméstico, não assalariado, não remunerado, não mercantil, e informal. Essas inclusões permitiram o desvelamento de categorias indissociáveis: trabalho profissional/trabalho doméstico; produção/reprodução; assalariamento/família nuclear; classe social/sexo social (Hirata, 2003). Tal ampliação permitira a abrangência do trabalho doméstico na conceituação da categoria “trabalho”, demarcando assim o trabalho “reprodutivo” como ponto fundamental dessa análise social e escapando também do campo das relações exclusivamente mercantis e masculinas, diante do “modelo supostamente geral”.

Dos anos 1970 até os dias atuais, são inegáveis as conquistas das mulheres em seu movimento emancipatório: com o planejamento familiar e a conseqüente diminuição da taxa de natalidade; com a elevação da escolaridade; com a inserção em diversificados postos de trabalho, entre outras. Porém, ainda temos um longo caminho a percorrer na construção da igualdade nas relações de trabalho, pois ainda nos é delegado um lugar secundário. Este aspecto é central sobre as análises do trabalho feminino, pois se trata de um marcador: trabalho legítimo, masculino, valorizado, bem remunerado; trabalho secundário, menos importante, desvalorizado, mal remunerado.

Extensivas à mesma lógica, as características de determinadas tarefas definem se tal atividade é destinada às mulheres: manuais, repetitivas, em domicílio, parcial, de cuidados (ou *care*), entre outras. Acontecimentos históricos como a industrialização, a automação e a reestruturação produtiva ajudaram a aprofundar situações de precariedade no trabalho feminino. Quando se trata de carreira, de profissão, de formas de inserção, as estatísticas mostram as desvantagens (ver tabela 1). É possível afirmar que as alterações que o trabalho vem sofrendo ao longo das décadas aprofundam e alargam a exploração vivenciada pelas mulheres ao longo da história.

Tabela 1 - Distribuição Percentual da População Ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo Sexo – Brasil, 2007 a 2009

Sexo	Ocupação	2007	2008	2009
Homens	Empregado com Carteira Assinada	38,1	39,4	39,7
	Conta Própria	25,3	23,9	24,2
	Empregador	4,9	5,7	5,6
	Empregado Doméstico	0,8	0,8	1,0
Mulheres	Empregado com Carteira Assinada	28,6	29,8	30,3
	Conta Própria	16,5	16,0	16,2
	Empregador	2,4	2,9	2,7
	Empregado Doméstico	16,4	15,8	16,9

Fonte: PNAD, 2011

A tabela indica a situação, em percentagem, da população ocupada no Brasil, acima de 16 anos de idade. Embora as mulheres demonstrem aumento no decorrer dos anos em todas as categorias, a percentagem só é maior na categoria “empregado doméstico”.

É importante certa cautela neste ponto, visto que realidades contrárias fazem parte deste debate. É notória a expansão da participação feminina nos diversos mercados, em praticamente todas as regiões do mundo, o que delinea um dos mais importantes fenômenos do século XX (Souza, 2002). Porém, também é notória a bifurcação na população trabalhadora feminina, na qual a larga camada se encontra nos piores postos de trabalho e em situações desreguladas; enquanto a camada mais fina é composta pelas trabalhadoras formalizadas em altos cargos e com salários superiores (Antunes, 2000; Araújo et al., 2004; Bruschini, 2000; Bruschini e Lombardi, 2002; Holzmann, 2006; Casaca, 2006; Kóvacs, 2006; Piccinini, 2006; Hirata, 2002). Isto significa que as mulheres se inserem no mundo do trabalho, porém o grande volume delas se encontra nos piores lugares.

Um fator responsável pelo quantitativo de mulheres nos trabalhos precarizados e informais é a vasta inserção das mulheres nos serviços ditos “domésticos”. A categoria “empregada doméstica” é, de longe, a

mais precarizada, pois apenas em 2013 regulamentam-se os direitos relacionados a esta categoria no Brasil.

As mulheres se inserem no mundo do trabalho, porém o grande volume delas se encontra nos piores lugares.

Esse debate é importante porque a partir do prisma que apresentamos aqui, não há funcionamento social sem a participação incessante do trabalho reprodutivo (realizado através do trabalho doméstico). E isto implica diretamente as mulheres, seja pelo mito do trabalho realizado por amor, seja pelo mito da competência nata.

Esse panorama é importante para um rápido lastro de entendimento da profissão de camareiras de hotéis, foco desta análise, por permitir a junção de diversos fatores que delineiam a divisão sexual do trabalho. Torna-se evidente, a partir desta análise, como as mulheres adoecem por conta das desvantagens sociais a que estão submetidas. Desse modo, essa profissão condensa alguns aspectos importantes: 1) insere-se em “serviços”, o setor econômico que mais absorve força de trabalho feminina; 2) é quase cem por cento desempenhada por mulheres; 3) as características das tarefas assemelham-se ao trabalho doméstico; 4) há poucos estudos a respeito da profissão; 5) é um trabalho que exige muito fisicamente; 6) na forma como é organizado nas empresas, também exige muito mentalmente.

Outro aspecto da profissão que merece ser ressaltado é a invisibilidade: são invisibilizadas socialmente; também o são nos estudos sobre profissões e sobre trabalho e saúde; nas empresas hoteleiras são orientadas a não circularem em áreas sociais; compõem, desta maneira, um quadro de funcionárias que recebe pouca atenção (embora seja um dos principais). Essa configuração faz com que as preocupações com tal atividade de trabalho sejam pouco evidenciadas, resultando em baixa fiscalização, pouco cumprimento das leis, abusos com a desproteção no trabalho, e pouco conhecimento produzido a respeito da profissão.

Em todo processo de trabalho existem duas dimensões que são fundamentais: a *organização do trabalho* e as *condições de trabalho*. Essas dimensões são, numa análise sobre saúde no trabalho, o primeiro ponto de toque para o entendimento de como os processos de trabalho afetam

Um/a trabalhador/a morre a cada 15 segundos, de acidente ou de doença relacionados ao trabalho no mundo. Trata-se de um caos silencioso...

positiva ou negativamente a força de trabalho. Enquanto a *organização do trabalho* diz respeito às decisões relacionadas a hierarquias, linhas, jornadas, remunerações, direitos etc., as *condições de trabalho* se relacionam com o aspecto

concreto do ambiente, como adequação instrumental, meios disponíveis, níveis de ruídos, luminosidade, calor, postura, mobiliário etc. Esse desmembramento – embora analítico (visto que os processos de trabalho são uma rede contingencial e dinâmica) – nos serve para visualizar de onde vem o sofrimento ou a satisfação no trabalho. Dito de outro modo, a doença ou a saúde.

Importante ressaltar que, a partir da nossa compreensão teórica (psicodinâmica do trabalho, função psicológica, ergologia, ergonomia, psicanálise) e prática, por mais insalubre que seja uma atividade de trabalho, raramente será completamente imobilizante ao sujeito². É possível, portanto, encontrarmos algum nível de satisfação mesmo em atividades bastante insalubres (a presente análise tocará esses dois pontos). Isto, porém, não quer dizer que as pessoas não adoecem. Estamos num momento histórico no qual as pessoas mais adoecem e morrem por conta do trabalho. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta a morte de 2,34 milhões trabalhadoras/es por causa do trabalho no mundo, a cada ano. Isto significa que um/a trabalhador/a morre a cada 15 segundos, de acidente ou de doença relacionados ao trabalho no mundo (OIT, 2013). Trata-se de um caos silencioso, e pouco entramos em contato com notícias de acidentes e mortes no trabalho, salvo quando se trata de algo espetacular ou que os governantes e a mídia não têm como esconder (como foi o caso dos mineradores chilenos que ficaram dias soterrados, no mês de agosto de 2010, fato que se transformou numa notícia acompanhada mundialmente, por diversos meios, por exemplo).

As trabalhadoras foco da presente análise situam-se num contexto bem específico: são mulheres que no decorrer de suas trajetórias no mundo do trabalho inseriram-se no trabalho doméstico remunerado e desregulado;

de origem pobre; e pouco escolarizadas. Sem treinamentos ou cursos para a realização das atividades nos hotéis, essa trajetória como empregadas domésticas e o fato de serem mulheres é o que as capacitam, no final das contas, para a função de camareiras. O que por si só já nos fala da divisão sexual do trabalho. O item a seguir tem o objetivo de caracterizar os hotéis que foram campo da pesquisa.

Os Hotéis e as Camareiras

A profissão de camareiras encontra-se, na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o registro de nº 5.133-15 e tem as seguintes atribuições:

limpam, arrumam, organizam, vistoriam e abastecem apartamentos, quartos e banheiros; mantêm em ordem, conservam, classificam e organizam, identificando e controlando as saídas, devoluções e substituições das roupas e acessórios; atendem e auxiliam os hóspedes em suas solicitações e necessidades pessoais e profissionais (MTE, 2013).

Para o exercício de tais atribuições, algumas “habilidades” são exigidas: cumprir as tarefas e obrigações sempre de modo eficiente e em tempo hábil, de acordo com a política de qualidade do hotel; seguir todas as regras e procedimentos de segurança para evitar acidentes; criar um clima de harmonia e cooperação com todos e projetar uma imagem favorável do hotel; e, acima de tudo, ter sempre em mente que, em todas as circunstâncias, devem defender os interesses do hotel (Davies, 2001).

Também devem apresentar-se com boa aparência e com o vestuário impecável, segundo orienta Castelli (1992, p. 130-131):

Banhos diários, dentes apresentáveis e higiênicos, uniforme impecável, cabelos ajeitados, unhas tratadas, sapatos limpos, maquiagem e joias discretas. Caminhar com naturalidade, saber dosar o tom da sua voz ao falar com colegas e hóspedes, não apoiar-se em móveis e paredes, observar as regras de comportamento nos aposentos ocupados por hóspedes.

Ainda encontramos as “normas de conduta das camareiras” (Cândido, 2001, p. 106): ser pontual; estar sempre disposta e otimista; ter conhecimento profundo de seu trabalho; expressar-se com calma e segurança; respeitar colegas e chefias; ter comportamento exemplar no serviço; portar-se corretamente ante o hóspede e os superiores.

E, se o assunto for reclamação ou xingamento por parte de algum hóspede, elas devem (Castelli, 1992, p. 142): conversar com calma; saber escutar; não discutir; saber tomar atitudes; saber agradecer; posteriormente, procurar o hóspede para saber se tudo foi resolvido a contento.

Nas discussões sobre divisão sexual do trabalho, numa das transversalidades do “feminino” encontramos características como docilidade, passividade, paciência, resignação, submissão, entre outras. Essas compreensões, nos exemplos citados, explicitam, a partir da organização do trabalho, as maneiras de lidar com as trabalhadoras, que, num pano de fundo, não são consideradas profissionais qualificadas, mas realizadoras de tarefas que “qualquer mulher pode fazer”.

As orientações encontradas nos manuais demonstram a consideração dessa “desqualificação”, pois nos questionamos sobre o procedimento de avaliação dos banhos diários e dos dentes apresentáveis. Como avaliar tom de voz e otimismo? Trata-se de regras estabelecidas que desconsideram que no processo de trabalho existe um sujeito, um ser humano, uma singularidade. Ainda mais quando ali é o “espaço sagrado” do hóspede, onde não se pode recostar, sentar-se, apoiar-se. Enquanto o hóspede é sagrado, a camareira deve permanecer invisível, sem exalar odores, sem falar, sem existir. A camareira é apenas um meio para a satisfação do cliente, como diz Cândido (2001, p. 108):

Os hotéis estão sempre equipados para satisfazer o hóspede. E a camareira, através da boa execução de seu trabalho, é quem propicia essa satisfação. A rotina diária da camareira assegura um elevado padrão de higiene que realmente agrada o hóspede.

Nas empresas hoteleiras, o foco administrativo – como em qualquer empreendimento empresarial – se concentra na imagem, no cliente e nos

lucros. Tal perspectiva negligencia as pessoas inseridas enquanto força de trabalho no setor (Butler e Jones, 2003). No Nordeste do Brasil é comum o uso excessivo do horário flexível e da cultura do sistema de “prontidão”.

Quadro 1 - Caracterização dos dois hotéis participantes da pesquisa.

	Hotel A	Hotel B
Localização	Bairro de Boa Viagem, próximo à orla, a um shopping Center e ao aeroporto da cidade.	Bairro de Boa Viagem, próximo à orla, a um shopping Center e ao aeroporto da cidade.
Estrutura	Quatorze andares divididos em apartamentos e flats. Os apartamentos possuem 50 m ² e os flats, 70 m ² .	Sete andares divididos em dois blocos com um total de 150 apartamentos. Também possui dez salões para eventos, um restaurante, dois bares, galeria de arte, loja de conveniência, piscina (com serviço de bar e toalhas) e lavanderia.
Rede	Empreendimento familiar isolado.	Integra uma das maiores redes internacionais do mundo.
Estrutura organizacional	Simple	Complexa
Funcionamento organizacional	Dirigido por duas empresas diferentes (uma administra o “condomínio” e a outra empresa administra o hotel).	As gerências e os departamentos são bem integrados.
Desvio de função	Além de fazerem os serviços de arrumação e limpeza dos apartamentos de hóspedes, as camareiras arrumam e limpam os flats de moradores fixos. Uma das camareiras exerce a função de governanta, embora continue contratada como camareira.	Não observado
Remuneração	Embora as camareiras trabalhem para as duas empresas, elas recebem por uma apenas. Os salários variam entre elas mesmo exercendo as mesmas funções e cumprindo a mesma carga horária, variando de um a dois salários mínimos. Sem vale-transporte.	Um salário mínimo, vale-transporte.
Refeição	Sem vale-refeição; empresa não oferece	Empresa oferece café da manhã e almoço
Quantidade de funcionárias	14 camareiras	11 camareiras
Produtos de limpeza	Cloro puro; desinfetante concentrado; ácidos.	Domissanitários diluídos na proporção adequada.
Riscos	Químicos, biológicos, ergonômicos, acidente, psicossocial.	Químicos, biológicos, ergonômicos, acidente, psicossocial.
Proteções	Avental	Avental, luvas, botas de borracha, creme hidratante.
Sistema de informação	Formulários escritos à mão; entradas e saídas comunicadas via rádio.	Sistema de informática; entradas e saídas acessadas por programa de informática; planilhas com as informações são entregues impressas às camareiras.

As camareiras são as mais atingidas por este “modo de funcionamento”, como afirma Hazin e colaboradores (2000). O campo dessa investigação corroborou esta afirmação, apesar de os dois hotéis pesquisados³ terem características bem diferentes. Conforme o quadro 1, aqui nos referiremos como “Hotel A” e “Hotel B”; ambos podem ser caracterizados como “hotéis residência” com caráter misto, destinados tanto aos negócios como ao turismo e ao lazer. Foram entrevistadas 13 camareiras com idades que se distribuíram entre 35 e 62 anos, como visto no quadro abaixo:

Quadro 02 - Distribuição das entrevistadas por hotel

Hotel A									Hotel B			
Noêmia	Vilma	Norma	Francisca	Selma	Nancy	Samira	Joana	Janaína	Nara	Marrilda	Suzana	Adélia
40	46	61	39	53	39	48	41	41	34	34	36	37

Podemos, a fim de identificá-los ainda melhor, afirmar que o Hotel A é desorganizado organizacionalmente, negligente com proteções para as trabalhadoras, utiliza produtos químicos para limpeza que são desaconselhados para o tipo de trabalho, apresenta muitas irregularidades legais e episódios de humilhações e abusos com as camareiras pelos chefes. O Hotel B é bem estruturado organizacionalmente, oferece proteções (porém não todas), utiliza produtos químicos adequadamente, é ajustado em termos de lei, porém o controle e a demanda por produtividade extrapolam o nível saudável. No Hotel A, as camareiras demonstraram impacto maior em termos de lesões corporais e quanto à autoestima; nele, a humilhação e o desdém fazem parte do cotidiano do trabalho. No Hotel B, as trabalhadoras demonstraram muito medo, muito silêncio e um ritmo frenético, sem descanso; às vezes, dez minutos para o almoço, apenas.

Porém, em ambos, a carga física de trabalho é elevada. A orientação dos manuais é de 12 a 15 apartamentos por camareira (Cândido, 2001). No Hotel A esse número fica entre 13 e 18 apartamentos, com a ressalva

de que a metade é de *flats*. No Hotel B a média de apartamentos por dia para cada camareira é de 20 a 24, que vão desde os *single* aos de luxo, indiscriminadamente⁴.

Não apenas a carga física foi o interesse deste estudo, mas os riscos mais comuns nas análises em saúde no trabalho: químicos, físicos, biológicos, ergonômicos, situacionais, ambientais, psicossociais, sociais e psicológicos. Destes, os principais serão considerados a seguir.

Os Riscos no Trabalho

As realidades observadas nos dois hotéis mostraram grande exigência de produtividade e de ritmo acelerado, o que resulta numa carga de trabalho inadequada. Podemos apontar os riscos “psicossociais”, que estão diretamente relacionados às formas de organização do trabalho, às relações sociais entre hierarquias e pares, à pressão do tempo, aos sentimentos gerados e reprimidos de frustração, raiva, angústia, revolta etc. Suas repercussões aparecem em formas diversas de sintomas e queixas relacionadas à saúde, que vão desde a desregulação gastrointestinal até a sensação de fadiga.

Os principais sintomas narrados foram fadiga, ansiedade, alergias constantes, nervosismo, tristeza, esquecimento, constipação intestinal. Essas queixas podem estar relacionadas à segunda fase da síndrome do estresse (a fase de resistência), em que o sinal mais relevante é a sensação de desgaste, queixa principal das entrevistadas. Esses sintomas também podem estar associados a desencadeamentos futuros de enfermidades.

Em termos de riscos químicos, as substâncias conhecidas como “domissanitários” e os solventes são os principais agentes (ver quadro 1). Embora sejam produtos de uso no cotidiano doméstico, o tempo da exposição dessas trabalhadoras às substâncias é muito maior que o habitual em uma residência. Se elas não têm proteção, essa exposição fica mais intensa e pode causar reações (caso do Hotel A). Os efeitos desse tipo de risco ficam evidentes nas falas a seguir:

Eu tenho alergia aos produtos, mas fazer o quê? Não é? (...) Me dá espirro, dor de cabeça, até tontura me dá! (Samira, HB).

É cloro puro, mas a gente “destempera” (Vilma, HA).

De vez em quando eu fico gripada. É tipo alergia. Basta lavar o banheiro, o cloro, pronto, eu já fico... De vez em quando eu pego no cloro, quando eu boto muito, dá um espirro danado (Noêmia, HA).

Tenho muita alergia aos produtos e os cheiros deles, das coisas que a gente usa pra limpar (Adélia, HB).

Os sintomas narrados (e por vezes observados) fazem parte das reações em níveis leve e moderado, o que significa que seriam facilmente evitados com a proteção individual simples, pois requerem boas práticas de manipulação associadas ao uso do equipamento de proteção individual (luvas e botas de borracha, máscaras e óculos).

Em relação aos riscos biológicos, nas atividades das camareiras estes são localizados nos leitos e nos banheiros, como testemunham as seguintes falas:

Tem uns que deixam a camisinha em cima da cama, no chão, aí às vezes a gente pode pegar, está entendendo? Aí a gente não trabalha com luva não. Tinha uma luva que a outra camareira deixou, mas acabou; quer dizer, eu emprestei a um menino para meter a mão na privada, aí ele pediu minha luva e depois eu não quis mais, porque o certo mesmo era lavar o banheiro com luva (...) (Vilma, HA).

Pode ser assim, porque a gente trabalha diretamente com banheiro, com coisas que todo mundo usa, às vezes a gente está desprotegida, assim sem uma luva, uma máscara... (Francisca, HA).

O contato com fezes, urina, secreções, sangue, sêmen, deixa essas trabalhadoras vulneráveis à contaminação com bacilos, fungos, bactérias, vírus e outros agentes biológicos. Do mesmo modo que os riscos químicos, o controle desses riscos é simples e depende de gerenciamento competente e sensibilizado à saúde dessas trabalhadoras.

O risco de acidente também foi localizado na pesquisa; o exemplo mais ilustrativo foi a limpeza das vidraçarias externas do Hotel A, como nos narra Janaína:

A gente limpa assim... Com uma mão a gente se agarra na janela, com a outra a gente limpa com o rodinho pelo lado de fora... (...) A gente fica com a maior parte do corpo para fora, se cair... Tchau! Graças a Deus nunca caiu ninguém, mas já escorregou um bocado de vez, a gente. (...) O melhor era que uma vez por ano viesse uma equipe e limpasse esses vidros. Esse prédio é antigo, e era bom que os vidros corresse assim (fossem mais leves e fáceis de fechar e abrir), mas você tem de puxar... Não tem nem nada para amarrar na gente! (falando quase inaudivelmente).

O risco de queda no Hotel A, quando da limpeza externa das janelas, é real, principalmente por se tratar de um edifício espelhado, o que já indica a quantidade de vidros externos. Porém, não houve, no histórico do hotel, nenhum caso de acidente deste tipo. Deve-se ainda ressaltar que tal atividade não faz parte das tarefas a serem exercidas pelas camareiras, consistindo numa prática irregular.

Embora esses riscos mencionados sejam de grande importância, o risco que mais ilustra a atividade das camareiras pesquisadas é o ergonômico. Os riscos ergonômicos têm impacto diretamente nas estruturas corporais, e, no campo investigado, os níveis foram do 1° ao 5° em algumas tarefas, estabelecendo-se nas principais tarefas entre os níveis 1° e 4°. Ou seja, o nível de risco é elevado.

As atividades, de um modo geral, requerem esforços musculares tanto dinâmicos quanto estáticos, com ou sem levantamento de peso, frequen-

temente sem a possibilidade da postura correta. Isso resulta em lesões na coluna cervical, ou na musculatura de sustentação da coluna, assim como em varicoses nas pernas. As principais queixas que podemos relacionar a tal sobrecarga envolvem principalmente mãos, dedos, pescoço, costas, joelhos e ombros. Em termos de sintomatologia, esta se enquadra nas lesões por esforço repetitivo, largamente conhecidas como LER. As LER se dividem em cinco estágios, sendo o 5º, evidentemente, o mais grave. A inferência que realizamos a partir dos dados é que essas mulheres se encontram em sua maioria no 2º ao 3º estágio:

no estágio 2 (transtornos moderados) – caracterizados principalmente por: diminuição da força, dor, adormecimento, limitação dos movimentos articulares, dor à mobilização, desvios dos eixos ósseos, transtornos circulatórios; no estágio 3 (transtornos médios) – sintomas causam incômodo e incapacidade, porém a função global das extremidades continua sendo correta; anomalias evidentes, deformações, desvios, perda de massa muscular, limitação da mobilidade articular etc. (MS, 2001).

Vale informar que os estágios 4º e 5º lidam com incapacidade por conta da degeneração das estruturas orgânicas (musculares, nervosas, articulares, ósseas), e no 5º estágio o processo é irreversível. É pertinente a indicação de um estudo mais minucioso, com metodologia mais adequada e focada neste objetivo, que poderá confirmar o nexó técnico entre as queixas e o contexto de trabalho das camareiras.

O alívio dos sintomas passa pela automedicação, com antialérgicos, anti-inflamatórios e analgésicos. As consultas médicas, que geralmente ocorrem por dores, parestesias ou “cistos”, resultam em receita para medicamentos, orientação para imobilização da área atingida (normalmente do braço) ou encaminhamento para cirurgia (elas não parecem buscar atendimento médico em casos de alergias ou intoxicações). Outras intervenções como fisioterapia, alongamento, acupuntura, ginástica laboral, entre outras, inclusive associadas à psicoterapia, não foram cogitadas pelo atendimento

médico. Importante mencionar que toda a busca de atendimento médico (em hospitais do Sistema Único de Saúde – SUS, independentemente da empresa) foi ocasionada por queixas de dores intensas e parestesias, mas sem retorno positivo da clínica médica, como ilustram os relatos abaixo:

Eu não sei, porque isso aí, agora todo mundo tem. O médico fala que se você trabalha escrevendo, você tem. Se você datilografa muito, você tem. Isso é do movimento, não é? Porque é tanta gente que tem isso. “Tendinite”. É uma coisa que o médico disse que não tem cura (...) Nimesulida⁵, pode anotar, ele é anti-inflamatório, todo mundo aqui toma. (Noêmia, HA).

O médico disse que isso não tem o que fazer não, que não tem tratamento. Aí eu mesma tomo os remédios que melhora um pouco (Adélia, HB).

Eu até consegui dois dias de afastamento, mas não adiantou, estou no trabalho... Mas só eu sei a dor. (Suzana, HB).

Essas mulheres não são diagnosticadas nem tratadas de acordo com suas enfermidades. De fato, as narrações indicam que, primeiro, as lesões passam como se fossem invisíveis pelo atendimento médico; e segundo, não é cogitada a relação com o trabalho. As LER são, ao que indica este estudo, as afecções que mais atingem as camareiras entrevistadas. As camareiras avolumam o quadro das profissões que mais são atingidas por tais enfermidades – com baixo valor social e baixos rendimentos, como as faxineiras, cozinheiras, costureiras e digitadoras.

Variados fatores influenciam o adoecimento no trabalho, sejam econômicos, ambientais, sociais, tecnológicos ou organizacionais. No que pode ser apontado através dos dados verificados nesta pesquisa, as principais influências para o adoecimento dessas mulheres dizem respeito ao gerenciamento das empresas em dois pontos: a sobrecarga física e a tensão, resultantes de uma redução do quadro e da intensificação do trabalho, somadas à negligência com a proteção individual.

Essas mulheres não são diagnosticadas nem tratadas de acordo com suas enfermidades, (...) as lesões passam como se fossem invisíveis pelo atendimento médico, e não é cogitada a relação com o trabalho.

Cabe, portanto, questionar, em face desse trabalho sobrecarregado e precarizado, por que essas mulheres suportam tudo isso? A busca de resposta é o tema do item a seguir, que aborda as trajetórias de suas vidas. Os problemas apresentados no trabalho em hotel são suportados por

essas mulheres principalmente por conta da longa história de trabalho precário e desregulado que trazem em suas experiências no decorrer da vida. Ademais, o lugar de trabalho que conseguiram oferece uma série de “compensações”, por isso “vale a pena” garantir a permanência em seus empregos.

A Melhoria de Vida ou Por que Suportar a Dor?

Que o trabalho acarrete prejuízos e ao mesmo tempo funcione como balizador da saúde é uma contradição encontrada em toda e qualquer análise sobre saúde no trabalho. Apesar de as atividades realizadas no âmbito dos hotéis pelas camareiras serem demasiadamente sobrecarregadas, há o reconhecimento, por elas, de que esse emprego traz benefícios à vida de um modo geral. Algumas valorações com que julgam os resultados do trabalho para suas vidas passam por significados que denotam tanto aspectos materiais como aspectos imateriais.

Em relação aos aspectos materiais, a principal conotação é sobre a melhoria que conseguiram em suas vidas, tanto no trabalho quanto na vida pessoal. O trabalho, comparado com a trajetória que tiveram na vida, é melhor e traz consigo coisas que pouco ou nunca tiveram, como férias, folgas e salário. Também podem, hoje, consumir produtos e serviços que “antes era uma luta” para consegui-los, tais como vestuário, eletrodomésticos, artigos de cama/ mesa/banho, alimentação, shows, restaurantes etc.

Em termos imateriais, na comunidade e na família, ter um emprego numa empresa grande e elegante como os hotéis também é algo que traz valor e reconhecimento a essas mulheres. Advindas de comunidades em que o desemprego aflige a maioria das famílias, e sabendo de seus antigos

postos de trabalho como empregadas domésticas, ter carteira assinada (com tudo que a CTPS⁶ representa) e jornada determinada de trabalho também é motivo de valor social.

O inusitado também faz parte das “recompensas” pelo trabalho. Ser camareira em hotéis “grandes” proporciona entrar em contato com pessoas que, por outras vias, não seria possível. É o caso das pessoas famosas que “aparecem na TV”, como menciona D. Norma, do Hotel A:

Fui camareira do andar VIP. Eu fiz o quarto de Roberto Carlos, Elba Ramalho, Beto Barbosa... Aquele que inventou a vacina, Albert Sabin, eu fiz o quarto dele. Aquele da Mônica, ele me tratava muito bem, *Seu Maurício*. Fiz o apartamento de presidentes... Porque lá tem as suítes presidenciais (sobre a experiência em outro hotel, em que era a camareira das suítes VIP e presidencial).

Trabalhar como camareira de hotel também possibilita entrar em contato com pessoas dos mais diversos lugares e costumes, como visto nesta fala:

É o contato com outras pessoas, outras culturas, outros hábitos. A gente aprende muita coisa com isso, a gente tem contato bom... Tem umas pessoas que são desagradáveis. A maioria são pessoas agradáveis, que tem um contato legal com eles (Francisca, HA).

É exatamente esse contato que, algumas vezes, resulta em romances com estrangeiros que podem, num futuro, se transformar em maridos, no sonho de uma vida nova em outro país⁷.

Essas e outras compreensões acerca do trabalho fazem com que essas mulheres usufruam de certo *status* perante as comunidades às quais pertencem. Também, no âmbito de suas famílias, representam a figura de “chefa”. Elas possuem o salário

Os problemas são suportados por essas mulheres principalmente por conta da longa história de trabalho precário e desregulado que trazem em suas experiências no decorrer da vida.

próprio, decidem o que vai ser ou não comprado, organizam a vida familiar em níveis de decisões que extrapolam o estrito “serviço doméstico”.

O trabalho assalariado confere a essas mulheres o usufruto do tempo livre, de modo que este ganha um significado importante. Esse arranjo no cotidiano delas pode ser exemplificado com as falas a seguir:

Dia de folga, eu vou para a minha *missinha* de manhã cedo, para a missa com meu neto, e procuro sempre sair para a casa das minhas amigas, porque eu moro perto da praia, aí eu vou para a praia, não é? (Norma, HA).

Veja, quando está fazendo sol eu vou para a praia, vou passear, porque a gente já trabalha muito, e se a gente ficar só trabalhando... (Noêmia, HA).

Ralo!!!! (risos)... Faxina dentro de casa. Fico em casa, vou à praia com meus filhos e esposo. Porque nem sempre tem “din-din” (dinheiro), não é? Se a gente tivesse “din-din” para todo dia de folga! (risos) (Nara, HB).

Esses exemplos mostram como o tempo passou a ser organizado de uma forma que atualmente o lazer, a organização da casa e a atenção à família são prioridades. A jornada de trabalho com hora de início e fim, assim como as folgas a cada sete dias, facilita a programação, junto à família, de passeios, visitas à casa de parentes, de descanso etc. Essa organização era diferente à época em que eram empregadas domésticas, pois a irregularidade da jornada, assim como os poucos (e às vezes nenhum) dias de folga não permitiam tal planejamento ou usufruto do tempo livre para o lazer. Segundo elas, deram um salto qualitativo em suas vidas quando “escaparam” do trabalho como empregadas domésticas e conseguiram um emprego numa empresa, com a carteira assinada, como nos dizem Francisca e Vilma:

Na minha idade (39 anos) ir para outra área, outra coisa, já fica mais difícil; então eu estou satisfeita, porque aqui está bom (Francisca, HA).

Eu estou, porque eu sempre quis mudar, sair das casas dos outros, e eu pedia assim a Deus para me dar uma coisa diferente, que eu não queria morrer assim numa casa de família, me aposentar lá. Eu queria trabalhar numa coisa diferente, porque eu sou muito comunicativa. Eu queria ter comunicação com outras pessoas, conhecer outras pessoas, sair daquele setor, e foi isso que estava me deixando estressada naquela casa (Vilma, HA).

Apesar de todos os percalços encontrados (como acordar muito cedo, ir dormir muito tarde por conta da dupla jornada, a baixa qualidade do transporte coletivo, a sobrecarga nas tarefas), consideram que o emprego de camareira traz “benefícios” para suas vidas, como nos explica Vilma (HA):

Eu me sinto bem naquilo que faço, eu gosto daquilo que faço, eu sempre fui escrava da casa dos outros, sempre quis mudar de trabalho (...) benefício não é assim, por causa da coluna, não é? (Vilma, HA).

Essa fala representa bem a ambiguidade do trabalho para as camareiras. Um trabalho que dói, lesiona, exaure, adoce, mas, ao mesmo tempo, um trabalho que proporciona uma vida melhor.

Conclusão

Essas contradições não poderiam deixar de existir, uma vez que o trabalho é palco da dinâmica humana. Dinâmica esta complexificada, pois é regida por escolhas econômicas, políticas, gerenciais, transversalizadas pela divisão sexual do trabalho. O desgaste apresentado neste artigo fala dessas escolhas, de uma ordem mais geral que orienta as compreensões sobre esse sujeito do trabalho, as camareiras. Sujeito preterido diante de um modelo enxuto de funcionárias, de um clima de tensão e de pressa, aliado aos meios de trabalho inadequados. Esses elementos resultam numa sobrecarga de trabalho que não é apenas física, mas também psíquica. Essa sobrecarga reflete-se em queixas que vão desde sintomas como alergias e ansiedades, até as lesões físicas nas estruturas do corpo, marcadas principalmente pela dor.

As relações de trabalho analisadas nesta pesquisa evidenciam vários aspectos da dinâmica que ocorre nos bastidores dos hotéis para que o produto principal possa ser oferecido limpo, asseado, arrumado, higiênico, bonito, com “qualidade”. O que denota mais uma oposição nesta atividade: o apartamento impecável exige um trabalho “duro e sujo, limpando a bagunça e a sujeira dos outros”, como afirma Adélia (HB).

Mesmo com os aspectos negativos oferecidos pela profissão, essas mulheres encontram significados importantes de valoração do trabalho, que repercutem em suas vidas pessoais – na família, na comunidade, no autoconceito, na aquisição de objetos, no sentir-se empregadas assalariadas, sujeitos de direito. Pois são mulheres que, apesar da idade madura, conseguiram “um lugar”, como afirma Janaína (HA); de “não dependerem dos outros”, nem estar desempregadas, até porque, para elas, “ter um emprego é tudo”, como diz Selma (HA).

Contudo, elas não negam a insalubridade, o dispêndio da saúde que o trabalho exige. São cientes de alguns riscos e ignoram outros; são cientes das injustiças que acontecem, da falta de respeito que por vezes as atinge, tanto de chefes como dos clientes. Não negam a segunda jornada que as espera diariamente quando retornam a casa, cansadas do trabalho. Porém, o emprego que conseguiram está valendo a pena frente às trajetórias que traçaram para suas vidas no mundo do trabalho.

Esta pesquisa nos ajuda a entender a complexidade da relação entre saúde e adoecimento no trabalho, desvelando uma profissão nitidamente marcada pela divisão sexual do trabalho, sobre a qual temos tão poucas informações.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000(a). 258 p. (Coleção Mundo do Trabalho).

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A.; FERREIRA, V. C. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto da reestruturação produtiva. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. *Anais eletrônicos*. Coimbra:

Portugal, 2004. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf. Acesso em: 15/9/2008.

BRUSCHINI, C. e LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17/18, p. 157-196, 2002.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil Contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, São Paulo, n. 110, 2000.

BUTLER, R.; JONES, P. Conclusões: problemas, desafios e soluções. In: LOCKWOOD, A.; MEDLIK, S. (Org.). *Turismo e hospitalidade no Século XXI*. Barueri: Manole, 2003. p. 309-322.

CÂNDIDO, I. *Governança em hotelaria*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 155 p.

CASACA, S. F. Flexibilidade, precariedade e relações de gênero nos novos sectores dos serviços. In: PICCININI, V. C.; HOLZMANN, L.; KOVÁCS, I.; GUIMARÃES, V. N.; CASACA, S. F. (Orgs.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006. 360 p.

CASTELLI, G. *Administração hoteleira*. Caxias do Sul: EducS, 1992. 402 p.

DAVIES, C. A. *Cargos em hotelaria*. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 325 p.

HAZIN, A. L.; OLIVEIRA, C. F. G.; MEDEIROS, R. *Turismo e mão-de-obra: entre o real e o ideal*. Recife: Fundaj/Unicap, 2000.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002. 336 p. (Coleção Mundo do Trabalho).

HIRATA, H. Trabalho Doméstico: Uma Servidão “Voluntária”? In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. da. *Gênero e Educação: Caderno para Professores*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação, 2003. (Coleção Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher – PMSP, 8).

HOLZMANN, L. A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. In: PICCININI, V. C.; HOLZMANN, L.; KOVÁCS, I.; GUIMARÃES, V. N.; CASACA, S. F. (Orgs.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006. 360 p.

IPEA/IBGE. *Indicadores do mercado de trabalho*. Disponível em << http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_mercado_trabalho.html. relatório 2011>>. Acessado em 12/5/2013.

KOVÁCS, I. Emprego flexível em Portugal – alguns resultados de um projeto de investigação. In: PICCININI, V. C.; HOLZMANN, L.; KOVÁCS, I.; GUIMARÃES, V. N.; CASACA, S. F. (Orgs.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006. 360 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde*. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil/ Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil, 2001. 580 p.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). *Classificação Brasileira de Ocupações*. Disponível em <<<http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>>. Brasil, 2013. Acessado em 6/8/2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Doenças profissionais são principais causa de mortes no trabalho*. Disponível em <<<http://www.oitbrasil.org.br/content/doencas-profissionais-sao-principais-causas-de-mortes-no-trabalho>>> Acessado em 23/4/2013.

PICCININI, V. C.; OLIVEIRA, S. R. de.; RÜBENICH, N. V. F. Flexível ou informal? – reflexões sobre o trabalho no Brasil. In: PICCININI, V. C.; HOLZMANN, L.; KOVÁCS, I.; GUIMARÃES, V. N.; CASACA, S. F. (Orgs.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006. 360 p.

SOUZA, L. N. de; RODARTE, M. M. S.; FILGUEIRAS, L. A. M. Gênero e mercado de trabalho na Grande Salvador – um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90. *CADERNO CRH*, Salvador, n. 37, p. 181-215, 2002.

Notas

¹ Texto sobre pesquisa de doutoramento realizada sob orientação do professor Parry Scott e da professora Cynthia Hamlin, intitulada “Impacto da Precarização do Trabalho na Saúde de Camareiras: um Estudo de Caso”, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE (financiamento CNPq)/2010.

² Casos de suicídios coletivos no local do trabalho já nos apontam que o trabalho começa, em alguns casos, a deixar trabalhadores/as sem saída.

³ Na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil (N.E.).

⁴ O campo da pesquisa foi estudado em época de relativa baixa estação em Recife, no mês de julho, em que há um volume grande de chuvas. Desse modo, em época de verão e férias de final e início de ano, é possível que esse número seja ainda maior.

⁵ Elas brincam entre si chamando este medicamento de “pastilha”: “Tens pastilha? A minha acabou”.

⁶CTPS: carteira de trabalho e previdência social (N.E.).

⁷Numa das visitas à casa da D. Norma, houve uma “sessão” de exibição de vídeos de alguns casamentos de ex-camareiras com estrangeiros de países como Itália, Portugal e Estados Unidos.

Mulheres na cidade: diálogos possíveis para a construção da igualdade no mundo urbano

Mércia Alves

“Se a ideia é criar cidades para pessoas, devemos criar espaços onde podemos nos perguntar: gosto de estar onde estou?”

Humberto Maturana

Este artigo pretende trazer contribuições da luta pelo direito à cidade e seu diálogo com a dimensão histórica e conceitual no campo dos movimentos sociais urbanos. O desafio nestas breves reflexões é levar ao centro do debate a visão das mulheres, protagonistas do movimento de mulheres, de forma a avançar no campo dos desafios da luta política na construção de cidades sob a perspectiva feminista.

Um aspecto importante a tratar é que se reconhece no processo de construção das políticas de desenvolvimento urbano, em especial no campo da moradia, uma luta das mulheres dos movimentos urbanos para avançar na construção de plano e programas que, a partir de uma ação afirmativa, promovam igualdade de gênero na cidade. Os avanços estão postos com a presença das mulheres destes movimentos nos espaços de formulação de política; na garantia da

titularidade e contrato de produção de moradia em nome das mulheres etc. Então, o que as mulheres sujeitos políticos do movimento de mulheres e feministas trazem como dilema e desafios para avançar no campo da política urbana, tendo como horizonte a igualdade de gênero?

Eis o desafio deste artigo: considerando a luta das mulheres no âmbito urbano, dialogar com uma perspectiva de cidade que considere a mulher como sujeito ativo da construção da luta política no espaço socioterritorial da cidade.

E a epígrafe serve de ponto de partida para nossa reflexão. Isto é, se pretendemos dar efetividade ao sentido do direito à cidade, é preciso pensar como nós mulheres a percebemos e como podemos construí-la no sentido do fortalecimento da sua autonomia de viver e conviver nas contradições e complexidades apontadas pela dinâmica urbana.

Assim, a nossa caminhada terá por objetivo trazer contribuições sobre o sentido da luta pelo direito à cidade e ampliar essa visão, tendo como referência a vida de nós mulheres na cidade. Esse ponto de partida é fundamental porque toma como referência as mulheres como sujeitos políticos, em suas infinitas complexidades e necessidades sociais, na construção da igualdade na cidade.

Sentidos e significados na luta pelo Direito à Cidade

O termo Direito à Cidade foi colocado na agenda política pelos movimentos sociais desde os anos 1960, quando já se discutia nesse cenário a compreensão da cidade como espaço de vivência de direitos sociais. Entretanto, falar sobre o contexto das cidades é esboçar nossa visão sobre um espaço de exclusão e desigualdades socioespaciais que passam por várias dimensões da vida social, seja no âmbito do trabalho, seja no acesso aos serviços e equipamentos públicos.

Discutir sobre as cidades em suas diversas expressões – pequenas, médias e grandes – significa pensar sobre o lugar do não direito, uma vez que a *cidade a cada dia é objeto e fruto de intensas ambições*, como disse o poeta Chico Science. É uma cidade que estruturalmente está moldada pela dinâmica do mercado e em que as reais condições de vida da população

Discutir sobre as cidades em suas diversas expressões (...) significa pensar sobre o lugar do não direito, uma vez que “a cidade a cada dia é objeto e fruto de intensas ambições”.

demonstram as precariedades e a inserção desigual de homens e mulheres na dinâmica urbana.

Aqui se faz necessário compreender a cidade e o urbano como dimensões de um mesmo processo, entendendo a

cidade como o espaço, o lugar de decisão política e também de vivência da produção e reprodução social. E o urbano, entendido como resultado do processo de industrialização e urbanização, o que determina o modo de vida e suas inter-relações no rural e urbano (Rodrigues, 2007, p. 79).

Ainda recorrendo à professora Arlete Moysés Rodrigues (2007), o urbano e a cidade são confundidos como sinônimos, mas é preciso entendê-los como expressão de um processo em que o modo de vida (urbano) dá conformidade à dimensão no território-espaço. Ou seja, cidade e urbano são expressões do processo de urbanização que marca o país, reconfigurando-o em meados do século XX e transformando-o em predominantemente urbano-industrial¹.

Os dados são reveladores de que a problemática urbana vem sendo a expressão das diferentes faces da desigualdade social neste país. Tais desigualdades se revelam em suas expressões de raça, gênero e geração, uma vez que a pobreza urbana é negra e feminina. Assim, para garantir o Direito à Cidade fazem-se necessárias medidas que superem um modelo econômico que mercantiliza cada metro quadrado da cidade, e a expressão mais evidente dessa mercantilização está posta com as grandes obras em torno dos eventos olímpicos e esportivos, a Copa do Mundo de 2014.

De acordo com as reflexões do Professor Nelson Saule Jr. (Instituto Pólis), a cidade como espaço social da inclusão e de vivências democráticas é o objetivo de todos e todas, na perspectiva da garantia e da efetividade do conjunto de direitos fundamentais e da dignidade humana, entre estes, o Direito à Cidade:

As cidades como espaço social que ofereçam condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes, de viverem com dignidade, independente das características sociais, culturais,

étnicas, de gênero e idade, felizmente continuam a ser o objetivo de muitos indivíduos, grupos sociais, organizações da sociedade, movimentos populares, instituições religiosas, partidos políticos, gestores públicos, compromissados em alcançar uma vida melhor, de felicidade, paz, harmonia e solidariedade para as pessoas, nas cidades.

É neste ambiente da construção de cidades do futuro que está a noção do direito de todos e todas à cidade, cidades sustentáveis, para a presente e as futuras gerações. Então, falar em Direito à Cidade é ter a compreensão de que esta é e será construída por sujeitos de direitos, homens, mulheres, jovens, pessoas idosas, com deficiência, entre outros.

Atualmente, o tema das cidades é palco de reflexões para as várias organizações sociais, como juventude, população negra, mulheres. Em meio ao debate da construção de cidades, conforme as necessidades e demandas e avanços no campo legal, busca-se discutir o modelo de cidades que seja justo e democrático, em que esta possa espelhar a demanda dos sujeitos atuantes na cidade.

As conquistas do movimento social da reforma urbana confirmam que o espaço da luta social é o caminho legítimo para dar concretude à cidade como espaço equitativo de vida e oportunidades. Já como parte deste campo de disputa de sentidos, temos fatos que marcaram a luta pela democratização do país, tais como: a lei do Prezeis² no Recife (1987); a Emenda Popular pela Reforma Urbana, que resultou nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal; o Estatuto da Cidade (2001); a lei do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (2005); a criação do Ministério das Cidades (2003) e do Conselho das Cidades (2004); a Lei 11.977, de 2009, que tem como princípio a titularidade da posse em nome das mulheres, dentre outros. A mudança na lógica de pensar a cidade está em constante disputa, e a organização social em torno da reforma urbana é uma possibilidade para reivindicar a efetividade dos direitos fundamentais à cidade.

Portanto, esse modelo de cidade encontra-se cotidianamente em disputa com os setores econômicos empenhados em erguer a cidade de concreto (prédios, condomínios fechados), voltados para um segmento da população

que paga e privatiza o uso do espaço público. Neste espaço de cidade em disputa, a população pobre e negra, moradora dos assentamentos informais e periferias da cidade, é afetada pela falta de acesso aos serviços sociais básicos, como saneamento ambiental, transporte coletivo de qualidade e moradia digna.

Essa carência ou falta de atendimento das demandas para a população pobre é expressa nos números e estatísticas. No campo da habitação, 82% de déficit, atualmente na ordem de 6 milhões de moradias, afeta a população de 0 a 3 salários mínimos. E 22% dos domicílios urbanos apresentam infraestrutura inadequada, o que implica problemas no acesso a pelo menos um dos seguintes serviços básicos: iluminação elétrica, abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgoto ou fossa séptica, e coleta de lixo. Esses dados revelam que a população pobre, em sua maioria mulheres, moradora das periferias, não tem seu direito à cidade assegurado. Em meio aos avanços e conquistas no campo legal, a igualdade de oportunidades e a garantia de direitos são um desafio real no cenário das desigualdades socioespaciais.

A cidade é produto do seu tempo, do debate político sobre qual cidade se pretende construir para a atual e as futuras gerações. Mas, ao reconhecermos que as heranças de desigualdades têm o reflexo das opções políticas e modelos econômicos implementados, é preciso ocupar o espaço público para disputar o acesso de todos(as) à cidade e na cidade.

A noção expressa do Direito à Cidade na Carta Mundial (2005) tem como referência legal os documentos internacionais dos Direitos Humanos; a Constituição Federal de 1988, nos artigos 182 e 183, e o Estatuto da Cidade 10.257/2001. Para compreendermos o que é Direito à Cidade, a Carta Mundial apresenta em suas disposições gerais o que segue:

1. Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação política e religiosa, preservando a memória e a identidade cultural em conformidade com os princípios e normas que se estabelecem nesta carta.
2. O Direito à Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades, dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça

social; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de

vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente, e inclui os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Inclui também o direito à liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e a garantia da preservação e herança histórica e cultural.

A cidade é produto do seu tempo, do debate político sobre qual cidade se pretende construir para a atual e as futuras gerações.

3. A cidade é um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado que pertence a todos os seus habitantes.

4. As cidades, em corresponsabilidade com as autoridades nacionais, se comprometem a adotar medidas até o máximo de recursos de que disponham, para conseguirem progressivamente, por todos os meios apropriados, inclusive em particular a adoção de medidas legislativas e normativas, a plena efetividade dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, sem afetar seu conteúdo mínimo essencial.

5. Para os efeitos desta carta se denomina cidade toda vila, aldeia, capital, localidade, subúrbio, município, povoado organizado institucionalmente como uma unidade local de governo de caráter Municipal ou Metropolitano, e que inclui as proporções urbanas, rural ou semirrural de seu território³.

A luta política em torno de cidades com igualdade social e de gênero é uma ação política no cenário internacional, latino-americano e nacional, com diversos sujeitos políticos que pensam as mudanças estruturais da cidade a partir da superação de um modelo. Mudanças que rompem com a sua mercantilização e, sobretudo, que estabeleçam novas referências para construção e produção coletiva no espaço urbano.

Os movimentos sociais urbanos, em suas diferentes expressões, tiveram parte da sua agenda e demanda política incorporada no âmbito da ação pública. A referência, portanto, desta luta política por uma cidade com justiça socioambiental e com gestão democrática e participativa advém da aprovação do Estatuto da Cidade, uma referência para o processo de formulação da política urbana. O Estatuto da Cidade é uma Lei (10.257/2001) que vem regulamentar dois artigos (182 e 183) da Constituição Federal de 1988, constantes do Capítulo II, da Política Urbana. Trata-se de uma reivindicação do Movimento Nacional de Reforma Urbana desde os anos 1960 e que se tornou possível a partir da apresentação de uma emenda popular da Reforma Urbana com mais de 200 mil assinaturas no processo pré-constituente.

O Estatuto das Cidades é considerado um avanço no campo social, jurídico e urbanístico, por colocar na esfera do município a prerrogativa de assegurar a todos e todas o *direito às cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (Inciso I, artigo 2, Estatuto da Cidade).*

O Estatuto da Cidade é afirmativo quando coloca a gestão democrática como um instrumento fundamental para a participação da sociedade civil nos espaços institucionais, a saber: os conselhos, conferências e audiências públicas, com o objetivo de reverter a lógica e o modelo tecnicista de planejamento das cidades.

A sociedade, moradores/as de assentamentos populares urbanos, movimentos sociais urbanos, rurais, sem-teto, organizações de mulheres, jovens, dentre outros, têm no Estatuto da Cidade um instrumento político importante para reivindicar direitos. A exemplo da elaboração em âmbito municipal de políticas de moradia, acesso à terra, saneamento ambiental, transporte, acessibilidade à cidade, infraestrutura, titularidade da posse prioritariamente em nome das mulheres e construção dos instrumentos de gestão democrática e participativa, como os conselhos.

Constitui, portanto, um desafio para a sociedade civil ter acesso à informação e formação para uma atuação qualificada nos espaços de conselhos

das cidades, fóruns, plenárias nos bairros etc. É só participando destes espaços e apresentando as necessidades locais ao gestor público que se podem visualizar mudanças na efetivação da política urbana, conforme os direitos previstos no Estatuto da Cidade.

Há uma grande fragilidade em nível local, (...) sem o devido reconhecimento dos sujeitos políticos que atuam na cidade.

Em nível nacional reconhecem-se os inúmeros avanços no processo de formulação da política urbana, como definições de marcos referenciais e diretrizes das políticas nacionais de Habitação, Transporte e Mobilidade Urbana, Saneamento e Solo Urbano. No entanto, há uma grande fragilidade em nível local, com a permanência de um modelo de política que é centralizada no processo decisório do gestor, sob uma perspectiva tecnicista e sem o devido reconhecimento dos sujeitos políticos que atuam na cidade. O que se observa em face dos avanços é que há uma forte tendência para a desintegração das políticas sociais e setoriais urbanas, e parte da agenda governamental, no que se refere às ações das políticas sociais, passa ao largo dos espaços dos conselhos. Suas definições estratégicas muitas vezes não consideram o histórico de aprovações das resoluções das conferências nacionais, estaduais e municipais, e suas interfaces com as outras políticas sociais e plano.

Assim, os obstáculos que se põem para o efetivo cumprimento do Direito à Cidade são de diversas ordens. A mais problemática delas é a convivência entre os avanços políticos, legais, fruto da ação política dos movimentos sociais, e a construção e produção de cidades marcada pelo paradigma da mercadoria. Como já tratado anteriormente, são constantes as disputas de sentido sobre a cidade e as demandas apresentadas pelos sujeitos concretos que vivenciam todas as expressões das desigualdades socioterritoriais, a exemplo do impacto destas sobre a vida de nós, mulheres.

A cidade sob o olhar da perspectiva feminista

Como descrito na introdução deste artigo, opta-se por uma análise sobre a cidade considerando as expressões contraditórias e desiguais que marcam o ambiente urbano. Para essas reflexões tomar-se-á como ponto de partida a mulher como sujeito político presente, que vivencia as diversas facetas

dessas desigualdades. Opta-se um movimento do pensar considerando a mulher e suas reais demandas sociais por igualdade de gênero na cidade, mas, sobretudo, para o fortalecimento da sua autonomia enquanto sujeito político no processo de construção das políticas urbanas.

Nesse sentido, pergunta-se: o que nós, mulheres, pensamos sobre a cidade? As políticas urbanas atendem às nossas necessidades e demandas políticas? As mulheres vêm sendo protagonistas na formulação das políticas urbanas? As perspectivas de igualdade de gênero no campo das políticas urbanas fortalecem a sua autonomia ou reforçam os padrões e papéis sociais no campo da reprodução social – cuidados?

Não temos a pretensão de responder a todas as questões, mas sim levantar pontos de interrogação em cada mente pensante e atuante nos vários espaços da nossa vida política. Seguimos então no diálogo entre o que é e o que pode ser, para avançamos no debate e na luta política no campo do Direito à Cidade.

Os dilemas e questões no campo do Direito à Cidade e Mulheres são muitos. Já tivemos várias contribuições sobre este tema, e um dos artigos que é referência para as mulheres atuantes nos movimentos sociais urbanos é o de Taciana Gouveia, “Mulheres: Sujeitos Ocultos das/nas Cidades?”. Esse texto provocou várias reflexões e orientou o campo das proposições nas conferências das cidades desde 2005. É ainda um desafio persistir nesta discussão, pois consiste num tema urgente a ser enfrentado, uma vez que as proposições no campo da igualdade de gênero nem sempre caminham numa perspectiva de construção da autonomia e democracia na vida das mulheres.

Uma dimensão a ser tratada em nossas reflexões é que a organização do espaço da cidade e o urbano como modo de vida não incorpora a vida das mulheres. A configuração da cidade em sua dinâmica espacial é o retrato da conformação dos padrões e relações sociais, que acaba por reproduzir e reforçar o lugar da mulher na sociedade como restrito ao ambiente doméstico e às tarefas de cuidados historicamente a ela creditadas.

É importante assinalar essa questão para compreendermos os elementos que estruturam as desigualdades e interditam a participação das

mulheres em várias dimensões da vida social e política, na construção das cidades.

Quando relatora do Direito à Moradia Adequada da ONU, Raquel Rolnik, 2009, ressaltou que vários são “os obstáculos que se interpõem para o efetivo cumprimento do direito à moradia, que afetam de forma diferente e desproporcional as mulheres, inclusive a violência contra a mulher, normas sociais e culturais discriminatórias, discriminações múltiplas, a falta de capacidade de pagamento e até mesmo a privatização dos estoques públicos de moradia” (Rolnik, Direito à Moradia, Ipea, 7/6/2009).

Vários estudos vêm apontando e afirmando a existência das desigualdades entre homens e mulheres nas cidades. Isto também é afirmado pela própria observação do cotidiano, que é traduzido em números e revela que as mulheres são mais de 51% da população e em sua maioria já se configuram como chefes de famílias. Desse modo, é parte desta maioria da população economicamente ativa, o que implica as exigências colocadas no mundo do trabalho produtivo, seja formal ou informal, e também do reprodutivo – as obrigações com as tarefas domésticas e de cuidados com toda a família. Em sendo uma problemática social, uma questão de política pública, pergunta-se: como o Estado vem atendendo a essa realidade das mulheres, na construção e provisão de equipamentos públicos como creches, por exemplo, para assegurar a inserção da mulher no mundo do trabalho?

De acordo com Raquel Rolnik, corroborada pelos depoimentos de inúmeras mulheres, a dupla jornada, a inserção no mercado informal de trabalho e a insegurança no espaço urbano sem infraestrutura adequada tem nos colocado de forma vulnerável nos espaços das cidades. A vivência desigual entre homens e mulheres vem se colocando como uma questão social, pauta de uma ação pública do Estado. É necessário um olhar para a efetivação de políticas que atendam às demandas das mulheres, porém numa perspectiva de construção da sua autonomia política e financeira.

Considerando as obrigatoriedades destinadas às mulheres para cumprir com as exigências do padrão de uma

A organização do espaço da cidade e o urbano como modo de vida não incorpora a vida das mulheres.

cultura patriarcal, a qual restringe o lugar da mulher ao ambiente privado, conferindo ao homem o lugar público, o mundo da política, constata-se que a ocupação socioespacial também segue esses padrões. Portanto, as políticas urbanas – habitação, transporte e mobilidade urbana, saneamento ambiental e solo urbano – passam a ser também configuradas a partir da lógica masculina, do homem branco, heterossexual, que está no espaço público e define a conformação do ambiente das cidades.

É comum escutar dos homens e mulheres dos movimentos urbanos que há uma preocupação sim com a igualdade de gênero, que várias propostas foram aprovadas nas resoluções das conferências das cidades. E, de fato, é verdade que foram várias as discussões, a saber: disponibilização de creche nas reuniões ordinárias do Conselho Nacional das Cidades – ConCidades; percentual da provisão habitacional para mulheres chefes de famílias; titularidade da posse em nome das mulheres e paridade na composição do ConCidades. Porém, passados oito anos de debate no Conselho, a aprovação em resolução sobre o serviço de creche nunca se efetivou. As justificativas foram várias, mas nenhuma considerou a real necessidade da mulher que deseja romper os muros do privado.

Reforçando essa nossa reflexão, Rossana B. Tavares aponta que

(...) Diversas dinâmicas e práticas urbanas mostram como os processos de produção do espaço revelam a ausência de uma preocupação social e política relacionada às desigualdades entre homens e mulheres. Por muitas vezes, quando são propostas ações afirmativas nesse sentido, as concepções são sempre fragmentadas e superficiais, o que demonstra o posicionamento político usual sobre a questão. (Tavares, 2008, p. 12).

Assim, consideramos os avanços dos movimentos sociais urbanos, nos quais também contribuimos na sua formulação, na construção das plataformas feministas, buscando levar ao campo da elaboração da política as proposições de uma ação para igualdade de gênero. Há, entretanto, uma leitura e análise do movimento de mulheres de que as políticas urbanas não conseguem fazer a devida interlocução com o Plano Nacional de Política

para as Mulheres e que a maioria das mulheres do movimento de mulheres e feminista não estão representadas no espaço da gestão democrática e participativa para as questões da agenda política feminista.

O que se reivindica neste debate é que as mulheres sejam os sujeitos ativos de suas lutas políticas. Hoje, a questão da moradia adequada⁴ e da mobilidade urbana vem se revelando como o objeto de muitas inquietações, devido a obstáculos para as mulheres terem acesso a planos de financiamento, como também pelas dificuldades que o transporte público coloca para a vida das mulheres, a exemplo do tempo gasto entre o trajeto trabalho-casa; escola-médico-casa, acentuando ainda mais as obrigatoriedades colocadas em suas vidas com as tarefas produtivas - reprodutivas e de cuidados.

Nesse aspecto, o acesso e a ampliação aos bens e serviços urbanos, a exemplo de creches, postos de saúde, praças e lazer, lavanderias e transporte público, seriam uma oportunidade para assegurar a compreensão sobre o direito à moradia adequada. Ou seja, não basta que a mulher tenha assegurada uma política habitacional, é necessário que isso ocorra articuladamente com outras ações no campo da política pública. Este acesso aos equipamentos e serviços urbanos não pode ser visto como parte de uma política de benefício, senão como um direito assegurado para a garantia do Direito à Cidade às mulheres.

Caso nos restringamos ao acesso à política de creches, lavanderias etc., reproduziremos a lógica patriarcal que enclausura as mulheres no espaço do privado, como se tais serviços fossem exclusivos para as mulheres. Entretanto, são parte das demandas das mulheres, numa sociedade ainda marcada pelas desigualdades de gênero. Deve ser visto como uma ação afirmativa na perspectiva da garantia de direitos, contribuindo para a autonomia das mulheres na vida pública e privada.

O mais contraditório desse processo é que nós mulheres somos, historicamente, a maioria na condução dos processos organizativos, na mobilização e articulação política, na reivindicação de direitos, e também na atuação nos espaços políticos da comunidade, em

Não basta que a mulher tenha assegurada uma política habitacional, é necessário que isso ocorra com outras ações no campo da política pública.

vários locais, como associações, grupos, instituições, clubes etc. Mas, ao observarmos os espaços de poder, a condução política destas organizações é realizada em sua maioria por homens, numa lógica masculina de se viver os espaços de poder. Como a prática é critério de verdade, talvez devêssemos olhar para isso e compreender as inúmeras interdições postas às mulheres e as dificuldades para se efetivar uma política afirmativa para elas.

Mesmo reconhecendo que as mulheres atuam ativamente nestes diferentes espaços, bem como nos movimentos urbanos, a sua pouca presença nos espaços de decisão política, a exemplo dos processos de negociação sobre determinada política pública, é um indicativo de análise para entendermos as razões das dificuldades de incorporação de uma perspectiva das mulheres e feminista no campo da política pública e na definição da aplicação de recursos orçamentários.

A ausência de uma perspectiva feminista – autonomia, democratização do poder e horizontalidade nas decisões – faz com que haja um distanciamento entre os avanços no campo dos direitos para mulheres e a sua efetividade mediante as políticas sociais urbanas. Nesse sentido, concordamos com as chaves de leitura trazidas por Taciana Gouveia, ao nos colocar a presença e a vivência das mulheres na cidade como uma contradição para a garantia do Direito à Cidade:

Acontece que há grandes distâncias entre as letras postas em palavras que formam conceitos e promulgam direitos e a vida experimentada no cotidiano. No cotidiano, a separação estrita entre público e privado ainda é a lei que demarca a experiência das mulheres, tanto que para muitas mulheres a cidade não é um lugar onde elas estão, mas sim um lugar que vão quando necessitam. E vão para a cidade com um sentimento de que são ‘fora do lugar’, estrangeiras, ainda que na formalidade do direito sejam cidadãs. (Gouveia, 2011, p. 7).

Essa questão é evidente, sobretudo, para as mulheres das classes populares, que por diferentes razões não vivem o espaço da cidade, a sua história, a sua vida política, a sua cultura, pois os fatores que interditam

a sua vida no âmbito do doméstico espalham-se para a vida pública, colocando-as como pessoas que não gostam de política. Mas se isso nos foi posto, de que “política é coisa chata” ou que ela é “lugar de homem”, então, o que nos mobiliza para sair, romper os portões e muros da casa, e conversar sobre a política do bairro, da cidade? Isso de fato é um desafio, porque mesmo as mulheres que já pularam o muro e portões têm ainda na obrigatoriedade das tarefas domésticas um requisito para cumprir, antes de ir para as reuniões.

Mesmo que nós já tenhamos conquistado vários direitos, em diferentes campos – social, político etc. –, o pensamento que é hegemônico e com o qual devemos nos inquietar é que a construção social ao afirmar o lugar público – a rua – como o espaço do político e creditado aos homens, e o privado – a casa – como o espaço de confinamento das mulheres, reforça a compreensão de que a cidade é o não lugar para as mulheres, no sentido de que esta é até percebida como lugar do vivido, da identidade cultural, mas não de transformação, a partir da percepção de como essa cidade deveria estar organizada para atender às necessidades de nós, mulheres.

Assim, as desigualdades na vivência da cidade entre homens e mulheres expressam-se de diferentes formas; a mais visível e naturalizada socialmente diz respeito à participação nos espaços de poder e à titularidade da posse em nome das mulheres. Historicamente, ao homem como provedor coube a titularidade pelo bem do imóvel, terras, posse de bens e mercadorias. Em alguns países esse tema ainda é um limitador para as mulheres; no Brasil, só nos últimos oito anos esse tema ganhou a agenda pública, buscando através do marco legal assegurar a titularidade da posse da terra em nome das mulheres (Lei 11.977/09) e na produção de habitação, com o Programa Minha Casa, Minha Vida 2 (Lei 12.423/2011). Ambas, no entanto, com limites para a sua efetividade em âmbito local, por ainda enfrentarem os limites na compreensão de uma política afirmativa para as mulheres por parte dos entes governamentais e cartorários.

A caminhada neste campo vai tal qual o poeta Lulu Santos, “com passos de formiga e sem vontade”. Houve muitos avanços do ponto de vista institucional e legal tanto no campo da política e ação afirmativa para as mulheres

como no âmbito da política de desenvolvimento urbano; entretanto, sem os devidos campos de diálogo para enfrentar uma problemática comum: as expressões das desigualdades nas cidades e na vida das mulheres.

Desafios para a garantia do Direito à Cidade às mulheres

Caminhando com otimismo, mas sem perder a crítica - um recurso fundamental para avançar no campo político -, identificamos duas questões fundamentais para continuar ampliando o debate sobre as mulheres na cidade.

O primeiro deles é perceber que a plataforma feminista do Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU, levou para o ambiente político a questão das desigualdades de gênero no contexto das cidades. Teve seu mérito por articular, neste debate, várias mulheres atuantes nos movimentos urbanos com o objetivo de desvelar os diferentes aspectos dessas desigualdades.

Na plataforma feminista há diferentes aspectos que confluem com as questões apontadas pelas mulheres sujeitos ativos no movimento de mulheres e feminista. O principal deles é que há uma “ausência de políticas urbanas afirmativas para as mulheres nas cidades, tendo como referência o que é discutido e aprovado nas conferências e conselhos das cidades” (Ferreira, 2009).

As reflexões no âmbito da plataforma referem-se muito mais ao direito ao acesso aos serviços e equipamentos urbanos, como parte de políticas que atendam às necessidades das mulheres em razão das obrigações colocadas pelas tarefas no campo da reprodução social – doméstica e cuidados – do que necessariamente a uma luta do movimento de mulheres e feministas, colocando-se como sujeitos políticos do processo de definição das políticas urbanas e participantes das esferas de decisão – poder político – onde as políticas para mulheres possam ser debatidas *com* elas e não *em nome* delas. Essa não é apenas uma questão de semântica (significado), mas do lugar que o sujeito pretende assumir na condução da sua história.

Neste debate sobre o lugar das demandas das mulheres no âmbito das políticas públicas é visível que no campo da política nacional de desenvolvimento urbano, e nas proposições colocadas no debate do conselho e

resolução das conferências das cidades, a questão de gênero é vista como transversal às políticas e como um mecanismo a ser considerado de forma abstrata, como parte de ações afirmativas a grupos historicamente marginalizados.

Se as desigualdades sociais e de gênero nas cidades fossem consideradas numa perspectiva estruturante e concreta, as mulheres que vivenciam de forma diferenciada e diversa os espaços da cidade seriam consideradas como ponto de partida e enquanto sujeitos políticos nas políticas, programas e planos que buscam dar efetividade ao princípio do Direito à Cidade.

Três pontos da Plataforma Feminista do FNUR são significativos e foram apresentados nas três últimas conferências nacionais das cidades, a saber: Política para promoção da igualdade de gênero no âmbito da Política de Habitação; Paridade entre homens e mulheres dos Movimentos Nacionais Urbanos⁵ – UNMP, Conam, MNLM, CMP – no Conselho; e uma nova cultura de gênero e raça na política das instituições e organizações, de forma a garantir a equidade no âmbito da política urbana.

O que se percebe é que após oito anos de incursão neste debate, poucos foram os avanços alcançados nesses três campos. Afora a questão da paridade no interior dos quatro movimentos nacionais, as demais proposições não avançaram na formulação e efetivação da política urbana, considerando as questões trazidas pela perspectiva feminista.

Neste sentido, cabe aqui apontar o segundo aspecto no campo dos desafios: avançar na confluência de uma agenda política feminista que tenha como norte a ampliação da presença das mulheres nos lugares de decisão política sobre a cidade, como também para fazer avançar o que está previsto em termos do marco legal, a exemplo dos programas habitacionais, a fim de enfrentar as dimensões que estruturam as desigualdades de gênero na cidade.

Assim, é preciso ter um olhar atento e forte para as questões sinteticamente colocadas para reflexão, reconhecendo os avanços legais, políticos e institucionais nos últimos 12 anos. Os esforços devem se dar em várias frentes, como a *econômica* – com a tendência a um modelo de desenvolvimento

econômico que fomenta os megaprojetos, e o agronegócio com graves danos ao meio ambiente; *política* – onda conservadora e a afirmação da laicidade do Estado; e *institucional* – com o fortalecimento dos canais institucionais de participação (conselhos, conferências), de forma a promover o debate e definir as estratégias para efetivar uma política habitacional que considere o lugar das mulheres na cidade e no campo.

Referências Bibliográficas

FERREIRA, Regina Fátima C. F. *Plataforma Feminista da Reforma Urbana: do que estamos falando?* Rio de Janeiro: FASE, 2009. Disponível em <http://www.forumreformaurbana.org.br>. Acesso em 23/9/2013.

FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO. REVISTA A LIDERANÇA FEMININA NAS LUTAS URBANAS. Rio de Janeiro, Número 1, Dez. 2011.

GOUVEIA, Taciana. Mulheres e Direito à Cidade: O sentido da Liberdade. *Revista a Liderança Feminina nas Lutas Urbanas*. Fundação Bento Rubião Rio de Janeiro, Número 1, Dez 2011. p. 6-9.

JUNIOR, Nelson Saule. *Direito à cidade como paradigma da governança urbana democrática*. Publicado em 30/3/2005. <http://www.polis.org.br>. Acesso em 30/11/2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Conceito e Definição de Cidades*. As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Orlando Alves dos Santos Junior (Orgs.). Rio de Janeiro: REVAN, FASE, 2007. p. 77- 100.

ROLNIK, Raquel. *Direito à Moradia*. IPEA. 2009. Ano 6. Edição 51 – 7/6/2009. Disponível <http://www.ipea.gov.br/desafios>. Acesso em 24/9/2013.

ROLNIK, Raquel. *Cartilha Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?* Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. 2012.

TAVARES, Rossana Brandão. Forma Urbana e Relações de Gênero. *Ser, Fazer, Acontecer: Mulheres e Direito à Cidade*. Taciana Gouveia e Simone Ferreira (Orgs.). Recife. SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia. Fev. 2008. p. 11- 23.

Notas

¹ Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2010, somos 190,7 milhões de brasileiros(as), sendo 97.342.162 mulheres e 93.390.532 homens e vivendo em 5.565 cidades – municípios; 84% desta população vive em áreas urbanas.

² Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social. Lei Municipal que apresenta por objetivo o investimento do poder público municipal em plano de urbanização e regularização fundiária nos assentamentos populares do Recife, em especial os definidos na Lei de Uso e Ocupação do Solo como Zona Especial de Interesse Social.

³ Carta Mundial pelo Direito à Cidade, 2005. p. 2-3. Disponível em: http://5cidade.files.wordpress.com/2008/04/carta_mundial_direito_cidade.pdf. Acesso em 24/09/13.

⁴ Compreende-se o Direito Humano à Moradia Adequada como um direito composto por sete elementos: a Segurança jurídica da posse; Habitabilidade; Disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; Localização adequada; Adequação cultural; Não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; Custo acessível da moradia.

⁵ UNMP – União Nacional de Moradia Popular; CONAM – Confederação Nacional de Associação de Moradores; MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia e CMP – Central de Movimentos Populares.

pontos de vista pontos de vista pontos de
vista pontos de vista pontos de vista pontos
de vista pontos de vista pontos de vista



pontos de vista pontos de vista pontos de



pontos de vista

Liberdade
e diversidade sexual

Sexualidade e liberdade sexual no contexto brasileiro atual

Silvana Mara de Moraes dos Santos

O tempo presente é de regressão civilizatória com visível banalização da vida humana. Prevalece a reprodução cotidiana de situações concretas e complexas de violação de direitos historicamente conquistados e de formas de violência, que atingem diferentes segmentos da população. Trata-se de uma realidade que evidencia profundos processos de desigualdade social e inúmeras formas combinadas de exploração e de opressão. Ao mesmo tempo é nesse contexto, também, que nos últimos anos no Brasil constata-se a ampliação da visibilidade social para determinadas reivindicações e lutas por direitos no campo da sexualidade e, em particular, quanto à liberdade de orientação e de expressão sexual. São exemplos, dentre outros, no universo

das iniciativas do Estado brasileiro, o reconhecimento de união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, aprovada pelo Superior Tribunal de Justiça; o reconhecimento de dados oficiais sobre as violações de Direitos Humanos da população de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT), reportadas ao Poder Público Federal por meio do “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil”; a realização de conferências nacionais, precedidas de conferências estaduais e municipais, sobre os direitos de LGBT; o lançamento de editais com o objetivo de apoiar iniciativas de combate ao preconceito e à discriminação por orientação sexual; a criação do Conselho Nacional de combate à discriminação de LGBT, além de outras iniciativas que permeiam ações ministeriais e que se desdobram e se particularizam nas legislações específicas em alguns estados e municípios.

Como bem sabemos, todas estas iniciativas foram resultado de lutas históricas dos movimentos em defesa da livre orientação sexual, movimentos feministas e de outros sujeitos políticos que atuam na defesa dos direitos humanos e contra as formas de opressão. À primeira vista, poderíamos pensar que, do ponto de vista das decisões políticas tomadas pelo Governo Federal, o preconceito e a discriminação em relação à orientação sexual constituíssem experiências do passado. Mas não é exatamente isso o que ocorre. Entender esta questão é

fundamental para o fortalecimento das lutas numa direção emancipatória.

Das muitas questões sugeridas pelo tema desta seção dos *Cadernos de Crítica Feminista*, opto por problematizar como o avanço do conservadorismo encontra solo fértil para se reproduzir mediante a ação das forças hegemônicas que governam o país. Parto do pressuposto de que se no Brasil contemporâneo, por um lado é correto afirmar a ampliação da visibilidade política de LGBT e até mesmo a conquista de alguns direitos, por outro lado, crescem imensamente as reações conservadoras no interior desse mesmo Estado. Eis que assim apresento a questão proposta para o debate: apesar dos avanços assinalados, as forças hegemônicas operam com rebaixamento da agenda da diversidade humana e com explícita aliança com forças conservadoras. Estas são responsáveis por legitimar, na vida cotidiana, preconceitos, discriminações e verdadeira perseguição sociocultural a quem sente e vive com valores e modos de ser diferentes do que foi instituído, no universo burguês, como certo e errado.

O primeiro aspecto que quero destacar é a forma como têm sido tratadas as respostas às reivindicações no campo da sexualidade e da orientação sexual pelas forças hegemônicas que conferem direção à agenda política governamental em nível federal. É inegável o lugar de destaque ocupado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na direção social

dada ao governo brasileiro, bem como o fato de esse partido aglutinar desde a década de 1980 inúmeros militantes que, obstinadamente, contribuíram para que o PT fosse um dos primeiros no campo da esquerda a incorporar, em sua agenda política, a diversidade humana. São emblemáticas as lutas históricas em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, pelo enfrentamento da violência contra a mulher, em defesa da liberdade de orientação e expressão sexual e nas lutas contra o racismo.

No entanto, a cada processo eleitoral nos deparamos com a existência de um verdadeiro mercado de negociação, em que algumas necessidades reais da população se transformam em objeto de barganha e assumem valor de moeda. E neste mercado, os direitos da população LGBT, mas também dimensões relevantes da agenda feminista, como a questão da descriminalização e da legalização do aborto, têm facilmente se transmutado em moeda de troca, no *front* das alianças por apoio político. Esse movimento se repete no quadro eleitoral nas últimas décadas no Brasil de modo tão intenso que é apresentado como algo que não poderia ser diferente. E, assim, naturaliza-se que faz parte da política, como algo vital e absolutamente necessário, negociar e abrir mão de princípios, valores e lutas históricas para obter apoio eleitoral e governar o país.

O mercado de negociações que se torna visível durante as campanhas

A cada processo eleitoral (...)
algumas necessidades reais da população se transformam em objeto de barganha e assumem valor de moeda.

eleitorais vai além destas e se efetiva na dinâmica política cotidiana. Após a conquista nas urnas, a tendência tem sido a instauração de uma verdadeira muralha ideológica, que impede, por meio do cerceamento cultural, religioso e, pasmem, em nome dos direitos, que se realize, de modo democrático e racional, o debate público e a aprovação de dispositivos legais favoráveis ao reconhecimento da diversidade humana, dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outros aspectos.

Tratado muitas vezes como questão de menor relevância social, o universo da sexualidade e da diversidade humana abrange, na verdade, dimensões fundamentais da vida dos indivíduos. São muitas as experiências que permitem afirmar que o preconceito leva a processos de adoecimento, de internalização da subalternidade e de reprodução de um circuito da violência que se torna responsável por obstaculizar o desenvolvimento da individualidade. Práticas que invisibilizam subjetivamente e/ou que agridem fisicamente constituem realidade no cotidiano de LGBT. Exatamente

por isso a agenda da diversidade reúne reivindicações históricas tão caras aos movimentos sociais e demais sujeitos políticos que atuam no campo de defesa dos direitos humanos. Todo esse processo é bastante complexo. Para fins desta comunicação, abordarei três aspectos imbricados no tema, que espero possam contribuir nas reflexões e ações que visam à defesa da diversidade humana e dos direitos à liberdade de orientação e de expressão sexual na conjuntura atual.

O primeiro diz respeito ao reconhecimento quanto à presença do conservadorismo como força política organizada, com atuação em diferentes ambientes e com representação nos espaços de decisão política, no Legislativo e no Executivo em nível federal, estadual e municipal. Essas forças têm pautado sua agenda pela defesa da família, entendida exclusivamente em suas configurações tradicionais, contra os direitos sexuais e reprodutivos; contra a autonomia e liberdade das mulheres e da população LGBT; contra os direitos do trabalho e a efetivação de política integral de proteção das crianças e dos adolescentes; e em defesa dos interesses econômicos, políticos e culturais que submetem a maioria da população às situações concretas de desigualdade social e de opressão na vida cotidiana.

Ademais, as forças conservadoras conseguem no dia a dia, além do processo eleitoral, realizar um verdadeiro trabalho de disseminação de uma con-

cepção de mundo fundada na negação da diversidade e no estímulo à depreciação de pessoas LGBT. Muitos indivíduos, por meio do ideário conservador, com base em fundamentalismos religiosos, são levados à reprodução do preconceito e à discriminação por orientação sexual. Mas também tendem a assimilar ideologicamente a impossibilidade objetiva de que sejam mudadas as situações de violência. São compelidos, em nome da família e do suposto progresso individual, a legitimar ações de machismo, sexismo, racismo e lesbo/trans/homofobia. A política é assimilada como uma relação perversa, com toda ordem de barganha, voltada para o retorno meramente singular, de caráter econômico e corporativo imediato.

O segundo aspecto refere-se ao fato de que o conservadorismo avança mediante a ruptura com a laicidade do Estado. Na realidade brasileira dos últimos anos, tem sido frequente o uso e abuso de argumentos religiosos para justificar a não aprovação de determinados projetos de lei no âmbito do Legislativo, bem como a não implementação de ações estratégicas pelo Executivo. Como podemos entender até o presente momento a não aprovação do PLC 122/2006? Como é possível aceitar a permanência do deputado federal Marcos Feliciano à frente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal?¹ Por que a descriminalização e legalização do aborto não são tratadas e plenamente

reconhecidas como uma questão referente à autonomia e à liberdade das mulheres e, simultaneamente, como uma questão de saúde pública pelas forças hegemônicas no Brasil?

A defesa da laicidade do Estado e de suas instituições não mais deveria integrar a agenda de reivindicação de movimentos e instituições que atuam na área dos direitos humanos. Isso porque sua necessidade histórica é tão óbvia e básica no universo de configuração do Estado de direito, que violar a laicidade teria de ser algo completamente inadmissível em qualquer país que tenha como parâmetros de convivência social e política a democracia e a defesa dos direitos. As forças hegemônicas que dirigem o Estado brasileiro não apenas cedem aos apelos religiosos de lideranças políticas, como, em determinadas ocasiões, justificam suas ações com posicionamentos que rompem com a laicidade. O resultado disso é o reforço à forte tradição de cultura política autoritária e tardia em relação à construção dos direitos presentes na realidade nacional.

O terceiro aspecto que merece destaque é a opção mais global realizada pelas forças hegemônicas de governarem mediante a adesão a um projeto político de sustentação da ordem capitalista. E neste sentido, até mesmo as conquistas ficam circunscritas à lógica da mercantilização. No campo da diversidade, sobressai a igualdade de oportunidade em detrimento da construção de um projeto

político fundado na luta cotidiana pela igualdade e liberdade substantivas. A forma política de lidar com as respostas às reivindicações no campo da sexualidade e da liberdade de orientação sexual evidencia projetos políticos distintos ante o capitalismo.

Do meu ponto de vista, é preciso considerar que o sistema do capital encontra-se fundado na reprodução contínua da desigualdade social e que manifesta neste momento histórico toda a sua incapacidade objetiva e subjetiva para o genuíno atendimento das necessidades humanas. Assim, observa-se como tendência na sociedade capitalista sua busca incessante à: 1) homogeneizar modos de ser, falar, vestir e constituir estilos de vida a partir da concepção da individualidade burguesa; 2) revelar-se indiferente à diversidade dos indivíduos até que estas indiquem possibilidade de lucro e ampliação do mercado consumidor, com apelo à constituição de novos nichos de mercado; 3) somente reconhecer e valorizar dimensões da diversidade humana como resultado concreto da correlação de forças definido em processos de luta política; e 4) operar na perspectiva de submeter as reivindicações muito mais à lógica da mercantilização do que ao exercício dos direitos, realizando uma espécie de “transformismo” em face do teor das reivindicações.

Desse modo, ao invés de direcionar as questões apresentadas por grupos

Observa-se como tendência na sociedade capitalista sua busca incessante à (...) revelar-se indiferente à diversidade dos indivíduos até que estas indiquem possibilidade de lucro...

específicos para o horizonte da luta anticapitalista, mostrando a insuficiência do tratamento liberal e as limitações estruturais do sistema sociojurídico para resolver radicalmente os problemas advindos das diferenças de gênero, raça/etnia, orientação sexual, acaba submetendo essas reivindicações e as lutas socioculturais a um tratamento adaptado às regras vigentes. Nesta trilha, as respostas se tornam frágeis e tendem a não se consolidar na vida social. A tendência é ceder espaço ao fortalecimento das forças políticas que, mediadas por fundamentalismos religiosos, representam verdadeiros baluartes do conservadorismo, expresso no desrespeito à laicidade do Estado e na reprodução visível das lesbo/trans/homofobias.

O que nos interessa ressaltar é que, sob a hegemonia do capital, trata-se, neste momento de colocar em ação a “ressocialização” do indivíduo através da elaboração de um novo padrão existencial favorável ao sistema do capital em tempos de crise. Faz parte

desta iniciativa uma grande atenção ao mundo da subjetividade. Na ótica dos interesses do capital, esta atenção se transmuta naquilo que vem sendo denominado de preocupação com o “estilo de vida”. Além das temáticas culturais, questões como qualidade de vida; autoestima; exigência para perseguir um padrão de “beleza física”, dentre outras, invadem o universo cotidiano, impondo aos indivíduos uma espécie de homogeneização sociocultural, em detrimento do pleno desenvolvimento da diversidade humana.

Baseando-se numa observação superficial, poderíamos pensar que junto com a “revolução microeletrônica” de meados da década de 1970 em diante, estaria em vigor o indivíduo como sujeito do seu espaço-tempo, capaz de usufruir, positivamente, desse desenvolvimento das forças produtivas. Eis que “a valorização da subjetividade”, sob o comando do capital, opera com uma contradição fundamental: as relações sociais capitalistas, através do trabalho, constroem riquezas, aprimorando o desenvolvimento tecnológico e enriquecendo o patrimônio cultural da humanidade, enquanto os segmentos do trabalho estão empobrecidos nas suas condições materiais, mas também no entendimento e vivência da sua individualidade. O que tem prevalecido é o atendimento das necessidades do capital, especialmente os requisitos que saciam sua sede de expansão e rentabilidade (Santos, 2005).

A atenção concedida às questões individuais, do ponto de vista do projeto das classes dominantes, não visa, portanto, ao aprimoramento do gênero humano, mas tem como objetivo o aprimoramento permanente do produto que, desse modo, se torna mais atrativo e financeiramente valorizado. Além disso, é oportuno considerar que pesquisas sobre as condições de trabalho mostram, de acordo com Palangana (1998), que em todo o mundo é bastante reduzido o número de indivíduos com acesso à ampla formação técnica e cultural. Trata-se de “uma diminuta ilha de trabalhadores, privilegiados, que não autoriza deduzir melhoria nas condições globais de individuação” (Palangana, 1998, p. 174). O apelo à individualidade não tem, até este momento histórico, se realizado na direção em que previu Schaff (1990, p. 69):

(...) a sociedade informática escreverá uma nova página na história da humanidade, pois dará um grande passo no sentido de materialização do velho ideal dos grandes humanistas, a saber, o homem universal, e universal em dois sentidos: no de sua formação global, que lhe permitirá fugir do estreito caminho da especialização unilateral, que é hoje a norma, e no de se libertar do enclausuramento numa cultura nacional, para converter-se em cidadão do mundo no melhor sentido do termo.

Ao contrário disso, as relações sociais capitalistas geram tendências de desenvolvimento da individualidade que lhes são particulares, ou seja, orientam-se predominantemente pelos fundamentos da “civilização” do capital e podem ser sintetizadas em três tendências principais: (a) tendência a uma profunda segmentação no mercado de trabalho; (b) tendência à perda da diversidade sociocultural; e (c) tendência a uma possível resistência organizada, num movimento aberto às contradições da realidade e à expectativa de construção coletiva de uma alternativa hegemônica ao sistema do capital. Nesse sentido,

o princípio de sujeição do indivíduo na produção automatizada é o mesmo que vigora na sociedade capitalista desde seus primórdios. Novos são o âmbito e a forma de sujeição. Para se instaurar, a ordem burguesa coopta e reeduca, predominantemente, a vontade e a força física. Com o advento da automação, esses quesitos não são dispensados, mas as atenções se voltam, sobretudo, para as capacidades mentais. Agora, é principalmente delas que o capital depende para continuar se reproduzindo. A arregimentação e a alienação do indivíduo não só prosseguem como se ampliam (...). Associando liberdade e felicidade ao consumo, prazer e realização pessoal ao trabalho, progresso

infinito ao capitalismo, o sistema justifica sua validade bem como a pertinência do que, na verdade, é contínuo (Palangana, 1998, p. 185).

Os sujeitos da desigualdade encontram-se, em suas vidas cotidianas, carentes de conexão viva com a generidade humana. “Ser genérico, em termos marxianos, entendido como ser consciente, que vive a efetividade humana omnilateral. Ser que se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, universal e livre” (Antunes, 1995, p. 120). Isso porque o indivíduo burguês é atravessado pelas determinações classistas que obstaculizam e rompem com a ideia de uma individualidade plena, fundada no bem comum e na satisfação das necessidades econômicas e simbólicas. Mas é fundamental enfatizar que a substância da alienação, do consumismo, do individualismo e da mercantilização desenfreada não está no aprimoramento da técnica, da ciência, nem das inovações tecnológicas em si; está, sim, no conjunto das relações sociais que as dirigem, que comandam o trabalho, impedindo os indivíduos de alcançar as condições sócio-históricas que possibilitem torná-los sujeitos do seu espaço-tempo; sujeitos que colocam a ciência, a técnica e todo o desenvolvimento das forças produtivas a serviço da realização das necessidades individuais e coletivas e, assim, verdadeiramente, se apropriarem com vida e sentido de socialização, do patrimônio sociocultural da humanidade.

O processo de individuação é, portanto, uma construção sócio-histórica e cultural que revela o modo como homens e mulheres produzem seus meios de vida, escolhem seus valores, vivem sua sexualidade e afetividade e como usufruem da riqueza socialmente produzida. Este é o indivíduo social do tempo presente. Tempo de uma individualidade que se gesta numa sociedade fortemente consumista, voltada para a descoberta e a valorização do lucro em todas as dimensões da existência humana (Santos, 2005).

Drummond, nosso poeta, caracteriza melhor para nós a individualidade neste tempo. Diz ele: “este é tempo de partidos, de homens partidos (...) Os homens pedem carne. Fogo, sapatos. As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei. Meu nome é tumulto e escreve-se na pedra (...)”.²

Não há dúvidas quanto à existência de ganhos políticos e legais obtidos pela população LGBT no Brasil recente. Mas o tempo sob o signo do capitalismo contemporâneo tem sido implacável na regressão dos direitos, na implementação de políticas sociais focalistas e seletivas, em detrimento de políticas de caráter universal. A universalidade a que me refiro se diferencia em tudo do universalismo abstrato que fica alheio à diversidade humana e às situações de violação de direitos e formas de opressão que atingem certos grupos sociais e indivíduos. As forças hegemônicas que

governam o país, ao seguirem o rumo político designado por organismos internacionais para as políticas sociais, assumem o combate à pobreza como meta, e no enfrentamento das formas de opressão respondem com programas específicos voltados à igualdade de oportunidade de LGBT e dos demais segmentos oprimidos.

A magnitude da exploração e da opressão expostas na vida cotidiana chama atenção para a crise de caráter estrutural desse sistema do capital. Mas isto não significa de modo nenhum supor que sua derrocada esteja logo adiante. Tal constatação, no entanto, tem um papel estratégico de nos sinalizar para a necessidade de enfrentamento teórico-político real dos problemas e das situações cotidianas que revelam violação de direitos e formas de opressão. Diversos movimentos sociais e sujeitos políticos trazem, em suas trajetórias, verdadeiras lições que favorecem a continuidade quanto à elaboração coletiva de um projeto político de esquerda fundado na luta pela igualdade real nas relações sociais e com profundo reconhecimento e valorização da diversidade humana. Tal projeto não se descuida do tempo presente, e por isso faz todo sentido a luta por direitos, desde que a direção social aponte para estratégias de mudanças socioculturais reais no presente e para as gerações futuras.

O próximo ano, 2014, será um ano eleitoral... Temos de nos antecipar desde

(...) faz todo sentido a luta por direitos, desde que a direção social aponte para estratégias de mudanças socioculturais reais no presente e para as gerações futuras.

agora e questionar: até quando serão tratadas como moeda de troca as questões referentes à diversidade sexual que tanto interferem na constituição da individualidade? Até quando as forças hegemônicas no âmbito do governo federal supõem ser plausível e inexorável estabelecer acordos que fraturam o processo eleitoral de um campo de valores e práticas emancipatórias? E continua o poeta: “calo-me, espero, decifro. As coisas talvez melhorem. São tão fortes as coisas! Mas eu não sou as coisas e me revolto (...)”³.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

PALANGANA, Isilda Campaner. *Individualidade: afirmação e negação na sociedade capitalista*. São Paulo: Plexus Editora, 1998.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. *O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual*. UFPE: Tese de Doutorado, Recife, 2005.

_____. Direitos, desigualdade e diversidade. In: Boschetti, Ivanete (et al). *Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Política Social e Diversidade Humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade. In: Boschetti, Ivanete (et al). *Capitalismo em Crise: Política Social e Direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

Notas

¹ No fechamento deste número dos *Cadernos de Crítica Feminista*, os jornais brasileiros noticiavam que o deputado Marco Feliciano presidiu pela última vez a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em 18 de dezembro de 2013. (N. E.)

² Fragmentos do poema “Nosso Tempo” de Carlos Drummond de Andrade.

³ Fragmentos do poema “Nosso Tempo” de Carlos Drummond de Andrade.

Diversidade sexual: uma constelação de mundos

Maria Luiza Heilborn

Nos últimos quinze anos presenciamos no Brasil transformações importantes no clima social no que toca à homossexualidade, em especial no que concerne ao debate nacional e internacional sobre o chamado casamento *gay* ou igualitário (como é o caso da vizinha Argentina), uma crescente desaprovação ao estigma imposto às ditas sexualidades alternativas e a possibilidade de adoção de crianças por casais constituídos por pessoas do mesmo sexo.

Ao lado disso, vimos surgir um debate acalorado sobre as especificidades de cada grupo no interior da diversidade sexual. *Gays* perderam a prerrogativa de constar como a letra inicial da diversidade e foi (con)cedida a mulheres que

têm relacionamento sexual com outras mulheres – as lésbicas – a posição de liderar a sigla LGBTTI. Essa discussão aconteceu nos marcos da I Conferência Nacional sobre GLBT, ocorrida em Brasília, em junho de 2008, ainda no Governo Lula. A origem da disputa pela precedência da letra veio de uma longa luta interna nos chamados movimentos de liberação homossexual, que começaram no Brasil na década de 1980, sobre a condição minoritária das mulheres frente aos homens nesses espaços. Como reação a essa diferença de poder e de voz entre os grupos, várias entidades de lésbicas feministas se organizaram para salientar a especificidade de sua condição. Vale assinalar que o mundo dos discriminados por conta da orientação sexual era e é perpassado por lógica muito similar àquela que opõe homens e mulheres heterossexuais.

Este é o ponto central deste texto: salientar que sob a bandeira arco-íris que identifica a causa da diversidade sexual encontram-se grupos e culturas

Estamos vivendo um desses momentos de forte enfrentamento entre concepções divergentes sobre o lugar da sexualidade na vida privada e na esfera da cidadania.

específicas relacionadas à maneira como se conjugam sexo, gênero e sexualidade, e *quem e quais* são os objetos de desejo de cada um desses grupos. A palavra diversidade sexual, portanto, não abriga apenas os que contrariam a heterossexualidade normativa. Simplificando: ser heterossexual é *normal* e as regras para a coletividade seguem essa lógica, mas também assinala a maneira plural como podem ocorrer os arranjos afetivo-sexuais e os estilos de vida que deles podem emergir.

A antropóloga lésbica feminista norte-americana Gayle Rubin é autora de dois textos fundamentais para a compreensão da assimetria entre os sexos e da assimetria entre as formas de vivenciar a sexualidade. Um deles, intitulado em inglês “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”, consiste numa coletânea organizada por Carol Vance (1984), *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*, e afirma ser a sexualidade objeto constante de regulação moral e política, e que tal condição gera, em determinados momentos históricos, verdadeiras guerras sexuais.

No Brasil contemporâneo, estamos vivendo um desses momentos de forte enfrentamento entre concepções divergentes sobre o lugar da sexualidade na vida privada e na esfera da cidadania.

O debate sobre cidadania LGBTTI – sigla que agrupa lésbicas, gays, bissexuais,

transgêneros, transexuais e intersexuais – traz para a cena a desigualdade que organiza o mundo social para pessoas com orientações de sexualidade ou de gênero contrárias à da heterossexualidade hegemônica. Até pouco tempo atrás, casais do mesmo sexo não podiam recorrer ao empréstimo de bancos, somando os FGTS individuais, para a compra de um imóvel conjunto. Pessoas que se sentem desconfortáveis com o corpo sexuado que vieram ao mundo precisam passar por avaliações médicas longas e penosas para ter o direito de mudar de sexo. Não se supõe homens vestirem-se como mulheres, como é o caso do escritor/comediante Laerte, ou mulheres não podem se vestir como homens. Tudo isso se passa em torno de uma crença de que a “natureza” dita o comportamento social dos humanos. Mas sob o nome de natureza criam-se as justificativas mais bizarras para impor normas de conduta que ferem a liberdade e a dignidade humanas.

O enfrentamento entre concepções de mundo muito diferentes tem-se pautado especialmente por um embate com grupos religiosos cristãos, sejam eles evangélicos ou católicos. De um lado, a transformação da cena religiosa brasileira com o fortalecimento de diversas denominações evangélicas deve ser saudada como fruto de uma configuração societária que permite a liberdade de expressão religiosa. Contudo, de outro lado, pelo princípio do proselitismo ou

da conversão de mais pessoas a um determinado credo – para muitos evangélicos, condição do exercício de sua crença e comprovação de que a *verdade* está do lado de quem prega –, a afirmação da singularidade e a demanda de respeito da diversidade sexual têm sido descritas como um desafio e uma suposta ameaça aos valores familiares.

Mas de quais valores familiares estamos falando? De uma imagem mitificada de família composta por um homem, uma mulher e seus filhos? Que realidade é esta? No Brasil, um terço das famílias são chefiadas por mulheres sozinhas; os homens passaram e deixaram para trás seus filhos com elas. Não se enfoca um tema de tamanha importância nesses discursos religiosos: a paternidade responsável?! E ao que tudo indica, são homens heterossexuais. Sobre eles, nenhuma palavra é mencionada. A desagregação familiar tão anunciada por líderes religiosos é atribuída à tolerância social para com as sexualidades alternativas. Também não vêm à tona

A família aparece sob uma única forma, quando os dados demográficos mostram a grande variação das formas de família no Brasil.

nesses discursos os conflitos que a vida familiar pode conter. A família aparece sob uma única forma, quando os dados demográficos mostram a grande variação das formas de família no Brasil contemporâneo.

Recentemente foi aprovada no país a possibilidade de a mãe registrar o filho indicando na certidão o nome do pai, prerrogativa que até então só podia ser exercida pelos homens. Várias vezes na imprensa se fizeram ouvir dizendo ser tal possibilidade um descalabro, já que as mulheres passariam a atribuir falsas paternidades. Mais uma vez, medidas que buscam estabelecer igualdade de direitos entre homens e mulheres são vistas como potencialmente perigosas. E o perigo está nas mulheres...

Na introdução do livro mencionado, Vance e Rubin travam um intenso debate com uma vertente do feminismo norte-americano dos anos 1980 – as chamadas feministas antipornografia –, que, seguindo uma certa tradição do movimento nos Estados Unidos, condenava a pornografia em revistas, filmes e vídeos. As adeptas dessa corrente consideravam a liberdade de expressão concedida a tais formas de produção como um incentivo ao abuso sexual das mulheres e como exemplo da retórica da mulher tornada objeto para o prazer masculino. As duas antropólogas, ao contrário, posicionavam-se entre as chamadas feministas pró-sexo, ou seja, defendiam a vertente da liberdade sexual. Elas uti-

lizam o conceito de “pânico moral” para analisar o clima de ansiedade perante a defesa de práticas sexuais consideradas por muito tempo como pecaminosas, imorais ou abjetas e denunciam como alguns saberes científicos definiram certas condutas como psicopatia sexual. Formas de conduta, que definidas como transtornos de comportamento, deveriam ser criminalizadas. Assim as diferentes legislações estaduais nos Estados Unidos tipificaram como crimes a produção e o consumo de pornografia, a prostituição, o adultério e diversos “desvios” eróticos.

Gayle Rubin descreve o que se constitui como uma hierarquia de valores sexuais, na qual a sexualidade considerada “boa”, “normal” e “natural” é idealmente heterossexual, marital, monogâmica, reprodutiva e não comercial. Deve ser exercida por um casal, ter cunho de relacionamento estável, ocorrer com pessoas da mesma geração e dentro de casa. Não deve envolver pornografia, brincos sexuais ou papéis diferenciados do masculino e feminino tradicionais. Qualquer sexo que viole este modelo é considerado “mau”, “não natural” e “anormal” (seria então homossexual, não marital, promíscuo, não procriativo e comercial). Em suas palavras, cria-se uma linha imaginária entre o bom e o mau sexo.

O debate sobre essas perspectivas não é fácil. Coloca em xeque diferentes visões do feminismo e do que significa

lutar pela causa das mulheres. Há determinados segmentos que não aceitam a prostituição como forma razoável de mulheres viverem. Consideram uma atividade imoral e sujeita frequentemente à violência. Contudo, o cenário posto pelas reivindicações da diversidade sexual também traz em si a discussão sobre prostituir-se. Esta é a perspectiva de Gayle Rubin ao salientar que o sexo comercial é estigmatizado por uma concepção que adota como legítima apenas a atividade sexual que se dá em termos de relacionamentos estáveis e na qual não ocorre a troca de dinheiro. Mas há várias formas como o dinheiro ou outras coisas – presentes – circulam quando há sexualidade envolvida.

Para as que leem este Ponto de Vista, vou contar um pouco de minha história. Sou feminista desde os anos 1970. Estive em Brasília durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, como parte do corpo profissional do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; integrei a luta pelo *lobby* do batom, ou seja, para que mudanças que estivessem na Constituição garantissem igualdade de direitos para todos. Naquela ocasião, os parlamentares optaram por excluir o item da orientação sexual do elenco de condições aos quais era vedado ser discriminado – isto é, por sexo, raça/etnia, religião etc.

Em 2013, a Lei Magna faz 25 anos de existência. Assistimos hoje no Parlamento à presença de grupos diversos

que rejeitam o reconhecimento dessa igualdade para todos, sobretudo para aqueles que estão sob a bandeira de todas as cores. Tem sido o Poder Judiciário o responsável por fazer avançar a luta pela igualdade perante a lei. Não os legisladores. Na atual conjuntura, vemos setores conservadores atuando em sentido oposto. Usando de todas as estratégias para estigmatizar e ridicularizar aqueles e aquelas que se situam na diversidade sexual. Campanhas de educação em sexualidade nas escolas para lidar com a diversidade das escolhas humanas têm sido objeto de polêmicas infundáveis, como a que aconteceu em 2011 com o apelidado *kit gay* (sic). O *kit* anti-homofobia dirigia-se às/aos professoras(es) – e não aos alunos – para que elas/eles pudessem ter informações sobre como lidar com situações em sala de aula, a exemplo do *bullying* homofóbico. Foi vetado. Crianças e adolescentes que podem ter em dado momento de suas biografias comportamentos que são vistos como “fora do normal” para seu sexo biológico são vítimas de muita violência e discriminação. Por que digo em certa etapa de suas vidas? Porque, como pesquisadora na área da sexualidade por mais de vinte anos, tenho estudado variados fenômenos sociais relativos à sexualidade, tais como a gravidez na adolescência, homossexualidade masculina e feminina, escolhas reprodutivas. Constatei em diferentes estudos que no curso da vida as escolhas se modificam e

mesmo as supostas identidades sexuais se transformam.

Em um livro publicado em 2004, *Dois é par* (Rio de Janeiro, Garamond), analisei casais heterossexuais, lésbicos e *gays*. As mulheres (“lésbicas”) então entrevistadas situavam-se na faixa entre os 35-45 anos; tinham tido trajetórias de vida que combinavam relações sexuais e/ou conjugais com homens, o que resultava que algumas entre elas tinham filhos que viviam no momento com suas companheiras. Salientava-se, sobretudo entre as mulheres – mas não entre os homens – um tom deliberadamente casual no que concerne à identidade sexual: a maior parte delas não se definia como homossexual. Elas afirmavam *estarem, e não serem*, homossexuais. Estavam com uma mulher como companheira e asseveravam que só o curso de vida diria o que se tornariam. Em parte, a ressalva era verdadeira, uma vez que suas vidas haviam apresentado mudanças que indicavam alteração na escolha do sexo de suas parcerias. Algumas entre elas, depois de um relacionamento com uma mulher, voltaram a ter relacionamentos conjugais com homens.

Dos anos de 1990 para hoje em dia muita coisa aconteceu. Alterações nos formatos familiares, com núcleos compostos por vários recasamentos, a publicização das questões relativas aos direitos homossexuais e também uma maior expectativa de vida dos sujeitos. Ficar mais velho/a traz mudanças muito

diferentes caso se seja um homem ou uma mulher, ou caso se seja heterossexual ou homossexual. Homens heterossexuais não têm grandes problemas para conseguir parceiras mais novas; as mulheres têm mais dificuldade de encontrar parceiros homens; já os homens *gays* enfrentam maiores problemas com o envelhecimento; mulheres homossexuais não encontram tanta dificuldade de encontrar companheiras.

Para efeito de comparação, em 2007 iniciei uma nova pesquisa sobre o tema da homossexualidade feminina e entrevistei mulheres que estavam na mesma faixa etária das primeiras entrevistadas. Um depoimento: “Sou uma espécie rara de lésbica: eu não caso” – Beatriz (nome fictício), camada média, secretária e roqueira, moradora de Salvador. Ela diz que aos 37 anos é pressionada pelas amigas a arranjar uma parceira definitiva e a não continuar com seu estilo de vida que coleciona sucessivas namoradas. A estranheza que Beatriz menciona deve-se ao fato de que mulheres que namoram mulheres tendem a estabelecer um vínculo de maneira bastante rápida.

O exemplo singelo busca demonstrar que as trajetórias individuais e conjugais se diversificam. Ocorrem muitas mudanças no transcórre de uma vida, e isso não depende apenas dos acontecimentos e escolhas que marcam a experiência de cada um/a. Transformações na vida coletiva afetam nossos modos de pensar, sentir e viver. Um maior respeito

para com as escolhas na esfera da sexualidade abre maiores possibilidades para que as pessoas possam escolher estilos de vida sem medo de ser discriminadas ou vítimas de violência cotidiana ou institucional. Por exemplo, a cada idade, há expectativas do que deve acontecer, mas as ideias acerca das idades e das gerações mudam. Os valores de hoje não são os de ontem, embora alguns, mais arraigados, permaneçam.

Enquanto fazia essa pesquisa, em 2007, o bispo católico da cidade do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles, já falecido, escrevia no *Jornal O Globo*¹ que um dos problemas da contemporaneidade era a “individualização das normas”. Sempre pensei que jamais iria concordar com D. Eugênio! No entanto, o que ele via como desagregação social e aspecto nefasto da vida em sociedade, eu penso ser um aspecto salutar da modernidade.

Espero que o título deste artigo que fala em constelação de diversos mundos fique mais claro ao terminar este artigo. Vivemos em um mundo que comporta variados mundos.

Nota

¹ *O Globo*, domingo, 25/3/2007, p. 11

memórias



Contra a criminalização das mulheres, pela legalização do aborto



Os textos e imagens das páginas seguintes não refletem sobre a memória feminista de um período ou sobre uma ação de mobilização já concluída no movimento de mulheres, como fizemos até aqui nesta seção dos *Cadernos de Crítica Feminista*.

Tratam de uma luta que está em curso e que, como todas as lutas feministas, é pautada pela defesa da autodeterminação das mulheres e de uma vida com liberdade, na qual sejamos sujeitos de nossas escolhas, de nossa história. Em poucas palavras, isso significa dizer que os escritos partem dessa perspectiva, que se coloca como central no feminismo. Perspectiva que nos dá a lente para analisar nossas vidas de mulheres, incluindo a visão sobre tornar-se mãe ou não, e deslocando essa ideia – que é seguidamente tratada como um destino –, para posicioná-la como uma *possibilidade*, nos seguintes termos: a nossa existência como sujeitos inclui poder escolher sobre ser mãe e não sermos impedidas; e poder escolher sobre ser mãe, sem nos sentirmos obrigadas, por qualquer motivo, pessoa ou instituição.

Todos os dias, nos quatro cantos do mundo, a cada vez que nasce uma menina, ao longo de sua infância, parentes e amigos constroem para seu futuro a ideia de maternidade como algo “natural e desejável”. Sabemos que o mesmo não se passa com os meninos, porque ser pai, em geral, é apenas um dos acontecimentos possíveis para um homem, e não algo constitutivo de sua existência, tal como é a ideia de maternidade para nós, mulheres.

Pode-se dizer, que mesmo após gerar uma criança, isso não transforma nenhum homem em “pai”, a não ser que ele voluntariamente escolha inserir o nascimento da criança em sua trajetória de vida. De fato, não assumir a paternidade não é tratado como algo absurdo, e nenhum homem será discriminado ou criminalizado por isso.

Para enfrentar um contexto conservador no Brasil e no mundo, que afronta nossas vidas e nossa dignidade, e criminaliza todas as mulheres que autonomamente decidem interromper uma gravidez, diversas organizações decidiram criar, em 2008, a Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto.

Na conjuntura recente, a Frente tem atuado sobretudo no sentido de enfrentar uma forte ameaça colocada no Congresso Nacional por parlamentares fundamentalistas. Trata-se da tentativa de obrigar todas nós, mulheres, a dar continuidade a uma gravidez resultante de violência sexual e, mais ainda, a tentativa de retirar das mulheres o direito de autonomia sobre o próprio corpo.

Esses são alguns dos extremos defendidos por aqueles que atacam nossos direitos humanos e se postulam como “defensores da vida”, descartando todas as vidas de milhares de mulheres no Brasil, que adoecem e chegam a morrer por se verem obrigadas a recorrer a um aborto clandestino e inseguro.

Portanto, é preciso não esmorecer e buscar mais instrumentos para nossa luta por autodeterminação, entendendo a centralidade desse enfrentamento para o feminismo, não apenas de modo conjuntural, mas pela transformação social que buscamos.

Nas próximas páginas estão reunidos textos do movimento de mulheres e artigos assinados. Nosso propósito, por um lado, foi o de divulgar documentos de posição de

organizações de caráter nacional, contribuindo para a memória da luta pela legalização do aborto, a partir da ação da Frente Nacional. Por outro lado, buscamos valorizar a produção de textos que apresentam também questões específicas, dentro do contexto geral de nossa luta.

Os conteúdos foram elaborados por companheiras de organizações

que integram o grupo impulsor da Frente, que tem divulgado esse material nos últimos anos. Essas companheiras nos chamam - a todas nós, feministas -, a nos somarmos a essa luta, enfrentando o conservadorismo que ameaça nossas vidas.





Plataforma para autodeterminação reprodutiva das mulheres, maternidade livre e legalização do aborto

Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto

Na riqueza e na pobreza, de forma natural, por inseminação ou por adoção, o exercício da maternidade é um direito de todas as mulheres, independentemente de sua cor, geração, orientação sexual ou se é portadora de alguma deficiência. Contudo, a maternidade não é um destino sem fuga, nem pode ser imposta como um dever das mulheres. A maternidade deve ser fruto da escolha de cada mulher considerando suas

possibilidades e seu projeto de vida. A gravidez é uma vivência enriquecedora para as mulheres desde que seja fruto de uma decisão livre e autônoma. A interrupção voluntária da gravidez indesejada é parte dos dilemas da vida das mulheres e tem de ser uma decisão exclusiva da mulher frente às circunstâncias de sua vida. Ao Estado cabe garantir as circunstâncias seguras, no menor espaço de tempo, com dignidade e acolhimento. À sociedade cabe respeitar a decisão tomada por esta mulher.

Direitos reprodutivos, na lei e na vida, para todas as mulheres, sob a responsabilidade solidária dos governos municipais, estaduais e federal, que devem garantir o direito ao acesso e à qualidade dos serviços, de forma humanizada e compreendendo a realidade específica de cada mulher!

Para ter filhos em gestações planejadas, sem sofrer por isso, sem risco de morrer ou adoecer:

Mais e melhores serviços de atenção à saúde integral das mulheres. Unidades básicas de atendimento, maternidades e hospitais com

pessoal qualificado, boas estruturas e equipamentos para a atenção à saúde sexual e reprodutiva das mulheres, à gestação, ao parto e ao pós-parto, no campo, na floresta e nas cidades, com garantia do direito à prevenção efetiva da gravidez, ao parto normal e humanizado, reduzindo as altas taxas de operação cesariana, para todas as mulheres.

Acesso garantido às mulheres ao atendimento de qualidade e humanizado nos serviços de saúde assim como nos serviços de adoção de crianças e em unidades de inseminação, sem sofrer qualquer discriminação por classe social, raça ou etnia, por serem portadoras de deficiências, lésbicas, mães solteiras, jovens ou não, ou pela forma como sustentam economicamente suas vidas.

Para não ter filhos ou evitar uma gravidez indesejada:

Garantia de livre acesso à diversidade de métodos contraceptivos nos serviços públicos de saúde, com distribuição de preservativos masculinos e femininos, contracepção de emergência (pílula do dia seguinte) e educação sexual, sobretudo às

meninas e mulheres jovens, mulheres do campo, da floresta e das cidades, com atenção às mulheres com deficiência e mulheres soropositivas para HIV/Aids, considerando as dinâmicas e peculiaridades da vida de cada mulher.

Garantia de que a escolha do método contraceptivo será bem informada, livre do racismo e de qualquer preconceito de classe e de renda, livre de toda discriminação por conta da orientação sexual, do tipo de ocupação da mulher, do estado civil ou de sua idade.

Garantia do direito das mulheres a optarem pela esterilização voluntária, através da laqueadura de trompas, para todas as mulheres maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, nos termos da legislação vigente, com o cumprimento da lei nº 9.263/96, que prevê esta possibilidade, em todas as unidades de saúde, públicas e privadas, sem interferência moral ou religiosa de profissionais de saúde, já que o Estado brasileiro é laico e os serviços de saúde são orientados pelos princípios e regulamentações do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para evitar gravidez resultante de violência sexual e proteger a integridade física e saúde das mulheres vítimas de violência:

Profissionalização do atendimento integrado em postos de saúde e delegacias, especialmente as especializadas em violência contra as mulheres, para o acolhimento e levantamento das ocorrências de violência sexual e estupro, garantindo o acesso rápido e informado à contracepção de emergência (pílula do dia seguinte), através dos serviços de atenção à saúde integral da mulher e rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. Informação e acesso garantido ao kit de medicamentos para profilaxia relativa a infecções e doenças sexualmente transmissíveis, como HPV, vírus da hepatite C e HIV/Aids, em todos os serviços de atenção à saúde integral da mulher e na rede de atendimento às mulheres vítimas de violência.

Para a interrupção voluntária da gravidez indesejada sem risco de morte, adoecimento ou sofrimento para as mulheres:

Serviços de aborto legal e seguro, com atenção humanizada, em todos os casos de gravidez indesejada,

seja por falhas na contracepção, má formação fetal incompatível com a vida extrauterina; seja por gravidez resultante de violência sexual ou que coloque a vida e saúde da mulher em risco. O estupro, o estupro corretivo (para “educar” e mudar a orientação sexual de lésbicas), a exploração sexual, o abuso de crianças e adolescentes na família e nos espaços públicos ou de convivência social são importantes causas de gravidez indesejada e do desenvolvimento de doenças mentais e emocionais incompatíveis com uma vida feliz e plena, que não podem mais ser toleradas pelo Estado ou pela sociedade brasileira.

EXIGIMOS o fim de toda a forma de violência física e sexual contra meninas, adolescentes, jovens e mulheres!

Para assegurar o direito ao pleno exercício da maternidade, sem prejuízos de outras dimensões da vida das mulheres:

Creches públicas e de qualidade para todas as mulheres e seus/suas filhos/as, no campo, na floresta e nas cidades, sem discriminação quanto à ocupação das mães. Funcionamento das creches em horários diurno e

noturno, compatível com a necessária conciliação entre as atividades das mulheres com os cuidados dos/as filhos/as, o trabalho, o estudo e o lazer, com prioridade para atenção às famílias de baixa renda e chefiadas por mulheres.

Educação pública e de qualidade, desde a infância e por toda a vida, com funcionamento das escolas da educação básica e ensino fundamental em horário integral.

Para assegurar a autodeterminação reprodutiva para as mulheres:

Devemos coibir a violência institucional nos serviços de saúde, assegurando que todos os serviços públicos e privados orientem-se pelos princípios da impessoalidade pública e laicidade do Estado, seguindo as normas técnicas do Ministério da Saúde, afastando, desta forma, todo e qualquer julgamento moral ou religioso sobre as práticas ou comportamentos sexuais e escolhas reprodutivas de cada mulher.

Desenvolver e exercitar uma educação sexual e reprodutiva, não sexista, antirracista e não lesbo, homo e transfóbica, formando

educadores/as e profissionais de Saúde, Psicologia e Serviço Social para reduzir a violência institucional contra as meninas e mulheres, em especial, contra as mulheres pobres, negras, rurais, analfabetas, lésbicas e com deficiência.

Combater o machismo, o racismo, o sexismo, a heteronormatividade obrigatória, a lesbofobia e a cultura patriarcal. Esta cultura que aponta as mulheres como intelectualmente incapazes, moralmente inferiores

e biologicamente determinadas, associando a dignidade com o exercício obrigatório da maternidade, tomando-as como objetos e como propriedade dos homens; e que defende o livre acesso dos homens ao corpo das mulheres, que incentiva a violência, o estupro, e nega às mulheres o direito à sexualidade plena, livre e autônoma.

Promover e assegurar a liberdade religiosa e de credo e concretizar o exercício dos direitos laicos,



exigindo a separação entre Estado e as igrejas, garantindo políticas com base nos direitos da cidadania e não por orientação ou imposição de uma moral religiosa.

Garantir a liberdade de cátedra nas universidades e faculdades públicas e particulares, coibindo a prática de perseguição aos/às defensores/as dos direitos sexuais e reprodutivos e direitos humanos das mulheres.

Provocado ou espontâneo, legal ou clandestino, o aborto sempre fez parte da vida das mulheres em todos os tempos e culturas. A criminalização do aborto não reduz sua prática, mas traz consequências graves.

A criminalização do aborto no Brasil faz crescer a indústria do aborto clandestino e favorece toda sorte de exploração, maus tratos e humilhações às mulheres, que além de serem criminalizadas, passam a ser responsabilizadas e culpabilizadas pela sociedade, mesmo em casos de aborto espontâneo, afastando a responsabilidade dos homens que também estão envolvidos no processo da concepção e, portanto, da prevenção à gravidez indesejada.

A ilegalidade retira do Estado a responsabilidade de atuação preventiva e educativa, e leva ao desconhecimento das mulheres sobre seus direitos sexuais e reprodutivos ou sobre o uso de práticas preventivas à gravidez ou a doenças sexualmente transmissíveis, o que só faz aumentar o número de mulheres com hepatites/HIV/Aids. Além disso, esta hipocrisia cria barreiras para um bom diálogo entre as mulheres e os serviços de saúde, pois o estigma e o tabu impedem o atendimento humanizado às mulheres em situação de abortamento e, conseqüentemente, bloqueia possíveis e necessárias ações preventivas contra novas situações de gravidez indesejada.

Tudo isso dificulta a interrupção da gravidez de forma segura e com menos risco, levando à realização de um maior número de abortos, muitos deles tardios, e que deixam traumas para as mulheres, causando situações extremas, mas cada vez mais frequentes, de mulheres abandonarem recém-nascidos, após meses de sofrimento, descaso e falta de ação do Estado, que além de lhes

forçar a gravidez – criminalizando a prática do aborto – deixam-nas sem assistência ou amparo social.

A prática do abortamento clandestino deve ser eliminada com a legalização do aborto no Brasil, por isso necessitamos de serviços de aborto legal no SUS.

O aborto provocado só oferece riscos quando é feito de forma tardia ou em condições precárias e na clandestinidade. Neste caso, é inseguro para as mulheres que, em geral, não podem pagar para ter acesso à tecnologia adequada e por isso sujeitam-se, com sérios riscos à sua saúde e à sua vida. Estas mulheres frequentemente estão em situação de pobreza, são jovens, geralmente negras e muitas estão desempregadas ou sem renda própria.

Os problemas de saúde decorrentes do aborto inseguro podem impedir o direito de uma mulher vir a engravidar no futuro. Ou pior, levar à morte de mulheres que já têm filhos/as, crianças que ficarão abandonadas, já que muitas dessas mulheres são chefes de família, ou a única fonte de renda fixa na casa.

Por tudo isto, consideramos que a ilegalidade do aborto, além de ser uma hipocrisia social, representa uma omissão do Estado, viola os Direitos Humanos e os direitos reprodutivos das mulheres, bloqueia o exercício de nossa autonomia e autodeterminação, tenta impor a maternidade obrigatória e fere a dignidade de todas as mulheres, tenham praticado ou não o aborto, venham a praticá-lo ou não.

Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto

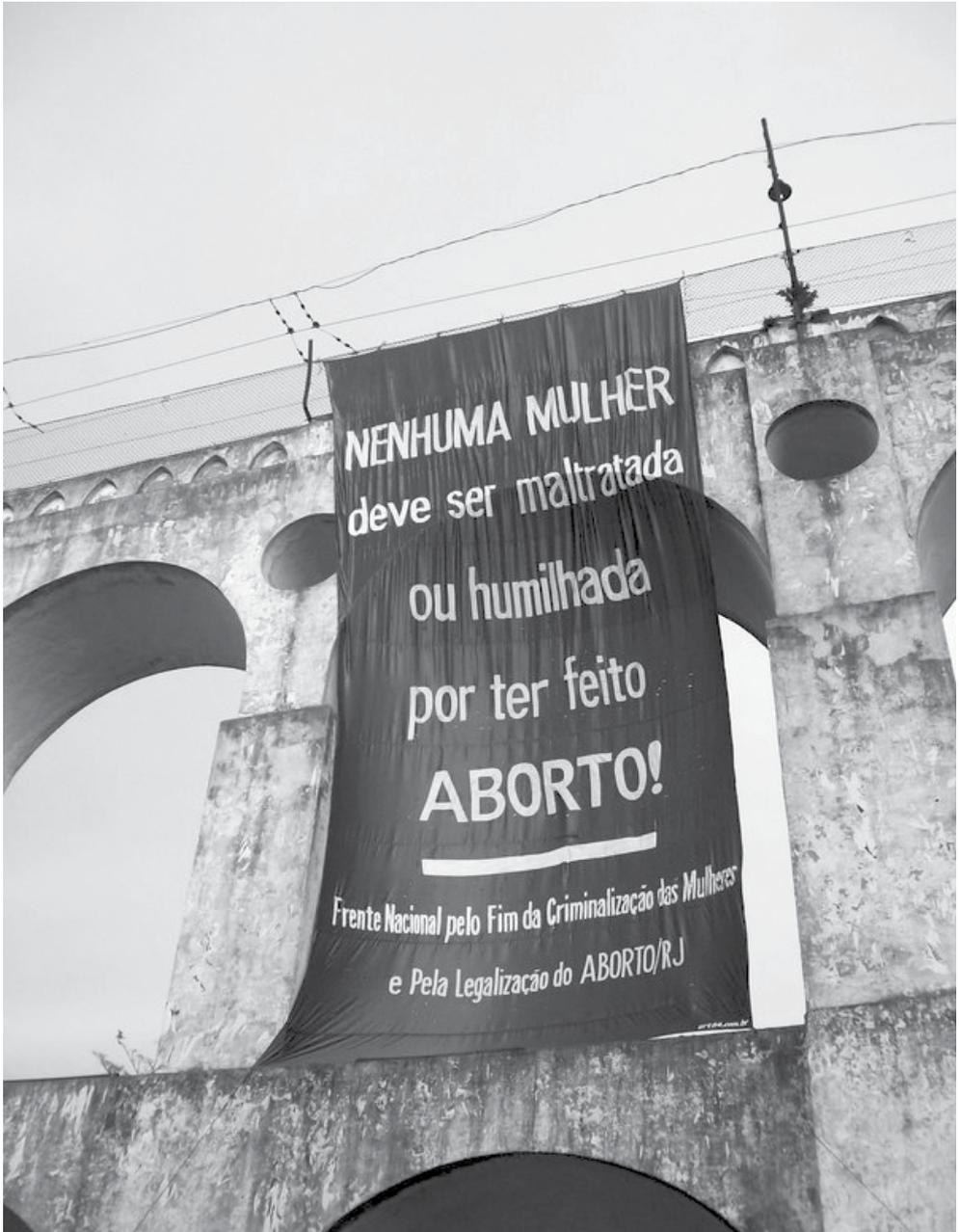
Nenhuma mulher deve ser impedida de ser mãe.

Nenhuma mulher deve ser obrigada a ser mãe.

Nenhuma mulher deve ser presa, humilhada ou maltratada por ter feito um aborto.

**Aborto legal e seguro:
a mulher decide,
o Estado garante,
a sociedade respeita!**

Disponível em: <http://migre.me/jO6ZD>





Marcha das Margaridas – 2011

Saúde e Direitos Reprodutivos - trechos do documento final¹

A Marcha das Margaridas entende que é fundamental o debate e a reflexão profunda sobre a Saúde e os Direitos Sexuais e Reprodutivos, a partir do cotidiano das mulheres do campo e da floresta, considerando sua condição de sujeito político, de trabalhadora e de mulher, que deve ter sua autonomia e liberdade respeitadas. Dessa perspectiva propõe abraçar os desafios, propor e defender políticas públicas que garantam o funcionamento do Sistema Único de Saúde com assistência integral à saúde da mulher, o que se faz imprescindível para

o desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade.

Saúde

A história das mulheres trabalhadoras rurais pelo direito à saúde é marcada por frustrações, indignação e discriminações fundadas no gênero, idade, raça, etnia, orientação sexual e crenças religiosas.

(...) A situação de saúde das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta está diretamente relacionada às condições de vida e trabalho, que têm produzido riscos, adoecimentos e agravos à saúde, como a contaminação por agrotóxicos e outros agentes químicos, e a exposição frequente ao Sol sem qualquer proteção. Somam-se a estas, as longas jornadas de trabalho, o trabalho pesado e repetitivo na agricultura e no ambiente doméstico, os acidentes de trabalho, o assédio moral, a violência doméstica e sexual, e a violência institucional, muitas vezes praticada por profissionais de saúde, que fazem o atendimento nos centros de saúde, maternidades, hospitais e laboratórios públicos e privados.

Esta situação tem na sua base o modelo de desenvolvimento dominante e as relações desiguais de gênero, agravada pela baixa qualidade dos serviços de saúde, carência de equipamentos sociais básicos no meio rural, pouca informação sobre os direitos à saúde e sobre a concepção, organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Concorrem ainda para esta situação as dificuldades relacionadas ao modelo de assistência, o subfinanciamento do sistema de saúde, problemas de gestão e da relação entre o SUS e o sistema privado de saúde. (...)

Direitos Reprodutivos

Os movimentos feministas e de mulheres construíram novas interpretações sobre as sociedades e as relações sociais, de modo a dar visibilidade e afirmar as mulheres como sujeitos autônomos de suas vidas e sujeitos políticos atuantes na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nessa perspectiva, há mais de 30 anos questionaram

a visão tradicional sobre a atenção a saúde da mulher centrada em programas materno-infantis, nos quais a preocupação com a saúde da mulher se limitava à sua condição de mãe e de como manter o bem-estar da criança.

Os movimentos feministas e de mulheres atuaram para que as mulheres fossem respeitadas como cidadãs, sujeitas de direitos, como pessoas com capacidade de decisão.

Com essa orientação, questionaram o atendimento baseado no poder médico que, em geral, considerava as mulheres seres incapazes de entender e expressar o que se passava com elas.

Os direitos reprodutivos têm por base o direito fundamental de todas as mulheres de controlar seu próprio corpo, de decidir sobre ter filhos ou não, e de quando e com quem ter filhos, sem passar por coerção ou



discriminação de qualquer espécie. Além disso, de poder partilhar igualmente com o parceiro o cuidado com a família, com a vida profissional e política.

As jovens mulheres aparecem, no âmbito das ações e políticas de saúde, como protagonistas de problemas sociais, principalmente referentes à gravidez na adolescência, à ausência de planejamento familiar, ao contágio de DSTs e ao uso de drogas. Esses aspectos são normalmente tratados como atos de irresponsabilidade juvenil, transferindo às jovens toda culpa por esta situação e isentando o poder público da responsabilidade de assegurar à toda população o direito à saúde, o respeito às demandas dos diferentes sujeitos e a preservação dos princípios da autonomia das mulheres sobre o seu corpo e sua trajetória. Nesse sentido, o acesso aos serviços de saúde, incluindo saúde reprodutiva e sexual, e de informação e aconselhamento, deve estar livre de discriminação por razões de idade, orientação sexual, raça-etnia, “deficiências” físicas e mentais, religião e educação. É preciso que sejam respeitados os desejos e projetos pessoais das mulheres

jovens, que por vezes têm suas escolhas desconsideradas por conta dos estigmas sociais relacionados à condição juvenil.

A realidade para a grande maioria das mulheres, entretanto, é outra, especialmente das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, que não têm seus direitos reprodutivos respeitados. Ainda é baixa a cobertura de anticoncepção, há fragilidades no atendimento ao pré-natal e parto, bem como alta incidência de câncer de mama e colo de útero, e pouca prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e do HIV/Aids.

Nesse contexto, as mulheres se tornam impedidas de decidir livremente sobre a maternidade, e a criminalização do aborto é um grande obstáculo à cidadania das mulheres ao violar os direitos reprodutivos, provocando situações extremamente dolorosas na vida das mulheres.

A criminalização das mulheres que praticaram o aborto não inibe sua prática. Estima-se que em 2005 houve 1.054.242 (um milhão,

cinquenta e quatro mil, duzentos e quarenta e dois) abortos induzidos no Brasil. Porém não é preciso ir tão longe, pois a maioria das mulheres já passaram por experiências em relação ao abortamento, seja porque abortaram, seja porque convivem com mulheres que praticaram o aborto. Todas elas, irmãs, parentas, amigas ou conhecidas. Por causa da ilegalidade, muitas delas fizeram o aborto nas piores condições.

A criminalização do aborto tem impactos graves na saúde da mulher, especialmente entre mulheres negras, pobres, do campo e da floresta, porque não têm condições financeiras para pagar por um abortamento melhor assistido, como muitas mulheres urbanas de classe média e alta. Nessas condições, muitas mulheres acabam se submetendo a procedimentos abortivos mais danosos à saúde.

Nenhuma mulher simplesmente decide abortar. A decisão de realizar um aborto é precedida por muitos conflitos, avaliações e sofrimentos, e perante inúmeras razões o aborto é sempre a última alternativa. Mulheres abortam por diferentes motivos, em geral por fortes razões

de ordem pessoal, social e econômica. Dentre essas razões destacam-se a falta do método anticonceptivo adequado ou mesmo a falha do método; o fato de a mulher já ter muitos filhos e não possuir as condições para criar mais um; porque um filho naquele momento pode prejudicar sua saúde e sua vida familiar; porque o marido ou namorado obrigou-a a fazer o sexo mesmo sem ela querer; porque maridos, companheiros e namorados muitas vezes proíbem suas companheiras de usarem métodos anticonceptivos. Enfim, são inúmeras as razões pelas quais as mulheres decidem pelo abortamento.

Em função da ilegalidade do aborto, as mulheres que recorrem ao serviço de saúde são maltratadas e humilhadas pelos profissionais de saúde. Dizem que as mulheres não passam de irresponsáveis e levianas. Além disso, são mal assistidas nos serviços de saúde. Entretanto, isso é contraditório, pois os próprios serviços de saúde não garantem informação e acesso aos métodos anticonceptivos. Mesmo aquelas que recorrem ao serviço de saúde em situação de abortamento não provocado são humilhadas e desacreditadas. Profissionais de

saúde duvidam da palavra da mulher e lhe discriminam e maltratam.

A existência de uma lei que garanta o direito às mulheres de decidir se querem ou não interromper uma gravidez não obrigará nenhuma mulher a praticar o aborto. Na verdade, é o Estado que se torna obrigado a dar assistência àquelas mulheres que decidiram pela interrupção da

gravidez, devendo garantir a elas serviços adequados e sem riscos à sua saúde.

Nota

¹ Extraído de <http://marchadasmargaridas.wordpress.com/7-eixos/6-saude-e-direitos-reprodutivos/> Acesso em 23.04.2013





Por que defendemos a legalização do aborto

Carta aberta da Articulação de Mulheres Brasileiras às/aos parceiros e aliados/as dos movimentos sociais democráticos

Neste 8 de março de 2008, dia de luta das mulheres feministas por justiça e igualdade no mundo, a AMB se dirige às/aos parceiras/os e aliadas/os para defender uma das mais antigas e importantes lutas feministas: a luta pela legalização do aborto.

Propomos o debate democrático e a análise criteriosa e generosa dos dilemas éticos presentes quando se trata de decidir por um abortamento. Posicionamo-nos politicamente contra o debate fundamentalista, as regras universais descontextualizadas e as

convenções formais da moralidade hipócrita pequeno-burguesa, que desconsideram o princípio republicano da laicidade do Estado e a perspectiva de direitos e justiça em que devem se pautar as políticas públicas.

Contra a criminalização desta prática levantamos nossas vozes em defesa de uma vida plena e livre para as mulheres. Em favor de um projeto radical de transformação social e em favor das lutas libertárias do feminismo, apresentamos nossos argumentos neste debate.

Maternidade livre e desejada

Desde os primórdios do feminismo moderno, ao início do século XX, a luta feminista defende que a maternidade não deve ser obrigação para as mulheres, muito menos o seu destino.

Ainda que compreendamos a importância da função social da reprodução da espécie humana, as mulheres não são uma função, embora possam responder por parte desta função social quando assim decidirem.

A política populacional das nações e grupos humanos que tem sido pautadas por interesses, seja de aumentar, seja de reduzir

o crescimento populacional, não podem se sobrepor ao direito de autodeterminação reprodutiva das mulheres, compreendida como parte dos direitos humanos.

Nenhuma mulher deve ser impedida de ser mãe!

Nenhuma mulher deve ser obrigada a ser mãe!

A maternidade só é plena se voluntária, livre e desejada. A maternidade só é justa se compreendida como função social pelo Estado, que tem a obrigação de assumir sua parte nesta responsabilidade garantindo políticas públicas universais com qualidade, para que as mulheres vivenciem com bem-estar a gestação, o parto e o puerpério.

Cabe também ao Estado assumir sua responsabilidade diante da reprodução humana garantindo políticas universais que envolvem os cuidados com as crianças: escolas, creches, saúde pública de qualidade, direito ao lazer e a uma vida plena e criativa.

O Estado tem o dever de garantir os direitos das mulheres a evitar filhos por meio de métodos



anticonceptivos acessíveis e seguros para a saúde e, nos casos extremos, pela assistência ao aborto legal na rede pública de saúde.

Direito à liberdade afetiva e sexual

O pensamento conservador de todos os tempos associa sexualidade unicamente à função reprodutiva, sem levar em conta o direito ao prazer. A cultura política moderno-conservadora instituiu o casamento burguês na forma de contrato civil, que prevê a formação de uma família nuclear heterossexual, cuja função primordial é garantir sexo para reprodução da família e do seu patrimônio. Complementa este sistema a pornografia e a prostituição das mulheres como as alternativas para o direito ao prazer - dos homens.

Este sistema patriarcal, que organiza a sexualidade e a reprodução das mulheres nestes termos, é há muito denunciado pelo feminismo como falsamente moralista e nada ético. Assim como não são éticos os argumentos daqueles que defendem o sexo como o 'sagrado dever da reprodução' neste sistema matrimonial.

O feminismo levantou nos anos 1970 a bandeira de luta pelo amor livre e liberdade sexual das mulheres. Reivindica este direito para as mulheres, contra a norma patriarcal da heterossexualidade obrigatória e contra a norma conservadora do sexo unicamente em função da reprodução. Em qualquer circunstância, queremos sexo por prazer e não por obrigação.

Aborto legal e seguro

Defendemos a proposta de projeto de lei que legaliza o aborto no Brasil, resultante do trabalho da Comissão Tripartite, elaborado em 2005, sob coordenação da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Essa Comissão foi instalada pelo Governo Federal para responder à deliberação da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres (CNPM), deliberação esta que foi reafirmada na II CNPM, eventos que juntos reuniram mais de 200 mil mulheres, nos anos de 2004 e 2007.

Legalizar o aborto implica o arbítrio do Estado frente a um

sejam experiências possíveis de dissociação, para plena vivência da sexualidade pelas mulheres e da maternidade para aquelas que desejarem ser mães.

Mas é igualmente necessário avançar na autonomia econômica das mulheres e na autonomia política e organizativa de seus movimentos e lutas!

Aborto: as mulheres decidem, o Estado garante, a sociedade respeita.

A AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras - é uma organização política não-partidária que articula e potencializa as lutas locais, nacionais e continentais das mulheres brasileiras por uma sociedade mais justa e Estados democráticos. Está constituída nacionalmente por agrupamentos estaduais dos movimentos de mulheres organizados na forma de fóruns, rede, núcleo e articulações.

8 de março de 2008.





Contra a criminalização das mulheres. Pela legalização do aborto¹

Rosane Silva, Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT

Ao escrever esse texto procurei dialogar com as pessoas que em nossas reuniões, debates ou palestras perguntam: “Por que a CUT apoia a legalização do aborto?”

Ao fazerem essa pergunta, em geral, complementam: o que o aborto tem a ver com a luta dos trabalhadores?

Antes de responder a isso gostaria de mencionar duas informações:

1) A legislação sobre aborto é o Código Penal de 1940, que o considera crime com pena de até três anos de reclusão. As exceções são para as situações de estupro e de risco de vida para a mulher². No entanto, nem nesses casos as mulheres são socorridas e, quando isso ocorre, na maioria das vezes são mal atendidas e vítimas de violência institucional.

2) O Brasil é um Estado laico. Isso significa que não deve pautar suas ações por convicções morais ou religiosas; mas isso não é o que tem ocorrido. Tem havido pressão das igrejas para impedir que haja avanços na legislação sobre aborto e, mais que isso, propor ações que implicam em retrocessos.

E a CUT? A CUT também é laica. Não expressa uma opinião religiosa, mas sim abriga trabalhadores e trabalhadoras de diferentes credos e ateus e ateias, na defesa de seus direitos enquanto classe.

A CUT, desde 1991, em seu IV Congresso Nacional, tem posição favorável à descriminalização e legalização do aborto, por entender

que ele afeta diretamente a vida de milhares de trabalhadoras. Além de ser uma questão de saúde pública, a legalização do aborto é também uma questão de classe, pois são as mulheres da classe trabalhadora as punidas e criminalizadas ao precisarem recorrer a um aborto na clandestinidade.

Explicando melhor.

Em primeiro lugar, a CUT é uma organização que representa trabalhadores e trabalhadoras enquanto classe. Por isso, necessariamente, precisa considerar que a classe trabalhadora tem dois sexos, mulheres e homens.

Segundo, a prática do aborto é uma das principais causas da mortalidade materna. Milhares de mulheres anualmente buscam a interrupção da gravidez. Dessas, muitas morrem. E, quando não morrem, por vezes essas mulheres acabam com sequelas irreversíveis. Algumas, colocam produto químico ou objeto metálico no útero para abortar. A chance de infecção e perfuração é muito grande; 1/3 de quem tenta abortar acaba procurando ajuda no hospital.

Terceiro, o ex-ministro da Saúde, José Gomes Temporão, declarou que o aborto é uma questão de saúde pública e não criminal, e os dados confirmam isso: além de ser um risco para a saúde de muitas mulheres, a ilegalidade também acarreta um alto custo para o sistema de saúde brasileiro. De acordo com estimativa da *International Planned Parenthood Federation (IPPF)*, que atua em 170 países, o governo gasta cerca de R\$ 35 milhões, por ano, com questões relacionadas a abortos inseguros.

Quarto, as mais afetadas são as pobres. Segundo pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UnB), boa parte das mulheres que realizam aborto é casada ou tem relações estáveis; elas têm idade entre 20 e 35 anos e são católicas. A criminalização não impede que ele seja realizado nem reduz sua incidência, mas aumenta as condições de risco de vida para as mulheres. Criminalizar a prática do aborto é uma forma de controlar a vida, o corpo e a sexualidade das mulheres.

A legislação restritiva, em vigor hoje, faz com que o aborto seja um problema quase exclusivo das

classes menos favorecidas. Quem tem dinheiro, faz com um médico seguro, mesmo que estas clínicas também sejam clandestinas; quem não tem, vai para uma clínica de “fundo de quintal” ou parte para a auto-agressão.

Quinto, os métodos podem falhar e nem sempre são acessíveis. Pensem, companheiras e companheiros, os serviços públicos de saúde não têm dado conta de atender nem aos casos emergenciais que batem à sua porta. Vocês acreditam, de fato, que esses serviços têm condições de promover planejamento familiar e fornecer métodos anticonceptivos? Sem falar nos machistas de plantão, que não querem nem ouvir falar em preservativos. Além disso, os métodos podem falhar.

A lista seria grande, mas, para finalizar, gostaria de assinalar que as mulheres não fazem filho sozinhas, por que somente sobre nós recai o crime? Qual é a responsabilidade masculina nisso?

Por isso, para nós, mulheres da CUT, ao invés de perseguir e condenar as mulheres, é preciso reconhecer a existência do aborto, refletir sobre

essa realidade e apresentar uma solução que garanta a prevenção, o atendimento e o tratamento às mulheres que a ele necessitam recorrer. A condenação das mulheres que praticaram aborto, com certeza não é solução; ao contrário, aprofunda a diferença de tratamento entre ricas e pobres, e o conseqüente aumento de morte para estas últimas.

Os métodos contraceptivos falham e os serviços de planejamento familiar também. Por isso, o Estado,

de forma solidária e criteriosa, deve garantir o direito ao aborto para todas as mulheres, sem discriminação de raça ou classe.

Seguimos na luta pelo direito ao aborto como parte indissociável da luta das mulheres por uma vida com autonomia e igualdade em direitos e oportunidades. Sabemos que essa não é uma luta só das mulheres, mas da classe trabalhadora como um



todo. Para isso, precisamos de um movimento amplo, capaz de mobilizar e alterar a correlação de forças de nossa sociedade.

Por isso, neste 28 de setembro, Dia Latino-americano e Caribenho de Luta pela Legalização do Aborto, nós, como integrantes da Frente contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, nos somamos às companheiras de diferentes organizações e

movimentos na coleta de assinaturas para o abaixo-assinado em repúdio aos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, com propostas de retirar das mulheres o direito de interromper uma gravidez que resulte de um estupro e de retirar o direito das mulheres de interromper uma gestação de risco para salvar sua própria vida.

A Plataforma³ propõe a legalização do aborto para garantir a vida,



os direitos e a autodeterminação reprodutiva às mulheres, e apresenta ações e políticas necessárias para que as propostas sejam colocadas em prática de forma justa, respeitosa e em condições de igualdade para as mulheres.

Para aquelas que desejam ser mães, o Estado deve assegurar condições econômicas e sociais, por meio de políticas públicas universais que garantam a assistência à gestação, ao parto e ao puerpério, assim como os cuidados necessários ao desenvolvimento pleno de uma criança: creche, escola, lazer e saúde.

Temos convicção de que nenhuma delas busca o aborto como método contraceptivo de emergência. Mas, aquelas que tiverem uma gravidez não planejada devem ser respeitadas na sua decisão de interrompê-la. A maternidade deve ser uma decisão livre e desejada, e não uma obrigação das mulheres. O Estado deve garantir isso, sem que elas corram o risco de morrer ou irem para a cadeia. As mulheres que necessitam interromper uma gravidez indesejada devem ter assegurado o atendimento ao aborto legal e seguro no sistema público de saúde.

Nenhuma mulher deve ser perseguida, humilhada, condenada ou presa pela prática do aborto!

Notas

¹ Publicado em 28/09/2011. Disponível em: <http://www.cut.org.br/ponto-de-vista/artigos/4554/contra-a-criminalizacao-das-mulheres-pela-legalizacao-do-aborto>
Acessado em 23 de abril de 2013

² A partir de 12 de abril de 2012, por aprovação do Superior Tribunal Federal, o aborto passou a ser legal também em casos de anencefalia. Com isso, ficou garantida à mulher gestante de feto anencéfalo a escolha de não prosseguir com a gravidez após o diagnóstico, com atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem qualquer necessidade de autorização judicial. O artigo foi publicado antes dessa decisão do Supremo (N.E.).

³ Refere-se à Plataforma da citada Frente Nacional, o primeiro texto deste dossiê dos Cadernos de Crítica Feminista (N.E.).



Somos todas clandestinas e lutamos para não mais sermos¹

Maria Júlia Montero, Laryssa Sampaio e Thais Lapa²

Em 1999, no 5º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, instituiu-se o 28 de setembro como dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização do Aborto. Desde então, nessa data, o movimento feminista toma as ruas para lutar por esse direito. Em 2013, não será diferente: diversos estados do Brasil programam ações de rua para o dia 28 em defesa da legalização do aborto.

O Brasil está entre os países com a legislação mais restritiva em relação ao aborto no mundo – que correspondem, não por

acaso, aos países do hemisfério Sul. Na maioria de nossos vizinhos latino-americanos e caribenhos o aborto não é legalizado, exceto Cuba, Cidade do México e, recentemente, Uruguai. Neste último, desde a legalização, em dezembro de 2012, até maio de 2013, foi zero o número de mortes maternas por abortos, além de ter sido reduzida a quantidade de abortos por ano: de 33 mil para 4 mil – o que demonstra os efeitos positivos de retirar a prática do aborto da condição de crime e tratá-lo como questão de saúde pública.

Enquanto isso, em nosso país, o aborto é crime para a mulher que o pratica e para a pessoa que a ajudar, de forma direta ou indireta. O Código Penal vigente, de 1940, permite o aborto apenas nas situações de gravidez em que há risco de morte para a mulher e em caso de estupro, e, em 2012, o Supremo Tribunal Federal aprovou a terceira situação na qual o aborto não é considerado crime no país: quando o feto é anencéfalo/ inviável. O primeiro serviço de abortamento legal só foi criado em 1989, em São Paulo. Mais de duas décadas depois, o acesso a esse direito ainda é restrito: atualmente, a maioria dos

serviços – cerca de 60 para todo o país – está disponível apenas nas grandes cidades, e nem todos oferecem atendimento de forma adequada.

O aborto é uma realidade comum, mesmo que criminalizada. Poucas pessoas não conhecem uma mulher que já fez um aborto. Isso faz com que esta prática precise ser compreendida e encarada. Na Pesquisa Nacional de Aborto, realizada em 2010 pelo Instituto Anis/ Universidade de Brasília, e premiada pela Organização Pan-Americana de Saúde, revelou-se que a cada cinco mulheres brasileiras urbanas uma já realizou aborto ao menos uma vez, e que a religião não é determinante na opção pelo aborto, já que, das mulheres que o realizaram, 2/3 declararam-se católicas; 1/4, protestantes ou evangélicas, e 1/20 possuem outra religião. Destas, 60% tinham entre 18 e 29 anos quando o fizeram. Dados relevantes também são trazidos por levantamento do Ibope, demandado pela organização Católicas pelo Direito de Decidir: quase 70% da população é favorável ao direito ao aborto quando



a mulher corre risco de vida ou quando o feto não sobreviverá após o parto; 52% apoiam o direito de escolha quando a gravidez decorre de estupro; 96% entendem que não é papel do governo prender as mulheres que abortaram; e 61% afirmam que essa decisão cabe à mulher.

Em outras palavras, a população brasileira apresenta uma sensibilidade para que a atual legislação punitiva sofra revisões e sabe-se que as mulheres que abortam não diferem daquelas que não abortam: são mulheres comuns, têm religião, já têm filhos e, muitas vezes, são nossas colegas de trabalho, de militância, nossas amigas, irmãs, vizinhas, mães, filhas.

Se a prática alarmante de abortos, estimada em um milhão por ano, é

uma realidade concreta que precisa ser enfrentada, o caminho não é o da criminalização. Esta não só empurra as mulheres para os riscos da clandestinidade e não previne abortos, como contribui para a ampliação da segregação social, já que gênero e raça estruturam a pobreza e a exclusão no Brasil: mulheres pobres e negras são centralmente as afetadas pela criminalização do aborto, por estarem submetidas à falta de acesso à saúde, à educação, à moradia e, ainda, ao risco de serem presas, de ficarem inférteis ou morrerem por abortos inseguros.

Há alternativas para enfrentar a questão que não criminalizar as mulheres. A insígnia do movimento feminista “Educação sexual para prevenir, contraceptivos para não engravidar, aborto seguro para não morrer” é sábia ao expressar que um conjunto de medidas pode ser tomado para encarar a realidade do aborto no país, na perspectiva da saúde pública e da autonomia das mulheres, ou seja, respeitando seus direitos reprodutivos e sua dignidade. Este é o caminho que perseguimos e que um Estado laico, que não impede o acesso a políticas públicas

por razões de grupos religiosos particulares, deveria garantir.

A legalização do aborto se coloca como uma necessidade social para o conjunto das mulheres brasileiras: para que a mortalidade materna no Brasil, que tem como quarta causa principal os abortos inseguros, possa ser extinta; para que não reforçemos a criminalização da população pobre e negra do país; para que o número de abortos diminua progressivamente e que esta prática seja cada vez menos necessária; para que a

maternidade possa ser uma escolha das mulheres, e não uma imposição.

Notas

¹ Publicado em 26 de Setembro de 2013, por Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <http://marchamulheres.wordpress.com/2013/09/26/somos-todas-clandestinas-e-lutamos-para-nao-mais-sermos/> Acessado em 11 de outubro de 2013

² Maria Júlia Montero, Laryssa Sampaio e Thais Lapa são militantes da Marcha Mundial de Mulheres / São Paulo.





O uso do misoprostol pelas mulheres*

Maria José de Oliveira Araújo

Este artigo¹ discute a prática do aborto medicamentoso ou aborto médico, como é chamado por alguns autores, na população feminina em idade reprodutiva no Brasil e em outros países do continente. Ele foi elaborado para o *Symposium Misoprostol y Mifepristona en Gineco-Obstetricia*, realizado em Valencia, Espanha, em outubro de 2007. Atualizado em 2009 e apresentado na *Conferencia Latinoamericana sobre Prevención del Aborto Inseguro*, foi publicado na revista da *Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe*, no segundo semestre de 2009.

Por sugestão da **Rede Feminista de Saúde**, este artigo passa por outra revisão para ser publicado como material informativo com o objetivo de subsidiar suas ativistas nas questões de direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na análise do aborto medicamentoso com misoprostol. Para tal, recorre à bibliografia mais recente sobre o tema e aos debates ocorridos em diversos eventos realizados nos últimos anos, tanto no Brasil como em outros países, sobretudo da América Latina.

O aborto medicamentoso é o uso de drogas para induzir o aborto, na maioria dos casos sem ajuda de profissionais de saúde, sobretudo nos países onde a legislação é restritiva ou o aborto é ilegal em qualquer circunstância. Existe um senso comum de que as mulheres nos países em vias de desenvolvimento, a maioria deles com legislação punitiva, utilizam substâncias destinadas oficialmente a outros fins para interromper uma gravidez indesejada. Essas práticas são amplamente difundidas, independentemente dos provedores de saúde e mesmo à revelia das leis impeditivas que estimulam a prática do aborto clandestino.

A droga mais difundida e usada para induzir o aborto é o misoprostol, mais conhecido como Cytotec®. Esta afirmação é respaldada por diversos estudos que recolhem as impressões das mulheres sobre o tema e o relato dos profissionais de saúde na sua prática cotidiana nos hospitais públicos do continente.

O misoprostol é amplamente divulgado, conhecido e utilizado, em detrimento de outras drogas que vêm sendo estudadas e usadas em outros países, como a mifepristona e

metotrexate. A mifepristona, aprovada para uso isolado ou conjuntamente com o misoprostol em países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento, não está aprovada no Brasil. Houve, por iniciativa de algumas universidades, a tentativa de realizar estudos sobre essa droga, mas por problemas de cessão sobre direitos de pesquisa a iniciativa não teve êxito, apesar de ter tido aprovação prévia pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Quanto ao metotrexate, ele é indicado nos protocolos do Ministério da Saúde para uso somente na gravidez ectópica íntegra. Não existem estudos que informem o seu uso pelas mulheres nos casos de gravidez indesejada.

O desconhecimento da utilização destas duas drogas nos abortos induzidos na América Latina é uma das razões deste artigo tratar apenas do misoprostol como droga de eleição das mulheres e dos profissionais de saúde para a indução do aborto.

Na última década muito se avançou no debate sobre o uso do misoprostol na área de obstetrícia, com indicações

de uso baseadas em evidências científicas, incluindo a indução do parto em algumas situações, o uso no aborto legal nos países onde existe este permissivo e mais recentemente a inclusão na lista de medicamentos essenciais da Organização Mundial da Saúde - OMS, com a indicação de uso no abortamento incompleto não infectado.

Diversos seminários, debates e fóruns de discussão foram realizados, além da elaboração e divulgação de estudos e pesquisas por entidades científicas, redes de defesa dos direitos das mulheres e ONGs.

Os estudos e pesquisas que demonstram o amplo uso do misoprostol como método isolado ou adjuvante utilizado pelas mulheres para interromper uma gravidez são produzidos desde o final dos anos 1980, passando neste período de 12 estudos para 2.992, em 2008. Estes dados foram disponibilizados por Susana Chávez, do Clacai, no seminário “Aborto Medicamentoso no Brasil”, realizado em setembro de 2010. Observa-se um importante incremento das pesquisas nos últimos vinte anos, demonstrando a crescente importância deste

medicamento na área da ginecologia e obstetrícia em todos os países latino-americanos.

(...)

Estudos** mais atuais que apontem a real magnitude dessa prática são importantes para entender melhor o papel do aborto medicamentoso na redução da fertilidade das mulheres e da morbidade e mortalidade maternas.

A Experiência das Mulheres com o Uso do Misoprostol

O acesso a um aborto legal e seguro é um direito das mulheres e para que essa premissa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos se torne realidade é necessário que o Estado ofereça serviços de saúde universais e integrais, e que respeitem as suas decisões.

As mulheres encontram no seu cotidiano meios ditos não científicos e métodos não reconhecidos oficialmente para evitar uma gravidez indesejada, o mesmo ocorrendo com a realização do aborto, no qual estes métodos são amplamente utilizados, mesmo considerando os riscos que deles podem advir quando aplicados pelas próprias mulheres ou por profissionais não capacitados.

O uso do misoprostol, vendido inicialmente no Brasil com o nome comercial de Cytotec®, é uma dessas práticas que as mulheres utilizam “clandestinamente” para provocar um aborto nos casos de gravidez indesejada, seja pelo não uso de um contraceptivo, seu uso incorreto, falha do mesmo; seja nos casos de gravidez resultante de violência sexual, situação vivida por um número importante de mulheres, adolescentes e meninas em nosso país².

(...)

O Ministério da Saúde (MS) possui normas técnicas com indicações do uso do misoprostol^{2,3,4} com o objetivo de regulamentar as indicações dos produtos à base dessa substância. Essas indicações estão contidas em diversas normas e manuais técnicos que fazem parte das publicações elaboradas visando informar e capacitar os profissionais de saúde do SUS na atenção à saúde da mulher e suas questões reprodutivas. As normas técnicas de atenção à violência sexual, de 2005, e a de atenção ao abortamento inseguro, da mesma época, já continham algumas das indicações atuais do uso do misoprostol. Isso, no entanto, não se configura

como garantia de que as mulheres serão adequadamente atendidas e de que os procedimentos usados são aqueles indicados pelas normas e manuais do MS. A experiência prática revela que muitos profissionais que estão na ponta do sistema sequer conhecem as determinações do MS sobre procedimentos que estão em permanente revisão, pelo avanço constante da literatura científica baseada em evidências, e continuam usando procedimentos inadequados e não mais recomendados na atenção obstétrica.

Desde o final dos anos 1980 muitos países aprovaram o uso do misoprostol para o tratamento de úlcera gástrica. Segundo Arilha e Barbosa (1992)⁵, no Brasil, somente no início dos anos 1990 a sua utilização como abortivo ganhou visibilidade, em função da magnitude do uso e dos debates que aconteceram em torno dessa nova prática de interrupção de uma gravidez indesejada pelas mulheres, sobretudo no período inicial da gestação. Essa foi uma das principais razões para a dificuldade de comercialização no país, tendo

sido restrita e suspensa a venda por diversos períodos.

Acompanhada de grande polêmica, a discussão iniciada em 1988 sobre o uso do misoprostol como indutor do aborto ocupou, por longos períodos, as páginas dos jornais e teve como uma das consequências mudanças na regulamentação da sua comercialização. Inicialmente vendido sem restrições em farmácias e drogarias das capitais e do interior, passou a ser proibido em alguns estados; em outros, o uso passou a ser apenas hospitalar, e a venda nas farmácias também se tornou condicionada à retenção da receita. Atores importantes na mudança da regulamentação foram os profissionais de saúde contrários ao aborto, a Igreja Católica e as instituições responsáveis pela vigilância de medicamentos no país, que consideravam que a substância estava sendo usada em função dos seus efeitos secundários⁵.

Mesmo considerando as restrições que foram impostas e ainda existentes ao uso do misoprostol no Brasil, vários estudos demonstram que ele vem sendo largamente utilizado pelas mulheres desde o final dos anos 1980, e que uma proporção

importante de abortos clandestinos continua sendo realizada com este medicamento. Além disso, a maioria dos estudos sugere uma relação direta entre a redução da mortalidade e morbidade maternas por aborto inseguro e o uso do misoprostol⁶.

Apesar das evidências científicas, as questões legais fizeram com que houvesse uma redução do uso em diversos momentos e surgisse, a partir desta situação, um mercado clandestino com preços inacessíveis para as mulheres pobres. Pela situação de clandestinidade da venda é muito difícil precisar o custo do misoprostol comprado nas farmácias, na internet ou mesmo em locais onde existe mercado de drogas consideradas ilícitas. Dados informais referem que o preço pode ir de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 o comprimido, ou até mais, dependendo da situação de clandestinidade da venda e da necessidade da mulher em adquirir o produto. Projeto de formação apoiado por Ipas/Brasil e realizado pelo Grupo Curumim, Imais e Universidade Estadual da Bahia com parteiras empíricas na região da Chapada Diamantina, distante 500 quilômetros da capital do estado, revelou que tanto as parteiras como

as outras participantes conheciam o Cytotec® e faziam uso na sua vida cotidiana. Muitas mulheres relataram suas experiências com esse produto, a maioria de forma positiva, apesar do medo de serem descobertas e de terem problemas sem poder recorrer aos serviços de saúde. A venda se dá em outra cidade e o produto está disponível tanto nas farmácias quanto em outras fontes de comercialização. O preço do comprimido está próximo ao citado anteriormente. Informação disponibilizada pelo fabricante do Prostokos®, dá conta que o custo do medicamento comprado pelos hospitais aos distribuidores autorizados é de R\$ 5,25 para o de 25 g, de R\$14,94 para o de 100 g e de R\$23,00 para o de 200 g por unidade. Esse valor de aproximadamente U\$ 13,00 coloca o custo/comprimido fabricado e vendido no Brasil como um dos mais caros da América Latina, sendo quase o dobro do que vale no Uruguai e México, em torno de U\$ 4,00.

Pesquisas realizadas em países da América Latina - Brasil, México, Colômbia, Equador e Peru^{5, 7, 8} - revelam que as restrições legais impostas ao direito ao aborto têm levado as mulheres a recorrerem ao aborto

medicamentoso, especialmente com misoprostol, comprado nas farmácias ou em lugares sem nenhuma garantia de segurança em relação aos efeitos esperados e aos riscos que dele podem advir. A opinião das mulheres que participaram destes estudos é que o aborto medicamentoso é menos doloroso, mais simples de ser realizado, menos arriscado e mais barato, comparado a outras formas de indução. Sobre a autodeterminação de realizar o aborto, elas referiram que esse método facilita a decisão, pelo fato de o processo não ser cirúrgico, deixando a impressão de ser uma menstruação normal. Também foi estudado o conhecimento dos profissionais de saúde e das mulheres sobre o uso correto desse método na indução do abortamento. Os autores concluem que se deveria incorporar mais informações nas capacitações e materiais educativos dos profissionais de saúde, o que coincide com outros estudos sobre o uso muitas vezes inadequado do misoprostol.

Dados que demonstram a ampla utilização do produto com fins

abortivos são fornecidos por estudos que analisam as internações por complicações do abortamento nas maternidades e hospitais públicos brasileiros. Pesquisas realizadas em Fortaleza, região Nordeste do Brasil⁹,¹⁰, revelam que a grande maioria das mulheres internadas nos hospitais pesquisados tinha feito uso dessa substância. O primeiro estudo revisou os prontuários de 1.916 pacientes que passaram por curetagem uterina; dessas, 593 (31%) foram classificadas como tendo aborto provocado e, destas últimas, 444 (75%) relacionadas ao uso de misoprostol.

O segundo estudo entrevistou 4.359 mulheres internadas nos dois principais hospitais-maternidades da cidade e encontrou que desse total, 2.084 mulheres (48%) admitiram ter induzido o aborto. O uso do misoprostol isolado foi relatado por 607 mulheres (29%); do misoprostol associado a outros métodos, por 762 (36,7%); e de outros métodos, por 705 (34%) das mulheres. Logo, num total de 2.084 entrevistadas que admitiram ter induzido o aborto, 66% o fizeram com o uso desse produto. É importante observar que o estudo classificou como casos de

abortamento provocado apenas dez pacientes (0,5%), que tinham sinais clínicos de manipulação da cavidade uterina. A percentagem (9,3%) de mulheres com infecção no momento da admissão também foi reduzida, bem como aquelas que necessitaram de transfusão sanguínea (2,9%). Os autores chamam a atenção para a possibilidade de que os abortos classificados como “espontâneos” tenham sido na verdade “provocados”.

Esses dados nos induzem a afirmar que o grau de gravidade das complicações do aborto induzido neste estudo é muito menor do que em outros estudos sobre o tema^{11, 12}. Algumas hipóteses foram levantadas para justificar esta afirmação, tais como a utilização de métodos menos agressivos, a procura mais rápida dos serviços de saúde e a inevitabilidade do aborto, fazendo assim com que os serviços atendam as mulheres mais rapidamente ou façam os encaminhamentos necessários para resolver o problema.

Pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 1991¹³, com 1.603 mulheres em sete hospitais-maternidades públicas internadas por complicações de aborto indica que

50% delas foram classificadas como tendo induzido a interrupção da gestação. Desse total, 45% referiram o uso isolado do misoprostol e 11,6% do misoprostol associado a outros métodos. A condição marital e a idade aparecem como características importantes do grupo estudado: mais da metade das mulheres eram solteiras ou não tinham parceiro estável, tinham idade inferior a 23 anos e quase 20% delas eram adolescentes, ou seja, tinham entre 10 e 18 anos. Esses dados coincidem com outras pesquisas realizadas posteriormente e com informações da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde¹⁴ sobre o número de abortos induzidos nessa faixa etária, indicando a vulnerabilidade das mulheres adolescentes em relação à gravidez indesejada^{9,10}.

Estudo realizado em Goiânia¹¹, região Centro-Oeste do Brasil, no final dos anos 1980 e início da década de 1990, avaliou a disponibilidade do misoprostol e as complicações do aborto induzido em alguns hospitais. Foram estudados os prontuários de cinco hospitais buscando verificar as internações por complicações de aborto, bem como

o número de curetagens e de parto realizados, e entrevistadas todas as mulheres com diagnóstico de abortamento incompleto em dois hospitais. Num período de três anos, as vendas de misoprostol nas farmácias e drogarias aumentaram três vezes; em 1989, ano com a segunda maior venda do produto, as internações por complicações do aborto se reduziram. Um dado significativo para a saúde reprodutiva das mulheres foi a redução dos casos de morte materna por aborto, que caíram de seis, nos dois primeiros anos do estudo, para apenas uma, no período final estudado. Outros fatores podem ter contribuído para esta redução, mas os dados do estudo levam a crer que este método deve ter influenciado essa queda. Os autores concluem que as complicações graves foram menores no grupo de mulheres que induziu o aborto com misoprostol do que naquelas mulheres que provocaram o aborto por outros meios, como sondas, agulhas ou outros métodos inseguros, ainda comumente usados pelas mulheres das classes menos favorecidas e certamente

as habitantes do meio rural, que possuem menos acesso aos serviços de saúde e mesmo a métodos ainda clandestinos, mas comprovadamente mais seguros.

No Instituto Materno-Infantil de Pernambuco (Imip), estudo retrospectivo realizado entre janeiro de 1988 e dezembro de 1992¹², analisou os casos de 1.840 mulheres internadas com complicações de aborto. A incidência de infecção foi menor nas mulheres que usaram misoprostol (4.2%), comparada com o uso de outros métodos (49,4 %), ou seja, doze vezes maior. A indução do aborto com outros métodos foi a única variável encontrada neste estudo, associada com infecção grave. Estudo realizado na capital deste estado, Recife, com 8.744 mulheres internadas por complicações de abortamento, revela que 34% delas haviam feito uso do misoprostol para interromper a gravidez indesejada¹⁵.

Os estudos coincidem que o misoprostol é utilizado de forma aleatória pelas mulheres, tanto no que se refere à dosagem como à via de uso. Esta constatação está relacionada ao modo como ele é adquirido e à forma como ele vem sendo divulgado pelas

próprias usuárias do método, balconistas das farmácias e drogarias, “curiosas” e até pelos profissionais de saúde, que podem desconhecer as indicações para o uso correto. As mulheres recebem distintas informações e comumente a dose pode variar de 4 a 16 comprimidos, podendo chegar a casos extremos de ingestão de 40 comprimidos ou mais^{5, 10, 13}. Os dados de grupos focais sobre o uso de misoprostol realizados na cidade de São Paulo⁵, com ginecologistas e usuárias do produto, confirmam os dados citados anteriormente.

Quanto à via de uso, os trabalhos relatam que ele é usado tanto pela via oral, como vaginal ou ambas ao mesmo tempo. Os resultados de algumas investigações indicam que a maior frequência é de uso combinado, vaginal e oral; as mulheres internadas por complicações de aborto inseguro em Goiânia e em Fortaleza¹⁰ referiram ter usado via vaginal e oral simultaneamente, em 82% e 89% dos casos, respectivamente.

Em recente pesquisa realizada sobre contracepção e planejamento reprodutivo em cinco estados brasileiros, com 303 mulheres vivendo no meio urbano (66%) e no meio rural

(34%), 203 delas (66%) relataram ter vivido, pelo menos, uma gravidez indesejada¹⁶. Dessas, 31 (15,2%) informaram terem induzido o aborto e cinco o fizeram com o misoprostol. Em dois casos, as mulheres tiveram que buscar os serviços de saúde de maior complexidade para realizar curetagem pós-aborto. Nos outros três casos, elas usaram simultaneamente com o misoprostol, ervas e uma injeção comprada na farmácia. A grande maioria das mulheres entrevistadas se declarou católica, dado que confirma a experiência empírica de profissionais de saúde e ativistas dos direitos reprodutivos, de que a religiosidade não impede a decisão de interromper uma gravidez indesejada nas mulheres de todas as classes sociais.

As pesquisas de Távora-Orozco¹⁷ (2010) e de Miller¹⁸ (2005) revelam novos dados sobre o misoprostol no continente. A primeira, que versa sobre a disponibilidade do misoprostol, teve como objetivo atualizar a informação sobre o uso deste produto na obstetrícia, por meio do mapeamento nos países estudados. Entre os principais achados, estão os seguintes: apenas o Peru e o Brasil

possuem registro para uso em obstetrícia; na maioria dos países existe apenas uma apresentação vaginal de alto custo e apresentação com 200g de difícil uso obstétrico; existem 17 marcas e laboratórios, sendo o Cytotec® o produto mais difundido, e em dez países as regulamentações sanitárias aceitam algumas indicações obstétricas, tais como aborto incompleto, hemorragia pós-parto e indução do parto.

A pesquisa de Miller, realizada na República Dominicana, comparou a evolução da venda de misoprostol com os casos de abortamentos seguidos de complicações graves em uma maternidade da capital, Santo Domingo. Esse estudo encontrou que houve um enorme aumento das vendas de Cytotec® a partir de 1991 e, no mesmo período, uma importante redução na proporção de abortos com complicações graves na maternidade estudada.

No Brasil, a pesquisa de Diniz (2010) traz o dado de que metade das mulheres entrevistadas que realizaram aborto no período estudado

o fizeram com medicamentos, sendo o misoprostol comprado clandestinamente, o produto mais usado. Sobre a religião e a prática do aborto, não foi encontrada nesta pesquisa diferença entre as mulheres que pertencem a grupos religiosos distintos, confirmando dados de outras pesquisas e dados empíricos de que a religião não as impede de recorrer ao aborto quando sua decisão é interromper uma gravidez não planejada e não desejada. A pesquisa realizada por Faúndes e colaboradores¹⁹ sobre conhecimento e atitude dos médicos frente a uma gravidez indesejada revela que a questão religiosa se torna irrelevante quando se trata de apoiar suas esposas e filhas na realização do aborto. Parece que os médicos que são contrários ao aborto se tornam mais flexíveis nas suas convicções religiosas quando estão em jogo relações afetivas e familiares.

As pesquisas apresentadas neste trabalho revelam que, passados vinte anos da introdução do misoprostol no mercado de medicamentos para a interrupção da gravidez indesejada, as mulheres continuam a recorrer a este método para a prática do aborto. Segundo um jornal

brasileiro de circulação nacional, os medicamentos abortivos à base de misoprostol são anunciados na internet com a promessa de envio pelo correio postal; o mesmo jornal informa também que circulam textos contendo informações de que o medicamento vendido por esta via é falso e exemplos de mulheres que pagaram U\$170,00 por um *kit* com sete comprimidos e não receberam o medicamento. Este fato pode explicar, em parte, porque as usuárias deste produto usam dezenas de comprimidos sem obter o efeito desejado. Os diversos mecanismos de distribuição, ou seja, a venda em farmácias sem garantias da eficácia, a compra por internet e no mercado clandestino, podem ter como consequências a dificuldade em assegurar a qualidade e o uso correto, além do aumento dos custos. Essa situação de clandestinidade pode implicar em graves problemas para a saúde física das mulheres que recorrem ao Cytotec® vendido sem nenhum controle sanitário, pelo risco de ingerir ou colocar na vagina produtos perigosos. Urge que as autoridades que regulamentam as políticas de medicamentos nos países coloquem

em prática medidas que permitam o acesso das mulheres ao uso de produtos já comprovadamente eficazes e seguros para interromper uma gestação indesejada, que coloca em risco a vida de centenas de mulheres se não for realizada de forma segura.

Conclusões

O aborto inseguro é uma violação dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e adolescentes, que arriscam suas vidas para interromper uma gravidez indesejada em clínicas clandestinas e em mãos de profissionais de saúde não capacitados para realizar um aborto seguro. A ilegalidade do aborto leva a internações desnecessárias e a mortes precoces e evitáveis nos países onde essa prática é ilegal.

Neste contexto, a prática do abortamento medicamentoso tornou-se uma realidade para as mulheres em muitos países, e no final dos anos 1980 o Cytotec® já era amplamente divulgado entre a população feminina como um método abortivo possível para as mulheres de todas as classes sociais. Inicialmente disponível no Brasil em farmácias e drogarias,

e vendido por preços acessíveis, tornou-se neste país, e em outros onde o aborto é considerado crime, uma poção mágica para resolver um “problema” que somente as mulheres com poder aquisitivo alto podiam ter acesso de forma segura.

O uso massivo do misoprostol colocou em evidência os conflitos existentes na sociedade sobre o direito ao aborto legal e seguro, e os sistemas de saúde e de justiça foram “obrigados” a se pronunciar sobre essa nova transgressão das mulheres, esse exercício clandestino dos direitos sexuais e reprodutivos, tão amplamente discutidos nas Conferências da ONU e tão distantes do cotidiano das mulheres pobres, negras, indígenas, adolescentes e rurais.

A experiência das mulheres com o uso do misoprostol através da automedicação ou por indicação de balconistas e médicos(as) vem desempenhando um importante papel na regulação da fertilidade, sobretudo para aquelas que não têm acesso aos serviços de saúde para a atenção em saúde reprodutiva. Essa

prática tem contribuído, conforme dados da literatura, para a redução dos abortos infectados e consequentemente para a redução da morbidade e da mortalidade maternas.

O direito ao livre exercício da sexualidade e da reprodução ainda encontra muita resistência na sociedade, advinda de setores religiosos e mesmo dos(as) médico(as) que temem as possíveis repercussões de suas opiniões sobre o direito ao aborto e se recusam a praticar o aborto nos casos previstos no Código Penal brasileiro. Exemplo disso é a dificuldade da implementação de serviços que realizam o aborto permitido por lei, sendo este um entrave para a implantação de políticas públicas de atenção à violência sexual.

A população de baixa renda nos países pobres, por falta de acesso a serviços de saúde, possui a prática da automedicação e da compra de medicamentos nas farmácias sem receita ou orientação médica. O misoprostol encontrou um terreno fértil para ser aceito e vendido à população feminina de forma clandestina, mas com o aval do farmacêutico, que normalmente já indica o uso de outros medicamentos e que possui

relações mais próximas com as pessoas das comunidades nos bairros carentes. Essa prática dos balconistas de indicar medicamentos para descer a menstruação é largamente utilizada nos países pobres, sendo o misoprostol talvez o caso mais bem sucedido dessa orientação paralela, na falta de outras possibilidades para resolver o problema.

O uso aleatório do produto tem dificultado a avaliação sobre a sua efetividade e segurança. No entanto, a experiência das mulheres de tantos anos de uso vem criando formas mais corretas de utilizá-lo. Iniciar o processo de abortamento através do uso do misoprostol é uma estratégia das mulheres para serem atendidas nos serviços de urgência dos hospitais públicos. Segundo as normas de conduta dos profissionais de saúde, todas as pessoas que buscam os serviços, não importa qual seja a razão, devem ser atendidas. As mulheres sabem que chegando aos hospitais em processo de abortamento, com sangramento, serão atendidas em caráter de urgência.

Nem todas as mulheres que induzem o aborto, seja com Cytotec® ou com outros métodos, recorrem

aos serviços de saúde. A ilegalidade faz com que uma parte delas tente resolver as complicações com outras mulheres que já passaram pela mesma experiência, com curiosas ou com os balconistas das farmácias. Mas nem sempre esta estratégia é bem sucedida e muitas delas terminam procurando os serviços de saúde com graves complicações físicas. A morte materna por aborto inseguro é o fechamento de uma cadeia de eventos que predomina nas mulheres de baixa renda, nas mulheres negras e naquelas excluídas socialmente. As complicações que não levam à morte deixam sequelas permanentes e, apesar de ainda não serem visíveis, afetam um número importante de mulheres nos países pobres.

As mulheres, ricas ou pobres, decidem sua vida reprodutiva de acordo com suas possibilidades econômicas e sociais. O exercício da maternidade pressupõe liberdade de decidir e condições materiais para exercê-la. A interrupção de uma gravidez indesejada é uma forma de decidir e as mulheres encontram no aborto medicamentoso um aliado para driblar os impedimentos legais e econômicos aos quais são submetidas ao longo da sua vida reprodutiva.

Garantir os Direitos Sexuais e os Direitos Reprodutivos das mulheres como Direitos Humanos deve ser um princípio das políticas públicas nos países democráticos.



Notas de edição

* Íntegra do artigo original divulgada na publicação *Direitos Reprodutivos no Brasil – Trilhas de Saúde das Mulheres, dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, caderno 01 – 2010*. Todos os direitos reservados para Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, a quem o SOS Corpo agradece por ter autorizado a publicação neste número dos *Cadernos de Crítica Feminista*.

** Na versão integral do artigo, disponível no site da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (www.redesaude.org.br), a autora difunde publicações e eventos considerados importantes sobre o tema.

Notas

¹ **Agradecimentos:** Agradeço a Leila Adesse, do IPAS/Brasil, pela leitura cuidadosa da primeira versão deste artigo, à Rede Feminista de Saúde pela possibilidade de sua publicação e a Cecília Simonetti, pelo apoio na edição.

[Mazé Araújo]

² Ministério da Saúde. Norma Técnica - Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes. Série Normas e Manuais Técnicos, Série Direitos Sexuais e Reprodutivos. Caderno nº 6, 2ª Edição atual. ampl. Brasília : Ministério da Saúde, 2005.

³ Ministério da Saúde/FEBRASGO/ABENFO. Parto Aborto Puerpério - Assistência Humanizada à mulher. Ministério da Saúde. Brasil/2001.

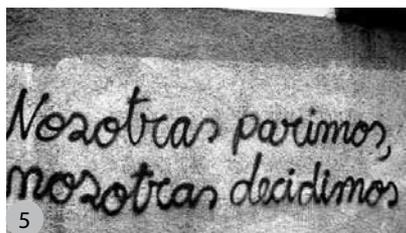
⁴ Ministério da Saúde. Gestação de Alto Risco -Manual Técnico 3ª Edição. Ministério da Saúde. Brasília 2000.

⁵ Barbosa, R.M, Arilha, M.The Brazilian Experience with Cytotec. Stud FamPlann 1993; 24 (4): 236-40.

⁶ Federación Latinoamericana de Sociedades de Obstetricia y Ginecología – FLASOG. Uso de Misoprostol en Obstetricia Ginecologia. Segunda edición – marzo, 2007.

⁷ Leaufaurie, M.M, Grossman, D., Troncoso, E., Billings, D.L.,Chavez, S. Women´s Perspectives on Medical Abortion in México, Colombia, Ecuador and Perú: A Qualitative Study. Reproductive Health Matters 2005;13(26):83-75.

- ⁸ Cohen, J., Ortiz, O., Llaguno, S.E., Goodyear, L., Billings, D., Martinez, I. Reaching Women with Instructions on Misoprostol. Use in a Latin American Country. *Reproductive Health Matters* 2005;13 (26):92-84.
- ⁹ Coelho, H.L.L. et al. Misoprostol and illegal abortion in Fortaleza, Brazil. *Lancet*, 341:1261-6,1995.
- ¹⁰ Fonseca, W., Misago, C., Correia, L.L., Parente, J.A.M., Oliveira, F.C. Determinantes do aborto provocado entre mulheres admitidas em hospitais em localidades da região Nordeste do Brasil. *Rev. Saúde Pública* v.30 n. 1. São Paulo fev.1996.
- ¹¹ Viggiano, M.G.C., Faúndes, A., Borges, A.L., Viggiano, A.B.F., Goianice, R.S., Rebello, I. Disponibilidade de Misoprostol e complicações de aborto provocado em Goiânia. *Jornal Brasileiro de Ginecologia*.1996;106 (3): 55-61.
- ¹² Faúndes, A., Santos, L.C., Carvalho, M., Gräs, C. Post-abortion complications after interruption of pregnancy with Misoprostol. *Advances in Contraception* 1996;12: 1-9.
- ¹³ Costa, S.H., Vessey, M.P. Misoprostal and illegal abortion in Rio de Janeiro Brazil. *Lancet*. 1993 May 15; 341 (8855): 1258-61.
- ¹⁴ Brasil. Ministério da Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Atenção Humanizada ao Abortamento. Ministério da Saúde Brasília. 2005.
- ¹⁵ Barros, J.A.C.B. A medicalização da mulher no Brasil. *In: Woffers at al. O marketing da Fertilidade*. São Paulo, Editora Hucitec,1991.
- ¹⁶ SOS Corpo Gênero e Cidadania. Percepção das Usuárias sobre Contracepção e Planejamento Reprodutivo. Recife, 2007.
- ¹⁷ Távora-Orozco, L., Chávez, S., Grossman, D., Lara, D., Blandón, M., M. Disponibilidad y Uso Obstétrico del Misoprostol en los Países de América Latina y El Caribe. *In: Revista Peruana de Ginecología y Obstetricia*. 2008; 54: 253-263.
- ¹⁸ Miller, S., Lehman, T., Campbell, M., Hemmerling, A., Anderson, S.B., Rodriguez, H., Gonzalez, W.V., Cordero, M., Calderon, V. Misoprostol and declining abortion in Santo Domingo, Dominican Republic: a temporal association. *BJOG*, 112:1.291-1.296, 2005.
- ¹⁹ Faúndes, A., Duarte, G.A., Neto, J.A., Sousa, M.H. Mientras más cerca estás, entiendes mejor: la reacción ante embarazos no deseados. *In: Aborto: perspectivas globales*. Temas de Salud Reproductiva. *Reproductive Health Matters*.2006;(3): 44-54.



DIREITO AO ABORTO

EDUCAÇÃO SEXUAL PARA ESCOLHER

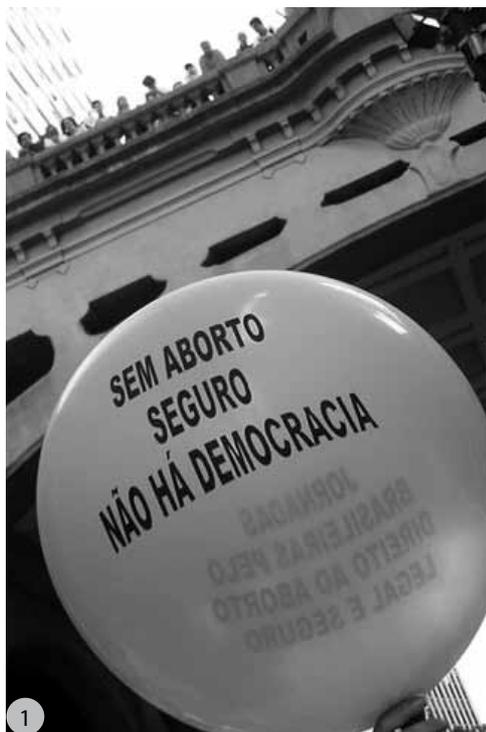
CONTRACEPÇÃO PARA PREVENIR

ABORTO LEGAL PARA NÃO MORRER

PELA VIDA DAS MULHERES

6





BOLSA ESTUPRO NÃO É REPARAÇÃO! BOLSA ESTUPRO É VIOLÊNCIA!



2



entrevista



O Segundo Sexo 25 anos depois

Entrevista com
Simone de Beauvoir

por John Gerassi¹, 1976

extraído (e traduzido) de Languages at Southampton University

Divulgamos nesta edição uma entrevista com a filósofa e feminista Simone de Beauvoir, realizada em 1976, na França. A entrevista se fez pela ocasião dos 25 anos de publicação de *O Segundo Sexo* (1949), obra que se tornou referência para o movimento feminista no mundo.

Na entrevista, nos encontramos com a Simone de Beauvoir pouco divulgada: a militante feminista. As reflexões sobre questões pungentes do movimento feminista francês – e norte-americano, do qual ela também foi bastante próxima e exerceu forte influência – ganham destaque nas suas reflexões. Dentre elas, a da desigualdade de classes entre as mulheres e as tensões entre alinhamento e transformação, entre a acomodação ao sistema e sua superação.

Beauvoir toma posição sobre questões candentes dos movimentos feministas e da esquerda de um modo geral. Questões que permanecem atuais em nossos dias, como se poderá ver. Ela fala também da relação entre a luta feminista e a luta contra o capitalismo e a reprodução do poder dos homens nos

movimentos revolucionários. *Tête-à-tête* com um revolucionário, John Gerassi, seu entrevistador, defende a radical necessidade de um movimento feito por mulheres e de espaços políticos próprios das mulheres. A força indelével da experiência vivida e da construção coletiva é o fio condutor que percorre nestas reflexões.

Agradecemos a Marian Pessah e ao coletivo Mulheres Rebeldes, por meio de quem tomamos conhecimento dessa preciosa entrevista, ao ser divulgado no *blog En Rebeldia*² e na coletânea com o mesmo nome, publicada em 2009.

Notas

¹ Extraído (e traduzido) de Languages at Southampton University. Disponível no blog Mulheres Rebeldes, do qual copiamos essa versão da entrevista em português.

² Atualmente: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2009/03/simone-de-beauvoir.html> . Acesso em 10/11/2013

Gerassi — Já se passaram 25 anos desde que *O Segundo Sexo* foi publicado. Muitas pessoas, principalmente nos Estados Unidos, o consideram o início do movimento feminista contemporâneo. Você consideraria...

Beauvoir – Acho que não. O movimento feminista atual, que começou há uns cinco ou seis anos, não conhecia realmente o livro. Posteriormente, com o crescimento do movimento, algumas das líderes tiraram parte de sua fundamentação teórica do livro. Mas não foi *O Segundo Sexo* que desencadeou o movimento. A maior parte das mulheres que se tornaram ativas no movimento era muito jovem quando o livro foi lançado, em 1949-50, para serem influenciadas por ele. O que me lisonjeia, é claro, foi elas o terem descoberto mais tarde. Certamente algumas mulheres mais velhas — Betty Friedan, por exemplo, que dedicou *The Feminine Mystique* (A Mística Feminina) a mim — tinham lido *O Segundo Sexo* e talvez tenham sido influenciadas por ele de algum modo. Mas as outras, de forma alguma. Kate Millet, por exemplo, não me cita nenhuma vez em seu trabalho. Pode ser que elas tenham se tornado feministas pelas razões que eu explico em *O Segundo Sexo*; mas elas descobriram essas razões em suas experiências de vida, não em meu livro.

Gerassi — Você disse que sua própria consciência feminista surgiu da experiência de escrever *O Segundo Sexo*. Como você vê o desenvolvimento do movimento após a publicação do seu livro em termos de sua própria trajetória?

Beauvoir – Ao escrever *O Segundo Sexo* tomei consciência, pela primeira vez, de que eu mesma estava levando uma vida falsa, ou melhor, estava me beneficiando dessa sociedade patriarcal sem ao menos perceber. Acontece que

bem cedo em minha vida aceitei os valores masculinos e vivia de acordo com eles. É claro, fui muito bem-sucedida e isso reforçou em mim a crença de que homens e mulheres poderiam ser iguais se as mulheres quisessem essa igualdade. Em outros termos, eu era uma intelectual. Tive a sorte de pertencer a uma família burguesa, que, além de financiar meus estudos nas melhores escolas, também permitiu que eu brincasse com as ideias. Por causa disso, consegui entrar no mundo dos homens sem muita dificuldade. Mostrei que poderia discutir filosofia, arte, literatura etc., no “nível dos homens”. Eu guardava tudo o que fosse próprio da condição feminina para mim. Fui, então, motivada por meu sucesso a continuar, e, ao fazê-lo, vi que poderia me sustentar financeiramente assim como qualquer intelectual do sexo masculino, e que eu era



Percebi que meus privilégios resultavam de eu ter abdicado, em alguns aspectos cruciais pelo menos, à minha condição feminina.

levada a sério assim como qualquer um de meus colegas do sexo masculino. Sendo quem eu era, descobri que poderia viajar sozinha se quisesse, sentar nos cafés e escrever, e ser respeitada como qualquer escritor do sexo masculino, e assim por diante. Cada etapa fortalecia meu senso de independência e igualdade. Portanto, tornou-se muito fácil para mim esquecer que uma secretária nunca poderia gozar destes mesmos privilégios. Ela não poderia sentar-se num café e ler um livro sem ser molestada. Raramente ela seria convidada para festas por seus “dotes intelectuais”. Ela não poderia pegar um empréstimo ou comprar uma propriedade. Eu sim. E pior ainda, eu costumava desprezar o tipo de mulher que se sentia incapaz, financeiramente ou espiritualmente, de mostrar sua independência dos homens. De fato, eu pensava, sem dizê-lo a mim mesma, “se eu posso, elas também podem”. Ao pesquisar e escrever *O Segundo Sexo* foi que percebi que meus privilégios resultavam de eu ter abdicado, em alguns aspectos cruciais pelo menos, à minha condição feminina.

Se colocarmos o que estou dizendo em termos de classe econômica, você entenderá facilmente. Eu tinha me tornado uma colaboracionista de classe. Bem, eu era mais ou menos o equivalente em termos da luta de sexos. Através de *O Segundo Sexo* tomei consciência da necessidade da luta. Compreendi que a grande maioria das mulheres simplesmente não tinha as escolhas que eu havia tido; que as mulheres são, de fato, definidas e tratadas como um segundo sexo por uma sociedade patriarcal, cuja estrutura entraria em colapso se esses valores fossem genuinamente destruídos. Mas assim como para os povos dominados econômica e politicamente, o desenvolvimento da revolução é muito difícil e muito lento. Primeiro, as mulheres têm que tomar consciência da dominação. Depois, elas têm de acreditar na própria capacidade de mudar a situação. Aquelas que se beneficiam de sua “colaboração” têm de compreender a natureza de sua traição. E, finalmente, aquelas que têm mais a perder por tomar posição, isto é, mulheres que, como eu, buscaram uma situação confortável ou uma carreira bem-sucedida, têm que estar dispostas a arriscar sua situação de segurança — mesmo que seja apenas se expondo ao ridículo — para alcançar respeito próprio. E elas têm que entender que suas irmãs que são mais exploradas serão as últimas a se juntarem a elas. Uma esposa de operário, por exemplo, é menos livre para se juntar ao movimento. Ela sabe que seu marido é mais explorado do que a maioria das líderes feministas e que ele depende de seu papel de mãe/dona-de-casa para sobreviver. De qualquer forma, por todas essas razões, as mulheres não se mobilizaram. Ah sim, houve alguns pequenos movimentos bem interessantes, bem inteligentes, que

lutaram por promoções políticas, pela participação das mulheres na política, no governo. Eu não me refiro a esses grupos. Então veio 1968 e tudo mudou. Sei que alguns eventos importantes aconteceram antes disso. O livro de Betty Friedan, por exemplo, foi publicado antes de 1968. Na verdade, as mulheres norte-americanas já estavam se mobilizando nessa época. Elas, mais do que ninguém, e por razões óbvias, estavam cientes das contradições entre as novas tecnologias e o papel conservador de manter as mulheres na cozinha.

Com o desenvolvimento da tecnologia — tecnologia como poder do cérebro e não dos músculos — a lógica masculina de que as mulheres são o sexo frágil e, por isso, devem representar um papel secundário não pôde mais ser sustentada. Como as inovações tecnológicas eram muito difundidas nos Estados Unidos, as mulheres norte-americanas não escaparam às contradições. Foi, portanto, natural que o movimento feminista tivesse seu maior ímpeto no coração do capitalismo imperial, ainda que esse ímpeto tenha sido estritamente econômico, isto é, a reivindicação por salários iguais, trabalhos iguais. Mas foi dentro do movimento anti-imperialista que a verdadeira consciência feminista se desenvolveu. Tanto no movimento contra a Guerra do Vietnã, nos EUA; quanto logo depois da rebelião de 1968, na França e em outros países europeus, as mulheres começaram a sentir seu poder. Ao compreender que o capitalismo leva necessariamente à dominação dos povos pobres em todo o mundo, milhares de mulheres começaram a aderir à luta de classes — mesmo quando não aceitavam o termo “luta de classes”. Elas se tornaram ativistas. Elas aderiram às marchas, às demonstrações, às campanhas,

aos grupos clandestinos, à militância de esquerda. Elas lutavam, tanto quanto qualquer homem, por um futuro sem explorações, sem alienações. Mas o que aconteceu? Nos grupos ou organizações a que aderiram, elas descobriram que, assim como na sociedade que tentavam combater, também eram tratadas como o segundo sexo. Aqui na França, e eu me arrisco a dizer também nos EUA, elas perceberam que os líderes eram sempre os homens. As mulheres se tornavam datilógrafas e serviam café nesses grupos pseudo-revolucionários. Bom, eu não deveria dizer pseudo. Muitos dos participantes desses movimentos eram revolucionários genuínos. Mas tendo sido treinados, educados e moldados em uma sociedade patriarcal, estes revolucionários trouxeram esses valores para o movimento. Compreensivelmente, estes homens não iriam abrir mão desses valores voluntariamente, assim como a classe burguesa não abrirá mão de seu poder voluntariamente. Dessa forma, assim como cabe ao pobre tomar o poder do rico, também cabe às mulheres tirar o poder dos homens. E isso não quer dizer que, por outro lado, elas devam dominar os homens. Significa estabelecer igualdade. Assim como o socialismo, o verdadeiro socialismo, estabelece igualdade econômica entre todos os povos, o movimento feminista aprendeu que ele teria que estabelecer igualdade entre os sexos tirando o poder da classe que liderava o movimento, isto é, dos homens. Colocando em outros termos: uma vez dentro da luta de classes, as mulheres perceberam que a luta de classes não eliminava a luta de sexos. Foi nesse ponto que eu mesma tomei consciência do que acabei de dizer. Antes disso, estava convencida de que a igualdade entre homens e mulheres só era possível com a destruição do

capitalismo e, portanto — e é esse “portanto” que é uma falácia — nós temos que lutar primeiro a luta de classes. É verdade que a igualdade entre homens e mulheres é impossível no capitalismo. Se todas as mulheres trabalharem tanto quanto os homens, o que acontecerá com essas instituições das quais o capitalismo depende, instituições como igreja, casamento, exército, e as milhões de fábricas, lojas etc. que dependem de trabalho de meio-expediente e mão-de-obra barata? Mas não é verdade que a revolução socialista estabelece necessariamente a igualdade entre homens e mulheres. Dê uma olhada na União Soviética ou na Tchecoslováquia, onde (mesmo se nós estivermos dispostos a chamar esses países de “socialistas”, e eu não estou) há uma confusão profunda entre emancipação do proletariado e emancipação da mulher. De alguma forma, o proletariado sempre termina sendo constituído de homens. Os valores patriarcais permaneceram intactos, tanto lá quanto aqui. E isso — essa consciência entre as mulheres de que a luta de classes não engloba a luta de sexos — é que é novo. A maioria das mulheres sabe disso agora. Essa é a maior conquista do movimento feminista. É a que vai alterar a história nos próximos anos.

*Essa consciência entre as mulheres
de que a luta de classes não engloba
a luta de sexos — é que é novo.
(...) Essa é a maior conquista
do movimento feminista.*

Gerassi — Mas essa consciência está limitada às mulheres que são de esquerda, isto é, mulheres comprometidas com a reestruturação de toda a sociedade.

Beauvoir – Bom, é claro, já que as outras são conservadoras, o que significa que elas querem conservar o que foi ou o que é. Mulheres de direita não querem revolução. Elas são mães, esposas, devotadas aos seus homens. Ou, quando são agitadoras, o que elas querem é um pedaço maior do bolo. Elas querem salários melhores, eleger mulheres para os parlamentos, ver uma mulher se tornar presidente. Fundamentalmente, acreditam na desigualdade, só que elas querem estar no topo e não por baixo. Mas elas se acomodam bem ao sistema como ele é ou com as pequenas mudanças para acomodar suas reivindicações. O capitalismo certamente pode se dar ao luxo de permitir às mulheres a servir o Exército ou entrar para a força policial. O capitalismo é certamente inteligente o suficiente para deixar mais mulheres participarem do governo. O pseudo-socialismo pode certamente permitir que uma mulher se torne secretária-geral de seu partido. Isso são apenas reformas sociais, como o seguro social ou as férias pagas. A institucionalização das férias pagas mudou a desigualdade do capitalismo? O direito das mulheres trabalharem em fábricas com salários iguais aos dos homens mudou os valores masculinos da sociedade tcheca? Mas mudar todo o sistema de valor de qualquer sociedade, destruir o conceito de maternidade: isso é revolucionário.

Uma feminista, quer ela se autodenomine esquerdista ou não, é uma esquerdista por definição. Ela está lutando por uma igualdade plena, pelo direito de ser tão importante, tão relevante, quanto qualquer homem. Por isso, incorporada em sua revolta pela igualdade de gêneros está a

reivindicação pela igualdade de classes. Numa sociedade em que o homem pode ser a mãe, em que, vamos dizer, para colocar o argumento em termos de valores para que fique claro, a assim chamada “intuição feminina” é tão importante quanto o “conhecimento masculino” — para usar a linguagem corrente, apesar de absurda — em que ser gentil ou delicado é melhor do que ser durão; em outras palavras, em uma sociedade na qual a experiência de cada pessoa é equivalente a qualquer outra, você já estabeleceu automaticamente a igualdade, o que significa igualdade econômica e política e muito mais. Dessa forma, a luta de sexos inclui a luta de classes, mas a luta de classes não inclui a luta de sexos. As feministas são, portanto, esquerdistas genuínas. De fato, elas estão à esquerda do que nós chamamos tradicionalmente de esquerda política.



Gerassi — Mas isso é real? Quer dizer, eu aprendi, por exemplo, a nunca usar a palavra “gostosa”, a prestar atenção nas mulheres em qualquer discussão de grupo, a lavar a louça, arrumar a casa, fazer as compras. Mas será que eu sou menos sexista em meus pensamentos? Será que eu rejeitei os valores masculinos?

Beauvoir – Você quer dizer, no seu íntimo? Para ser sincera, quem se importa? Pense um pouco. Você conhece um sulista racista. Você sabe que ele é racista porque o conhece desde que nasceu. Mas ele nunca diz “crioulo”. Ele escuta a todas as reclamações dos homens negros e dá o melhor de si para lidar com elas. Ele combate outros racistas. Ele insiste em dar uma educação acima da média para crianças negras, para compensar os anos em que faltou escola para essas crianças. Ele dá recomendações para que homens negros consigam empréstimos bancários. Ele dá apoio a candidatos negros em seu distrito através de ajuda financeira e com seu voto. Você acha que os negros se importam que ele seja tão racista quanto antes em seu íntimo? Essencialmente, exploração é hábito. Se você consegue controlar seus hábitos, fazer com que seja “natural” ter hábitos contrários, já é um grande passo. Se você lava a louça, arruma a casa, e toma a atitude de que não se sente menos “homem” por fazê-lo, você estará ajudando a estabelecer novos hábitos. Duas gerações sentindo que têm que parecer não-racistas o tempo inteiro e a terceira geração não será racista de fato. Então finja ser não-sexista, e continue fingindo. Pense nisso como um jogo. Em seus pensamentos íntimos, pode continuar pensando que você é superior às mulheres. Enquanto você representar de forma convincente – lavando a louça, fazendo as compras, arrumando a casa, cuidando das crianças – você estará abrindo precedentes, especialmente para homens

como você, que tem certa pose de “machão”. A questão é: eu não acredito nisso. Eu não acredito que você realmente faça o que diz. Uma coisa é lavar a louça, trocar fraldas dia e noite é outra.

Gerassi — Bem, eu não tenho filhos...

Beauvoir – Por que não? Porque você escolheu não tê-los. Acha que as mães que você conhece escolheram ter filhos? Ou elas foram intimidadas a tê-los? Ou, em termos mais sutis, elas foram criadas para pensar que é natural e normal e próprio da mulher ter filhos e, por isso, escolheram tê-los? Esses são os valores que têm que mudar.



Gerassi — Certo. E é por isso, e eu compreendo, que muitas feministas insistem em ser separatistas. Mas em termos de revolução, tanto a delas quanto a minha, será que podemos ganhar se nos separarmos em dois grupos totalmente diferentes? Será que o movimento feminista conseguirá alcançar seu objetivo excluindo os homens de sua luta? Até hoje, a parte dominante do movimento das mulheres, aqui na França, e isso também é verdade para os Estados Unidos, é separatista.

Beauvoir – Só um minuto. Nós temos que investigar o porquê de elas serem separatistas. Não posso falar pelos Estados Unidos, mas aqui na França há muitos grupos, grupos de conscientização, dos quais os homens são excluídos porque as militantes acham muito importante redescobrir sua identidade como mulheres. Elas só podem fazê-lo conversando entre elas, contando entre si coisas que elas nunca ousariam falar na frente dos maridos, amantes, irmãos, pais, ou qualquer outro representante do poder masculino. A necessidade de falar com a intensidade e honestidade desejada só pode ser realizada dessa maneira. E elas têm conseguido se comunicar com uma profundidade que nunca pensei que fosse possível quando eu tinha 25 anos. Até mesmo quando eu estava entre minhas amigas mulheres mais íntimas naquela época, problemas verdadeiramente femininos nunca eram discutidos. Então agora, pela primeira vez, por causa desses grupos de conscientização, e por causa da força do desejo de confrontar genuinamente os problemas femininos dentro desses grupos, amizades verdadeiras entre mulheres se desenvolveram. Eu quero dizer, no passado, na minha juventude, até bem recentemente, as mulheres não costumavam se tornar amigas de verdade de outras mulheres. Elas se viam umas às outras como rivais, até mesmo inimigas, ou, na melhor das hipóteses, como concorrentes. Atualmente, sobretudo como

resultado desses grupos de conscientização, as mulheres não se tornaram apenas capazes de construir amizades verdadeiras entre si, elas também aprenderam a ser calorosas, abertas, profundamente ternas umas com as outras: elas estão transformando irmandade e fraternidade em realidade — e sem tornar esse relacionamento dependente de uma sexualidade lésbica. É claro, há muitas batalhas, até mesmo batalhas estritamente feministas com impacto social, das quais as mulheres esperam que os homens participem, e muitos têm participado. Estou pensando, por exemplo, na luta pela legalização do aborto aqui na França. Quando organizamos a primeira demonstração de peso pela legalização do aborto há três ou quatro anos, lembro bem da grande quantidade de homens presentes. Isso não quer dizer que eles não fossem sexistas: para extrair o que foi inculcado no padrão de comportamento e sistema de valores de uma pessoa desde a primeira infância leva-se anos, décadas. Mas aqueles eram homens que, pelo menos, estavam cientes do sexismo na sociedade e tomaram uma posição política contra isso. Nessas ocasiões, os homens são bem-vindos, até mesmo encorajados, a aderir à luta.

Gerassi — Mas também há muitos grupos, pelo menos aqui na França, que proclamam seu separatismo com orgulho e definem sua luta como estritamente lésbica.

Beauvoir – Sejamos precisos. Dentro do MLF [Movimento de Libertação da Mulher] há, sim, muitos grupos que se denominam lésbicos. Muitas dessas mulheres, graças ao MLF e aos grupos de conscientização, podem dizer agora abertamente que são lésbicas, e isso é ótimo. Não costumava ser assim. Há outras mulheres que se tornaram

lésbicas por uma espécie de compromisso político: isto é, elas acham que é uma atitude política ser lésbica; dentro da luta de sexos, isso seria mais ou menos o equivalente aos princípios do *black power* na luta racial. E é verdade que essas mulheres tendem a ser mais dogmáticas com relação à exclusão dos homens de sua luta. Mas isso não significa que elas ignorem as numerosas lutas que estão sendo travadas por todo o mundo contra a opressão. Por exemplo, quando Pierre Overney, o jovem militante maoísta, foi assassinado a sangue frio por um policial de uma fábrica da Renault por não dispersar durante uma manifestação, e toda a esquerda organizou uma marcha de protesto em Paris, todas as assim chamadas separatistas lésbicas radicais aderiram à manifestação e levaram flores ao seu túmulo. Isso, por outro lado, não significa que elas expressaram sua solidariedade por Overney, o homem, mas que elas se identificaram com o protesto contra o Estado que explora e comete abusos contra as pessoas — homens e mulheres.(...)



Gerassi — A conversa sobre mulheres serem mais livres me intriga. Em nossa sociedade, a liberdade é alcançada com dinheiro e poder. As mulheres têm mais poder hoje, depois de quase uma década do movimento feminista?

Beauvoir – No sentido em que você pergunta, não. As intelectuais, mulheres jovens que estão dispostas a correr o risco de serem marginalizadas, as filhas de ricos, quando estão dispostas e são capazes de romper com os valores de seus pais: essas mulheres sim, são mais livres. Isto é, por causa de seu nível de educação, estilo de vida, ou recursos financeiros, essas mulheres conseguem escapar de uma sociedade competitiva, viver em comunidades ou à margem, e desenvolver relações com outras mulheres similares a elas ou homens sensíveis aos seus problemas, e, dessa forma, se sentirem mais livres. Em outras palavras, como indivíduos, as mulheres que podem se sustentar, seja lá por qual motivo, conseguem se sentir mais livres. Mas como classe, as mulheres certamente não são mais livres, precisamente porque, como você diz, elas não têm poder econômico. Atualmente, há todo o tipo de estatística para provar que o número de mulheres advogadas, médicas, publicitárias etc., está crescendo. Mas essas estatísticas são enganosas. O número de advogadas e executivas poderosas não aumentou. Quantas advogadas podem pegar um telefone e ligar para um juiz ou oficial do governo para marcar um horário ou pedir favores especiais? Essas mulheres têm que operar através de seus equivalentes homens, já estabelecidos. Médicas? Quantas são cirurgiãs, diretoras de hospital? Mulheres no governo? Sim, poucas. Na França nós temos duas. Uma, séria, trabalhadora, Simone Weil, é ministra da saúde. A outra, Françoise Giroud, que é a ministra responsável pelas questões femininas, é basicamente uma

peça de mostruário, destinada a aplacar as necessidades das mulheres burguesas de integração no sistema. Mas quantas mulheres controlam verbas no Senado? Quantas mulheres controlam a política editorial de jornais? Quantas são juízas? Quantas são presidentes de banco, capazes de financiar empresas? Só porque há muito mais mulheres em posições de nível médio, como os jornalistas dizem, isso não quer dizer que elas têm poder. E até mesmo essas mulheres têm que jogar o jogo dos homens para serem bem-sucedidas. Agora, isso não quer dizer que eu não acredito que as mulheres tenham feito progresso na luta. Mas o progresso é resultado da ação de massa. (...) O que estou dizendo é que, em ações de massa, as mulheres têm poder. Quanto mais as mulheres tomarem consciência da necessidade dessas ações de massa, mais progresso elas alcançarão. E, voltando ao caso das mulheres que podem financiar a busca da liberação individual, quanto mais ela puder influenciar suas amigas e irmãs, mais essa conscientização se espalhará, o que, por outro lado, quando frustrada pelo sistema, estimulará a ação de massa. É claro, quanto mais essa conscientização se espalhar, mais agressivos e violentos os homens se tornarão. Mas então, quanto mais agressivos forem os homens, mais as mulheres precisarão de outras mulheres para revidar, isto é, maior será a necessidade de ações de massa. Hoje em dia, a maioria dos operários do mundo capitalista está ciente da luta de classes, quer eles se denominem marxistas ou não, de fato, quer eles sequer já tenham ouvido falar de Marx ou não. E assim deve acontecer na luta de sexos. E acontecerá.

Gerassi — Você me disse ano passado que estava pensando em escrever outro livro sobre mulheres, uma espécie de sequência de *O Segundo Sexo*. Você vai escrevê-lo?

Beauvoir – Não. Em primeiro lugar, esse tipo de trabalho teria que resultar de um esforço coletivo. E, além disso, ele teria que se basear mais na prática do que na teoria. *O Segundo Sexo* foi pelo caminho inverso. Agora, isso não é mais válido. É na prática que hoje podemos ver como a luta de classes e a luta de sexos se intercalam, ou, pelo menos, como elas podem ser articuladas. Mas isso vale para todas as lutas atuais: nós temos que formular nossas teorias com base na prática, e não o contrário. O que se faz realmente necessário é que todo um grupo de mulheres, de todo tipo de país, reúna suas experiências de vida e que, a partir dessas experiências, nós possamos identificar os padrões com os quais as mulheres lidam em todos os lugares. E tem mais, essa informação deveria ser coletada de todas as classes, e isso é duas vezes mais difícil. Afinal, as mulheres que travam a luta pela libertação hoje em dia são, em sua maioria, intelectuais burguesas; as esposas de operários e até mesmo as operárias se mantêm presas ao sistema de valor da classe média. Tente, por exemplo, conversar com uma operária sobre os direitos das prostitutas e o respeito que se deve a elas. A maioria das operárias ficaria chocada com essa idéia. Conscientizar as operárias é um processo muito lento e necessita de muito tato. Eu sei que há extremistas do MLF que estão tentando fazer com que as esposas de operários se rebellem contra seus maridos, considerando-os opressores masculinos. Acho que isso é um erro. Uma esposa de operário, aqui na França pelo menos, não hesitará em responder: “mas o meu inimigo não é o



meu marido, e sim meu patrão”. Até mesmo se ela tem que lavar as meias do marido e fazer o jantar dele depois de também ela ter passado todo o dia em alguma fábrica. É o mesmo nos Estados Unidos, onde as mulheres negras se recusaram a dar ouvidos às defensoras do movimento de libertação das mulheres porque elas eram brancas. Essas mulheres negras continuaram apoiando seus maridos negros apesar da exploração, simplesmente porque as pessoas que tentaram conscientizá-las sobre a exploração eram brancas. Gradualmente, no entanto, uma feminista burguesa consegue atingir uma esposa de operário, assim como nos Estados Unidos, hoje em dia, há algumas mulheres negras — muito poucas, eu admito — que dizem, “não, nós não queremos nos submeter à opressão de nossos homens sob o pretexto de que eles são negros e de que nós temos que lutar juntos contra os brancos; não, isso não é motivo para que nossos homens nos oprimam, só porque eles são nossos homens negros”. No entanto, a luta de classes pode encorajar e, de fato, encoraja e promove a luta de sexos de maneiras bem concretas. Nos últimos anos, por exemplo, houve muitas greves aqui na França em fábricas onde os operários eram quase todos do sexo feminino. Estou pensando na greve da indústria têxtil em Troyes, no Norte do país, ou na *Nouvelles Galeries* em Thionville, ou a famosa greve da Lip. Em cada caso, as operárias não só adquiriram uma nova consciência como também passaram a acreditar mais em seu poder, e essa atitude abalou o sistema machista que elas vivenciavam em casa. Na Lip, por exemplo, as mulheres tomaram a fábrica e se recusaram a evacuar o prédio apesar das ameaças da polícia de usar a força para tirá-las de lá. A princípio, seus maridos ficaram muito orgulhosos de suas esposas militantes. Os homens levaram

comida, ajudaram a fazer cartazes para o piquete etc. Mas quando as mulheres decidiram ser totalmente iguais aos poucos homens que também trabalhavam na Lip e que também participavam da greve, os problemas começaram a surgir. Os grevistas da Lip decidiram organizar turnos para vigiar a fábrica e impedir que a polícia invadisse. Isso significava serviço noturno. Oh, oh. Então, de repente, os maridos das grevistas ficaram incomodados. “Vocês podem fazer greve e piquete o quanto quiserem”, eles disseram, “mas somente durante o dia, à noite não. O que, serviço de vigilância noturno? Ah não! Dormir em turnos em grandes quartos coletivos? Ah não.” Naturalmente, as operárias resistiram. Elas tinham lutado por igualdade, não iriam desistir agora. Assim, elas se envolveram com duas lutas: a luta de classes contra os patrões da Lip, a polícia, o governo etc., por um lado, e a luta de sexos contra seus próprios maridos. Sindicalistas da Lip contaram que as mulheres se transformaram completamente depois da greve, dizendo: “uma coisa que eu aprendi disso tudo foi que nunca mais eu vou deixar meu marido fazer as vezes de patrão em casa. Agora eu sou contra todos os patrões.”

Sindicalistas contaram depois da greve: “uma coisa que eu aprendi disso tudo foi que nunca mais eu vou deixar meu marido fazer as vezes de patrão em casa”.



Gerassi — Você escreveu que teve uma vida boa e não se arrepende de nada. Você sabia que há muitos casais que tomam sua vida com Sartre como modelo, especialmente no sentido de que vocês não tinham ciúmes um do outro, que tinham um relacionamento aberto, e que deu certo por 45 anos?

Beauvoir – Mas é ridículo nos usar como modelo. As pessoas têm que encontrar seu próprio estilo, sua própria estrutura. Sartre e eu tivemos muita sorte, mas nossa criação também tinha sido muito singular, excepcional. Nós nos conhecemos quando éramos bem jovens. Ele tinha 23 anos, eu 20. Nós ainda não estávamos formados, apesar de já estarmos moldados para sermos intelectuais, com motivações semelhantes. Para nós dois, a literatura tinha substituído a religião.(...)Então, à medida que o meu relacionamento com Sartre se aprofundou, me tornei convicta de que eu era insubstituível em sua vida, e ele na minha. Em outras palavras, nós estávamos totalmente seguros de que nosso relacionamento também era totalmente sólido, novamente, predestinado, apesar de, na época, não levarmos essa palavra a sério. Quando se é tão confiante, é fácil não sentir ciúmes. Mas é claro que se eu achasse que outra mulher representasse o mesmo papel que eu na vida de Sartre, eu teria tido ciúmes.

Gerassi — Você está otimista? Acha que as mudanças pelas quais está lutando se realizarão?

Beauvoir – Eu não sei. De qualquer forma, não durante a minha vida. Talvez em quatro gerações. Não sei quanto à revolução. Mas as mudanças pelas quais as mulheres estão lutando, essas sim, tenho certeza de que, a longo prazo, as mulheres vencerão.



Interviewed by John Gerassi, *Society*, Jan.-Feb. 1976, pp. 79-85
Copyright © 1995 by Transaction Publishers; all rights reserved.
Reprinted by permission of Transaction Publishers.

Disponível na versão em inglês:

<http://www.marxists.org/reference/subject/ethics/de-beauvoir/1976/interview.htm>

mulheres
inesquecíveis



Regina Stella, presente!

Rachel Moreno

O movimento feminista corre como um rio – ora subterrâneo, ora jorrando suave, ou com força, do ventre da terra, livre e caudaloso sob o Sol.

Ainda sob o tacão da ditadura militar brasileira, algumas de nós viram, viveram e fizeram o feminismo ressurgir e correr à luz do dia, sob os olhares questionadores ou gozadores dos outros. A direita nos chamando de “mal-amadas”. A esquerda, de “equivocadas”, porque não nos dispúnhamos a esperar que primeiro se fizesse a revolução para só depois colocar as questões de gênero na ordem do dia.

Entre nossos ícones, Millôr Fernandes afirmava que “o melhor do movimento das mulheres é... o dos quadris”. Vinícius de Moraes dizia: “as muito feias que me perdoem / mas beleza é fundamental”...

Na década de 1970, algumas de nós devoravam livros, formavam grupos de debate, faziam redes de contatos, descobriam bibliografias e tentavam ampliar a prática de reflexão e ação. Ajudei a organizar a luta por creche na universidade, reinaugurando a primeira passeata depois de um longo período de atividades clandestinas da esquerda e do movimento estudantil. À frente, crianças com chapéus feitos de jornal, abrindo a passeata que se dirigiu à Reitoria, com mães, pais – que eram professores, alunos ou funcionários da USP¹ – e apoiadores da causa. A notícia ganhou a primeira página do *Jornal da Tarde*, com direito a foto e tudo.

O movimento propiciou o contato com grupos de mulheres da periferia, que batalhavam pela mesma

*... conjugavam
democracia e
marxismo com
feminismo.*

causa – creche para seus filhos – sem a visibilidade que nossa manifestação havia conseguido. Estavam feitos os primeiros vínculos estudantes-periferia, simbolicamente derrubando os muros que as diversas tendências do movimento estudantil de então debatiam se deveriam ser preservados (ao discutir exclusivamente as questões referentes aos estudantes) ou derrubados, estabelecendo pontes para uma possível aliança entre estudantes e trabalhadores.

O movimento, aos poucos, foi ganhando corpo e adeptas, com reuniões com Clubes de Mães, Associação das Donas de Casa, sindicalizadas de algumas categorias profissionais mobilizadas (apoio à greve do ABC²), bancárias e jornalistas de São Paulo e uma ou outra operária sensível à causa em diversas categorias profissionais. E mais o movimento das Panelas Vazias, Movimento Feminino pela Anistia, o pessoal da JOC³ e JUC⁴, entre outros.

A ONU⁵ declarou 1975 como Ano Internacional da Mulher. Promoveu-se um encontro para discutir as diversas facetas da questão no Rio de Janeiro, juntamente com a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Ali nos demos conta da importância de um jornal que abrisse espaço especificamente para as nossas questões. Surgiram o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*, que eram vendidos de mão em mão, promovendo discussões e debates nos mais diferentes espaços.

As feministas daquele período conjugavam democracia e marxismo com feminismo. A luta contra a ditadura e por uma sociedade socialista

fazia também focar prioritariamente as mulheres trabalhadoras ou as “mulheres de trabalhadores”. E os ventos libertários de 1968 mesclavam-se intimamente a isso, juntando as bandeiras do feminismo, da revolução sexual e da imaginação no poder.

Aos poucos, alguns sindicatos se interessaram pelas mulheres, visando atrair um maior número delas para suas bases. E chamaram as feministas para ajudar a organizar esse contato. O primeiro foi o sindicato dos metalúrgicos do ABC Paulista, no qual um cidadão polêmico chamado Lula era diretor.

Depois, o dos metalúrgicos de São Paulo. Depois, os jornalistas.

Mas, percebendo que as principais demandas feministas caíam por terra, sobrando na pauta do sindicato apenas a exigência da instalação de um departamento feminino aqui e um acolá, decidimos fazer o nosso próprio congresso – o Congresso das Mulheres.

Juntou-se, para isso, todo mundo que quisesse ou tivesse algo a dizer. Horizontalmente, sem lideranças, como pretendia o movimento feminista de então.

E, nessas reuniões, apareceu o Centro da Mulher Brasileira (CBM), entidade ligada ao chamado *Partidão*⁶. Brrr... o que esperar delas, essas mulheres que rezavam exclusivamente (?) pela cartilha d’*O Capital*?

Algumas de suas participantes foram aparecendo, se sucedendo, e passando.

*... enfrentava os
dogmas, a lógica
estabelecida,
o pensamento
racional...*

Até que, um belo dia, surgiu Regina Stella, que se firmou como a representante do CMB na organização dos três Congressos da Mulher Paulista que foram realizados e no Movimento de Luta por Creches que se formou a partir do primeiro. E, a partir dali, ela marcou presença constante no movimento e em todas nós.

Regina era graduada em História. Culta, com uma boa formação política e numa entidade politicamente engajada. O que esperar daquela mulher?

Debochada. Alegre e bem-humorada. Irônica quando cabia. Irreverente. Ficamos rapidamente amigas. Tia Rachel e tia Regina – aliás, todas as mais próximas eram “tias”, epíteto que Regina Stella trazia, provavelmente, de alguma vivência de professora.

Era uma delícia estar com a Regina! Em casa, no boteco, nas festas que dava em sua casa, em ações de militância, em incursões, em debates políticos de preparação dos eventos, nos próprios eventos...

Guerreira de muitas frentes e batalhas, ela fazia refletir, questionar, desbancar o velho e enfrentar o novo.

Ela mesma ousou todas as formas de desobediência, enfrentava os dogmas, a lógica estabelecida, o pensamento racional, as hipocrisias e preconceitos.

Historiadora e politizada, dotada de grande cultura, utilizava as

*palavras que tão bem dominava,
tanto como uma ferramenta de
apoio, quanto como uma arma ferina
e mordaz.*

*Com seu especial humor, fez com
que as pessoas que com ela convive-
ram aprendessem a rir de si mesmas,
a perceber a força e a alegria nas
situações mais difíceis, nas lutas
mais árduas ou ingratas. Sempre foi
a coragem, a companhia ou o subsídio
na abertura de um novo caminho.*

*Da sua participação na luta
contra a ditadura, do seu apoio aos
presos políticos, da sua perseve-
rança pela fundação do Partido dos
Trabalhadores, do subsídio do texto
mais duro dos parlamentares que
assessorava, aprende-se que vale
lutar pelo que se acredita, idealiza e
considera digno.*

*Ajudou a fundar ou participou de
várias organizações, como o Centro
da Mulher Brasileira, o Centro de
Informação Mulher (CIM), o Comitê
Brasileiro pela Anistia, a Comissão
de Mulheres do PT, o Brasil Mulher,
além de diversos seminários, con-
gressos e Conferências de Mulheres.*

*Sua casa, carinhosamente
denominada de República Livre das*

Mulheres, hospedava quem dela precisasse. Abria sua porta, sua geladeira, seu guarda-roupa e seus braços.

Guardo em minha memória algumas cenas, algumas fotos, algumas lembranças mais marcantes.

Uma delas se refere à preparação do 1º Congresso da Mulher Paulista⁷.



Alta polêmica, alta política, costura delicada das forças políticas presentes – quem fala da mesa? –, da necessidade de definir nossa pauta de discussão, de como se convoca, que dinâmica adotar, o que tirar disso. E, pela primeira vez, nos deparamos com um problema inédito nos eventos de organização desse tipo de coisa – muitas das mulheres eram mães. O que fazer com as crianças das quais elas cuidavam?

Deixar com o marido? Nem pensar!... Abrir mão de sua presença por conta disso? Imagina!...

Resolvemos então improvisar uma “creche” para tomar conta das crianças, ocupá-las enquanto as mães discutiam política. Tenho uma foto da Regina Stella sentada no meio das crianças, fazendo o seu tempo de cuidadora, mesmo com as contribuições brilhantes que deu em outros momentos e contextos da preparação e da realização do evento. Lembro-me de, a seu lado, preparar um sem-número de sanduíches de mortadela e suco de groselha para os pequenos, quitutes dos quais enjoei até hoje.

Diante do sucesso do evento – 700 mulheres (ou teriam sido 400?), em sua enorme maioria, da periferia, encheram o Teatro Ruth Escobar, cedido pela própria para a finalidade –, olhares gulosos se voltaram para nós.

Outras forças políticas quiseram se aproximar, nem sempre para discutir feminismo ou as demandas vindas das mulheres, mas para repassar as suas próprias palavras de ordem.

E deparamo-nos com dois grupos que provocaram polêmica.

*Abria sua porta,
sua geladeira, seu
guarda-roupa e
seus braços.*

O primeiro foi o das lésbicas, que vieram se apresentando como do movimento Galf (Grupo de Ação Lésbico-Feminista), queriam se agregar à organização e propunham acrescentar a discussão da sexualidade e do prazer. Uau!

A maior parte de nós abstraiu da própria reação e resistência, e expressou a sua preocupação ante a possibilidade de afastamento “das mulheres da periferia”, muitas das quais ligadas à igreja.

Regina Stella conduziu essa reunião com calma, tranquilidade e maestria. E eis que, de repente, Cida Kopcak, presidente da Associação das Donas de Casa, moradora da Zona Leste, se levantou e deu as boas-vindas às novas companheiras e à nova temática, dissolvendo os contra-argumentos e temores. Foi um salto de qualidade e de clareza!

O segundo grupo nos causou problemas reais: foi o MR-8^o, que, no 2^o Congresso da Mulher Paulista, insistiu que o principal tema de discussão e luta fosse “pela Assembleia Nacional Constituinte”, sem maiores debates ou “desvios”.

Percebendo a resistência das mulheres presentes no Congresso e, conseqüentemente, a nossa, vieram cedo no segundo dia, acompanhadas de outros membros de seu grupo, inclusive homens, armados de pesadas correntes e formando um corredor ameaçador, pelo qual as mulheres que chegavam ao Congresso tinham de passar.

Encerramos a plenária e, alguns meses depois, nos reunimos em Valinhos para sistematizar os aportes dos grupos de discussão menores, que antecederam

a plenária. E que indicavam, como prioridade do movimento, a necessidade de se estruturar uma luta e organização contra a violência de gênero.

Vocês ousaram ousar!

O SOS Mulher nasceu daí, com um apoio em seu lançamento e, posteriormente, mais distante da tia Regina, que achava o tema forte demais para a sua sensibilidade.

No entanto, quando, diante dos assassinatos sucessivos de cinco prostitutas do Brás, decidimos fazer uma manifestação de protesto contra a impunidade, o apoio de Regina Stella foi decisivo.

Na véspera do ato, fomos surpreendidas pela chegada ao SOS e pelo questionamento de uma mulher desconhecida, que queria saber das nossas intenções, o que nos movia. E revelou ser uma das lideranças do movimento das prostitutas cuja causa pretendíamos defender. Convencida de nossas boas intenções, ela nos contou que sucessivas lideranças tinham de se cuidar para não serem “desaparecidas” ou “apagadas”.

Regina Stella não teve dúvidas. Convidou a moça a ficar por uns tempos em sua casa (eu também lá morava, na época), pelo tempo que fosse necessário.

O fim do prazo foi dado quando passamos a receber telefonemas insistentes no meio da madrugada, sem que ninguém falasse do outro lado. Entendemos que a segurança dela já não era garantida.

A passeata, porém, foi um sucesso.

Andamos pelas ruas do Centro, incluindo as da então “zona do meretrício”, nós e o movimento

*... ia visitar os
presos políticos
no presídio.*

LGBT. E a principal palavra de ordem era “Somos todas putas!”, que provocava acenos e papel picado, vindo das janelas dos bordéis.

Para encerrar o dia, o teatrinho do SOS Mulher foi se exibir em um congresso do PT. E incluímos uma cena criada com e para ela, cuja fala era dirigida a um cliente: “dinheiro na mão, calcinha no chão”.

Lembro-me até hoje de nossas risadas ante o constrangimento dos militantes petistas que, impressionados com a atuação de nossa amiga, vieram lhe perguntar se ela era atriz profissional. E ficavam absolutamente sem saber o quê fazer diante de sua resposta: “Não, sou puta mesmo”...

Recordo-me também de uma palestra que fizemos em Mogi das Cruzes, em um evento universitário, no qual ficamos alojadas em uma república de estudantes – Regina Stella, Teca e eu. E falamos de... sexualidade. Foi um furor! Falar de opção sexual (Teca era então a coordenadora do Galf, e também militava no SOS Mulher), de prazer, de orgasmo, de Reich... enfim, foi uma festa!!! Riamos às gargalhadas mais à noite, ao lembrar da cara de um ou de outro participante!

A festa

Junto com a Jôse, Regina Stella ia visitar os presos políticos no presídio. Lá, Regina se apaixonou pelo Aton Fon e as duas iam juntas, cada qual encontrar o seu amor.

E quando Fon foi finalmente libertado, eles se juntaram.

“Juntamento” sem festa? Nem pensar!

Regina Stella pediu para fazer a festa em minha casa, que era grande, e todos adoramos a ideia.

Festa animada, som alto, alguns homens de saia (já na época havia os que tinham decidido experimentar a indumentária) e um pacote de maconha aberto na mesa da cozinha.

Cida foi embora de carro e, sofrendo um acidente, pediu ao guarda que a levou para o HC⁹ que viesse nos avisar.

Tocou a campainha, Jesus abriu a porta e viu o policial ali, querendo entrar. Sabendo que Fon estava em liberdade condicional e tendo passado pela cozinha, sem sequer saber o motivo da presença insólita, foi categórico: “A casa é minha, o senhor só entra com mandado!” Alguns minutos depois, foi preso por desacato à autoridade...

Fomos resgatá-lo pouco depois, enviando o que, dentre nós, tinha aparência mais comportada. E lá foi Zé, que acordamos e que, assustado e apressado, só vestiu um casaco preto sobre a cueca. Foi assim para a delegacia se responsabilizar pelo Jesus e garantir que ele era um bom rapaz e só estava um pouco bêbado.

A bronca que levei da Regina Stella depois disso foi monumental! “Maconha na mesa (mas não fui eu – nem sabia!) com o Fon em liberdade condicional!!!”

Mas a festa e o fato foram inesquecíveis.

Tempos depois, comigo em uma fase de transição, Regina me convidou a morar em sua casa. E lá fui eu, em seguida, me descobrir grávida.

Gravidez de risco – prescrição de imobilidade, na cama. E quem me segurava?

A cada reunião mais agitada, transferida para o pé da cama, a cada levantada, eu sangrava.

Dr. Roberto – eu soube depois – contou a ela e ao Xandão que, se eu sangrasse, corria risco de vida. E lá vinha Regina Stella, pé ante pé e morrendo de medo, ver, vez por outra, se eu ainda estava viva. Até que providenciou minha mudança para a casa da Yuri e pôde dormir em paz, logo depois do nascimento da Julia.

Julia, aliás, era a sugestão dela para a lista de nomes que construimos coletivamente.

Regina Stella viveu com plenitude, dignidade e alegria.

Amou a vida, amou homens, amou mulheres.

... deixou muitas histórias, muitas memórias e muita, muita saudade.

Participou da formação da Associação de Mulheres que Amam Mulheres (Amam), que luta pela visibilidade lésbica nas Paradas do Orgulho Gay.

Festeira como era, mesmo quando já doente, estava presente no trio elétrico da sua entidade.

Na parada de 2003, após seu falecimento, foi homenageada pela Amam, que decorou seu trio com fotos suas para que, assim, também estivesse presente.

Nos últimos tempos, comprou um sítio com a Bete. Eram conhecidas, na região, como “as professoras”.

E dizia que faria lá um asilo feminista, para quando ficássemos velhinhas e quiséssemos tricotar histórias juntas.

*Fundou a Associação dos
Moradores do Bairro da Lagoa
(Araçariguama/SP), visando à
melhoria do bairro, tendo sido a
ecologia sua última e mais apaixonada
bandeira.*

*Lutou e arrancou mais três anos de
vida ao câncer que a afligia, até que
reconheceu: “Nem todas as batalhas
são ganhas”.*

Regina fez valer a sua declaração de vontade na Assembleia Legislativa em que trabalhava, deixando todos os seus bens e sua pensão para a Bete Feijó, sua companheira, abrindo um precedente inusitado para a época.

Foi-se embora antes que as “dinossauras” se aposentassem e deixou muitas histórias, muitas memórias e muita, muita saudade.

Quando sentiu que iria, pediu só uma coisa: que a retivessem apenas quando não comprometessem a sua dignidade. Sem ligá-la a equipamentos que prolongassem um simulacro de vida.

A sua vida era plena demais para ser reduzida a uma mera formalidade.

P.S.: Tive uma conversa rápida com a Maria Stella – a mana – e consultei dois textos escritos em sua homenagem, por Bete Feijó e Ethel Leon (trechos em itálico, no texto).

Notas de edição

¹ Universidade de São Paulo

² Parte da Região Metropolitana de São Paulo. A sigla vem das iniciais de três municípios com forte concentração de indústrias: Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

³ Juventude Operária Católica

⁴ Juventude Universitária Católica

⁵ Organização das Nações Unidas

⁶ Partido Comunista - PC

⁷ A foto da página 252 foi feita no 2º Congresso da Mulher Paulista.

⁸ Movimento Revolucionário 8 de Outubro

⁹ Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

mulheres
inesquecíveis



Regina Stella Moreira Pires

1943 - 2003



A transformação do silêncio em linguagem e em ação¹

Audre Lorde

Muitas vezes, penso que preciso dizer as coisas que me parecem mais importantes, verbalizá-las, compartilhá-las, mesmo correndo o risco de que sejam rejeitadas ou mal-entendidas. Mais do que qualquer outro efeito, o fato de dizê-las me faz bem. Eu estou aqui como poeta, Negra, lésbica, e sobre o significado de tudo isso repousa o fato de ainda estar viva, coisa que poderia não ter sido. Há menos de dois meses, dois médicos – um homem e uma mulher – me disseram que deveria fazer uma operação de mama e que as chances de que o tumor fosse maligno estavam entre 60 e 80%.

Entre essas palavras e a operação, passaram-se três semanas de agonia em que

precisei reorganizar involuntariamente toda a minha vida. A operação já passou e o tumor era benigno. Mas, durante essas três semanas, esse período, tive de retornar sobre mim mesma e sobre minha vida com uma severa e urgente lucidez que me deixam ainda tremendo, mas ainda mais forte.

É uma situação com a qual muitas mulheres se deparam – talvez algumas de vocês, hoje.

As coisas que experimentei nesse período me ajudaram a compreender muito do que sinto sobre a transformação do silêncio em linguagem e em ação.

Ao tomar forçadamente consciência de minha própria mortalidade, do que desejava e queria da minha vida, durasse o que durasse, as prioridades e as omissões brilharam sob uma luz impiedosa, e do que mais me arrependi foi de meus silêncios. O que me dava tanto medo? Questionar e dizer o que pensava podia provocar dor ou a morte. Mas todas sofremos de tantas maneiras, todo o tempo, sem que, por isso, a dor diminua ou desapareça. A morte não é mais do que

o silêncio final. E pode chegar rapidamente, agora mesmo, mesmo antes que eu tenha dito o que precisava dizer.

Só havia traído a mim mesma nesses pequenos silêncios, pensando que algum dia falaria, ou esperando que outras falassem. E comecei a reconhecer uma fonte de poder dentro de mim ao dar-me conta de que não deveria ter medo, que a força estava em aprender a ver o medo a partir de outra perspectiva.

Eu ia morrer cedo, tivesse falado ou não. Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês. Mas cada palavra que tinha dito, cada tentativa que tinha feito de falar as verdades que ainda persigo, me aproximou de outras mulheres e, juntas, examinamos as palavras adequadas para o mundo em que acreditamos, nos sobrepondo a nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado de todas essas mulheres que me deram forças e me permitiram analisar a essência de minha vida.

As mulheres que me ajudaram durante essa etapa foram Negras e brancas, velhas

e jovens, lésbicas, bissexuais e heterossexuais, mas todas compartilhamos a luta da tirania do silêncio. Todas elas me deram a força e a companhia sem as quais não teria sobrevivido intacta. Nessas semanas de medo agudo – na guerra todas lutamos, sutilmente ou não, conscientemente ou não, contra as forças da morte –, compreendi que eu não era só uma vítima, mas também uma guerreira.

Que palavras ainda lhes faltam? O que necessitam dizer? Que tiranias vocês engolem a cada dia e tentam torná-las suas, até asfixiar-se e morrer por elas, sempre em silêncio? Talvez, para algumas de vocês hoje, aqui, eu represente um de seus medos. Porque sou mulher, porque sou Negra, porque sou lésbica, porque sou eu mesma – uma poeta, guerreira, Negra fazendo seu trabalho. Pergunto: vocês estão fazendo o seu?

E certamente tenho medo, porque a transformação do silêncio em linguagem e em ação é um ato de autorrevelação, e isso sempre parece estar cheio de perigos. Mas

minha filha, quando falei de nosso tema e de minhas dificuldades, me disse: “Fala para elas de como nunca se é uma pessoa inteira se guardas silêncio, porque esse pedacinho fica sempre dentro de ti e quer sair, e se segues ignorando-o, ele se torna cada vez mais irritado e furioso, e se nunca o deixares sair, ele um dia diz: basta! e te dá um soco dentro da boca”.

No silêncio, cada uma de nós desvia o olhar de seus próprios medos – medo do desprezo, da censura, do julgamento ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento. Mas, antes de qualquer coisa, acredito que tememos a visibilidade, sem a qual, entretanto, não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente. Neste país em que a diferença racial cria uma constante, ainda que não explícita, distorção da visão, as mulheres Negras temos sido visíveis por um lado, enquanto, por outro, nos fizeram invisíveis pela despersonalização do racismo. Ainda dentro do movimento de mulheres, tivemos de lutar, e seguimos lutando, para recuperar essa visibilidade que,

ao mesmo tempo, nos faz mais vulneráveis: a de sermos Negras. Porque, para sobreviver nessa boca de dragão que chamamos América, tivemos de aprender essa primeira lição, a mais vital, e não se supunha que fôssemos sobreviver. Não como seres humanos. Nem se supunha que fosse sobreviver a maioria de vocês, Negras ou não. E essa visibilidade que nos faz tão vulneráveis é também a fonte de nossa maior fortaleza. Porque a máquina vai tratar de nos triturar de qualquer maneira, tenhamos falado ou não. Podemos nos sentar em um canto e emudecer para sempre, enquanto nossas irmãs e nossas iguais são desprezadas, enquanto nossos filhos são deformados e destruídos, enquanto nossa terra está sendo envenenada; podemos ficar quietas em nossos cantos seguros, caladas como se engarrafadas, e ainda assim seguiremos tendo medo.

Em minha casa se celebra, este ano, a festa de *Kwanza*, o festival afro-americano da colheita, que começa no dia depois do Natal e dura sete dias. Há sete princípios

de *Kwanza*, um para cada dia. O primeiro princípio é *Umoja*, que quer dizer *unidade*, a decisão de lutar pela unidade e mantê-la em nós mesmas e na comunidade. O princípio de ontem, o segundo dia, era *Kujichagulia*: a autodeterminação, a decisão de definir a nós mesmas, de dar nomes, de falar por nós em vez de sermos nomeadas e expressadas por outros. Hoje é o terceiro dia de *Kwanza* e o princípio de hoje é *Ujima*: o trabalho coletivo e a responsabilidade, a decisão de construir e conservar juntas nossas comunidades, de reconhecer e resolver juntas nossos problemas.

Cada uma de nós está hoje aqui porque, de um modo ou outro, compartilha um compromisso com a linguagem e com o seu poder, também com a recuperação dela que foi utilizada contra nós. Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é de uma necessidade vital para nós estabelecer e examinar a função dessa transformação e reconhecer seu papel igualmente vital dentro dessa transformação.

Para quem escrevemos, é necessário examinar não só a verdade do que falamos, mas também a verdade da linguagem em que o dizemos. Para outras, se trata de compartilhar e difundir aquelas palavras que significam tanto para nós. Mas, em princípio, para todas nós, é necessário ensinar com a vida e com as palavras essas verdades em que acreditamos e conhecemos além do entendimento. Porque só assim sobreviveremos, participando de um processo de vida criativo, contínuo e em crescimento.

E sempre se fará com medo – da visibilidade, da dura luz da análise, talvez do julgamento, da dor, da morte. Mas, com exceção da morte, nós já passamos por tudo isso e o fizemos em silêncio. Eu penso todo o tempo que, se tivesse nascido muda ou se tivesse mantido um juramento de silêncio toda minha vida, teria sofrido igual e igualmente morreria. É bom lembrar, para não perder a perspectiva.

E quando as palavras das mulheres clamam por serem ouvidas, cada uma de nós deve reconhecer sua responsabilidade

de tirar essas palavras para fora, lê-las, compartilhá-las e examiná-las em sua pertinência à vida. Não nos escondamos detrás das falsas separações que nos impuseram e que tão seguidamente aceitamos como nossas. Por exemplo: “Não posso ensinar a literatura das mulheres Negras porque sua experiência é diferente da minha”. Entretanto, durante quantos anos ensinaram Platão, Shakespeare e Proust? Ou: “Ela é uma mulher branca, o que ela pode dizer para mim?”. Ou: “Ela é lésbica... O que vai dizer o meu marido ou meu chefe?”. Ou ainda: “Essa mulher escreve sobre nossos filhos e eu não sou mãe”. E, assim, todas as outras formas em que nos abstraímos umas das outras.

Podemos aprender a trabalhar e a falar apesar do medo, da mesma maneira que aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais o medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar.

O fato de estarmos aqui e de eu estar dizendo essas palavras já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças. Porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam tantos silêncios para romper!

Nota

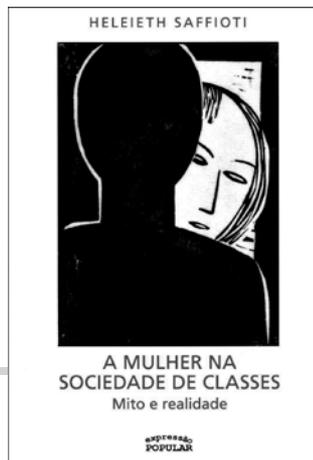
¹ Palestra realizada no painel sobre lesbianidade e literatura promovido pela Associação de Língua Moderna, em Chicago, Illinois, em 28 de dezembro de 1977. Texto publicado pela primeira vez em 1978, V. 6, *Sabedoria Sinistra (Sinister Wisdom)*, e posteriormente no livro *Hermana Marginada (Sister Outsider), Ensayos y Conferencias*. The Crossing Press/Feminist Series, 1984.

Artigo traduzido e publicado em 18 de maio de 2009 por www.mulheresrebeldes.blogspot.com
Extraído do blog www.mulheresrebeldes.blogspot.com, sob copyleft.

resenha

A mulher na sociedade de classes: um clássico do pensamento social brasileiro

Renata Gonçalves



SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

Heleieth Saffioti é conhecida por seu pioneirismo nos estudos sobre a mulher. O conjunto de sua obra revela muito mais. A socióloga foi inventiva, criativa, ousada desde muito cedo. Debruçou-se a compreender a condição feminina nas sociedades de capitalismo avançado e periférico, e também nos países do bloco soviético. Investigou a perseverança de uma atividade típica de formações pré-capitalistas: o emprego doméstico e sua utilidade para o sistema capitalista. E viu, quando ninguém dizia que via – a não ser os que espertamente adiam para o socialismo qualquer luta contra a opressão da mulher –, que a emancipação feminina não poderá ocorrer no capitalismo, pois este ou alija ou insere precariamente o contingente de mulheres de acordo com as necessidades que esse sistema tem para se reproduzir. Seus primeiros levantamentos empíricos, assim como a densidade de suas formulações teóricas, fazem de suas descobertas excelentes pontos de partida para a apreensão da realidade capitalista contemporânea, especialmente no tocante

à recomposição do proletariado neste início de século XXI e, no interior deste, às reconfigurações do trabalho feminino.

É sob essa perspectiva que apresentamos *A mulher na sociedade de classes – Mito e realidade*, um clássico do pensamento social brasileiro. Foram 37 longos anos em que o livro ficou indisponível para o grande público até sua recente publicação pela editora Expressão Popular.

A obra é parte da ambição teórica que consistia em examinar como a desigualdade entre os sexos opera na sociedade de classes de forma a alijar grandes contingentes do sexo feminino. A autora pretendia fazer um estudo comparativo entre sociedades de capitalismo avançado e o Brasil, com capitalismo “subdesenvolvido”, para descobrir como as determinações de sexo se inseriam concretamente no funcionamento dessas sociedades. E, sem deixar dúvida quanto ao seu referencial teórico, enfatiza que a “dialética marxista revela-se, deste ângulo, um método de grande valor heurístico, uma vez que possibilita não somente a realização do teste comprobatório das formulações clássicas, sobretudo de Marx, como também a incorporação crítica, através da dialetização de conceitos, de formulações teóricas originadas em distintas concepções da história”.

O tema estava delimitado. O referencial teórico, definido. Falta-va a interlocução direta com autores(as) que dariam suporte para as problematizações. Esse era um dos grandes desafios colocados a Heleieth Saffioti. No momento em que *A mulher na sociedade de classes* foi redigido, havia pouquíssima literatura sobre a mulher. A autora percebe que a condição feminina sofrera “o impacto da ação do centro hegemônico do capitalismo internacional, quer no sentido de confinar a mulher nos padrões domésticos de existência, quer dando-lhe consciência, através do feminismo, da necessidade de emancipar-se economicamente”. Mas por onde começar seus estudos? Com que autores(as) dialogar? Além da escassez de teoria e registros de pesquisas sobre a mulher no país,

se constatava a carência bibliográfica acerca de seu referencial teórico. Quase nada havia da obra de Marx publicada no Brasil.

A autora, que afirma que no início dos anos 1960 sabia muito pouco sobre Marx e marxismo, teve de se desdobrar para compreender esse campo teórico-metodológico, e o primeiro resultado publicamente conhecido desse esforço encontra-se no denso livro *A mulher na sociedade de classes*. Do diálogo com Marx, observa que a apropriação privada dos meios de produção e do produto do trabalho, presente nas formações sociais anteriores, é elevada ao máximo no modo de produção capitalista. Perdem sua identidade originária sem que deixem de existir, permanecem certas formas de organização do trabalho previamente integradas em outros modos de produção. A partir desse entendimento do modo de produção, a autora esboça suas formulações acerca da inserção da mulher na sociedade capitalista, que, aliás, ocorreu em condições bastante adversas. Percebe que, no capitalismo, as mulheres têm uma dupla desvantagem: no plano “superestrutural”, uma subvalorização das capacidades femininas; e, no estrutural, uma inserção periférica ou marginal no sistema de produção. Recusando o conformismo amplamente divulgado de que são as “debilidades” (físicas e mentais) femininas as obstrutoras do desenvolvimento social, em uma rigorosa análise, afirma que o modo de produção capitalista potencializa a marginalização de certos setores da população do sistema produtivo. O sexo, fonte de inferiorização social feminina, interfere de forma positiva para a reprodução da sociedade capitalista.

Na contramão dos que entendiam que o capitalismo abria portas para a emancipação feminina por meio da entrada das mulheres no mercado de trabalho, Saffioti advertiu que era o contrário que ocorria. O modo de produção capitalista alija força de trabalho do mercado, especialmente a feminina. Os caracteres raciais e de sexo operam “como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores, os membros de uma sociedade

historicamente dada”. Isto não significa que esses caracteres contêm em si mesmos a explicação da totalidade ou das determinações de um sistema. São subalternos. E, como tais, “operam segundo as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços, assumindo diferentes feições de acordo com a fase de desenvolvimento do tipo estrutural da sociedade”.

A ousadia de Heleieth Saffioti a fez avançar na contramão de talentosos marxistas que consideraram que a lógica do lucro é indiferente à diversidade sexual e que o capitalismo solapa identidades. Sua tese de que o desenvolvimento do capitalismo não representa avanço fundamental nas condições de vida das mulheres também foi na contracorrente das principais tendências do expressivo movimento feminista que ressurgiu no mundo ocidental nos anos 1960-1970. Desde o livro *Woman's Role in Economic Development*, de Esther Boserup, os debates sobre mulher e desenvolvimento ganharam destaque. A obra, que propunha políticas de desenvolvimento para reparar o problema da desigualdade, encontrou eco não apenas entre as feministas, mas também na teoria da modernização, que exerceu forte fascínio sobre cientistas sociais norte-americanos e latino-americanos. Saffioti, mais uma vez, enfatizava a incompatibilidade dessa ideia com um projeto de sociedade na qual perdura um modo de produção baseado na apropriação privada dos meios de produção. O capitalismo, para nossa autora, pode até se revelar maleável e até mesmo permitir e estimular mudanças. Todavia, isto não significa que esse sistema ofereça plenas possibilidades de integração social feminina. Para Heleieth Saffioti, nesse modo de produção, as características naturais (sexo e raça) se tornam mecanismos que funcionam em desvantagem no processo competitivo e atuam de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes.

De 1967 (quando o texto foi redigido como tese de livre-docência) a 2013 (quando ganhou sua terceira edição), quase cinquenta anos se passaram, mas impressiona a atualidade das análises feitas

por Heleieth Saffioti. Como previu, o capitalismo se renovou e expandiu sem que houvesse um avanço qualitativo rumo à emancipação. As mulheres continuam duplamente aprisionadas: 1) face à verdadeira deterioração de suas condições de trabalho; e 2) pela falta de uma redefinição de papéis entre homens e mulheres na esfera doméstica. A opressão das mulheres continua sendo para os capitalistas um instrumento que permite gerir o conjunto da força de trabalho. A leitura de *A mulher na sociedade de classes* é um bom começo para entender esse processo!

Sobre as autoras

Madalena Valdivieso é professora pesquisadora titular da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade Central da Venezuela e de U-ARCIS Chile; ex-diretora do Centro de Estudos da Mulher da UCV, consultora em Gênero PNUD e FNUAP. E-mail: mvaldivieso@hotmail.com.

Mirla Cisne é graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora e ativista feminista. Professora de Serviço Social e integrante do Núcleo de Estudos Sobre a Mulher Simone de Beauvoir (NEM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Laura Susana Duque-Arazola é feminista, professora do Departamento de Ciências Domésticas/DCD da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), e coordenadora do Mestrado Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social/DCD/UFRPE. Membro da Rede Feminista Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR) e integrante de sua coordenação colegiada. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher/NUPEM/DCD/UFRPE. Membro do Grupo de Estudos do Trabalho/GET/UFPE.

Vania Vicente foi, ao longo de quase vinte anos, ativista em organizações e movimentos sociais, tendo trabalhado diretamente junto ao Movimento dos Trabalhadores sem Teto em Alagoas, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Fórum Permanente contra a Violência em Alagoas e Centro Nordestino de Animação Popular (Cenap), em Pernambuco. Em diferentes períodos colaborou, em ações sistemáticas, com o Gajop e o Centro de Cultura Luiz Freire. Fez formação acadêmica em História (UFAL) e Filosofia (UFPE), e atualmente se ocupa (com o fim) de um doutorado em Filosofia na USP.

Maria José de Oliveira Araújo é médica e ativista do movimento dos direitos das mulheres. Coordenou a Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde do Governo Federal do Brasil de 2003 a 2007, e atuou como coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher da Prefeitura de São Paulo, de 1989 a 1992 e de 2000 a 2002. Foi relatora nacional de Direitos Humanos da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) por um período de dois anos, durante 2010 e 2011. É fundadora da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos do Brasil e, atualmente, integra o seu conselho diretor.

Kaliani Rocha é professora adjunta do Departamento de Psicologia da UFPE. É coordenadora do NUT (Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Temas do Trabalho - Dpto de Psicologia/UFPE); pesquisadora do Grupo de Estudos em Epistemologia e Teoria Feminista (PPGS/UFPE e SOS Corpo); e colaboradora do FAGES (Núcleo

Família, Gênero e Sexualidade - PPGA/UFPE). Suas pesquisas se concentram na relação trabalho-saúde-gênero, com foco no adoecimento no e pelo trabalho na atual conjuntura socioeconômica do país e do mundo.

Mércia Alves é educadora do SOS Corpo, assistente social, mestre em Serviço Social pela UFPE e especialista em Direitos Humanos pela UFPB.

Silvana Mara de Moraes dos Santos é docente dos Cursos de graduação e de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED). E-mail: silufrn@gmail.com

Maria Luiza Heilborn é historiadora, professora associada do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Sua atuação tem privilegiado os estudos sobre gênero, sexualidade, família e juventude. É integrante do Grupo de Trabalho Gênero e Saúde (Abrasco). Autora do livro *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário* (Rio de Janeiro, Garamond, 2004); organizadora e autora do livro *O aprendizado da Sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*; entre outras obras.

Rachel Moreno é militante feminista e amiga da Regina Stella, com quem compartilhou vários eventos, reuniões, mobilizações, festas e confidências.

Audre Lorde viveu de 1934 a 1992. Define a si mesma como “poeta, guerreira, mãe, negra e lésbica”. Embora tenha falecido, para nós estará sempre viva, e por isso nos referimos a ela – e a seus pensamentos – no presente. [Nota de edição do artigo traduzido e publicado em 18 de maio de 2009 por www.mulheresrebeldes.blogspot.com]

Renata Gonçalves é professora da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista, onde co-coordena o Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti (NEHS). É pesquisadora do NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais - da PUC/SP e do GEPAL - Grupo de Estudos de Política da América Latina - UEL/PR. E-mail: rengon@terra.com.br

Créditos das imagens

Os créditos estão citados segundo a ordem das seções dos *Cadernos de Crítica Feminista*. Nesta edição, as páginas que apresentam imagens foram agrupadas de acordo com as/os autoras/es dessas imagens. Nosso objetivo é identificar, sempre que possível, o fato ou a situação na qual a imagem foi produzida; quem a produziu; ou quem a arquivou e/ou compartilhou. Por não dispormos de informação suficiente sobre todas as pessoas que aparecem nas fotos, não elaboramos legendas ou créditos com esses dados, inclusive porque nem sempre estavam disponíveis. Com exceção das fotografias da Imagem Latina e do acervo do SOS Corpo, todas as imagens foram encontradas na internet. Agradecemos a todas/os que têm compartilhado seus acervos, e nos desculpamos antecipadamente se cometemos algum equívoco nas informações.

Dossiê “Contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto”

(organizadoras: Paula de Andrade e Verônica Ferreira)

Páginas 168, 169, 172, 176, 195, 215, 218 (foto7) – Imagens do ato público de lançamento da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, realizado dia 26 de setembro de 2008, em São Paulo (SP). Fotos: Karol Kalef (todos os direitos reservados).

p. 168 / 169 – Integrantes da Liga Brasileira de Lésbicas, Articulação de Mulheres Brasileiras e Marcha Mundial de Mulheres. O ato foi antecedido de um seminário com convidadas internacionais, cujo objetivo foi debater estratégias para legalização do aborto na América Latina.

p. 176 / 215 / 218 (foto7) – Integrantes do Grupo de Teatro Loucas de Pedra Lilás.

p. 195 – Integrantes da Marcha Mundial de Mulheres, da Articulação de Mulheres Brasileiras, e da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT.

Página 171 – Assembleia nacional organizada pela Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, realizada no auditório do Sindicato dos Químicos, dias 05 e 06 de dezembro de 2009, em São Paulo (SP). Foto: Acervo CUT.

Página 179 – Registro de mobilização realizada pela Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto/Rio de Janeiro. Foto: Rogéria Peixinho, Acervo Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Páginas 180, 182, 188, 191 – Marcha das Margaridas, Brasília (DF), 2011. Fotos: Paula de Andrade, acervo Articulação de Mulheres Brasileiras.

p. 180 – Na foto, mulheres integrantes de sindicatos ligados à Confederação Nacional das Trabalhadoras na Agricultura (Contag). “A Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres”.

p. 182 – Entre as participantes da Marcha das Margaridas: Tambores de Safo (Fórum Cearense de Mulheres), Fórum de Mulheres de Pernambuco, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, Coletivo Alumiar (SP) - agrupamentos e coletivos ligados à Articulação de Mulheres Brasileiras, que foi uma das organizações parceiras da coordenação da Marcha das Margaridas - 2011, composta pela Contag, Fetags e STTRs.

p. 188 – Integrante da Articulação de Mulheres Brasileiras. O cartaz divulga uma das frases do documento final da Marcha das Margaridas – 2011.

p. 191 – Integrantes da Articulação de Mulheres Brasileiras portando cartazes produzidos em oficina impulsionada pelo Fórum de Mulheres do DF.

Páginas 185, 186, 190, 198 – Fórum Social Mundial, Belém (PA), 2009. Fotos: Ghustavo Távora, Acervo SOS Corpo.

p. 185 / 190 – Em um dos palcos distribuídos durante o FSM – 2009, várias organizações contestaram a criminalização dos movimentos sociais. A Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto fez uma apresentação denunciando a criminalização das mulheres que interrompem uma gravidez por meio de um aborto inseguro e/ou clandestino, e das mulheres que lutam pela legalização do aborto. Diversas militantes levantaram cartazes e faixas com frases que foram pronunciadas em grandes coros, graças também ao apoio de militantes da Frente Nacional que estavam presentes na plateia.

No primeiro grupo, as faixas diziam: “Há mulheres presas pela prática de aborto; Há mulheres indiciadas pela prática do aborto; Há mulheres que morrem pelo aborto ilegal; Mulheres denunciadas por aborto são mulheres perseguidas; Mulheres condenadas por aborto são mulheres oprimidas”. *O segundo grupo de faixas* denunciava a prática do Estado: “Parem a perseguição às mulheres que abortam; Parem os maltratos às mulheres nos hospitais; Não à delação. Parem a acusação; Não! Não! Não! Ao Estado inquisidor! Direito sim! Polícia Não!”. E o terceiro grupo afirmava: “Cidadania é autonomia; Aborto não é crime; Crime é não ter direitos; Maternidade é opção, não obrigação; Direito ao nosso corpo; Legalizar o aborto!” E todas juntas gritaram três vezes, ao final: “Nós que parimos, nós que decidimos”.

p. 186 – “Pela Vida das Mulheres, Legalizar o Aborto no Brasil” - insígnia da Articulação de Mulheres Brasileiras divulgada em uma bandeira gigante, durante a passeata do Fórum Social Mundial realizado em 2009.

p. 198 – “Aborto é um direito. Pela Legalização do Aborto no Brasil” - insígnia da Marcha Mundial de Mulheres em grande faixa, durante a passeata do Fórum Social Mundial 2009.

Página 192 – Ato da Central Única das Trabalhadoras (CUT) do Distrito Federal. Acervo CUT/DF.

Página 196 – Ato organizado por militantes da Marcha Mundial de Mulheres / São Paulo, em 2013, no 28 de setembro – Dia Latino-Americano e Caribenho pela Descriminalização e Legalização do Aborto. Acervo CUT.

Página 200 – Colagem organizada pela Marcha Mundial de Mulheres na Avenida Paulista, São Paulo (SP). Foto: CMI

Página 201 – Cartazes produzidos pela Liga Brasileira de Lésbicas e expostos durante a audiência pública realizada no Senado Federal, logo após a Marcha das Margaridas, no dia 18 de agosto de 2011, com presença de centenas de mulheres vinculadas a diversos movimentos feministas. Fonte e foto: Rafael Werkema/Acervo Cfess (Conselho Federal de Serviço Social).

Página 202 – Destaque para a faixa produzida pelo Movimento Ibiapabano de Mulheres (MIM), Ceará, durante manifestação realizada pela Articulação de Mulheres Brasileiras em Brasília (DF), por ocasião de seu Encontro Nacional (Enamb - 2011). Acervo AMB.

Página 218

1. Faixa da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, durante passeata realizada dia 26 de setembro de 2008, em São Paulo (SP). Acervo Ciranda.net. Disponível em: http://www.ciranda.net/article3991.html?lang=pt_br
2. Acervo Marcha Mundial de Mulheres
3. Acervo UNE
4. Acervo CUT
5. Autor/a desconhecido/a
6. Acervo Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro
7. Foto Karol Kalef

Página 219

1. Balão das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro na passeata realizada durante o Fórum Social Mundial 2005, Porto Alegre (RS). Acervo Blog Aborto em debate.
2. Banner divulgado na internet pela Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, em repúdio ao projeto de lei nº 478/2007, que tenta derrubar qualquer direito de as mulheres decidirem pela interrupção da gravidez, mesmo em caso de risco de vida da mulher, anomalia grave (como anencefalia) e estupro, já garantidos por lei no Brasil.

3. Arte de Rafael Werkema/Acervo Cfess. Saiba mais em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2011_legalizacao_abortoFINAL.pdf
4. Integrantes da Liga Brasileira de Lésbicas na passeata do Fórum Social Mundial, Belém (PA), 2009. Foto Gaby Zaupa (todos os direitos reservados)

Entrevista “O Segundo Sexo 25 anos depois”

Páginas 220 a 245 – todas as fotos extraídas de <http://beauvoiriana.tumblr.com>

- p. 220 – Simone de Beauvoir, Paris, 1978. Foto Annemiek Veldman.
- p. 224 – Simone de Beauvoir, Paris, 1976. Foto Jacques Pavlovsky.
- p. 231 – Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre e outrxs intelectuais e ativistas saem nas ruas de Paris para vender o jornal “La Cause du Peuple” que, na época, estava proibido. Outubro de 1970. Foto Bruno Barbey.
- p. 233 – Imagem extraída do documentário “Je veux tout de la vie – La liberté selon Simone de Beauvoir”, de Pascale Fautrier e Pierre Séguin.
- p. 236 – Simone de Beauvoir durante manifestação realizada em Bobigny, França, 1972. Foto: Alain Dejean
- p. 240 – Simone de Beauvoir autografa livros. Brasil, 1960. Autor/a desconhecido/a
- p. 243 – Simone de Beauvoir em Paris, 1979. Foto Martine Franck.
- p. 245 – Simone de Beauvoir em seu apartamento em Paris. Autor/a desconhecido/a

Mulheres Inesquecíveis

Páginas 246, 252 e 261 – Acervo: Imagem Latina/Jesus Carlos

- p. 246 – Regina Stella.
- p. 252 – 2º Congresso da Mulher Paulista, em 8 de março de 1980. Na foto: Regina Stella, Eneida, Vera Soares.
- p. 261 – Regina Stella rodeada por crianças, na creche organizada durante o 2º Congresso da Mulher Paulista, São Paulo (SP), março de 1980.

Colofão

Simone de Beauvoir durante manifestação de mulheres em Paris. O texto em seu braço diz: “Aborto e contracepção livres e gratuitos / Movimento de Libertação das Mulheres”. Foto Gilles Peress, Paris, 1971.



AVORTEMENT
ET CONTRACEPTION
LIBRES ET GRATUITS
Mouvement de libération des femmes
11 P. 1964 2011 Paris

A presente edição, com tiragem de 1.000 exemplares, foi composta em caracteres Chaparral, e impressa pela Provisual Divisão Gráfica, para o SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, em sistema offset, papel Pólen 80g (miolo) e Triplex 250g (capa). Finalizado em dezembro de 2013.